



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**MARCELO RICARDO DOS SANTOS SILVA**

**PEDAGOGIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE  
JOVENS DE CENTROS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM SOBRE A  
FORMAÇÃO POLÍTICA E AS IMPLICAÇÕES NA SUA FORMAÇÃO  
ACADÊMICA**

**BELÉM – PA**

**2016**

**Marcelo Ricardo Dos Santos Silva**

**PEDAGOGIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE  
JOVENS DE CENTROS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM SOBRE A  
FORMAÇÃO POLÍTICA E AS IMPLICAÇÕES NA SUA FORMAÇÃO  
ACADÊMICA**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará – UFPA vinculado a linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Ivany Pinto Nascimento

Có-orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Francisco Valdinei dos Santos Anjos

Belém - PA

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFPA

---

Silva, Marcelo Ricardo dos Santos, 1989-  
Pedagogia do movimento estudantil: representações  
sociais de jovens de centros acadêmicos de enfermagem  
sobre a formação política e as implicações na sua  
formação acadêmica / Marcelo Ricardo dos Santos Silva. -  
2016.

Orientadora: Ivany Pinto Nascimento;  
Coorientador: Francisco Valdinei dos  
Santos Anjos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade  
Federal do Pará, Instituto de Ciências da  
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Belém, 2016.

1. Estudantes universitários - Brasil -  
Atividades políticas. 2. Representações sociais  
- Brasil. 3. Movimentos estudantis - Brasil. 4.  
Juventude - Brasil. 5. Cultura política -  
Brasil. I. Título.

CDD 22. ed. 378.19810981

---

**Marcelo Ricardo Dos Santos Silva**

**PEDAGOGIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE  
JOVENS DE CENTROS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM SOBRE A  
FORMAÇÃO POLÍTICA E AS IMPLICAÇÕES NA SUA FORMAÇÃO  
ACADÊMICA**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará – UFPA vinculado a linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Banca Examinadora**

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Ivany Pinto Nascimento - Presidente  
Universidade Federal do Pará - Programa de pós-graduação em educação

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Francisco Valdinei dos Santos Anjos – Membro interno  
Universidade Federal do Pará - Programa de pós-graduação em educação

---

Prof<sup>o</sup> Dra. Lucélia de Moraes Braga Bassalo – Membro Externo  
Universidade do Estado do Pará – Programa de pós-graduação em educação

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage – Membro Interno  
Universidade Federal do Pará - Programa de pós-graduação em educação

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Conceito:\_\_\_\_\_

“Que a ninguém espante um pequeno livro de educação popular introduzir na epígrafe e nas folhas de apresentação a questão da palavra. Afinal, que outra é a matéria do educador senão a palavra? Afinal, que outro é o desafio da educação popular senão o de reverter, no ministério do saber coletivo, o sentido da palavra e o seu poder? Deixemo-la ser aqui, portanto, o começo e o fim do pensar”

**Carlos Rodrigues Brandão**

“Na verdade se dizer a palavra é transformar o mundo...”

**Paulo Freire**

## Agradecimentos

*Primeiramente a Deus por ter me dado a oportunidade e a honra de cursar o ensino superior em uma universidade pública, sem ele jamais teria chegado tão longe.*

*A minha Mãe Maria Ester Sales da Silva, por ter me ajudado em todos os momentos da minha vida. Descanse em paz.*

*A minha tia/mãe, Vera Lúcia Sales da Silva, por ter acreditado em mim e sempre ter me dado o amor de mãe que faltou em minha vida.*

*A meu Pai, João Marcos Sales da Silva, por ter me educado pra vida.*

*Ao meu Primo, Leandro Henrique, por ter sempre acreditado em mim e ter tido a paciência para me escutar e me dar forças nos momentos difíceis.*

*A prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Denise Machado Cardoso, por ter me inspirado a atuar como um agente pensante dentro da universidade e da sociedade de forma crítica desde o início da graduação*

*A prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ieda Guedes por ter me estimulado a descobrir habilidades latentes dentro de mim que nem mesmo eu acreditava que poderia ter.*

*Ao Prof<sup>ª</sup> Msc Kleber Augusto Fernandes de Moraes, por ter me apresentado por meio de sua disciplina o brilhante campo da educação.*

*Ao Prof. Francisco Valdinei dos Santos Anjos por ter dedicado um pouco do seu tempo para me ajudar nas co-orientações da minha dissertação.*

*A todos os meus colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Juventude, Representações Sociais e Educação – GEPJURSE que de alguma forma me ajudaram nesta trajetória com partilha de experiências e saberes.*

*Em especial a minha orientadora Prof<sup>ª</sup> Dra. Ivany Pinto Nascimento que abriu as portas e acreditou em mim confiando a missão de desenvolver uma temática ousada da qual tenho afinidade por ter sido militante do movimento estudantil. Não teria chegado até esta etapa sem você professora, pois minha imaturidade enquanto pesquisador e jovem não garantiria possibilidades de concluir um mestrado desse nível que exige um rigor epistemológico para formulação teórica.*

Graças aos seus ensinamentos e vários puxões de orelha (que foram necessários), consegui aos poucos aprender a como se fazer uma redação científica que esteja adequada de acordo com as exigências de um programa de pós-graduação. Várias vezes por falta de atenção acabei cometendo erros não atendendo as suas expectativas e lhe decepcionando, assumo esses erros e peço desculpas pelas vezes que lhe estressei. Serei eternamente grato pelos ensinamentos e oportunidades que a senhora tem me proporcionado. A você lhe agradeço de coração. A todos os Professores que ajudaram na minha formação, vocês são muito especiais para nós, e são verdadeiros heróis, pois fazem toda a diferença em nossas vidas. Ao Centro acadêmico de Enfermagem, a Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem e ao Diretório Central dos Estudantes da UFPA que de alguma forma contribuíram para o meu processo de formação política. E a todos os meus amigos que passaram e ainda estão presentes em minha vida. De alguma forma vocês contribuíram para que eu chegasse até aqui.

*Marcelo Ricardo dos Santos Silva*

## Dedicatória

*Dedico este trabalho em memória de minha mãe Maria Ester Sales da Silva que foi a pessoa que mais esteve junto comigo nesses meus 26 anos de existência.*

*Para você, ofereço estas páginas mãe; pra sempre vou te amar, e espero um dia poder me encontrar com a senhora em um lugar melhor.*

*Marcelo Ricardo dos Santos Silva*



## LISTA DE SIGLAS

AMBA – Associação Mineira de Preservação do Meio Ambiente  
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação  
BH – Belo Horizonte  
CAIC – Centro de Atendimento a Criança e ao Adolescente  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CAs – Centros acadêmicos  
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica  
DAs – Diretórios acadêmicos  
DCE – Diretório Central dos Estudantes  
FIFA – Federação Internacional de Futebol  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MG – Minas Gerais  
MPL - Movimento Passe Livre  
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
ONG – Organizações Não Governamentais  
PEC – Projeto de Emenda Constitucional  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados  
SBC – São Bernado do Campo  
SCIELO - Biblioteca Eletrônica da Scientific Electronic Library  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TV – Televisão  
UEPA – Universidade do Estado do Pará  
UFC – Universidade Federal do Ceará  
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UNIFESP – Universidade Federal do Estado de São Paulo  
USP – Universidade de São Paulo

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de artigos selecionados na base de dados SCIELO por revista.	36
Quadro 2 – Número de dissertações e teses selecionados na base de dados BDTD por programa de pós-graduação.	37
Quadro 3 – Dissertações, teses e artigos publicados por região.	38
Quadro 4 – Artigos, dissertações e teses em que a formação política da juventude e suas variantes foram tomadas como eixo de discussão.	40
Quadro 5 – Artigos e dissertações em que a formação política da juventude e suas variantes foram tomadas como eixo de discussão.	46
Quadro 6 – Artigos e teses em que a formação política da juventude e suas variantes foram tomadas como eixo de discussão.	49
Quadro 7 – Artigos, dissertações e teses em que a formação política da juventude e suas variantes foram tomadas como eixo de discussão.	51
Quadro 8 - Dissertações em que a formação política da juventude e suas variantes foram tomadas como eixo de discussão.	54
Quadro 9 – Artigos, dissertações e teses em que a formação política da juventude e suas variantes foram tomadas como eixo de discussão.	57
Quadro 10 – Síntese das dimensões das representações sociais de jovens sobre a formação política	125

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – faixa etária	125
Gráfico 2 - nível de escolarização dos pais desses jovens	126
Gráfico 3 - Renda familiar	127
Gráfico 4 – Tempo de participação em centro acadêmico	128
Gráfico 5 – Participação nos movimentos sociais	129
Gráfico 6 – Afinidade partidária	130
Gráfico 7 – Orientação política	131
Gráfico 8 – Nível de aceitação dos três poderes	132

## RESUMO

SILVA, Marcelo Ricardo dos Santos. **PEDAGOGIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS DE CENTROS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA E AS IMPLICAÇÕES NA SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA**. 2016, 240 f, Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

Este estudo é resultado da construção da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará que tem como objeto de investigação “As representações sociais de jovens de movimentos estudantis de enfermagem sobre a formação política e as implicações na sua formação acadêmica”. O objetivo desse trabalho é apreender como se constituem as representações sociais de jovens de movimentos estudantis de enfermagem sobre a formação política e as implicações na sua formação acadêmica. A esfera política costuma ser pensada como um espaço público dissociado da vida cotidiana, como se esses dois lugares estivessem totalmente desconectados em duas esferas separadas. Este estudo nos convoca a refletir e apreender as imagens e sentidos de jovens de movimentos estudantis de enfermagem sobre a sua formação política que nos remete também a pensar as implicações para a formação acadêmica desses sujeitos. A construção do referencial teórico sobre a juventude e a política se baseou em Abramo (2007), Abramovay (2015), Mendes Jr (1981), Poerner (2004), Mayorga, Castro e Padro (2012), Mattos (2013), Bourdieu (1983), Rocha e Everaldo (2009), Gohn (2012), Maricato (2013) dentro outros. O segundo campo teórico, que abrange autores que discutem a teoria das representações sociais, foi sustentado por Moscovici (2015), Jodelet (2009), Markova (2006), Jovchelovitch (2000), Arruda (2009), Alves-Mazzotti (2008), Gilly, Ranzi e Silva (2002). Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa na perspectiva de Chizzotti (2003) e Bogdan e Biklen (1994), do tipo descritivo, analítico e interpretativo com base em Triviños (2009). Foi utilizada enquanto técnica de coleta de dados a entrevista aberta individual em profundidade com um roteiro de entrevista semi-estruturado com base em Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002), e Duarte (2002). A análise dos dados será baseada na técnica de análise de conteúdo na perspectiva de Maria Laura Franco (2008). A caracterização dos sujeitos desse estudo indica um perfil de jovens de centros acadêmicos de enfermagem, cuja orientação política está no campo da esquerda, e a atuação militante não se restringe apenas dentro do movimento estudantil, mas em outros movimentos sociais, como movimento feminista, negro e popular, nos quais esses sujeitos constroem sua identidade política. Os resultados estão divididos em três temáticas de análise que emergiram a partir da fala dos sujeitos no processo de análise de conteúdo, quais sejam: Movimento estudantil: uma pedagogia em movimento; Formação política, currículo crítico-reflexivo e as implicações para a formação do enfermeiro; Formação política para representatividade e o controle social em saúde: O aprender fazendo nas relações de poder presentes nos processos de disputa institucional. Essas temáticas serviram como base para construir as objetivações e ancoragens dos jovens sobre a formação política. Constatamos a existência de três dimensões das representações sociais desses sujeitos: A dimensão da organização política, a dimensão das implicações na formação do enfermeiro e a da participação política. Inferimos que a dinâmica simbólica da partilha desses saberes ocorre de forma contínua e que está em constante processo de transformação, cuja formação política ocorre nos espaços em que esses jovens se sociabilizam onde as representações sociais tomam lugar nesse processo de interação simbólica entre os jovens que constroem o movimento estudantil.

Palavras-chave: Representações sociais, juventude, movimento estudantil, formação política.

## ABSTRACT

SILVA, Marcelo Ricardo dos Santos. PEDAGOGY OF STUDENT MOVEMENT: SOCIAL REPRESENTATIONS OF NURSING ACADEMIC CENTERS OF YOUTH POLICY ON THE FORMATION AND IMPLICATIONS IN YOUR EDUCATION. 2016 240 f, Master (Master of Education) - Institute of Educational Sciences, Federal University of Pará, Belém, 2016.

This study is the result of the construction of the dissertation of the Graduate Program in Education of the Federal University of Pará whose research object "Social representations of young student movements nursing on policy formation and the implications for their training academic ". The aim of this work is to understand how to constitute the social representations of young student nurse moves on the political formation and the implications for their education. The political sphere is often thought of as a decoupled public space of everyday life, as if these two places were totally disconnected into two separate spheres. This study calls us to reflect and grasp the images and meanings of student movements of young nurses about their political formation that leads us also to think the implications for the academic training of these individuals. The construction of the theoretical framework on youth and politics was based on Abramo (2007), Abramovay (2015), Mendes Jr (1981), Poerner (2004), Mayorga, Castro and Padro (2012), Mattos (2013), Bourdieu (1983), Rocha and Everaldo (2009), Gohn (2012), Maricato (2013) within the other. The second theoretical field, which includes authors who discuss the theory of social representations, was supported by Moscovici (2015), Jodelet (2009), Markova (2006), Jovchelovitch (2000), Alvarez (2009), Alves-Mazzotti (2008) Gilly, Ranzi and Silva (2002). This is a study with qualitative approach towards Chizzotti (2003) and Bogdan and Biklen (1994), descriptive, analytical and interpretative based on Triviños (2009). Was used as data collection technique the individual open interviews in profundida with a semi-structured interview based on Alves-Mazzotti and Gewandsznajder (2002) and Duarte (2002). Data analysis will be based on content analysis technology in the perspective of Maria Laura Franco (2008). The characterization of the subjects of this study indicates an academic nursing centers young profile, whose political orientation is in left field, and militant action is not restricted within the student movement, but in other social movements such as the feminist movement, black and popular, in which these individuals build their political identity. The results are divided into three thematic analysis that emerged from the speech of the subjects in the content analysis process, namely: Student movement: a pedagogy in motion; political education, critical and reflective curriculum and the implications for nursing education; political education for representation and social control in health: The learning by doing in the power relations in the institutional dispute processes. These themes were the basis to build objectivations and anchorages of young people on training policy. We note the existence of three dimensions of social representations of these subjects: The size of the political organization, the size of the implications in nursing education and political participation. We infer that the symbolic dynamics of the sharing of knowledge is continuous and is in constant transformation process, whose political formation occurs in the spaces in which these young people socialize where social representations take place in this symbolic interaction process among young people who build the student movement.

Keywords: Social representations, youth, student movement, political formation.

## SUMÁRIO

<b>SEÇÃO I – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1 - Tecendo os caminhos iniciais: Juventude e política na contemporaneidade.....	17
1.2 - Os movimentos sociais como espaços de formação política da juventude.....	28
<b>SEÇÃO II-ESTADO DA ARTE ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE FORMAÇÃO POLÍTICA E SUAS VARIANTES.....</b>	<b>33</b>
2.1 - Participação juvenil e sua relação com a política no contemporâneo.....	40
2.2 - A escola como um espaço de socialização política da juventude.....	46
2.3 - Valores políticos e influências na construção da identidade política da juventude.....	49
2.4 - A nova forma de se fazer política através da socialização e participação da juventude nos movimentos sociais.....	52
2.5 - Participação política tradicional da juventude.....	54
2.6 - Formação política da juventude.....	58
<b>SEÇÃO III – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, CULTURA POLÍTICA JUVENIL E EDUCAÇÃO: BASES TEÓRICAS PARA CONSTRUÇÃO DA DISSERTAÇÃO.</b>	<b>61</b>
3.1 - A inserção histórica da juventude brasileira na política.....	63
3.1.1 - Participação política dos estudantes do período colonial à primeira república.....	63
3.1.2 - A formação da UNE e o surgimento do movimento estudantil.....	67
3.1.3 - A atuação política clandestina da juventude universitária durante os anos de chumbo.....	74
3.1.4 - Da abertura política à transição democrática: Reorganização do movimento estudantil...	78
3.1.5 - A contribuição do movimento estudantil na construção das políticas públicas educacionais na contemporaneidade.....	80
3.2 - A situação de desemprego da juventude no mundo e a participação política na contemporaneidade.....	85
3.3 - A juventude na contemporaneidade.....	88
3.4 - Juventude, política e educação: tecendo diálogos com a teoria das representações sociais..	98

<b>SEÇÃO IV – PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>114</b>
4.1 - Abordagem do estudo.....	115
4.2 - Tipo de estudo.....	117
4.3 – <i>Locus</i> .....	117
4.4 - Seleção dos sujeitos.....	118
4.5 - Técnica de coleta de dados.....	118
4.6 - Análise dos dados.....	119
4.7 - Procedimentos de análise.....	121
<b>SEÇÃO V – SENTIDOS EM MOVIMENTO: JOVENS DE ENTIDADES ESTUDANTIS DE ENFERMAGEM NA ARENA DE INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>124</b>
5.1. Perfil sociopolítico.....	125
5.1.1. Características sociopessoais.....	126
5.1.2. Características sociopolíticas.....	129
5.3. Sentidos da formação política para a juventude.....	135
5.3.1. Movimento estudantil: uma pedagogia em movimento.....	137
5.3.2. Formação política, currículo crítico-reflexivo e as implicações para a formação do enfermeiro.....	146
5.3.3. Formação política para representatividade e o controle social em saúde: O aprender fazendo nas relações de poder presentes nos processos de disputa institucional.....	156
5.4. Objetivações e ancoragens das representações sociais de jovens de movimentos estudantis de enfermagem.....	165
5.4.1. Dimensão da organização política.....	167
5.4.2. Dimensão das implicações na formação do enfermeiro.....	171
5.4.3. Dimensão da participação política.....	175
<b>SEMENTES DA MUDANÇA: ALGUMAS POSSÍVEIS CONCLUSÕES.....</b>	<b>181</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>187</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>203</b>
<b>APENDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO.....</b>	<b>205</b>

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE PERFIL.....	206
ANEXO A – ENTREVISTAS TRANSCRITAS.....	208

-



---

**SEÇÃO I – INTRODUÇÃO**

---

### **1.1. Tecendo os caminhos iniciais: Juventude e política na contemporaneidade**

Este estudo tem enquanto objeto de investigação as representações sociais de jovens de movimentos estudantis de enfermagem sobre sua formação política e as implicações na sua formação acadêmica. Essa proposta de estudo nasce a partir da minha trajetória acadêmica e militante no campo da saúde, uma vez que fiz parte do movimento estudantil de enfermagem e fui representante de algumas entidades estudantis. Desse modo, pude me fazer como sujeito político no contexto acadêmico contribuindo com a formação política de jovens universitários dessa área, que hoje reconhecem a importância de se engajarem nas lutas não somente estudantis, mas outras lutas que objetivam a melhoria da saúde e da educação, ou ainda, das lutas marcadas pelas demandas sociais. Observei durante essa trajetória que os espaços de organização das entidades estudantis e dos movimentos sociais contribuem para o processo de aprendizagem desses jovens, e podem ser caracterizados como espaços de educação não formal na perspectiva de Gohn (2011) ou não escolares, mas que estão diretamente conectadas com sua formação humana e acadêmica.

Nesse processo de aprendizagem, os espaços não escolares formais de educação, sobretudo, do movimento estudantil, foram decisivos, não somente para a minha formação política, mas, também para a minha constituição enquanto sujeito histórico, social e político. Tais conhecimentos adquiridos durante esta formação serviram como um grande acervo de saberes, experiências e práticas que me ajudaram a interpretar a sociedade e o mundo de uma forma diferente que aprendi na escola e na própria academia. Nestes espaços utilizávamos variadas temáticas de interesse da sociedade em rodas de debate, nos quais problematizávamos os conteúdos com o objetivo de desconstruir preconceitos, tabus e valores que distorciam a forma que a política e os problemas sociais são tratados nos espaços comuns, nos quais nos socializamos como a família, igreja, escola, universidade etc.

Nesse sentido, a experiência adquirida nesses espaços não escolares ou não formais de educação, me proporcionou saberes e problematizações sobre a política estudantil que me fizeram enxergar que a juventude não é apenas um ator social do amanhã em formação, como preconiza as instituições escolares, faculdades e os espaços onde ocorre o controle social como os conselhos deliberativos. A juventude é um agente fundamental no processo de construção da democracia, da sociedade e do mundo.

Portanto, a escolha desse objeto de estudo, nasce dessa trajetória, o que nos remete a esclarecer que em virtude dessa dissertação ser uma construção coletiva, a partir de então, não

trabalharemos mais com a personalidade, ou seja, com a primeira pessoa do singular, mas com a primeira pessoa do plural, pois outros sujeitos ajudaram na construção da mesma<sup>1</sup>.

Destacamos que este estudo privilegia os aspectos subjetivos e objetivos ancorados nas imagens e sentidos da juventude sobre a sua formação política, pois acreditamos que a teoria das representações sociais, permite discutir os movimentos de continuidade e descontinuidades dos processos de transformação em curso, e de rupturas no campo epistemológico no atual cenário contemporâneo. Para a teoria das representações sociais as imagens e os sentidos dos sujeitos construídos no campo simbólico nos permitem dialogar com outros campos do conhecimento como a linguagem, a comunicação e a cultura, além de resgatar conceitos clássicos no campo da sociologia, contribuindo para a formulação de um conhecimento que privilegia a construção de teorias no campo da psicologia social, e na educação, por meio das objetivações e ancoragens, que representam a abordagem processual dentro da teoria das representações sociais e que serão investigadas para construirmos as representações sociais dessa juventude sobre a formação política e as implicações para a sua formação acadêmica.

É no fenômeno das representações sociais que encontraremos os elementos fundamentais para abordar este objeto sob investigação. Por considerarmos que as representações sociais são fenômenos simbólicos produzidos na esfera pública (JOVCHELOVITCH, 2000), destacamos que não há uma separação entre o que é material e simbólico. Ainda de acordo com a referida autora, negar o poder das estruturas sociais reproduzidas e construídas na esfera pública, representa esvaziar o acúmulo e a contribuição que outros campos do conhecimento que dão suporte a essa teoria, como a cultura, a comunicação e a linguagem tem proporcionado.

Representa também desconsiderar o próprio objeto proposto desse estudo, cujas representações sociais desses jovens são produzidas nas reuniões públicas, nas manifestações, e em outros espaços onde ocorre essa interação simbólica e partilha de saberes, que tem um caráter formativo e de aprendizagem. O que também não significa conferir um privilégio a ordem material, pois o fenômeno das representações sociais se constrói no campo psicossocial, ou seja, na interação simbólica. Esse esclarecimento fica bem claro ao reforçarmos essa ideia com a seguinte afirmação abaixo:

---

<sup>1</sup> A coletividade a qual me refiro é representada pelos professores do programa de pós-graduação, orientador e co-orientador, grupo de pesquisa, membros da banca de qualificação e defesa, os jovens participantes da pesquisa e os autores que conjuntamente fortalecem a construção de uma compreensão acerca do objeto em questão que se materializa nesta dissertação.

A relação entre o material e o simbólico é um dos problemas centrais para o edifício conceitual da teoria. Processos objetivos são sempre a contrapartida de processos subjetivos. Os processos de ancoragem e objetivação mostram claramente que a construção de representações sociais tem em estruturas históricas e sociais alguns de seus elementos principais. Se há uma concepção sobre a condição humana subjacente à teoria, esta certamente se apoia sobre um entendimento do ser humano como sujeito, sujeito da sociedade e da história e ao mesmo tempo sujeito à sociedade e à história. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 41).

Diante dessas considerações, acreditamos que este objeto de estudo pode abraçar o fenômeno das representações sociais, dar sentido e explicação. O caráter produtor de imagens e sentidos dessa teoria ajuda a (re) construir a realidade, expressando o trabalho do psiquismo humano. Nessa perspectiva, as representações sociais ao construírem as objetivações e ancoragens sobre formação política de jovens de centros acadêmicos de enfermagem, cuja formação ocorre no interior dos espaços do movimento estudantil, representam o espaço desse sujeito social, que luta para dar sentido ao mundo em que se encontra. Essa formação é o sentido e a marca desse movimento que aqui denominamos, enquanto estudo, de “pedagogia do movimento estudantil”.

A história da luta política dos estudantes no Brasil é marcada por conflitos, contradições, recuos, avanços, vitórias, derrotas, retrocessos e ambivalências que hora qualificam a experiência militante, e hora a desqualificam. Caracterizar o que é esse movimento estudantil requer um esforço exaustivo, pois não temos como aprofundar a discussão desse objeto de estudo sem antes resgatarmos alguns aspectos conceituais da relação entre os jovens e a política na contemporaneidade.

A experiência militante nas entidades estudantis é marcada pela formação política da juventude universitária que, mesmo não sendo valorizada e por vezes desqualificada e silenciada, é fundamental para a educação desses jovens, pois contribui para o amadurecimento humano e acadêmico na perspectiva do exercício da cidadania crítica, consciente, autônoma e livre.

Reconhecemos que o campo político por apresentar diversos interesses e disputas, sempre será um espaço de contradições, pois a diversidade de opiniões, de grupos políticos e de ideologias faz da política um lugar em constante disputa de poder e território.

Ao longo da história a juventude tem apresentado uma identidade cultural e política ambivalente quanto às posições defendidas em uma determinada bandeira de luta. Para Mannheim (1973, p. 41) “a juventude não é progressista e nem conservadora por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer oportunidade”, ou seja, os jovens nem

sempre serão potenciais transformadores da realidade. Se a sua formação política for conservadora e autoritária, podem estar a serviço da tirania, do abuso de poder e da violação dos direitos humanos.

Pontuamos esse destaque, pois existem movimentos de jovens ligados a tendências fascistas, nazistas, homofóbicas, antifeministas e que estão na contramão dos direitos humanos. Aqui no Brasil, durante as jornadas de junho de 2013, muitos movimentos de jovens de esquerda e de direita emergiram, além de outros mais ligados a bandeiras de lutas democráticas, populares e por direitos individuais.

O Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua Brasil e o Revoltados Online, são três exemplos de movimentos contemporâneos de jovens que tem uma formação política mais conservadora, cuja plataforma de agenda programática se caracteriza pela defesa do livre mercado, da meritocracia, e contra o paternalismo do estado em relação a garantia de direitos básicos como a saúde e a educação, ou seja, essa agenda defende um estado mínimo que não intervenha no mercado, garanta a privatização e desnacionalização da economia, e que não sustente e proteja aqueles considerados “irresponsáveis” por estarem em uma condição de pobreza e desemprego. No nosso entendimento, essa visão conservadora que tem raízes nos contemporâneos ultraliberais Friedman (1982) e Hayke (1987), representa uma concepção retrógrada e perigosa para o contexto em que vivemos da América Latina, de elevada concentração de renda, desigualdade e exclusão social.

Porém a juventude ao longo da nossa história no Brasil vem cumprindo papel de participação política e engajamento militante tanto em uma perspectiva progressista quanto conservadora: no processo de participação política através dos movimentos sociais, os coletivos urbanos de juventude, as entidades estudantis como os diretórios acadêmicos e gerais e a própria União Nacional dos Estudantes (UNE), e outros movimentos contemporâneos de jovens.

Por outro lado, existem movimentos de jovens que historicamente contribuíram para que houvesse avanços. Durante a ditadura militar essas entidades do movimento estudantil, mesmo de forma clandestina, por meio da participação política, ajudaram na construção e retomada da democracia com ampliação de direitos constitucionais. Para Rolnik (2013, p.8) a questão da ampliação dos direitos sociais é a chave para interpretarmos as revoltas populares da juventude ao longo da história.

A luta por direitos que alimentou as manifestações nas décadas de 70 e 80 - que garantiu a redemocratização do país - e o surgimento de novos atores políticos no cenário

brasileiro, parecia ter se esvaziado e esgotado no contexto da formação de um estado, com um modelo desenvolvimentista e neoliberal, apresentando uma cultura política e um formato político-eleitoral herdados da ditadura militar.

Porém, mesmo com a estagnação dos grandes movimentos de massas no Brasil ao exemplo do “Fora Collor” e do “Diretas já”, os movimentos sociais organizados sempre se mantiveram nas lutas, e a juventude passou a atuar em outros campos de organização e participação política. As jornadas de junho de 2013 marca o retorno dos movimentos de massas com ampla participação da sociedade, porém não podemos afirmar que a juventude abandonou as ruas. Sempre houve movimentos de jovens como a luta pelo passe livre ou pela redução das tarifas de ônibus, feminista, contra a usina de belo monte, e de direitos humanos em geral, que mesmo não apresentando um caráter de movimento de massas, tem uma identidade cultural e política marcada pela atuação em frentes de resistência e redes de articulação, com objetivos comuns, e que após a conquista ou derrota, o movimento se resigna e recua, porém sem se dispersar e se desarticular como nos movimentos de massas.

Dessa forma a juventude não abandonou as ruas, por vezes tem sido protagonista dessa articulação política mais ampla. Rolnik (2013) confirma esta afirmação, pois durante este período de refluxo das grandes mobilizações de massa, os movimentos sociais se mantiveram vivos em seus espaços de formação e construção política acreditando que a cultura da participação política e da luta por direitos não havia se esgotado:

A “fagulha” das manifestações de junho de 2013 não surgiram do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos – o Movimento Passe Livre (MPL), a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis – que entre “catracas”, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, como os comitês populares e sua articulação nacional. (p.9).

Ao resgatarmos o histórico desse movimento de junho de 2013, nos remeteremos cronologicamente e historicamente as manifestações que ocorreram na cidade de Porto Alegre contra o reajuste abusivo das tarifas de ônibus, que foi organizada pelos coletivos de juventude em fevereiro e março de 2013. Naquele período as entidades e os coletivos estudantis e de juventude mobilizaram 10 mil jovens e trabalhadores, conquistando por meio da pressão política a revogação judicial do reajuste abusivo da tarifa de ônibus.

O exemplo desta mobilização contagiou a juventude das cidades de Natal e Goiânia que estavam sobre ameaça de reajuste da tarifa de ônibus. Em maio de 2013 durante o 53º congresso da UNE, houve uma mobilização dos congressistas que foram as ruas em solidariedade aos estudantes que estavam lutando contra o reajuste da tarifa de ônibus na

cidade de Goiânia. Ao final do congresso, a UNE juntamente com os coletivos de juventude, deliberaram como encaminhamento, nacionalizar a luta da juventude contra os reajustes abusivos das tarifas de ônibus, pois era uma pauta que aglutinava e mobilizava tanto os estudantes secundaristas quanto os universitários. Todas as entidades e coletivos que participaram do congresso viam nesta pauta a possibilidade de reaproximar os jovens da política. Nesse sentido tais movimentos tomaram para si como estratégia de construção política para aproximar a juventude das entidades, agitar a bandeira da luta contra o reajuste das tarifas de ônibus<sup>2</sup>.

Através das mídias alternativas como o *facebook* e outras redes sociais, essa expressão da juventude marcava os atos políticos, o horário de concentração, local e saída das manifestações por meio da ferramenta de marcação de eventos, facilitando a comunicação entre os jovens. Em anos anteriores, a juventude se reunia para discutir política e deliberar ações conjuntas em reuniões fechadas ou em assembleias presenciais. Em junho de 2013 este formato clássico de organização se manteve, pois, as entidades estudantis herdaram esta forma de articulação política do movimento estudantil clássico. Através das redes sociais a juventude marcava eventos tanto para as reuniões e assembleias em praças públicas, quanto para as mobilizações.

O evento do *facebook* pedia a curtida de todos os jovens do país em forma de solidariedade, para garantir a propaganda e a visualização do movimento. Aos poucos foi

---

<sup>2</sup> Em 2013 houve eleições para a tiragem de delegados para o 53º Congresso da UNE nas universidades do estado do Pará, nas quais, todas (UFPA, UEPA, UNAMA, UFRA e UFOPA), tiveram a vitória dos setores que compõe a oposição de esquerda da UNE (Juventude Juntos, Juventude Vamos a Luta, Rebele-se, Juventude Pajeú) em relação aos setores majoritários que dirigem a UNE como a União da Juventude Socialista (UJS), Kizomba e Levante Popular da Juventude. Durante o Congresso realizado em Goiânia no mês de maio de 2013, a tese do movimento Juntos! Intitulada “Vai virar essa Maré”, destacava o protagonismo da juventude na luta pela redução das tarifas na cidade de Porto Alegre onde se obteve vitória na revogação do aumento, e na cidade de Natal. A tese fazia uma leitura de conjuntura de que a “maré estava virando”, e a luta pela passagem iria se nacionalizar. A palavra de ordem no fim do congresso dos setores da oposição de esquerda era “A luta da passagem vai se nacionalizar”. Em uma plenária do movimento juntos, no final do congresso, foi deliberado que onde ocorresse reajuste de tarifa, os setores organizados da juventude deveriam se articular em uma rede ampla para irem as ruas lutar contra o aumento. Duas semanas depois após o congresso, o prefeito de São Paulo propõe o reajuste, com isso a oposição de esquerda da UNE que dirigia o DCE da USP se articulou de forma ampla com o Movimento Passe Livre (MPL) e construiu o movimento urbano que posteriormente culminou no estopim das jornadas de junho. Mesmo a UNE não tendo sido a protagonista direta das manifestações, pois o campo majoritário apoiava o prefeito de São Paulo do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad, a oposição de esquerda junto com o MPL teve um destaque na construção dessas manifestações. No dia 18 de junho, um dia após as grandes mobilizações que ocorreram em várias capitais do país, o jovem diretor da UNE pela oposição de esquerda e do movimento Juntos, Thiago Aguiar, participou do programa encontro com Fátima Bernardes, cuja tema, abordou o protagonismo da juventude. Porém em termos de expressão política, o MPL foi o principal protagonista dessas manifestações.

ganhando adesão de milhares de jovens do país que perceberam a injustiça da mídia em desqualificar estes jovens, não mostrando os excessos da polícia militar, blindando o discurso do governador e prefeito do estado de São Paulo. Tal evento no *facebook* começou a estimular os jovens de outras regiões do país a se organizarem politicamente para lutar pelas demandas locais e também em solidariedade aos estudantes de São Paulo. A orientação contida no evento encaminhou dois pontos básicos a serem seguidos: que a juventude de cada cidade criasse grupos de *facebook* e eventos convocando a juventude para se reunir no dia 16 de junho nas praças públicas para discutir as demandas da cidade; foi sugerido também que os jovens de cada região do país se somariam ao ato já marcado para o dia 17 de junho em uma segunda feira, em solidariedade aos estudantes paulistas com o objetivo de nacionalizar a luta da juventude.

A internet, sem dúvida, favoreceu a conexão e difusão de práticas, ideias e mensagens dos movimentos juvenis. Essas constatações nos convidam a pensar que as novas tecnologias têm gerado um impacto nas sociedades contemporâneas, na qual os atores sociais lançam mão das redes para divulgar imagens em forma de reivindicações no *facebook* e *youtube*, onde é possível compartilhar um vídeo ou “Twitar” ao vivo nas manifestações, a repressão policial e as assembleias organizadas pelos ativistas. Nesse sentido, para compreendermos o papel da internet nesse processo, é necessário superar a visão binária de que existem dois mundos deslocados e separados. A juventude vive virtualmente a realidade, não havendo uma separação entre o mundo virtual do ciberativismo e o real das mobilizações e reuniões de articulação e formação política da juventude. (PLEYERS, 2013). Nessa perspectiva Pleyers (2013, p. 94) afirma que:

As subjetividades políticas e os atores dos movimentos sociais de hoje surgem da articulação e fertilização recíproca entre a vida cotidiana e a política, entre o mundo da internet e o das praças públicas, entre as redes sociais e o convívio dos espaços militantes.

A juventude por não apresentar mais uma pauta única, se transformou em um movimento de massas, heterogêneo, de contestação da ordem política, que no nosso entendimento gerou um processo de aprendizagem de caráter pedagógico e educativo. “O país do futebol”, às vésperas de uma Copa do Mundo, com obras de mobilidade urbana atrasadas, estádios que custaram bilhões aos cofres públicos e serviços de educação e saúde precários, viu em junho de 2013 uma inversão radical de valores, em que a cultura política de luta por direitos tomou temporariamente o lugar de uma das principais paixões do brasileiro que é o futebol. Naquele mesmo período iniciava a copa das confederações, e enquanto os jogos



aconteciam, as ruas estavam ocupadas pelos jovens que em suas palavras de ordem, reivindicavam escolas e hospitais “padrão Federação Internacional de Futebol” (FIFA).

Observamos uma pluralidade nas múltiplas expressões da juventude, dessa vez com uma identidade diferente do formato tradicional de reivindicação do movimento estudantil por meio das entidades<sup>3</sup>, que sempre levavam às ruas uma pauta unitária de luta até que esta fosse conquistada, para poder discutir outra pauta. Porém, essa identidade heterogênea, que entrava em conflito contra estes métodos clássicos, em pontos comuns de reivindicação, conseguiam manifestar uma unidade na diversidade. Nesse sentido alguns atos políticos eram marcados por grupos com uma identidade própria, com o objetivo de ter uma pauta única como foco e, portanto, seriam a pauta a ser agitada e propagandeada às massas. Um exemplo disso foram os advogados que se organizaram nacionalmente e foram às ruas no dia 22 de junho para lutar contra o projeto de Emenda Constitucional 37 (PEC-37) que previa a retirada da autonomia dos Ministérios Públicos em realizar investigações.

Essa pluralidade garantiu vitórias que contemplaram as diversas vozes da sociedade como a redução e/ou congelamento das tarifas em algumas capitais e municípios, redução da tarifa de energia, aprovação de passe livre estudantil em algumas cidades como Goiânia, veto presidencial ao Ato Médico que prejudicaria o Sistema Único de Saúde (SUS) e a autonomia das outras profissões da saúde, engavetamento do projeto da ‘cura gay’, aprovação do “mais médicos” como demanda da saúde. Apesar do veto do congresso por duas vezes contra o projeto dos 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde, com a pressão das ruas, a presidenta encaminhou pela terceira vez o mesmo projeto para ser votado no congresso em regime de urgência. Nessa terceira oportunidade o congresso recuou e não teve coragem de votar contra esta medida, pois a participação política da juventude com a pressão nas ruas, constrangia os políticos, obrigando-os a trabalhar em benefício da sociedade.

O movimento não apresentava mais uma característica de movimento estudantil, porém um movimento de jovens, plural, autônomo, livre da direção dos partidos, dos sindicatos e das próprias entidades estudantis que tentaram dirigir os atos sem sucesso. Este movimento, por repudiar essas formas tradicionais de se fazer política, cria “no calor das ruas” sua própria identidade de movimento com base na valorização da diversidade, e principalmente no respeito às diferenças, com repúdio a qualquer tentativa de palanque eleitoral.

---

<sup>3</sup> Esta tradição se deve às práticas clássicas de organização política que as entidades estudantis herdaram do bolchevismo leninista, da época da revolução russa, que tinha como método de luta, a propaganda e agitação.

Até pouco tempo atrás as manifestações políticas organizadas pela UNE e pelos sindicatos, mobilizavam centenas de jovens e trabalhadores. Normalmente havia uma liderança que respondia e representava os anseios de sua base política. A negação a esta velha forma de representatividade política, está muito relacionada ao descrédito da política e dos partidos políticos, construídos pelo discurso da mídia que contribuiu para o afastamento da sociedade da esfera pública, para o agravamento da crise de representatividade e a formação de uma cultura política de aversão à política. Para Lima (2013):

É necessário então introduzir um fator sempre ignorado quando se fala em “crise da representação política” que, como se sabe, não é exclusiva da democracia brasileira, mas um sinal de esgotamento de instituições tradicionais das democracias representativas. [...] A ampla diversidade de opiniões existentes na sociedade não encontra canais de expressão pública nem tem como se fazer representar no debate público formador da opinião pública. Apesar disso, não é a primeira vez em nossa história política recente que a velha mídia se autoatribui formadora e, simultaneamente, de expressão da vontade das ruas, vale dizer, da “opinião pública”. Mas, embora consiga dissimular com competência suas reais intenções, a velha mídia não só faz parte como de fato agrava a crise da representação política. [...] (p. 165-167).

Podemos fazer uma aproximação da crise de representatividade com a crise do contrato social na perspectiva de Boa Ventura de Souza Santos (1999), uma vez que há uma fragilidade da mediação realizada pelo estado moderno, entre democracia e capitalismo. Este autor reforça a necessidade de se reinventar a democracia como uma condição de enfrentamento contra os ajustes impostos pelo mercado e suas agências multilaterais, que regulam a economia forçando os estados modernos assumirem posturas que enfraquecem os direitos sociais e a democracia. A crise do contrato social, com o esgotamento das estruturas políticas de poder em virtude da crise de representatividade, e a instabilidade entre a mediação da democracia com o capitalismo, dificultam a efetivação e consolidação da democracia.

A chegada ao poder inevitavelmente ocorre quando há o estabelecimento de acordos fisiológicos<sup>4</sup> e alianças espúrias para ter mais tempo de TV e capital político, rompendo dessa forma com os princípios e a coerência programática de cada organização política. Além desses acordos entre as instituições políticas, existe uma alta interferência do mercado que

---

<sup>4</sup> Termo muito utilizado no campo das ciências políticas que significa as alianças que são feitas entre partidos que apresentam identidades políticas diferentes e programas e plataformas de governo com concepções distintas. O fisiologismo é muito comum na política brasileira, pois partidos como o PT que tem sua origem nos movimentos sociais, nos sindicatos e defende no seu programa uma concepção de sociedade que garanta direitos para os trabalhadores, é obrigado a se aliar a outros partidos que acreditam em uma concepção liberal contra o paternalismo do estado, ou seja, é preciso lançar mão dessas alianças para se garantir uma governabilidade, porém isso implica em abrir mão de princípios e implementar políticas que antes eram criticadas para fazer a vontade da base aliada ligada a setores do mercado.

dita as regras a serem seguidas pelo estado moderno no processo de mediação das tensões entre a democracia e o capitalismo, que para Boa Ventura de Souza Santos (1999), a legitimidade deste estado na mediação desta tensão:

[...] é, maior, ou menor, e esteve sempre vinculada ao modo mais ou menos equilibrado como resolve esta tensão. O grau zero da legitimidade do estado moderno é o fascismo, a rendição total da democracia perante as necessidades de acumulação do capitalismo. O grau máximo de legitimidade do estado moderno reside na conversão, sempre problemática, da tensão entre democracia e capitalismo num círculo virtuoso em que cada um deles prospera aparentemente na medida em que os dois prosperam conjuntamente. (p.13).

Apesar de vivermos o esgotamento e descrédito das instituições, cujo cenário atual é marcado por uma crise institucional e política, temos observado no atual cenário social contemporâneo, uma cultura política marcada pela polarização de saberes e concepções epistemológicas, nas quais os grupos que disputam os rumos culturais, econômicos e políticos do país, estão indo as ruas exigir suas agendas na ordem do dia.

O grande capital representado pelos bancos, empresários da indústria e do agronegócio, os quais tem uma significativa representação no congresso, tem alimentado a tese do *impeachment*, como uma forma de retomar o crescimento econômico do país, uma vez que o atual governo, democraticamente eleito, não consegue mais atender os interesses hegemônicos, mesmo com as sinalizações do ajuste fiscal representado na figura do antigo ministro da fazenda Joaquim Levi, figura vista com bons olhos pelas elites.

Alguns movimentos sociais, constituídos por setores populares que representam os interesses dos grupos culturais historicamente excluídos, como negros, índios, quilombolas, LGBTs, mulheres e trabalhadores do campo e da cidade, vem travando uma luta em defesa da democracia e da legalidade pela manutenção do mandato do governo Dilma, democraticamente eleito.

Infelizmente a correlação de forças no congresso é desfavorável, pois poucas cadeiras são ocupadas por representantes desses movimentos. Alguns intelectuais orgânicos que simpatizam com a causa operária da classe trabalhadora e desses grupos, tem sido os porta-vozes dessas minorias ativas. Suas agendas sempre tiveram pouco espaço, uma vez que o governo do PT que tem uma origem operária, para chegar ao poder e garantir a governabilidade, teve que se aliar com grupos que sempre negaram direitos e espaço a esses movimentos.

Nas ruas observamos um grande tensionamento entre esses dois movimentos que apresentam agendas totalmente opostas tanto no sentido econômico, político e cultural. Essa

guerra cultural promove desdobramentos em toda sociedade, uma vez que a reprodução de uma epistemologia hegemônica e sua materialização, que ocorre por meio das conquistas de espaço político, torna possível a materialização total do projeto colonizador.

O pensamento hegemônico elimina toda reflexão epistemológica do contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento. O epistemicídio tem garantido a manutenção do projeto colonizador capitalista de homogeneizar o pensamento no mundo, obliterando as diferenças culturais, esvaziando as práticas sociais de conhecimentos que contrariam os interesses hegemônicos (SANTOS, 2009). No Brasil, sempre houve uma resistência contra a consolidação desse projeto, pois os movimentos sociais conseguiam ou alterar a correlação de forças quando era necessário lutar por direitos, ou fazer o congresso recuar quando pautas que representariam retrocessos estavam para serem aprovadas.

Porém, as elites para garantirem seus privilégios e o andamento do projeto colonizador, superaram até mesmo a hegemonia nas ruas que sempre foram lugar dos movimentos sociais mais progressistas. Nessa guerra cultural, as minorias ativas vêm sofrendo derrotas no campo político, cujos desdobramentos veremos na consolidação da agenda do mercado no governo Temer que se inicia.

E a juventude teve um papel fundamental na consolidação do avanço do pensamento conservador, do processo de *Impeachment* até a chegada do Michel Temer ao poder. Tanto o MBL, Vem pra Rua Brasil e o Revoltados Online, receberam financiamento dos partidos da ordem como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Partido da Mobilização Democrática Nacional (PMDB), e construíram essas manifestações, cuja participação foi para além da juventude.

Nesse contexto, temos esses movimentos contemporâneos de jovens cuja formação política é mais conservadora e autoritária, pois se nega a democracia, a pluralidade, a diferença e a diversidade, ao defender uma homogeneidade cultural que desconsidera as minorias e os direitos sociais.

Este estudo não tem como dar conta de apreender as representações sociais de jovens sobre a formação política agregando setores políticos distintos da juventude como esses movimentos contemporâneos mais conservadores, que tem seus espaços próprios, nos quais ocorre essa formação. Reivindicamos a tradição do movimento estudantil clássico representado nas entidades estudantis organizadas e legitimamente eleitas pelos estudantes e que historicamente tem seus estatutos, práticas e métodos de formação. O lugar de onde vim, será o espaço privilegiado, no qual irei me debruçar empiricamente para apreender essas

imagens e sentidos de jovens de movimentos estudantis de enfermagem sobre a formação política.

## 1.2. Os movimentos sociais como espaços de formação política da juventude

Partindo desta experiência de participação política da juventude, alguns autores que estudam a juventude e sua relação com a política como Mayorga, Castro e Prado (2012) acreditam que esta relação é complexa, e subjetiva, pois estes sujeitos não estão em um lugar delimitado do campo político, como o parlamento. A atuação da juventude na política é periférica e se dá por meio dos movimentos sociais, nos coletivos juvenis, nos centros acadêmicos, nos diretórios centrais e em outras entidades representativas.

Para Lima (2013) desde que a televisão se transformou em mídia de massa hegemônica, a cultura política que vem sendo propagada no Brasil tem sido a permanente desqualificação da política e de seus atores. Nesse contexto, as gerações pós-ditadura foram formadas. A juventude contemporânea até junho de 2013 apresentava uma identidade de apatia em relação a política. Ainda para este autor, por mais justificável e legítima que seja a insatisfação geral da sociedade com a política, não se pode perder de vista o papel tendencioso da mídia em construir uma cultura política que desqualifique as instituições, os políticos e a política em si.

Para Mareiríe *et al* (2012) nessas múltiplas formas de organização juvenil contemporânea (Movimentos sociais, partidos, entidades, frentes, redes), percebe-se uma unificação transitória e momentânea, que acontece a partir de um projeto construído com base nas vivências individuais de cada um, por meio da pluralidade de ideias e expressões. Nessa unificação coletiva, percebe-se o ideário de compromisso, reflexão e permanência sobre o projeto e a organização que nasce no seio dos movimentos sociais contemporâneos. Estes movimentos apresentam o desejo de ficar junto, de estabelecer o compromisso com as singularidades dentro do lugar social que esta organização ocupa, tendo como horizonte uma *práxis* que reinvente as táticas e estratégias de ação política. Nesse sentido, ainda para esta autora, essa ação política:

[...] é ação e reflexão ao mesmo tempo, sendo capaz de pensar suas estratégias na direção de uma práxis, atuando sobre eles, na mesma medida em que atua sobre nós. A orientação do porvir, o que ainda não se é, e o que ainda não se chegou a ser. Tal forma de coletivo caracteriza os movimentos sociais em geral, por exemplo, o Movimento Passe Livre (MPL), assim como alguns grupos de rap e outras organizações comunitárias. (p.153).

O caráter das mobilizações de rua da juventude em 2013 seguiu essa perspectiva de reinvenção política que aparentemente é uma característica do ativismo contemporâneo. Para Gohn (2012) os movimentos sociais apresentam um caráter educativo, uma vez que são uma extensão das práticas educativas desenvolvidas pelos programas de educação popular, que podem ser diferenciados deste, por apresentar uma característica de educação autoconstruída no processo educativo, sem estar preso a metas, conteúdos e objetivos de um determinado programa seja partidário ou autônomo. Ainda segundo a autora, nos movimentos sociais essa educação surge de várias formas, a saber:

- a) Da aprendizagem que é gerada pela prática repetida de ações rotineiras que é imposta pela burocracia do estado.
- b) Da aprendizagem que é gerada com a vivência e experiência de contato com fontes que auxiliam a exercer formas de poder.
- c) Da aprendizagem das diferenças que existem na realidade social dentro do contexto da percepção do que é distinto nos tratamentos que os grupos sociais recebem de suas necessidades.
- d) Da aprendizagem que é gerada pelo contato com assessorias que apoiam o movimento ou que são contratadas.
- e) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade que se configura em um lugar privilegiado, e recebe tratamento de competência. Nesse caso se substitui o tratamento da autoridade de competência para conhecimento. Dessa forma, os fundamentos desse poder se baseiam na defesa do interesse de grupos e camadas.

Estas fontes de saber geram mobilizações que põe em risco o poder dominante e constituído, mesmo que em tese seja uma administração progressista e popular que a princípio tinha o apoio desse movimento. Quando ocorre este enfrentamento político, o estado, a mídia e os detentores de uma posição de poder hegemônico, realizam uma movimentação para desqualificar este saber que passa a ser caracterizado como anárquico. No campo das ciências sociais para Gohn (2012):

A crítica à teoria da marginalidade foi substituída por outro privilegiado de investigação – os movimentos sociais – de variadas matrizes: mulheres, negros, populares de periferia, pacifistas, político-partidários, sindicais, religiosos etc. Dentre estes, destacam-se os estudos sobre os movimentos sociais populares urbanos que são, ao nosso ver, uma continuidade da produção sobre a educação popular, com uma diferença básica: não se trata mais de analisar programas mas sim de manifestações concretas produzidas por grupos organizados. (p. 55).

No campo das representações sociais, na perspectiva de Jovchelovitch (2000) podemos compreender que as imagens e os sentidos atribuídos da sociedade e da mídia na esfera pública, neste período, foram de negação à política, e de descrédito a todas essas instituições políticas tradicionais, além de um sentimento de aversão à política como um todo. Porém, outros segmentos juvenis organizados em outras frentes como o campo das culturas de rua e outras formas de militância política de jovens, houve uma criação de diversos modos de expressões artísticas que denunciavam os problemas e a realidade das mazelas presentes nas periferias dos grandes centros urbanos.

Para Schmidt (2001), se diminui o envolvimento da juventude nas organizações tradicionais como sindicatos, partidos e organizações estudantis, porém há um crescimento de sua participação em ações específicas de natureza social, política, cultural e artística no campo dos direitos humanos, do feminismo e do meio ambiente.

Às vezes, os jovens têm o primeiro contato com esses movimentos sociais por meio do movimento estudantil, e passam a frequentar estes espaços por serem mais autônomos e independentes das organizações tradicionais. Esse afastamento a essas organizações, muito se deve ao caráter de manutenção de práticas como aparelhamento de entidades, burocratização, uso dos jovens como massa de manobra partidária etc.

A contribuição pedagógica desses jovens atores dos movimentos sociais se dá a partir do entendimento de que a cultura é um eixo de ação coletiva e educativa que gera imagens e sentidos no interior dos grupos. Essa ação coletiva cultural está em sintonia com a escola e a sociedade, uma vez que, mais do que o conhecimento escolar, os saberes culturais adquiridos no interior dos grupos, são mais resistentes, pois são constituintes das representações sociais dos sujeitos. A cultura por ser multifacetada é mais rica para arraigar práticas e saberes impregnando condutas, normas e valores que de certa forma inspiram a ação pedagógica. Demonstra as faces mais plurais dos sujeitos desde a linguagem, vivências, experiências, concepções de mundo, expressões próprias dos grupos e imaginários construídos no berço da cultura. (ARROYO, 2014).

Nessa perspectiva esses “novos” atores dos movimentos juvenis criam, ressignificam e reinventam novas normas, padrões, saberes, crenças e valores culturais. As imagens e sentidos formam suas representações sociais, orientando suas ações no campo político marcado por tensões que fazem parte do atual cenário das sociedades contemporâneas, nas quais as identidades dos grupos resistem às imposições de uma identidade social, ocidental “globalizante” e colonizadora. (ARROYO, 2014).

Esses sujeitos contribuem para a educação dos indivíduos, dos grupos e da sociedade, mostrando a necessidade de aproximação da pedagogia com algumas dimensões éticas que são determinantes na formação dos sujeitos. Tais dimensões éticas para Arroyo (2003) são trazidas pelos movimentos contemporâneos na urgência de se repensar a sociedade na qual estamos inseridos, na perspectiva de se resgatar uma moralidade que aparentemente foi perdida no pensamento político e social. Nesse sentido, os movimentos sociais:

[...] trazem para a pedagogia algo mais do que conselhos moralizantes tão do uso das relações entre mestres e alunos. Recolocam a ética nas dimensões mais radicais da convivência humana, no destino da riqueza, socialmente produzida, na função social da terra, na denúncia da imoralidade das condições inumanas, na miséria, na exploração, nos assassinatos impunes, no desrespeito a vida, na pobreza e injustiça. Aí nessas radicalidades da experiência humana os movimentos sociais repõe a ética e a moralidade tão ausentes no pensamento político e social. E pedagógico também. (p.42).

Assim sendo, a temática representações sociais de jovens de movimentos estudantis de enfermagem sobre a formação política se inscreve a partir das seguintes questões norteadoras:

- Qual o perfil sociopolítico desses jovens universitários de movimentos estudantis de enfermagem?
- Quais as representações sociais da juventude sobre a formação política nos seus processos de objetivações e ancoragens?
- Quais as implicações dessas imagens e sentidos na vida pessoal, acadêmica e profissional desses jovens?
- Quais as implicações dessa formação política para a formação acadêmica em enfermagem?

Segundo Alves-Mazzoti e Gewandsznajder (2002, p. 149) “O problema de pesquisa é definido como uma indagação referente à relação entre duas ou mais variáveis”, ou seja, eventos ou aspectos que norteiam a conduta dos sujeitos sob um determinado fenômeno social. As inquietações apontadas anteriormente nos levaram a elaborar o seguinte problema de estudo: **Como se constituem as representações sociais de jovens de movimentos estudantis de enfermagem sobre a formação política e quais suas implicações para a sua formação acadêmica?**

Portanto elegemos como objetivo geral: **analisar como se constituem as representações sociais de jovens universitários de entidades estudantis de enfermagem sobre a formação política e as implicações para a formação acadêmica.** Para respondermos ao problema deste estudo, traçamos os seguintes objetivos específicos:



- Identificar o perfil sociopolítico desses jovens universitários de movimentos estudantis de Enfermagem,
- Apreender as representações sociais da juventude sobre a formação política nos seus processos de objetivações e ancoragens;
- Caracterizar as implicações na formação acadêmica dessas imagens e sentidos que constituem as representações sociais da juventude sobre a formação política.

Este estudo privilegia os aspectos subjetivos e objetivos ancorados nas imagens e sentidos da juventude sobre a sua formação política, pois acreditamos que a teoria das representações sociais, permite discutir os movimentos de continuidade e descontinuidades dos processos de transformação em curso, e de rupturas no campo epistemológico no atual cenário contemporâneo. Para a teoria das representações sociais as imagens e os sentidos dos sujeitos construídos no campo simbólico nos permitem dialogar com outros campos do conhecimento como a linguagem, a comunicação e a cultura, além de resgatar conceitos clássicos no campo da sociologia contribuindo para a formulação de um conhecimento que privilegia a construção de teorias no campo da psicologia social e da educação.

Desse modo a nossa proposta de estudo se inscreve nas imagens e sentidos que representam as objetivações e ancoragens que constituem as representações sociais. Organizamos nosso estudo da seguinte maneira: Na primeira seção apresentamos os aspectos introdutórios deste estudo, delimitando o objeto de estudo a partir da problematização da temática e apresentação das questões norteadoras, problema e objetivos a serem alcançados; a segunda seção discute o estado da arte sobre as representações sociais da juventude sobre a formação política; Na terceira seção elaboramos a trifulcação teórica trabalhando com as dimensões sobre o processo de inserção política da juventude no Brasil, a juventude na contemporaneidade e as representações sociais como teoria; Na quarta seção organizamos o percurso metodológico do estudo; e na quinta seção apresentamos os sentidos da formação política para a juventude desse estudo e as dimensões das representações sociais.

---

**SEÇÃO II – ESTADO DA ARTE ACERCA DAS  
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA JUVENTUDE SOBRE A  
FORMAÇÃO POLÍTICA E SUAS VARIANTES**

---

Discutimos na seção anterior a relação da juventude com a política no mundo contemporâneo, delimitando o objeto de estudo com base nas problematizações que foram

apresentadas. O lugar dessa juventude dentro do contexto político na contemporaneidade tem se caracterizado por um engajamento político em redes, ou seja, os diversos movimentos sociais, tem se configurado como espaço de socialização política da juventude.

Essas interações da juventude no ato de fazer política se constroem em um campo de disputas contraditórias que geram tensões e conflitos de ideias e percepções. A diversidade do movimento estudantil proporciona a criação de novos saberes, que faz emergir formas alternativas de se fazer política nos espaços onde a juventude promove suas ações militantes, como as assembleias e as grandes mobilizações de rua. Essas manifestações nos levaram a testemunhar uma identidade heterogênea de auto-organização da juventude em virtude das diversas vozes e expressões da juventude que tem se organizado na construção de mobilizações de rua como as manifestações de junho de 2013. É com esta compreensão que nos lançamos a pensar a relação da juventude com a política e as representações sociais a partir de estudos produzidos na literatura brasileira que contribuem para uma formulação teórica neste campo de discussão.

Desse modo, esforços outrora realizados por outros pesquisadores para compreender a relação da política com a juventude são base para a formulação e delimitação deste objeto de estudo. Apresentamos o estado da arte nesta seção para configuração do objeto proposto neste estudo denominado **As representações sociais de jovens de movimentos estudantis de enfermagem sobre a formação política e as implicações para a sua formação acadêmica.**

Para Romanowski (2006) a realização do mapeamento do conhecimento que pode ser chamado de estado da arte ou estado do conhecimento, tem a pretensão de mapear um determinado tipo de saber, com o objetivo de analisar quais são os eixos metodológicos, dimensões ontológicas e epistemológicas que vem sendo destacados em diferentes contextos e períodos. A princípio se escolhe as bases de dados ou bibliotecas virtuais; posteriormente se selecionam os resumos das teses, dissertações, publicações em periódicos e em anais de eventos para investigação a partir de critérios de inclusão estabelecidos previamente, nos quais se fazem cruzamentos entre os pares de descritores. (KOERICH e ERDEMANN, 2011).

Recomenda-se a formulação de um problema de estudo para a elaboração do estado da arte e se escolha as bases de dados e os descritores em que irá ocorrer a busca das produções. Em seguida definimos os critérios de inclusão, e fazemos a busca avançada realizando os cruzamentos entre os pares de descritores. Posteriormente são realizados os filtros necessários para delimitar a busca, e a partir da leitura do título, resumo e descritores,

se selecionam os estudos com base nos critérios de inclusão estabelecidos previamente (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Nesse sentido para a elaboração do estado da arte, tomamos como questionamento a seguinte questão: como a formação política da juventude é tratada nas dissertações, teses e artigos entre os anos de 2009 e 2014, disponíveis no sítio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na Biblioteca Eletrônica da Scientific Electronic Library Online (SciELO)?

A temática “representações sociais da juventude sobre a formação política” será tomada como foco desse estudo para construção do estado da arte. Contudo compreendemos que durante a busca das produções que se aproximem da temática de estudo, nem sempre o descritor selecionado consegue detectar uma quantidade de produções satisfatórias que estejam próximas do objeto de estudo, pois as denominações se misturam com outras. Nesse sentido utilizaremos alguns descritores que expressem essas variações do temática de estudo.

Em virtude da variação da temática de estudo, observamos que a utilização dos descritores não se daria de maneira uniforme nas duas bases de dados. Dessa forma, diversificamos a busca avançada na base SCIELO utilizando termos indutores variantes da temática representações sociais da juventude sobre a formação política como descritor, cruzando os pares dos seguintes termos: formação política e juventude; educação política e juventude; participação política e juventude; formação política e jovens; educação política e jovens; participação política e jovens; socialização política e juventude; socialização política e jovens.

Na base de dados da BDTD, inicialmente tentamos fazer o cruzamento entre os pares da mesma forma que foi feito na base SCIELO, mas nenhum resultado foi localizado para a consulta, o que daria uma busca sem dissertação e tese selecionada. Optamos por utilizar apenas um estímulo indutor por busca; dessa forma trabalhamos com as variantes da formação política, criando além do descritor “formação política”, mais outros três: “Participação política”, “educação política”, e “socialização política”, no sentido de ter uma busca mais abrangente.

No total foram selecionados 19 artigos e uma resenha de livro por meio da base SCIELO, e três teses e 10 dissertações encontradas na base BDTD. Tais produções farão parte do *corpus* de análise desse estado da arte, e estão apresentadas nos quadros 1 e 2 a seguir.

Selecionamos as publicações que se aproximam do objeto de estudo que por mais que não discutam o processo de formação política dessa juventude especificamente, abordam

variações sobre a temática em questão. Nesse sentido selecionamos também estudos que discutem os espaços de intervenção ou participação política da juventude, pois no nosso entendimento, esses lugares que os jovens transitam para se socializarem politicamente são ambientes que se constroem saberes, valores, laços e aprendizagens, que, portanto contribuem para a constituição e formação da subjetividade e identidade política desses sujeitos. Isso implica refletirmos sobre o processo de educação não escolar ou não-formal, como uma área de conhecimento em construção.

Tais implicações para a educação partem do princípio de que os indivíduos ao se socializarem em ambientes com lógicas, ideias, e identidade própria, com objetivos coletivos ou comunitários, haverá nesse espaço uma aprendizagem de conteúdos que são transmitidos no cotidiano, por meio de conversas, práticas, ações e diálogos. Podemos citar como exemplo a aprendizagem política dos direitos individuais enquanto cidadão; a capacidade dos sujeitos desenvolverem habilidades e competências para intervirem na sociedade como ativistas ou militantes, buscando uma transformação da realidade ou conquista de um determinado direito; e o exercício de se organizarem em grupo para a solução de problemas cotidianos. Portanto, as formas de participação política e socialização política garantem a construção de novos saberes o que trás implicações para o processo de formação da identidade política desses sujeitos.

Nesse sentido, observamos que dentre os artigos selecionados na base de dados SCIELO, existe uma produção significativa sobre a formação política e suas variantes na área da educação e da psicologia como demonstra o quadro abaixo, no qual aponta que 35% (n=7) dos artigos são da área da educação e 35% (n=7) , da psicologia. No campo das ciências sociais temos 25% (n=5), e na saúde 5% (n=1).

Quadro 1 – Número de artigos selecionados na base de dados SCIELO por revista.

Área do conhecimento	Revistas	Total	Percentual (%)
Educação	Proposições	4	35%
	Revista Brasileira de Educação	1	
	Educar em Revista	1	
	Educação e realidade	1	
Psicologia	Psicologia e sociedade	2	35%
	Estudos em psicologia	4	
	Psicologia: teoria e pesquisa	1	

Ciências sociais	Lua nova	1	25%
	Ultima década	1	
	Ex aequo	1	
	Revista brasileira de ciências sociais	1	
	Opinião pública	1	
Saúde	Saúde e sociedade	1	5%
Total	13	20	100%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir do banco de dados das bases SCIELO e BDTD (2015).

Já na busca da base de dados na BDTD, o quadro 2 nos revela que dentre as 10 dissertações e três teses encontradas, apenas 2 dissertações foram encontradas em programas da área da educação, o que representa apenas 15%. As demais dissertações e teses são de programas da sociologia política (n=1), ciências sociais (n=3), ciência política (n=2), política social (n=1), serviço social (n=1), políticas públicas e sociedade (n=1), e Desenvolvimento Humano, Formação, Políticas e Práticas Sociais (n=1). Apenas uma dissertação de um programa de administração foge a regra, pois discute o empreendedorismo política da juventude na perspectiva de mercado.

Quadro 2 – Número de dissertações e teses selecionados na base de dados BDTD por programa de pós-graduação.

Programas de pós-graduação	Dissertações		Teses		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Administração	1	7,6%	0	0%	1	7,6%
Ciências sociais	2	15,3%	1	7,6%	3	22,9%
Ciências políticas	1	7,6%	1	7,6%	2	15,3%
Desenvolvimento humano, formação, políticas e práticas sociais	1	7,6%	0	0%	1	7,6%
Educação	2	15,3%	0	0%	2	15,3%
Política social	1	7,6%	0	0%	1	7,6%
Políticas públicas e sociedade	1	7,6%	0	0%	1	7,6%

Sociologia política	0	0%	1	7,6%	1	7,6%
Serviço Social	1	7,6%	1	7,6%	1	7,6%
Total	10	77,1%	3	22,9%	13	100%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir do banco de dados das bases SCIELO e BDTD (2015).

Durante a análise dos resumos o que possibilitou obter informações sobre os objetivos, o objeto de estudo, os sujeitos, a metodologia e os resultados encontrados, observamos que o estudo da juventude sobre a formação política e suas variantes junto com as representações sociais, carecem de mais estudos. Tirando as variantes da temática como participação política e sociabilidade política, observamos que apenas duas dissertações discutem a temática formação política da juventude, sendo uma a partir de projetos de extensão, e a outra dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem terra (MST). Uma tese de doutorado discute a formação política da juventude dentro do MST; e um artigo discute o papel do ensino da filosofia na formação política da juventude.

Por região do país, temos uma tese para a região nordeste, sudeste e sul respectivamente, e uma dissertação para o nordeste, cinco para o sudeste e quatro para o sul. Dentre os artigos, observamos que as publicações selecionadas, majoritariamente pertencem a região sudeste que fica com 75% (n=15) dos artigos publicados, sendo apenas dois para a região sul, um para o centro oeste e dois internacionais como aponta o quadro abaixo.

Quadro 3 – Dissertações, teses e artigos publicados por região

Região	Teses	Dissertações	Artigos	Total	Percentual (%)
Norte	0	0	0	0	0%
Nordeste	1	1	0	2	6%
Centro-oeste	0	0	1	1	3%
Sudeste	1	5	15	21	63%
Sul	1	4	2	7	21%
Internacional	0	0	2	2	6%
Total	3	10	20	33	100%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir do banco de dados das bases SCIELO e BDTD (2015).

Em um estudo realizado para mapear a produção científica brasileira profissional Rueda (2009) atesta em seu levantamento que a região Norte segue uma tendência de apresentar uma quantidade inexpressiva de produções comparada a outras regiões. O sudeste se configura como a maior produtora de conhecimento do país:

Quanto à região Norte, os resultados vão ao encontro do apontado pela literatura em relação à pouca ou quase nula quantidade de publicações no âmbito da pesquisa científica brasileira. Vale destacar que a predominância da região Sudeste não ocorre apenas no que tange às publicações científicas de uma determinada área, uma vez que autores tem apontado sistematicamente a prevalência de profissionais em várias áreas de atuação nessa região do país. Como exemplo pode ser citado a área da saúde, escolar e educacional, terapêutica, dentre outros. (p. 136)

Essa baixa produção na região Norte se deve ao fato de que nossos programas de pós-graduação não são muito antigos em relação aos da região sudeste que tem anos de existência e tradição na produção de conhecimento. As revistas científicas da região Norte tem, segundo os critérios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um *qualis*<sup>5</sup> baixo, porque devido serem revistas novas tem dificuldade de atrair artigos até mesmo dos pesquisadores da própria região. Esses sujeitos tendem a buscar as revistas com um *qualis* mais elevado com o objetivo de garantir uma avaliação satisfatória - do programa no qual está inserido - perante aos critérios exigidos pela CAPES.

Além disso, há uma dificuldade na busca por artigos publicados em revistas na região Norte através das bases de dados eletrônicas, pois estas selecionam os artigos de revistas com *qualis* mais elevado. O desafio da pesquisa na região Norte é garantir que haja continuidade da produção de conhecimento qualificando os projetos dos grupos de pesquisa, as dissertações e teses nos programas de pós-graduação para melhorar a avaliação da CAPES, formando novos pesquisadores doutores com qualificação em pesquisa, o que futuramente pode possibilitar a criação de revistas com corpos editoriais qualificados, melhorando a qualificação da pesquisa na região.

Durante o processo de análise, realizamos a leitura dos títulos, resumos e descritores, e definimos uma unidade de sentido para cada produção. Esta unidade apresenta a

---

<sup>5</sup> A CAPES tem uma política de classificar as revistas científicas indexadas quanto a qualidade dos artigos publicados. O *Qualis* periódicos está dividido em oito estratos, em ordem decrescente, a saber: A1, o mais elevado com fator de impacto igual ou superior a 3,800; A2 com fator de impacto entre 2,500 e 3,799; B1, com fator de impacto entre 2,499 e 1,300; B2, com fator de impacto entre 0,001 e 1,299; B3, B4, B5 são indexados em bases de dados como Scielo dentre outras, mas sem fator de impacto; e C é considerado irrelevante com peso zero sem pontuação.



organização semântica do que está sendo apresentado pelo estudo, ou seja, o sentido, que pode ser retirado segundo Campos (2004) de palavras, frases, textos de artigos completos, entrevistas, jornais, documentos, livros etc. Posteriormente estas unidades foram sendo refinadas e agrupadas por aproximação semântica, com o objetivo de identificar o que os estudos têm em comum. Formamos os agrupamentos temáticos que representam o sentido semântico do que cada grupo de artigos, teses e dissertações discutem.

Apresentaremos os agrupamentos temáticos, nos quais se encontram os estudos que foram selecionados e fazem parte do *Corpus* de análise desse estado da arte, no qual dialoga com o objeto de estudo dessa dissertação. Resolvemos classificar estes estudos por aproximação temática por entender que existem semelhanças entre alguns artigos, dissertações e teses, nos quais, caso fossem apresentados de forma fragmentados e separados, dificultaria a discussão desse Corpus, uma vez que se tornaria repetitivo, em virtude das semelhanças entre alguns estudos que não apresentam a mesma natureza textual.

Nesse sentido emergiram os seguintes agrupamentos temáticos que serão discutidas nesta seção: **1) Participação juvenil e sua relação com a política no contemporâneo; 2) A escola como um espaço de socialização política da juventude; 3) Valores políticos e influências na construção da identidade política da juventude; 4) A nova forma de se fazer política através da socialização e participação da juventude nos movimentos sociais; 5) Participação política tradicional da juventude; 6) Formação política da juventude.**

## **2.1. Participação Juvenil e Sua Relação Com a Política no Contemporâneo**

Este primeiro agrupamento de estudos que deu origem a esta temática de investigação, discute as várias matrizes dos processos de politização da juventude em que perpassa pela formação, letramento, educação e experiências socioeducativas na política. As percepções, os valores, e as representações nos dão uma dimensão da identidade política juvenil na contemporaneidade, que se configura como uma identidade em construção. Ela não está cristalizada em dogmas e ideologias como era de costume em épocas anteriores. Esta identidade se materializa através da possibilidade de resignificação que se expressa nas rupturas observadas nas transformações em curso na sociedade contemporânea. Esses estudos

mostram que a modernidade tende a esvaziar o sentido da dimensão da política desqualificando-a, criando uma cultura política que influenciou a atual geração de jovens a terem aversão e apatia pela política. O Quadro 4 destaca os estudos que fazem essa discussão.

Quadro 4 – Artigos, dissertações e teses em que a formação política da juventude e suas variantes foram tomadas como eixo de discussão

<b>Artigos</b>				
<b>Descritor</b>	<b>Título</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor</b>
<b>Participação política and juventude</b>	A Participação Política de Jovens no Contemporâneo e seus Desafios	Psicologia e Sociedade	2013	MATTOS, Amana Rocha; MESQUITA, Marcos Ribeiro
<b>Participação política and jovens</b>	Da participação à integração: Estruturas e oportunidades, discriminação e gênero no contexto da participação cívica e política de jovens imigrantes brasileiros/as	Ex Aequo	2011	JESUS, Maria Fernandes et al
<b>Participação política and juventude</b>	Concepções de juventude e política: Produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011)	Estudos de Psicologia	2013	MAHEIRIE, Kátia
<b>Participação política and jovens</b>	Pesquisar a juventude e sua relação com a política – Notas metodológicas	Estudos de Psicologia	2013	MAYORGA, Claudia
<b>Participação política and jovens</b>	De Jovem a Estudante: Apontamentos Críticos	Psicologia e Sociedade	2009	MORTADA, Samir Pérez
<b>Dissertações e teses</b>				
<b>Descritor</b>	<b>Título</b>	<b>Programa/Curso</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor</b>
<b>Participação política</b>	Juventude, Contexto e Participação Política	Ciências Sociais/Mestrado	2010	FARIA, Ana Lúcia Barbosa

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir do banco de dados das bases SCIELO e BDTD (2015).

Na única resenha do livro “*Juventude e a experiência da política no contemporâneo*”, selecionada neste estado da arte, Mattos (2013) apresenta por meio dos artigos presentes neste livro, como as pesquisas sobre a relação entre juventude e política vêm gerando discussões que demonstram as expressões de um tempo em que o conceito de política vem sendo debatido e transformado. Neste contexto, o lugar do jovem na modernidade é problematizado a partir do conceito da relação de tutela, que é determinada pelos adultos como uma condição de subordinação, silenciando a juventude dos espaços de disputa de posições e opiniões entre os adultos, como por exemplo as instituições políticas e os lugares onde a vida da juventude é decidida. Nesses espaços a atuação dos jovens é desqualificada, suas ideias são esvaziadas e rotuladas como ingênuas, tornando o jovem um ser invisível, sem voz e poder de decidir sobre seu próprio futuro. Essa relação de poder abre possibilidades para cenários de resistência, rebeldia, conflito e transgressão que podem gerar reações individuais e até mesmo coletivas segundo esse autor.

Essas transgressões se dão em contextos culturais, sociais e políticos, nos quais o jovem parte para o enfrentamento da ordem se organizando em grupos. Na periferia, temos o exemplo do hip hop que é uma manifestação cultural de resistência da juventude da periferia que não se sente representada pela lógica imposta de exclusão social de pobres e negros que vivem a margem da sociedade e são discriminados por esta condição; o jovem pode enfrentar esse sistema de forma a estar em conflito com a lei, se rebelando contra a ordem estabelecida pelo Estado; ou então o jovem pode se organizar para intervir politicamente, lutando por direitos e por voz; ou se organizar em grupos de igreja, que são espaços que dão voz aos jovens.

Ainda para Mattos (2013) o lugar do jovem nesse contexto, passa a ser da organização política alternativa em coletivos e movimentos de juventude, ao negar a relação clássica da política que é institucionalizada e hierarquizada. Essas formas de organização são meios e possibilidades da construção da identidade coletiva dos jovens, nos quais possam se afirmar enquanto sujeitos em uma representação coletiva.

A autora, porém, destaca que a disputa pela transformação da institucionalidade oferece riscos, uma vez que, as diferenças podem ser silenciadas em virtude da correlação de forças serem desfavoráveis, podendo trazer a necessidade de acordos de consenso, que pode não significar a vontade e a causa inicial do grupo organizado. Essa resenha demonstra os embates e diferentes concepções sobre a ação coletiva política dos jovens de hoje.

O artigo publicado por Jesus (2011) segue uma linha diferente de investigação em relação ao estudo anterior. Porém dialoga com o objeto de investigação dessa dissertação por estar inserido no debate contemporâneo da participação política juvenil. O artigo desse autor buscou compreender as formas, contextos e níveis de participação cívica e política de jovens imigrantes brasileiros/as em Portugal, mediante a diferença de idade e de gênero.

Foi aplicado como técnica de coleta de dados o grupo focal, no qual se analisou as experiências, significados e percepções desses jovens em relação a participação nas estruturas políticas, tendo como foco a luta pela integração, e contra o preconceito e discriminação. Os resultados apontam que estes jovens têm pouca experiência em participação em contextos institucionais e informais.

Apesar dos portugueses estarem bem ambientados com os brasileiros, o preconceito é comum em relação aos imigrantes desse país, sendo que com as mulheres é maior, pois existem algumas conotações em relação a imigrante brasileira. Isso se evidencia devido haver em Portugal uma alta desigualdade de gênero, na qual o lugar da mulher imigrante ainda é visto como algo restrito aos afazeres domésticos, trazendo implicações na forma que essa mulher usufrui dos seus direitos individuais, sociais e políticos, prejudicando sua integração na comunidade. Os sujeitos desse estudo acham importante a participação como uma forma de integração, porém a participação política é vista como baixa e ineficaz.

O estudo anterior mostra uma tendência contemporânea em que a juventude tem se ausentado da política, devido haver um sentimento de descrédito dessas instituições, que é reproduzido no discurso da mídia que rotineiramente desqualifica não só os políticos e os partidos, mas a política em si. Esses estudos servem de base para problematização do objeto de estudo dessa dissertação, uma vez que nos ajudam a compreender como ocorre a relação da juventude e a política na contemporaneidade nessa perspectiva de aversão ao ato de fazer política.

Um estudo elaborado por Maheirie (2013) faz essa relação entre juventude e política através de uma revisão bibliográfica em periódicos científicos brasileiros, entre os anos de 2002 e 2011. O estudo levantou 33 artigos que formaram três categorias de análise: formação do sujeito político, juventude e participação política e contribuições teóricas sobre juventude e política. Os resultados trazem cinco categorias de análise para o conceito de juventude e quatro categorias de análise do conceito de política.

As cinco categorias sobre juventude são: 1) jovem suscetível aos investimentos que visam sua formação política; 2) subjetividade juvenil comum aos jovens contemporâneos; 3)

compreensão crítica da categoria juventude ou dos jovens; 4) jovens e formas de participação política; 5) artigos que não problematizam o conceito de jovem ou juventude. Em relação à concepção de política foram encontrados quatro categorias: 1) a política como campo de luta social marcado por tensões; 2) política como exercício de poder e dominação via demarcadores sociais; 3) política como campo ideológico institucionalizado; 4) a política como dimensão do vivido, porém não problematizada e/ou conceituada.

Essas categorias se constituem hegemônicas, mostrando maiores e menores graus de complexidade que de forma geral, apontam que existe uma subjetividade quanto a constituição da identidade política juvenil, ou seja, esta identidade se apresenta de forma multifacetada que se constrói no campo das diferenças, dificultando determinar o perfil político da juventude no mundo contemporâneo. A única caracterização homogênea que é possível determinar quanto identidade política juvenil, é a apatia e o desinteresse da juventude pela política que varia de acordo com o nível de participação; e os grupos no qual a juventude se organiza e constrói sua identidade.

Nessa mesma linha de formulação, Mayorga (2013) aponta algumas reflexões metodológicas sobre a relação entre juventude e política, analisando estudos acerca da juventude e ativismo político. Existem posições que ora qualificam essa experiência como apática e desconectada da política, ora como essencialmente predisposta à política. Essas percepções dicotomizadas sobre a relação da política com a juventude, não problematizam a noção de política e possibilidade dos jovens serem compreendidos como atores políticos que podem buscar o seu próprio empoderamento.

Nessa perspectiva, Faria (2010) também analisa a relação entre juventude e política na contemporaneidade, utilizando como suporte teórico, os filósofos Adorno, Bakhtin, Bourdieu, Chauvel Louis, Sonia Miriam Draibe, Mannheim, Mészáros, Pochmann. A pesquisa foi realizada no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG) com 446 alunos da instituição de 16 a 21 anos e, três de entidades políticas partidárias e não partidárias: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania, e Associação Mineira de Preservação do Meio Ambiente (AMBA).

Nesse estudo foi utilizado questionário estruturado, e entrevista aberta, cuja análise se deu a partir da teoria da geração social e socialização de transição de Chaveul. A dissertação aponta que o comportamento político predominante da juventude estudantil pode ser classificado, segundo os parâmetros estabelecidos por Chaveul, como o de uma geração

social, ou seja, um grupo “em si” parcialmente estruturado e com uma identidade própria. Porém essa juventude tem como elemento identitário um perfil de apatia pela política.

O estudo de Mortada (2009) faz um resgate importante de alguns elementos históricos para procurar definir a transformação e passagem da identidade político-juvenil do jovem militante para estudante e aluno. O sentido político dessa passagem destaca que no passado a juventude estudantil apresentava uma identidade militante, por causa do destaque no engajamento político cultural. Hoje essa identidade se esvaziou, e a escola desconsidera inclusive a própria identidade do ser jovem, impondo uma identidade de alunado.

Buscou-se fazer comparações temporais baseadas em memórias de militantes estudantis e de apontamentos sobre as mudanças sofridas por esse inusitado agente a partir dos anos de 1960 até o presente. Mortada (2009) levantou nos textos de autores que vivenciaram a década de 60 onde o movimento estudantil fez com que estivesse na berlinda intelectual da época. O autor faz referência a alguns intelectuais como Touraine, Sartre e Florestan Fernandes que tentaram entender como essa geração de 68 se organizou e o que representou para a sociedade aquela agitação.

Alguns apontamentos da relação desse movimento com a universidade, afirmam que hoje há um estranhamento e uma negação desse espaço educativo em relação a esse movimento. As imposições do capital e suas reformas neoliberais, nas quais influenciam o esvaziamento da identidade juvenil por meio do individualismo e a reprodução da lógica de consumo, faz o jovem assumir uma identidade de aluno, para conquistar sua escolarização e ter acesso a riqueza, esvaziando o sentido de ser jovem.

O estudo conclui que hoje a identidade do jovem universitário militante se esvaziou, pois as próprias pesquisas silenciam aspectos críticos do papel que a juventude teve na construção política da universidade em 68 que serviu como uma experiência de construção do espaço universitário, de pertença e politização.

## **2.2. A Escola e a Universidade Como Espaços de Socialização Política da Juventude**

Nesta temática de investigação agrupamos as produções que discutem o processo de socialização política da juventude no espaço escolar e universitário. Os estudos apontam a dificuldade de se estabelecer uma participação política nestes espaços, uma vez que não há um interesse aparente da sociedade, da escola e da universidade em fomentar e estimular essa participação por meio do apoio na criação de entidades representativas dos estudantes. Outros

estudos mostram que existem iniciativas da educação formal institucionalizada em promover a formação política por meio das disciplinas de filosofia e sociologia, porém em alguns casos há resistência da própria juventude em se relacionar com a política. O quadro 5 apresenta essas pesquisas.

Quadro 5 – Artigos e dissertações em que a formação política da juventude e suas variantes foram tomadas como eixo de discussão.

<b>Artigos</b>				
<b>Descritor</b>	<b>Título</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor</b>
<b>Educação Política And Jovens</b>	Filosofia e Educação: as mediações da política cultural	Pro-prosições	2010	KONDER, Leandro
<b>Participação política and jovens</b>	Participação Juvenil e Escola: Os Jovens Estão Fora de Cena?	Última Década	2012	GIL, Carmem Zeli de Vargas
<b>Participação política and juventude</b>	Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo?	Educar em Revista	2010	DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino; LEÃO, Geraldo.
<b>Dissertações e teses</b>				
<b>Descritor</b>	<b>Título</b>	<b>Programa/Curso</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor</b>
<b>Participação política</b>	“Um Grêmio Estudantil Mais Politizado”: Formas de Engajamento e Construção Identitária em um Grêmio Estudantil	Ciências Sociais/Mestrado	2011	MENDES, Fernanda Brasil

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir do banco de dados das bases SICELo e BDTD (2015).

O estudo realizado por Konder (2010) discute a resistência demonstrada pelos estudantes de graduação ao estudo das teorias da filosofia que discutem conceitos abstratos sobre a política e a sociedade. Parte-se do pressuposto de que existe uma dificuldade de diálogo e entendimento dos intelectuais que estão “em cima” e o povo que está “em baixo”, no que se refere à linguagem e os conceitos da filosofia. Estes alunos por terem tido uma base superficial de filosofia e sociologia, apresentam dificuldades em assimilar e compreender estes conceitos.

Dessa forma o autor trás algumas reflexões pautando o papel da educação e da cultura como mediadores desse processo de formação filosófica e política, que envolve o destino do bem comum, da sociedade e da democracia. Ainda para Konder (2012), compreender os princípios éticos que nos levam a nos dedicarmos a ciência, não como uma atividade privilegiada e afastada da realidade, mas como uma atividade que envolve também uma responsabilidade política, nos ajuda a entender que a ciência precisa estar a serviço do bem comum, e a formação filosófica é fundamental para que a crítica e o comprometimento político não sejam esvaziados pela história e pelo tempo.

Nessa mesma linha de formulação Gil (2012) reflete sobre a participação juvenil, para compreender as diferentes formas, conteúdos e processos de mobilização das juventudes no mundo contemporâneo. O autor situa o professor de história como ser responsável pela tarefa de articular os diferentes saberes sobre as definições conceituais de juventude e participação política dentro da escola. Os jovens possuem saberes gestados em diferentes espaços educativos, o que acaba por gerar uma necessidade e um desafio de se trabalhar com novos métodos e conteúdos para que haja essa compreensão.

Ainda para Gil (2012) a participação juvenil ficou restrita durante muito tempo à esfera das instituições políticas tradicionais como os partidos políticos, principalmente os de esquerda. Porém esse ator jovem, sempre foi impulsionado pelo movimento estudantil que tem uma parte de influência nessas organizações partidárias. É ressaltado no estudo que ampliar essa compreensão do ser jovem com os diferentes mecanismos de participação, pode diminuir o distanciamento entre o jovem e a escola, pois existe uma apatia e o desinteresse é comum dessa juventude contemporânea tanto pela política, e até mesmo pela sala de aula que esvazia sua identidade juvenil.

O estudo feito por Dayrell (2010) faz essa mesma discussão situando a forma como a escola e a sociedade fomentam as formas de garantir a participação social e política de jovens. Essa pesquisa parte da experiência de participação social que alguns jovens realizaram em uma escola da região metropolitana de Belo Horizonte. Os dados deste estudo mostram que esse ambiente tem dificuldade em dialogar e lidar com esta participação; esvaziam esta ação dos jovens não incentivando, que é colocado pelo autor como produto das concepções que norteiam a organização pedagógica institucionalmente, além da própria sociedade que restringe essa participação política dos jovens.

Foi analisado neste estudo os dados da situação juvenil na região metropolitana de Belo Horizonte, e posteriormente utilizou dados das representações juvenis sobre a



participação política que segundo o estudo é baixo em virtude do contexto sócio-econômico vivenciado pela maioria deles, que não estimula a possibilidade de intervenção coletiva como uma forma de transformação da realidade.

O descrédito político das instâncias clássicas como os partidos, sindicatos, e entidades do movimento estudantil, são hipóteses apontadas como a causa de não haver interesse pela política segundo Dayrell (2010). Nesses espaços as velhas relações ou formas de se fazer política ainda se reproduzem constantemente como por exemplo: os vícios e resquícios da velha república como o coronelismo; o clientelismo das oligarquias que deram lugar ao tráfico de influências nas instituições; a corrupção; o nepotismo; o populismo hierarquizado; e as rotulagens tradicionais panfletárias que designam posições de esquerda e de direita que mais desqualificam a política do que dialogam com a grande massa da juventude e da sociedade.

São práticas políticas institucionalizadas sendo legitimadas pelos estados modernos, que são desagregadoras aos olhos dos que estão distantes deste espaço, e não se veem representados por esta via de participação. Isso gera segundo Dayrell (2010), um sentimento de negação a essa política e a política de forma geral, na qual esse vazio representativo do jovem é preenchido por outras formas de auto-organização social da juventude como as igrejas, associações com interesse ao lazer, ao esporte e a cultura, fazendo dessa forma o jovem se socializar coletivamente nesses espaços, como mecanismos de reafirmar sua identidade e ter uma participação social, e o direito de expressar sua identidade juvenil de outra forma, o que nos remete a pensar que não existe uma juventude, mas juventudes singulares com identidades multifacetadas.

Por fim Dayrell (2010) aponta o papel da escola como fomentadora de garantir a expressão das identidades juvenis estimulando a participação social, garantindo as diversas expressões da identidade cultural e política da juventude. O professor nessa perspectiva é o sujeito que pode estimular de forma reflexiva e crítica, a participação política no sentido filosófico, a partir das teorias sobre o liberalismo, o positivismo, o marxismo que ajudam a compreender a estrutura do estado moderno e da democracia como forma de governar uma sociedade.

Por estarmos vivenciando um processo de crise do contrato social como aponta Santos (1999), e conseqüentemente uma crise da política e da democracia, Dayrell (2010) reforça a necessidade de inserirmos a juventude nesse contexto, debatendo na sala de aula, os

problemas e temáticas de interesse nacional como, por exemplo, o direito das mulheres, cidadania participativa, democracia, políticas públicas etc.

Nessa perspectiva de fomentação do debate político dentro do espaço escolar, Mendes (2011) buscou analisar formas de participação e sociabilidade de jovens integrantes de um grêmio estudantil de uma grande cidade dentro da escola. Teve como objetivo identificar quem são esses jovens que valorizam o ingresso em uma organização política dentro do ambiente escolar e qual o significado que atribuem a essa participação.

O estudo de Mendes (2011) revela que esse espaço de construção política do grêmio estudantil dentro da escola, contribui para a aprendizagem de formas mais cooperativas de comportamento, desenvolvendo sentimentos de responsabilidade e compromisso político com a instituição escolar. Porém existem muitas dificuldades dos dirigentes jovens em romper com as imagens estereotipadas de jovens “alienados” e “egoístas”. Ainda para o autor, as ocupações e obrigações dos estudantes com o conteúdo escolar, dificultam a continuidade do engajamento na entidade.

### 3.3. Valores Políticos e Influências na Construção da Identidade Política da Juventude

Esta temática de investigação apresenta quatro estudos que discutem a forma como a trajetória de vida da juventude, construída através de relações sociais, formaram valores políticos que contribuíram para a constituição da identidade política desses jovens. Esses valores emergiram nos espaços onde os jovens se socializam, como a família, a escola, os movimentos sociais, e as entidades estudantis. Em cada lugar existem discursos e práticas distintas que determinam como será constituída esta identidade. A transmissão intergeracional ou a partilha de experiência contribui para a geração de saberes, que para este objeto de estudo, se configura como um dado importante para compreendermos as representações sociais da juventude sobre a formação política. O quadro 6 destaca esses estudos.

Quadro 6 – Artigos e teses em que a formação política da juventude e suas variantes foram tomadas como eixo de discussão.

Artigos				
Descritor	Título	Revista	Ano	Autor
Participação política and	Juventudes, movimentos e culturas: A participação política de jovens na cidade de Maceió	Estudos de psicologia	2013	MESQUITA, Marcos Ribeiro e

<b>jovens</b>				OLIVEIRA, Ana Clara Martins
<b>Participação política and jovens</b>	Efeitos Diretos, Indiretos e Tardios: Trajetórias da Transmissão Intergeracional da Participação Política	Lua Nova	2011	FUKS, Mario
<b>*Socialização política and jovens</b>	Informação e Conceituação: A dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte	Revista Brasileira de Ciências Sociais	2011	FUKS, Mario e BATISTA, Pereira Frederico
<b>Dissertações e Teses</b>				
<b>Descritor</b>	<b>Título</b>	<b>Programa/Curso</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor</b>
<b>Formação política</b>	“Jovens da democracia?” Valores políticos as coortes da juventude brasileira no período democrático recente (1989 a 2006)	Ciência Política /Doutorado	2012	DEL PORTO, Fabíola Brigante

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir do banco de dados das bases SCIELO e BDTD (2015).

O estudo realizado por Mesquita (2013) analisa a compreensão que jovens de diferentes espaços e contextos da cidade de Maceió têm sobre a política, bem como, os valores que norteiam suas práticas militantes. Foram realizados três grupos focais com jovens de 18 a 29 anos integrantes de grupos e movimentos dos âmbitos político, religioso e cultural/comunitário. Esse estudo apontou a existência de discursos distintos sobre a política a partir dos modos de saber-fazer dos grupos que dialogam quando a política é compreendida como um instrumento de transformação social e da própria constituição dos sujeitos. As trajetórias são diversas e plurais, e as práticas participativas e os valores que norteiam sua militância, demonstram o desejo de uma juventude interligada com seu tempo, cujos sujeitos, querem ser percebidos como agentes transformadores da realidade e protagonistas diretos.

Fuks (2011) buscou compreender o processo em que os jovens se tornam cidadãos participantes, que ocorre primeiramente através da transmissão imediata das rotinas participativas, e a segunda depende de um processo longo que gera a participação tardia. O estudo utilizou os dados de um survey, com jovens do ensino médio de Belo Horizonte. A análise partiu de uma amostra não aleatória de 351 casos em que foi elaborado com a finalidade de identificar os efeitos da participação no Parlamento Jovem mineiro para identificar o comportamento, o conhecimento e as atitudes políticas de jovens.

Ainda nesse estudo, Fuks (2011) demonstra que a participação dos pais é a forma mais eficiente de ensinar os filhos a participarem da política. Dentro da situação socioeconômica das famílias, os dados do estudo não mostram que essa condição é determinante para o incentivo e a participação política dos filhos. Há uma associação entre a reprodução das desigualdades intergeracionais e as desigualdades políticas e sociais.

Outro estudo realizado por Fuks (2012) discute o papel da socialização na aquisição de conhecimento, na formação das atitudes e no padrão de participação política do jovem, em que a família e a escola são os ambientes definidores nesse processo. As interações desses ambientes de socialização acabam por influenciar o perfil político dos jovens. Portanto, o artigo discute essa dinâmica com o argumento de que ela cria padrões distintos na influência desses ambientes sobre o perfil político desse sujeito, dependendo da dimensão considerada.

A análise se deu a partir dos dados survey realizado em 2008 com jovens do ensino médio da cidade de Belo Horizonte, dividindo os resultados em três partes, cada uma delas analisando o padrão de influência dos ambientes socializadores sobre uma das três dimensões do perfil político dos jovens: o conhecimento sobre política, a participação política e as atitudes políticas.

Em um estudo feito por Del Porto (2012) os valores políticos dos sucessivos grupos de jovens “em formação” no cenário da democratização brasileira, são comparados àqueles expressos por seus concidadãos mais velhos, que viveram, pelo menos, o regime militar. Foi uma análise de coortes longitudinal com método estatístico onde se avaliou a formação do valor político desses jovens. Os processamentos estatísticos apontam não haver diferenças marcantes nos valores políticos dos cidadãos brasileiros relacionados à sua coorte de nascimento entre esses dois públicos.

#### **2.4. A Nova Forma de se Fazer Política Através da Socialização e Participação da Juventude nos Movimentos Sociais**

Existem varias lugares onde a juventude pode fazer uma intervenção política, na qual sua participação não se restringe apenas a esfera institucionalizada e burocratizada das instituições clássicas como os partidos, sindicatos e entidades estudantis. Os movimentos sociais aparecem como uma forma alternativa de se superar a apatia e descontentamento com a política institucionalizada, pois apresentam alternativas para a juventude de expressarem suas identidades juvenis que se constroem em diversos espaços de cunho artístico, cultural,

religioso e comunitário. A cultura, a arte e as inúmeras expressões da juventude na sociedade, cuja manifestação individual ou coletiva traz reflexões e problematizações da realidade social, se configuram como um ato político. Assim, essa categoria nos mostra as várias dimensões e matrizes de formas de se fazer política, e o protagonismo juvenil nessa construção.

Nesse sentido, os estudos que serão analisados nos ajudam a entender os espaços onde a juventude constrói saberes e troca experiências, para este objeto de estudo, as práticas culturais e políticas realizadas dentro dos espaços de organização dos movimentos sociais constituem um processo singular de formação política. O quadro 7 apresenta esses estudos.

Quadro 7 – Artigos, dissertações e teses em que a formação política da juventude e suas variantes foram tomadas como eixo de discussão.

<b>Artigos</b>				
<b>Descritor</b>	<b>Título</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor</b>
<b>Participação política and Juventude</b>	Os sentidos construídos por adolescentes e jovens em contextos institucionais no Barreiro (BH) e Betim (MG) para a participação social e política	Estudos de psicologia	2013	MOREIRA, Maria Ignez Costa; RENA, Luiz Carlos Castello Branco; SOUSA, Maria do Carmo
<b>Educação política and Juventude</b>	Educação, militantismo católico e Filosofia no Brasil	Pro-prosições	2009	FERREIRA, Daniela Maria
<b>Dissertações e Teses</b>				
<b>Descritor</b>	<b>Título</b>	<b>Programa/ Curso</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor</b>
<b>Educação política</b>	A arte de intervir no espaço urbano: educação do sensível e educação política de jovens em novo Hamburgo – RS	Educação/ Mestrado	2009	LONGONI, Daniela da Rosa
<b>Formação política</b>	A nova política e a ação de atores jovens nos espaços plurais da sociedade civil	Ciências Sociais /Doutorado	2009	BENEVIDES, Silvio César Oliveira

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir do banco de dados das bases SCIELO e BDTD (2015).

Um estudo realizado por Longoni (2009) faz uma análise acerca da contribuição de uma experiência de intervenção em um espaço urbano, construído dentro de um processo formativo, envolvendo arte e educação política com jovens. Essa investigação com proposta de intervenção-formação, desenvolveu uma experiência informativa dentro da interface entre arte e educação política, analisando o processo de problematização de noções sociopolíticas compartilhadas pelos jovens. Foram consideradas as percepções que estes sujeitos revelaram em diferentes orientações políticas, no modo de compreender a democracia e a cidadania, valorizando a diversidade de noções sociopolíticas com respeito às diferenças, sem impor uma determinada concepção política durante a intervenção-formação.

O espaço urbano tradicionalmente é o lugar onde a juventude realiza intervenções político-culturais, uma vez que chama atenção da opinião pública, que passa a entender a mensagem por meio dessas manifestações. Nesses espaços, a juventude constrói estratégias de enfrentamento para que suas demandas sejam escutadas. O simbolismo de uma intervenção político-cultural gera um processo reflexivo sobre as pautas reivindicadas, possibilitando uma divulgação da causa que pode ou não contagiar a opinião pública e servir de pressão política para que essas demandas sejam atendidas.

Benevides (2009) analisa os atores jovens que atuam em ONGs de forma voluntária, em caráter militante, no sentido de compreender o processo de reordenamento de valores e da política perpetrado pela ação desses indivíduos no mundo atual. Este trabalho constituiu um estudo de caso, com 24 jovens entre 18 e 36 anos que atuam em ONGs onde se realizou entrevista com roteiro não estruturado. E, para análise, foi utilizado o modelo dos sistemas de participação cívica examinados por Putnam, que discute a sociabilidade das novas formas de organização em rede em torno das mais variadas causas dos diversos atores sociais e também da conduta politizada em particular.

No contexto atual a juventude não se organiza tão somente defesa de causas vinculadas a utopias ou mesmo relacionadas apenas à clássica oposição à relação capital e trabalho, mas luta por pautas específicas como direitos humanos, meio ambiente, direitos individuais das mulheres, negros, índios, LGBTT. Através da organização em grupos ou em redes, os jovens tem se mobilizado por diversas causas, como a defesa da diversidade sexual, e luta por direitos sociais.

O estudo de Moreira, Rena e Sousa (2013) discute os sentidos construídos por adolescentes e jovens em contextos institucionais diversos no Barreiro (BH) Betim (MG) sobre suas experiências de participação social e política, por meio da inclusão em grupos. A participação dos sujeitos deste estudo nos diversos grupos se dá motivada pelo sentimento de pertencimento, e pelos laços de amizade entre os membros do grupo, habitualmente os colegas de escola ou os amigos da vizinhança. Estas experiências significam para estes jovens um exercício de participação social e comunitária entendida por eles como uma atividade coletiva que objetiva transformar a realidade imediata em que vivem.

Ferreira (2009) faz uma reflexão sobre a relação entre educação, militância política católica e filosofia no Brasil. Trata-se de pensar como a passagem pelo militantismo político em movimentos de juventude católica se constituiu em um lócus de socialização importante para os mentores dos primeiros dispositivos que contribuíram para a institucionalização da produção filosófica universitária no Brasil. O estudo entrevistou 17 filósofos em entrevistas semiestruturadas, e utilizou fontes documentais, e observações etnográficas. Os militantes da juventude católica tiveram um papel fundamental no processo de resistência contra a ditadura militar e a redemocratização do Brasil, onde se juntaram aos movimentos sociais, intelectuais e estudantes para derrubar o regime e construir uma democracia moderna.

## **2.5. Participação Política Tradicional da Juventude**

Neste agrupamento temático apresentamos os estudos que demonstram como ocorre a participação política da juventude nos espaços tradicionais institucionalizados da política. Apenas uma pequena parcela da juventude tem a possibilidade de frequentar a superestrutura destes lugares clássicos das instituições políticas, como os partidos políticos, as conferências da juventude, os conselhos deliberativos e as comissões do poder legislativo que legislam leis para a juventude.

O poder político ainda é um espaço de privilégio das elites, e mesmo que exista uma identidade juvenil de descrédito da política, as instituições têm feito um trabalho de renovação das gerações. Os jovens que ocupam estes espaços, são normalmente filhos de políticos, ou jovens que se destacam politicamente em entidades estudantis, e são cooptados por partidos para seguirem carreira política.

Essa velha forma de se fazer política não rompe com a distância existente entre a base e grande massa da sociedade que só são lembradas em períodos de eleições, sendo

tratadas como curral eleitoral. E não há tanta diferença para a eleição da escolha de representantes políticos no poder executivo e legislativo, em relação a uma simples eleição de grêmio estudantil ou diretório central dos estudantes, pois as práticas são semelhantes. Ainda há uma distância muito grande na relação entre os que decidem e fazem política, e os que elegem os políticos. O quadro 8 apresenta esses estudos que são importantes para compreendermos como ocorre essa formação política tradicional que prepara a juventude para a carreira política.

Quadro 8 - Dissertações em que a formação política da juventude e suas variantes foram tomadas como eixo de discussão.

<b>Dissertações e teses</b>				
<b>Descritor</b>	<b>Título</b>	<b>Programa/Curso</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor</b>
<b>Participação política</b>	Um Ensaio Sobre a Participação Política da Juventude Brasileira	Política Social / Mestrado	2009	CALIARI, Hindridy Fassarella
	Uma Juventude Organizada e Não-Participativa: Um Estudo de Caso Sobre Uma Gestão Jovem em São Bernardo do Campo	Administração /Mestrado	2011	CANDIDO, João Gremmeelmaier
	Juventude, Educação e Participação Política: Estudo de Caso Sobre a Participação de Estudantes do Ensino Médio do Caic Raimundo Gomes de Carvalho no Orçamento Participativo de Fortaleza	Políticas Públicas e Sociedade /Mestrado	2011	ALBUQUERQUE, Alexandre Aragão
	Políticas públicas para a juventude: A participação do jovem em sua construção	Serviço Social /Mestrado	2012	GOMES, Lucilene Felipe

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir do banco de dados das bases SCIELO e BDTD (2015).

Caliari (2009) faz um ensaio sobre a participação política da juventude no Brasil; formulando um arcabouço teórico sobre o protagonismo que a juventude teve na participação política brasileira; no engajamento político; e, além disso, discutindo alguns aspectos, em que



se aponta elementos que ainda nos mostram que o poder é um espaço ainda privilegiado com forte presença das elites.

Nessa perspectiva de manutenção de privilégios do poder político das elites, Nicolette (2013) realizou um estudo semelhante ao anterior, discutindo a presença dos jovens nas câmaras de vereadores da região sul do estado do Rio Grande do Sul na legislatura (2009-2012), e sua inserção em diferentes partidos políticos, resgatando a história dessa construção partidária entre a juventude no contexto brasileiro, apresentando as razões pelas quais esses jovens ingressaram na carreira política tradicional, ou optaram por se filiar em um partido. A carreira política desses sujeitos não é igual, graças a seus espectros ideológicos serem distintos, ou seja, partidos de centro, direita e esquerda.

As razões pela filiação são diversas, desde a influência da família no caso dos partidos de espectro de direito e centro, e nos casos de jovens que se destacaram como lideranças comunitárias ou estudantis são mais comuns a filiação nos partidos de esquerda.

O estudo de Candido (2011) analisou a existência e atuação de uma organização da sociedade civil em São Bernado do Campo (SBC) construída por jovens. A partir da utilização de ferramentas da participação cidadã, em especial a que constitui o orçamento participativo, ela analisa se e como esta organização se relaciona com os municípios e com as esferas do poder executivo na busca por uma proposta de governo que atenda aos anseios daqueles a quem representa, além das próprias aspirações. O estudo de caso com jovens dessa entidade buscou através de um relato histórico, contextualizar o município pelos aspectos econômicos, políticos e sociais.

Albuquerque (2011) analisou a compreensão e atuação na esfera institucional na construção do orçamento participativo de jovens estudantes do ensino médio do Centro de Atendimento a Criança e ao Adolescente (CAIC) Raimundo Gomes de Carvalho, dos anos de 2006 a 2008. Foram utilizados como arcabouço teórico as contribuições de Regina Novaes, Marília Sposito, Juarez Dayrell, Maria Virgínia Freitas, Bourdieu, Maria Helena Abramo e Paulo Freire. A pesquisa de cunho qualitativo foi realizada com quatro jovens do ensino médio CAIC, onde se utilizou entrevistas individualizadas e presenciais com roteiro de entrevista, análise qualitativa a partir do conceito de deliberação democrática de Boa Ventura de Souza Santos.

A mudança estrutural na forma de conceber e dirigir a administração local em Fortaleza, com a implantação de espaços públicos de participação popular, possibilitou aos jovens estudantes do CAIC (com origem no incentivo e mobilização produzidos pela escola),

acionar sua vontade de adentrar o espaço público da política. Porém a ocupação desses jovens não se caracterizou sujeitos espectadores, mas como produtores de ação política, mediante a qual ampliaram suas visões e conhecimento sobre a realidade social; qualificaram sua ação cidadã, obtiveram real distribuição de bens públicos para sua comunidade, realizaram o acompanhamento e fiscalização da implantação das propostas produzidas nas negociações coletivas das assembleias.

Para nós essa experiência de participação é positiva, pois gerou um aprendizado pedagógico, pois a organização desses jovens possibilitou a vivência da política, e a conquista de melhorias para sua comunidade.

Gomes (2012) discute a compreensão da juventude brasileira e do modo como a sociedade e o poder público têm se posicionado face as suas questões. Foi utilizado enquanto contribuição teórica as reflexões de Abramovay, Behring, Sposito, Yazbec. No primeiro momento foi realizada análise documental de documentos do governo e dos movimentos sociais, e no segundo pesquisa qualitativa com seis jovens eleitos como delegados que participaram da 2º Conferencia Nacional de Juventude. As entrevistas para a coleta dos depoimentos e posteriormente análise qualitativa baseada no significado das políticas públicas, possibilitou compreender que o estado precisa formular propostas que possibilitem a diminuição da vulnerabilidade social da juventude.

Ainda para Gomes (2012), os resultados desse estudo mostram que as políticas públicas voltadas para a juventude, são na verdade programas e projetos sociais específicos direcionados aos jovens. O autor destaca que é preciso avançar na construção de uma política de estado que atenda as demandas e necessidades da juventude, na qual precisam ser incentivadas a participarem da política buscando o diálogo com os gestores para que se consiga alcançar os direitos da juventude. Os jovens desse estudo conseguem compreender sua identidade, pois os mesmos se enxergam enquanto ser jovem, que precisa de políticas públicas para que os problemas enfrentados por esta faixa etária como drogas, gravidez precoce e desemprego sejam superados.

## **2.6. Formação Política da Juventude**

Nesta temática de investigação agrupamos as produções que discutem o processo de formação política da juventude. Os autores apontam que esta formação ocorre em lugares distintos dentro do contexto dos movimentos sociais, nos quais a juventude troca experiências

e saberes, construindo de forma conjunta sua identidade política de acordo com a organização em que cada jovem participa. O Quadro 9 situa as produções a serem discutidas.

Quadro 9 – Artigos, dissertações e teses em que a formação política da juventude e suas variantes foram tomadas como eixo de discussão.

<b>Artigos</b>				
<b>Descritor</b>	<b>Título</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor</b>
<b>Formação política and juventude</b>	Formação política do adolescente no Ensino Médio: a contribuição da Filosofia	Pro-posições	2010	SEVERINO, Antônio Joaquim
<b>Descritor</b>	<b>Título</b>	<b>Programa/Curso</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor</b>
<b>Formação política</b>	A Formação Política da Juventude do Movimento sem Terra no Estado do Paraná	Sociologia Política /Doutorado	2009	MARTINS, Suely Aparecida
<b>Formação política</b>	Formação política na universidade: Possibilidades a partir de (Con) vivências na extensão/UFRGS	Educação/ Mestrado	2013	ZIRGER, Juliana

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir do banco de dados das bases SCIELO e BDTD (2015).

Martins (2009) analisa as experiências socioeducativas de jovens vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Paraná, de modo a revelar o processo de formação política dos jovens militantes sem terra e as contradições que envolvem esta relação de aprendizado político. A pesquisa dentro da perspectiva da experiência que se constrói através da história, se baseou em Marx e Thompson para compreender a história e trajetória do MST, e suas perspectivas quanto à educação, à formação política e à participação da juventude. Tais questões ajudaram a reconstruir o quadro histórico, social e político que acompanha a formação atual dos jovens do MST no Paraná.

Para Ziger (2013) o atual contexto histórico marcado pelo esquecimento da política, cujos valores e interesses coletivos são camuflados pela individualização imposta pela lógica de mercado, são aspectos importantes a serem compreendidos na contemporaneidade. Nesse sentido a autora aponta a importância da universidade como instituição com um papel social importante para a mudança desse cenário na sociedade. Através do recorte da extensão universitária buscou-se evidenciar de que forma esta atividade poderia contribuir para uma

formação política mais humana pautada em princípios e interesses coletivos em busca da superação dos problemas sociais.

O suporte teórico baseou-se em Hannah Arendt para pensar a política e o espaço público, José Dias Sobrinho para refletir a formação política, e Boa Ventura de Souza Santos para conjecturar sobre a universidade. Os resultados elucidam divergências na concepção de extensão e sobre suas contribuições sociais, porém através destes foi possível evidenciar uma aproximação da extensão com a formação política dentro da universidade. Dessa forma a extensão constitui uma experiência potencializadora da formação política na universidade a partir do reconhecimento dos saberes plurais.

Um estudo realizado por Severino (2010) discute a formação política do adolescente no ensino médio a partir da contribuição da filosofia, partindo da premissa de que a finalidade intrínseca da educação é a construção dos homens como sujeitos autônomos e que o ensino médio, é a mediação privilegiada do processo educacional para a constituição dessa educação. A autora aponta nos resultados que essa formação política impõe muitos desafios a serem enfrentados, no que diz respeito às mediações didático-pedagógicas para a iniciação dos sujeitos educandos, de quaisquer que sejam as faixas etárias, à reflexão filosófica.

Trata-se de um campo aberto a variadas iniciativas, criativas e críticas, para a implementação de estratégias que possam assegurar a fecundidade da formação política a partir das mediações curriculares. Mas os componentes curriculares de cunho filosófico complementam e articulam as contribuições formativas de todas as demais disciplinas, e das práticas educativas para uma formação política voltada para a cidadania plena do adolescente.

Portanto estes estudos apontam que a formação política dentro da perspectiva da constituição do sujeito histórico e social é fundamental para a formação da cidadania e o fortalecimento da democracia. É destacada como desafio a superação da aparente apatia ocasionada pelo distanciamento da esfera pública e da sociedade civil, como demonstrado nos estudos, nos quais afirmam que a juventude não se sente representada em parte desse espaço, principalmente dos institucionalizados.

O engajamento político em grupos organizados como coletivos, movimentos sociais, conselhos representativos que abrem espaço para a representatividade da juventude, e ONGs da sociedade civil organizada, são apontados como espaços que são ocupados pelos jovens em algumas experiências, nesse universo da indiferença e apatia para com a política. São experiências importantes a serem analisadas dentro da perspectiva da pluralidade, respeito as diferenças e valorização da construção coletiva do espaço público, uma vez que geram

saberes a partir do acúmulo de experiências e práticas sociais que fazem parte do cotidiano desses sujeitos.

Em cada um desses espaços se produzem imagens e sentidos, o que abre a possibilidade de expandir o campo de conhecimento da teoria das representações sociais da juventude sobre a política e os processos de socialização e politização. O caráter dinâmico dessa teoria permite desvendar um imaginário simbólico que se encontra às vezes adormecido no universo abstrato. As objetivações e ancoragens garantem a possibilidade de definir essas representações sociais.

---

**SEÇÃO III – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, CULTURA  
POLÍTICA JUVENIL E EDUCAÇÃO: BASES TEÓRICAS PARA  
A CONSTRUÇÃO DA DISSERTAÇÃO**

---

A cultura ocidental durante séculos influenciou os padrões e valores da sociedade ao longo do tempo, que vem se modificando mediante as transformações históricas que ocorrem no mundo. O sentido atribuído a uma determinada imagem nos ajuda a compreender o significado dos fenômenos em curso, que nos garante uma diversidade de concepções formuladas no campo simbólico que podem sofrer rupturas epistemológicas quando os valores sociais, científicos, políticos e culturais entram em um processo de crise de paradigma.

As imagens e os sentidos de uma representação social, podem sofrer transformações no universo simbólico do senso comum. Essas rupturas são contínuas e dinâmicas, pois há no interior da atividade mental movimentos de continuidades e descontinuidades de subjetividades objetivadas e objetividades subjetivadas em uma perspectiva dialética. O passado e o presente estão interligados, pois a história é construída pelos sujeitos por meio das relações sociais, e mesmo que algo tenha sido superado, ainda haverá resquícios e continuidades daquilo que deixou de ser. Dessa forma a construção do conhecimento é contínua e dinâmica, não se esgotando nos processos de análise em si.

A partir desta reflexão apresento a proposta de formular e construir um referencial teórico que apresente a compreensão sobre a cultura política juvenil no Brasil, onde vamos nos debruçar em resgatar o histórica dessa inserção política da juventude. Posteriormente iremos caracterizar essa juventude no contexto contemporâneo e por fim teceremos diálogos da teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2015; JOVCHELOVITCH, 2000; MARCOVÁ, 2006), com a educação e essa cultura política da juventude que será tomada como foco nesta sessão.

As temáticas deste estudo dialogam intrinsecamente com essa teoria, na qual apresenta um caráter interdisciplinar e dinâmico. Dessa forma a teoria das representações sociais por apresentar um caráter interacionista, necessita de bases teóricas de outros campos do conhecimento para fundamentar a sua construção. O campo simbólico que é o lugar onde se constroem essa teoria acaba por sofrer influências da linguagem, comunicação e da cultura, pois os conceitos construídos interagem diretamente com as temáticas teóricas desse estudo, que são a base dos elementos constitutivos do processo empírico de investigação que darão origem as representações sociais de jovens de movimentos estudantis de enfermagem sobre a formação política.

### **3.1. A INSERÇÃO HISTÓRICA DA JUVENTUDE BRASILEIRA NA POLÍTICA**

#### **3.1.1. Participação política dos estudantes do período colonial à primeira república**

Os primeiros registros de engajamento político da juventude no Brasil correspondem ao fim da colônia e início do império. Neste período era proibido a auto-organização dos estudantes por meio de entidades que agregassem os estudantes; porém esses sujeitos que

tinha acesso a educação, se inseriam de forma individual nos debates políticos por causa das influências das ideias recebidas dos centros de ensino, seja nas escolas brasileiras ou nas universidades europeias. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POERNER, 2004).

Durante esta época apenas os jovens brasileiros filhos dos senhores de engenho tinham acesso a educação. Frequentavam as escolas de primeiras letras comandadas por padres mestres, cujo caráter de instrução era guiado pela doutrina da companhia de Jesus. Não existiam universidades ou escolas de nível superior na América portuguesa até o início do século XIX, portanto a opção para que os filhos dessa elite tivessem acesso ao ensino superior, era seguir o caminho para universidade de Coimbra ou outra do continente europeu.

Dessa forma, essa distância do centro de poder do império português e a própria vida na colônia expressavam uma identidade juvenil passiva frente às decisões que eram tomadas quanto as políticas para os estudantes, sendo, portanto, a vida pública e política dessa juventude ainda inexpressiva. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; MENDES JR., 1981).

Em 1710 houve o primeiro levante juvenil em que os estudantes se mobilizaram para expulsar corsários franceses liderados por Duclere que haviam invadido o Rio de Janeiro. Porém esta reação coletiva foi um movimento de resistência contra saqueadores, e não se caracterizou ainda como uma ação com motivações políticas e ideológicas. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; MENDES JR., 1981).

Com a vinda dos ideais revolucionários do liberalismo europeu, com base no exemplo concreto de ruptura do estado com a religião e a monarquia por meio da Revolução Francesa; além da independência americana de sua colônia, influenciaram o império português a implementar reformas nos centros de ensino, o que possibilitou a transformação do panorama lusitano no Brasil colônia. Os jesuítas que eram responsáveis pela educação desses jovens foram expulsos, e os estudantes passaram a ser formado de acordo com os ideais do iluminismo revolucionário Frances. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POERNER, 2004).

Mediante a influência de todos esses ideais revolucionários, alguns jovens de forma incipiente começam a se auto-organizar politicamente com o objetivo de propor mudanças e transformações na colônia portuguesa. O jovem José Joaquim da Maia aluno da universidade de Coimbra, junto com outros 11 estudantes, fundou uma sociedade secreta com o objetivo de



lutar pela independência do Brasil. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; MENDES JR., 1981).

Um dos participantes deste grupo, José Álvares Maciel foi um dos líderes da inconfidência mineira, sendo um dos responsáveis por influenciar Tiradentes com as ideias francesas do iluminismo. Para além da inconfidência mineira, como o exemplo da expulsão dos corsários franceses, em quase todas as revoltas de cunho liberal no período da colônia, tiveram participação de estudantes filhos da elite que traziam da Europa as ideias liberais de Rousseau, Montesquieu e Voltaire. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; MENDES JR., 1981).

As grandes mudanças no plano político e intelectual ocorreram com a vinda da família real para o Brasil em 1808. Neste mesmo ano foi criada a primeira faculdade de nível superior no Brasil, a escola de medicina da Bahia; em 1827 foram fundadas duas faculdades de direito, em São Paulo e em Olinda. Mais do que formar recursos humanos para atender as demandas do império, esses grandes centros, tiveram um papel fundamental na formação de grandes políticos deste período e da primeira república. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POERNER, 2004).

Dessas cidades se difundiam o debate de ideias da realidade brasileira, sendo grandes espaços de politização que contribuíram para que o acesso à educação fosse expandido para as classes mais abastardas da aristocracia brasileira que apresentavam um nível mínimo de condição financeira. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POERNER, 2004).

No período que se estendeu a independência do Brasil de 1821 a 1825, os estudantes passam a ter um papel de vanguarda, cujas lutas possuíam um caráter nacionalista e constitucionalista contra o absolutismo do imperador Dom Pedro I. Na fase regencial (1831-1840), na qual o então imperador abdicou do trono, houve participação dos estudantes na guerra dos farrapos (1835-1845) e na revolta da sabadina na Bahia (1837-1838). (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POERNER, 2004).

Com o decreto que regulamentou a maioria do imperador Dom Pedro II em 1840, a instabilidade do período regencial se esgotou fazendo com que os estudantes centrassem suas forças para a produção literária. A juventude dessa época se organizou criando inúmeras sociedades a partir de 1845, principalmente na faculdade de direito de São Paulo. Os nomes mais famosos desse movimento fazem parte da história da literatura brasileira, tais como, José

Bonifácio, Castro Alves, Álvares de Azevedo, José de Alencar etc. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; MENDES JR., 1981).

Nesse contexto a imprensa brasileira se amplia contribuindo para a difusão da informação do conhecimento quanto aos problemas do império. Na primeira república houve destaque para a formação da tradição do debate político por meio da escrita em que estudantes intelectuais, foram destaque nesse movimento. Destacamos os nomes de Domingos Antônio da Figueira, Pedro de Lima Barbosa, e os irmãos Teixeira Macedo e Justiniano José da Rocha. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; MENDES JR., 1981).

A primeira forma na qual os estudantes se engajavam na política, era em uma perspectiva individual com uma inexpressiva participação coletiva e organizada. Esses estudantes em sua maioria faziam parte de uma elite liberal e escravocrata que se utilizavam das ideias iluministas burguesas para ampliar seus privilégios econômicos e políticos, enfrentando o governo colonial e posteriormente imperial que impedia o crescimento dos senhores de engenho e da burguesia que estavam ascendendo durante o império graças ao processo de mercantilização de mercadorias que eram produzidas na terra dessa elite.

No final do império e início da primeira república surgem as sociedades acadêmicas que voltavam suas atividades para a produção artística, cultural e intelectual, mas que teve um papel fundamental em momentos de decisão política. Observamos que no período regencial houve de forma incipiente e embrionária uma atuação política estudantil de forma coletiva. Essas grandes sociedades acadêmicas que surgiram com fins culturais, passam a ter um papel político fundamental a partir de suas escritas literárias, levantando bandeiras republicanas e abolicionistas no fim do século XIX. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POERNER, 2004).

A campanha abolicionista passou a ser a grande bandeira dos jovens universitários, que substituíram a produção literária e filosófica à política, como uma forma de crítica ao império, e de luta pela transformação do modelo de poder vigente que não correspondia mais aos ideais revolucionários do liberalismo e do positivismo. Castro Alves foi um dos principais estudantes nesta luta, tornando-se o “poeta dos escravos” lutando pela libertação desses sujeitos por meio de conferências, debates políticos e uma vasta produção levantando a bandeira do abolicionismo e do republicanismo. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; MENDES JR., 1981).

A partir de 1870 os estudantes formaram grandes grupos e sociedades que passaram a agir diretamente na libertação dos escravos. A organização mais conhecida que atuava na

fuga dos negros até o quilombo de Jabaquara, eram os chamados “caifazes”. A juventude passa a se militarizar, tendo Euclides da Cunha como um grande ícone republicano, no qual era um dos cadetes da escola militar, cujo grupo formado pelo mesmo, recebeu o nome de sociedade libertadora. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; MENDES JR., 1981).

Podemos observar que a luta dos estudantes universitários já nesse período transcendiam os muros da academia, cuja preocupação da juventude estava centrada na superação das mazelas e problemas sociais da época.

Com o dissolvimento do Império e o advento da Proclamação da República, e consequentemente com o fim das bandeiras abolicionismo e do republicanismo, que foram conquistadas mediante todo esse processo de mobilização, os estudantes se dispersaram. Há portanto um declínio da atividade política da juventude no início da primeira república. Existe apenas a exceção dos acadêmicos de direito da Bahia que repudiaram o massacre de canudos promovido pela guarda nacional republicana, e o apoio a campanha de Rui Barbosa para presidente. Fora esses episódios, a atuação política dos estudantes na primeira república foi inexpressiva. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POERNER, 2004).

Nesse mesmo contexto a imprensa brasileira que tinha um papel fundamental na difusão de um pensamento crítico e de denúncia das mazelas sociais, passa a se apresentar como um braço das oligarquias republicanas, cujo discurso passa a ser o de que os males brasileiros haviam sido resolvidos com a Proclamação da República. Esse discurso foi adotado pela sociedade e também pelos estudantes. Neste período o governo republicano forma as brigadas escolares, mistos de cadetes e universitários, com o objetivo de abolir qualquer forma de ação monárquica contra a república. A juventude passa a assumir uma postura de defesa do governo republicano com forte influência dos ideais positivistas. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POERNER, 2004).

Houve durante o fim da república velha a formação da liga nacionalista que teve um papel de destaque na vida universitária. Apesar da postura da juventude de defesa dos ideais republicanos e positivistas, houve posições contraditórias dessa juventude, porque o governo monopolizava o poder republicano. A juventude universitária da liga nacionalista mesmo tendo posturas progressistas como a reivindicação pelo voto direito e secreto, apresentava posições elitistas não compactuando com as reivindicações da classe operária, repudiando greves que eram consideradas como afrontas a soberania nacional. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; MENDES JR., 1981).

Antes da revolução constitucionalista de 1930 a liga nacionalista é fechada, e a juventude entra em um período de refluxo das lutas políticas, e nem mesmo a revolução de 1930 fez com que esses atores buscassem elementos para se organizar politicamente. Nesse contexto de queda da velha república, tivemos uma grande última mobilização da juventude antes da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) que ocorreu em 1932 em São Paulo durante o governo provisório em que a juventude foi às ruas lutar por uma assembleia constituinte.

Destacamos que a morte de quatro estudantes durante as mobilizações pela constituinte foi o grande estopim para o início da primeira revolta armada da juventude, cujo agrupamento paramilitar foi formado por 600 estudantes universitários e 1600 operários em um movimento de milícia armada em 1932. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POERNER, 2004).

### **3.1.2. A formação da UNE e o surgimento do movimento estudantil**

Desde os fins do período colonial até fim do governo constitucionalista (1934-1937), os grupos estudantis, as entidades e sociedades secretas careciam de uma organicidade contínua e constante, uma vez que sua organização apresentava um caráter local com ações pontuais, e não apresentavam fôlego para manter vivos os ideais ou a estrutura organizacional que expressava os anseios da juventude. A história nos mostra que até esse período esses atores se organizavam quando haviam bandeiras a serem superadas; com a conquista das demandas, a juventude se dispersava. Muito menos havia uma expressividade nacional que representasse e ecoasse a voz dos estudantes; era comum na época um agrupamento de associações orientadas por um interesse específico o que caracterizava um movimento estudantil fragmentado em suas próprias pautas individuais.

Sem uma frente ou entidade central para orientar a militância da juventude, os estudantes se inseriam politicamente em ligas ou alianças, ou se restringiam aos grêmios estudantis ou aos centros acadêmicos de seus cursos de graduação. Houve em 1910 a tentativa de se criar uma entidade nacional com a realização do congresso nacional dos estudantes, em 1924 quando ocorreu na faculdade de direito de São Paulo a campanha pela criação da federação de estudantes brasileiros. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POERNER, 2004).

A UNE surge meses antes do golpe ocorrido em 1937 com a instauração do estado novo, durante o I congresso Nacional dos Estudantes. A entidade emerge a partir da tomada de consciência da juventude quanto à necessidade de se auto-organizar em caráter contínuo e permanente para participar da vida pública, com uma organização que represente os estudantes nacionalmente nos espaços de representação. Inicialmente a UNE foi criada por um grupo de estudantes da Casa do Estudante do Brasil (CEB) que era uma entidade “apolítica”, com o intuito de formar uma organização de caráter apenas de representação formal, cujo regimento interno aprovado por este conselho proibia qualquer tipo de debate político dentro da entidade, pois se temia a politização da juventude. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; MENDES JR., 1981).

No ano seguinte, várias lideranças estudantis de todo país organizaram o II congresso nacional dos estudantes separando o CEB da UNE, eliminando a “neutralidade política” e o conselho que foi montado no congresso anterior. Participou desse encontro, algo em torno de 80 associações estudantis no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Foram colocados pelas delegações na pauta do congresso temas de interesse político, cujos debates mostraram o quanto os estudantes estavam preocupados com temas de caráter nacional. Durante o congresso foram debatidos em plenárias, temas relacionados a situação cultural e econômica do país, saúde pública, esporte universitário, a mulher estudante e a própria consolidação da UNE como uma entidade formalmente legítima de representação dos estudantes. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POERNER, 2004; MENDES JR., 1981).

Ainda neste evento, o Ministro da Educação Gustavo Capanema se comprometeu a levar as demandas apresentadas pelos estudantes nas mais de 70 teses defendidas no congresso. A UNE também aprovou inúmeras resoluções como o apoio tático ao governo do estado novo varguista para conseguir expandir a entidade; a aliança com Vargas ocorreu não só pela possibilidade de conseguir estruturas da máquina do estado para divulgar a entidade, mas também por haver uma concordância com a linha política de desenvolvimento econômico adotado pelo governo.

Apesar do apoio ao Estado Novo, a UNE inicialmente apresentou problemas de infraestrutura para conseguir organizar outros congressos e viajar pelo país para conseguir a filiação de outras associações estudantis. A forma que a entidade conseguia difundir o debate político entre os estudantes no Brasil, era por meio das resoluções aprovadas em congresso que eram divulgadas pelas associações. Tais resoluções contribuíram em termos de

transmissão de conhecimento para ajudar os estudantes a se organizarem politicamente, a debaterem internamente os grandes temas de interesse político e nacional e ajudar a construir novas entidades de representação estudantil local. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; SALDANHA, 2005).

A relação do governo varguista com a UNE começou a assumir um caráter conflituoso devido a posição de “neutralidade” de Getúlio Vargas em apoio as tropas do eixo na segunda guerra mundial. Alguns ministros do governo tinham simpatia e aproximação com o bloco nazi-facista o que incomodava a entidade estudantil. A UNE declarou guerra às potências do eixo organizando uma grande passeata estudantil antitotalitária no dia 04 de julho de 1942, com amplo apoio da sociedade civil organizada e de intelectuais como Gilberto Freyre, Artur Ramos e Anibal Machado. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POERNER, 2004).

Esta passeata estudantil antitotalitária foi a primeira grande manifestação de rua popular que ocorreu no país. A partir desse episódio, a UNE passou a ganhar o respeito da sociedade civil, uma vez que a pressão nas ruas obrigou o governo a assumir uma posição de apoio as tropas americanas, iniciando a perseguição aos partidários do eixo no país. Um marco histórico foi o confisco da associação germânica pelo governo varguista, que servia como espaço de espionagem nazista. Posteriormente este espaço foi ocupado pela UNE sem o consentimento do governo, se tornando a sede da entidade e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Brasil, hoje atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POERNER, 2004; MENDES JR., 1981).

É importante ressaltarmos que a UNE ao longo de sua história, até os tempos atuais, sempre apresentou posições pragmáticas e contraditórias na relação que a entidade estabelecia com os governos. Nos dias atuais, esta organização estudantil, desde que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) chegou ao poder, assumiu uma posição de apoio político irrestrito. Durante os congressos da entidade que ocorrem de dois em dois anos, várias teses são defendidas e votadas, nas quais são aprovadas resoluções de apoio político ao governo do PT, com apontamentos críticos pontuais em determinadas políticas consideradas antipopulares quando é o caso. Esse apoio se deve ao fato de que hoje a UNE é uma organização que tem uma diretoria hegemonicamente formada pela União da Juventude Socialista (UJS) que é a juventude do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e o restante pela juventude do PT e

outras organizações juvenis de caráter partidário e não partidário que apoiam o atual governo por considerar que o mesmo compõe uma frente popular progressista.

Durante o fim do estado novo, Getúlio Vargas apoiava a UNE e sindicatos como uma forma de centralizar e institucionalizar os movimentos sociais para facilitar o controle e a tutela ao governo varguista. Já os dirigentes da UNE entendiam que a garantia dos direitos de representação estudantil era importante para a construção da entidade, não havendo dessa forma motivos para confrontos contra o governo o que é muito semelhante a atual posição da UNE no contexto contemporâneo deste século. Essa comunhão de valores garantiu ao longo da história privilégios políticos, estruturais e econômicos a entidade. Em 1942 a UNE foi oficialmente legalizada por Getúlio Vargas por meio do decreto lei número 4.105. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; SALDANHA, 2005).

Porém nem sempre essa comunhão de valores ocorreu de forma pacífica e harmoniosa entre o governo Vargas e a entidade. Quando ambos assumem posições conflituosas que se chocam contra os seus interesses políticos, o conflito se estabelece com ameaças de rupturas por meio da pressão política. Quando um lado consegue alterar a correlação de forças, ou ceder quando essa correlação é desfavorável, o consenso é estabelecido, o que possibilita novamente uma trégua política entre as forças políticas que até então estavam em conflito como o estado, os movimentos sociais como a UNE.

Podemos citar como exemplos a tentativa do governo em criar uma entidade paralela a UNE com moldes fascistas em 1943, uma vez que a atual entidade se juntava as forças progressistas da sociedade civil para levantar a bandeira dos valores democráticos, e o governo aos poucos perdia apoio da UNE na continuidade do estado novo. Getúlio Vargas não conseguia mais se sustentar no governo, uma vez que assumia para si uma posição contraditória de manter um governo ditatorial, e ao mesmo tempo lutar contra os regimes totalitários das tropas nazi-fascistas. Na UNE também havia esse contrassenso de combater totalitarismos estrangeiros e continuar apoiando uma ditadura. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; MENDES JR., 1981).

Embora a UNE apoiasse o governo Vargas e suas medidas, havia um descontentamento de alguns dirigentes da entidade por estarem vivendo em um regime que cerceava o direito de livre escolha dos representantes políticos da nação. Além disso, a oposição formada pelos movimentos sociais, intelectuais e outras entidades, estavam descontentes com o atual regime ditatorial. Não houve de início uma ruptura programática da UNE com o governo Vargas; o apoio se manteve, porém, essa entidade convergiu com a

oposição para levantar a bandeira da campanha pela anistia dos presos políticos. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POERNER, 2004).

A campanha vitoriosa garantiu a libertação de diversas lideranças políticas em 1945, como Luiz Carlos Prestes, líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Este líder foi a favor da permanência de Vargas no poder, desde que fosse convocada uma assembleia constituinte para garantir de forma pacífica a transição democrática, para não haver desgastes entre os movimentos sociais, os sindicatos e os partidos comunistas perseguidos pelo governo. A UNE foi a favor desta proposta para manter uma boa relação com o atual governo e com o próximo que possivelmente seria composto por membros da era Vargas, chegando dessa forma a um consenso. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; MENDES JR., 1981).

Nos anos que se seguiram até antes do golpe civil militar de 1964 a UNE herdou o ideário varguista de defesa da soberania nacional e de desenvolvimento industrial do país, adotando uma postura nacionalista de defesa do patrimônio público. Com o início da guerra fria e a polarização do mundo, e o início do debate entre o projeto liberal versus o projeto nacionalista, a UNE optou por seguir o ideário socialista, uma vez que não compactuava com a linha política entreguista de abrir a economia para o livre mercado americano, pois isso ameaçava o projeto de nação soberana, autônoma e independente. Nesse sentido a UNE organizou campanhas como o petróleo é nosso em defesa da Petrobrás 100% estatal, do ensino gratuito, contra o fechamento de partidos comunistas e dos parlamentares eleitos por esta legenda. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; SALDANHA, 2005).

Porém com a forte influência americana por meio da propagação do projeto liberal de livre mercado, a classe média brasileira que até então defendia o ideário nacionalista, passa a receber investimentos por meio de multinacionais na indústria brasileira. Com isso o congresso passa a assumir uma postura conservadora criando políticas como as diretrizes de base da educação nacional que previa o fim progressivo de uma educação pública e gratuita, substituindo-as por empresas privadas, seguindo a lógica do lucro e do mercado, atacando princípios que foram formulados durante o manifesto dos pioneiros da escola nova que eram defendidos pela UNE como a gratuidade da educação, laicidade e obrigatoriedade.

Nesse sentido as forças entreguistas passaram a se mobilizar organizando sua representação estudantil dentro da UNE por meio da Coligação Acadêmica Democrática (CAD), e conquistou poder da entidade entre 1950 à 1955. Nesse período o congresso e o governo tiveram amplo apoio da UNE na formulação de políticas que flexibilizavam leis trabalhistas, e aos poucos permitia a entrada de capital estrangeiro na indústria, na educação e



saúde. Este período dentro da UNE ficou conhecido como “fase negra ou fase policial”, cuja preocupação dos estudantes não era mais em torno dos grandes debates nacionais e das mobilizações, mas de apoio ao governo, e de cooptação da juventude estreitando vínculos com as entidades de base como as Uniões estaduais estudantis (UEEs), os DCEs, e os diretórios acadêmicos (DAs). (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POERNER, 2004).

Com o avanço do conservadorismo, e com a abertura do mercado brasileiro ao capital estrangeiro iniciando um processo de privatização da indústria nacional, os estudantes de orientação progressista se mobilizaram e venceram o congresso da UNE em 1956. Dessa vez a entidade assumiria um caráter de oposição ao Ministério da Educação, levantando bandeiras nacionalistas contra a instalação de empresas multinacionais em defesa da indústria brasileira e da soberania nacional.

O período do início dos anos de 1960 foi marcado por grandes movimentações políticas da UNE com posições radicalizadas. A entidade passou a ter um grande poder de mobilização e de influência entre a juventude, sendo bem notada no cenário político nacional enquanto movimento social. Um fato histórico em que a UNE teve uma participação fundamental, foi na defesa da democracia e da constituição quando Jânio quadros renunciou a presidência, e naturalmente o trabalhista João Goulart deveria assumir a cadeira. As forças conservadoras lutaram para que Jango não assumisse o posto de presidente da república, pois não viam com bons ares a presença de um trabalhista no poder, uma vez que isso poderia ameaçar os interesses e privilégios da elite burguesa que estava se fortalecendo com as políticas do estado de flexibilização da economia. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; MENDES JR., 1981).

Leonel Brizola, governador do Rio grande do Sul, um dos quatro estados com a melhor brigada militar do país, ameaçou colocar suas tropas para fazer resistência armada caso a constituição não fosse respeitada. O presidente da UNE Aldo Arantes, se deslocou até Porto Alegre e participou da campanha da legalidade, e formulou uma nota a população brasileira para lutar, resistir e defender a democracia e a constituição.

Antes da UNE ser considerada ilegal a partir do golpe de 1964, é importante destacarmos que a entidade teve um papel emblemático na formação de quadros políticos como Aldo Arantes, Vinícios Cadeira Brant e José Serra. Nesse período assumiu uma nova forma de organização, por meio de seminários que eram espaços onde se debatiam temas nacionais, e pautas locais de interesse estudantil com o objetivo de se buscar pontos em

comum na luta em todo território nacional, divulgando as posições políticas oficiais por meio de resoluções que eram publicadas em jornais da entidade.

No início da década de 60, a UNE começou a se preocupar com questões voltadas para a representatividade política dos universitários dentro dos conselhos de ensino nas universidades. A entidade almejava uma gestão universitária mais democrática com paridade proporcional de um terço de representação para os estudantes, nas cadeiras dos colegiados de faculdade, congregações de institutos e dos conselhos superiores universitários. Essa campanha se estendeu por todo território nacional com ampla propaganda para conseguir apoio maciço dos estudantes.

A entidade começou a se inserir dentro dos Centros Populares de Cultura (CPC) com a criação da UNE volante, na qual os dirigentes se organizaram em comitativas e começaram a viajar pelos principais centros universitários junto com integrantes dos CPC, propagando propostas de intervenção política nas universidades para os estudantes, lutando por reformas de base que pudessem garantir com que o país saísse da condição de subdesenvolvimento. (GARCIA, 2004).

Por meio de assembleias estudantis nas universidades, escolas e demais espaços de ensino, os estudantes decidiram por convocar uma greve geral para pressionar as autoridades do governo em prol da paridade nos conselhos. No primeiro semestre de 1962, a greve teve uma adesão nacional de 90% dos estudantes tendo como impacto, a ocupação do Ministério da Educação, e a criação de diversos CPCs, e matérias de repúdio à greve no jornal *o Globo*.

A greve durou dois meses sem ter alcançado o objetivo de um terço de representação nos conselhos, porém a campanha proporcionou a ampliação do debate sobre o ensino promovendo o envolvimento de setores populares da sociedade que não estavam ligados a universidade, mostrando o grau de mobilização da entidade, e poder político de intervir no destino do país, além do poder de politização e disposição militante dos estudantes. (RIDENTI, 2003).

Como a UNE passou a ter um envolvimento para além dos muros da universidade com os CPCs, a entidade passou a se preocupar com os problemas enfrentados pelas comunidades. Nesse sentido a UNE voltou suas forças para os CPCs, organizando teatros populares, oficinas, mutirões de educação popular seguindo a proposta de alfabetização do método Paulo Freire; emitiu pareceres e dossiês quanto a situação sanitária das comunidades.

Naquela época o sentimento revolucionário estava presente na vida cotidiana da juventude universitária, na qual defendia nos seminários e nos CPCs, um projeto de

emancipação cultural como uma forma de libertar os oprimidos de sua situação de opressão, criando uma identidade cultural que garantisse a mobilização do povo para a transformação da sociedade. (GARCIA, 2004).

A produção cultural e intelectual cresceu muito neste período influenciando os governos progressistas de João Goulart e de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Os ares da revolução cubana traziam um sentimento de esperança de transformação social em que se observou o crescimento de ligas camponesas, nas quais agitavam a bandeira da reforma agrária. A UNE junto com as entidades estudantis de base, os sindicatos e os partidos de esquerda, começam a propagar o ideário revolucionário como a única saída para a transformação da sociedade. Temas como o nacionalismo, democratização, valorização do povo e modernização se tornam presentes nas manifestações artísticas e culturais nas associações de bairros e moradores, nas escolas, universidades e fábricas. Uma situação revolucionária estava se desenhando neste período entre 1963 a 1964, e mudanças ocorreriam a um curto prazo de tempo. (CATENACCI, 2001).

A pressão popular fez o governo tido como progressista de João Goulart propor políticas para melhorar a vida dos mais pobres e excluídos como as reformas de base que foram divulgadas no comício da central do Brasil em 13 de março de 1964. Este episódio histórico é caracterizado pelos historiadores, como o estopim para o golpe civil-militar de 1964, pois havia um descontentamento dos setores conservadores burgueses. As entidades que apoiavam Jango não acreditavam na possibilidade de golpe, pois pensava-se que os militares iriam defender o governo. (TOLEDO, 2004).

A única entidade que se preparou para defender o mandato legítimo de Jango foi a UNE, pois, a conjuntura naquele momento desenhava esta possibilidade de golpe devido o avanço no processo de acúmulo de forças para condicionar um projeto popular para o país. Nos fins de março, os estudantes solicitaram armas aos dirigentes da UNE para defender o governo popular de Jango; no dia 1º de abril a UNE convocou uma greve geral para lutar contra o golpe, porém devido a entidade ter caminhado para a formulação de um discurso revolucionário e radical, fez com que se distanciasse de sua base, se guetizando como vanguarda estudantil.

Isso possibilitou com que as forças conservadoras ganhassem eleições em DAs e UEEs pelo país. Com isso a UNE foi a primeira vítima do golpe, a qual teve suas lideranças presas, perseguidas e torturadas. A sede da entidade foi incendiada pelos militares, e os estudantes que conseguiram escapar fugiram para o exílio. O governo conseguiu desestruturar

o movimento estudantil, deixando o restante dos estudantes com medo da violenta repressão. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; SALDANHA, 2005).

### **3.1.3. A atuação política clandestina da juventude universitária durante os anos de chumbo**

Com o estabelecimento do golpe, houve uma divisão entre os estudantes, nos quais se formou tendências que eram contra os militares, cujo campo política se guiava pelo vanguardismo anti-imperialista de esquerda, contra a massa estudantil da classe média que defendia ideias liberais-elitistas e conservadores. Porém dentro deste segundo bloco, havia estudantes que estavam confusos e incertos quanto o apoio aos militares, pois mesmo sendo adotadas pelo governo provisório medidas liberais elitistas, o cerceamento da liberdade de expressão e o fim da escolha direta dos representantes por meio do voto democrático, não era aceita por boa parte dos estudantes dessa ala considerada conservadora e de direita (VALLE, 2008).

Devido ao aumento da repressão que visava extirpar o potencial de subversão no meio estudantil com impedimento de atividades políticas, os estudantes de tendência liberal, se tornaram oposição ao governo militar, pois suas manifestações políticas também foram cerceadas. Em julho de 1965 a UNE realizou o seu último congresso legal, e por causa de a ala antipopular liberal ter apoiado inicialmente o golpe de 64, o movimento estudantil passou a se tornar um território exclusivo das tendências de esquerda. (MARTINS FILHO, 1987).

A repressão se intensifica em 1966 com a instalação do decreto Aragão que proibiu o funcionamento de qualquer entidade como associação civil, se estendendo para todas as organizações estudantis. O governo Castelo Branco caracterizava as ações estudantis como subversivas à ordem, com “inspiração comunista”, considerando como uma ameaça dentro da ótica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Nesse sentido todas as entidades estudantis e suas atividades passaram a ser consideradas ilegais, fazendo os estudantes e a UNE partirem para uma intensa atividade clandestina. (VALLE, 2008).

Em 1967 ocorre a retomada dos protestos durante o governo Costa e Silva, uma vez que o presidente em exercício formula uma política educacional pautada na redução de despesas abandonando o investimento público nas universidades, justificado pela estratégia liberal de racionalização e economia de gastos nas áreas consideradas não produtivas. Com

isso a universidade brasileira entra em crise, e não consegue matricular alunos que foram aprovados no vestibular.

A solidariedade dos estudantes universitários aos “excedentes”, a oposição dos acadêmicos às medidas contra a universidade pública, mais o repúdio a política repressiva da ditadura, faz com que a relação do movimento estudantil com o governo militar se torne mais desgastante. Em 1967 a aliança com a igreja católica, que estava insatisfeita com os militares, possibilitou a realização do 29º congresso nacional dos estudantes em um convento, que sofreu uma forte repressão da polícia militar, resultando na prisão de estudantes e de padres. (MARTINS, 2009; AZEVEDO, 2004).

Neste período havia um clima de romantismo revolucionário que pairava não apenas sobre o Brasil, mas no mundo como um todo, uma vez que a produção intelectual, artística e cultural, reivindicavam em suas manifestações e formulações teóricas o sentimento de libertação e mudança da atual situação vivida no mundo. O maio de 68 na França foi ápice desses movimentos contestatórios que tiveram os estudantes como protagonistas; surgiram movimentos feministas e de homossexuais, de minorias étnicas e outras lutas amplas de interesse social.

A tensão política nacional faz com que os estudantes se encorajem a formular propostas ousadas de enfrentamento contra o regime militar durante o congresso. Nesse sentido os estudantes após longos debates, aprovaram a carta política da UNE, que tinha como uma das deliberações optar pela luta armada e dialogar com a grande massa dos estudantes com base nos princípios classistas, desconsiderando a diversidade de ideias da categoria estudantil buscando unificar a luta em torno da tática armada. Porém nem todos os estudantes se identificavam com as propostas radicais da UNE o que dividia o movimento estudantil.

Mesmo havendo divergências entre as lideranças estudantis quanto aos rumos das ações de resistência contra os governos, às mobilizações continuaram a ocorrer. Em 1968 no calor das mobilizações, aconteceu um episódio que foi considerado um marco histórico da política nacional que sensibilizou inclusive a imprensa e a própria direita liberal. Durante a concentração dos estudantes no restaurante calabouço para mais uma grande manifestação política de rua, ocorreu a invasão da polícia militar que culminou no enfrentamento dos estudantes com este aparelho do estado, levando a morte o estudante Edson Luiz.

Este episódio comoveu a opinião pública; seu velório foi a maior mobilização popular que ocorreu desde a marcha da família com Deus pela liberdade durante o golpe de 1964, concentrando mais de 50 mil pessoas. A repercussão da morte do estudante conseguiu

chegar a vários estados, nos quais foram organizadas passeatas em forma de solidariedade e protesto contra a repressão policial. (VALLE, 2008).

A luta que anteriormente tinha um caráter romântico anti-imperialismo, e contra as medidas liberais que atacavam a educação pública e a indústria, passa a assumir uma identidade anti-regime. Com a morte de Edson Luiz a indignação contra o governo militar comoveu os estudantes de todo o país que passaram a levantar a bandeira da luta política contra a ditadura. O romantismo clássico das pautas do movimento estudantil deu lugar ao sentimento de revolta, cuja opção política de enfrentamento contra o regime para desmontar o esquema repressivo, foi a violência como estratégia de resistência. As armas dos estudantes contra os cassetes e os gases lacrimogêneos, eram paus e pedras e a própria força da mobilização. O apelo a violência se tornou um consenso entre todos os estudantes de inúmeras tendências, sejam mais à esquerda, ou as ditas liberais “direitistas” insatisfeitas com o cerceamento das liberdades civis democráticas. (SINGER, 2001).

Em uma assembleia realizada com mais de 400 estudantes no Rio de Janeiro, em junho de 1968 na UFRJ, houve a prisão em massa de todos estudantes que foram humilhados e reprimidos no campus de Botafogo. Dois dias depois o ministro da educação Tarso Dutra aceitou receber os estudantes no ministério para dialogar quanto as reivindicações, porém os estudantes perceberam que era uma emboscada ao chegar até o Ministério da Educação.

Funcionários atiravam de cima do prédio contra os estudantes, e a polícia militar e federal, além do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) cercaram esses sujeitos por baixo. Um helicóptero utilizou ácido para os atacar; conseguem fugir para o centro, porém são perseguidos pelos órgãos de repressão do estado. Muitos trabalhadores como comerciantes, bancários e servidores públicos, ao ver a situação de repressão contra os estudantes, se unem a luta. Este conflito se estendeu por quatro horas, e foi a maior batalha de rua do povo contra o governo militar. O saldo do episódio rendeu a morte de quatro pessoas, e mais de mil presos pelo DOPS; tal episódio ficou conhecido como sexta feira sangrenta. (VALLE, 2008).

Após esse episódio violento, vários intelectuais, religiosos, professores, músicos, escritores e operários se uniram aos estudantes em uma manifestação que ficou conhecida como a passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro. Paralelamente a isso, os trabalhadores voltaram a pressionar o governo através de greves, como a que ocorreu em Minas gerais com mais de 20 mil operários paralisando suas atividades e em Osasco com os metalúrgicos, o que alimentou o sonho revolucionário dos estudantes, mediante a união sempre defendida entre a

clássica vanguarda revolucionária: juventude e trabalhadores. Desde a morte do estudante Edson Luiz em março até a realização do 30º congresso nacional dos estudantes em outubro, o movimento estudantil se apresentava como o grande porta voz político dos que lutavam contra o regime militar. (SINGER, 2001).

Durante a realização desse congresso, o excesso de confiança dos estudantes, a ingenuidade em crer que o governo militar não utilizaria infiltrados para colher informações, fez com que o evento fosse descoberto e implodido pelo governo militar. Em um sítio chamado Mundurukui na cidade de Ibiúna São Paulo, 80 agentes do DOPS e 300 policiais, prenderam mais de mil estudantes, entre eles, suas principais lideranças como José Dirceu presidente da UEE-SP, e Luís Travassos, presidente da UNE, dentre outras lideranças nacionais. A prisão desses estudantes representou o fim do ciclo de resistência do movimento estudantil contra a ditadura militar. O famoso Ato Institucional número 5 (AI-5), decretou um estado de exceção para àqueles que decidissem se opor ao regime, desde juízes, parlamentares, servidores, estudantes e trabalhadores, com ameaça de cassação de suas funções; prisões em tribunais militares por cometer crimes políticos contra a ordem e a segurança nacional. (VALLE, 2008).

Após os anos de 1968, o regime agravou o caráter repressivo e ditatorial, e paralelo a isso, nos porões da ditadura, ocorriam torturas e mortes. Com o movimento estudantil totalmente desmantelado, coube aos trabalhadores e outros estudantes que sobreviveram às prisões, organizar a resistência em formas de guerrilha urbana como a que ocorreu em São Paulo organizado pela Aliança Libertadora Nacional (ALN) em setembro de 1969 por Carlos Mariguela. Esse líder da guerrilha urbana morreu em novembro de 1969, e as lideranças restantes foram sendo aniquiladas até 1974, com 18 dos seus principais militantes mortos, e cinco desaparecidos com a sobrevivência de apenas um líder, Carlos Eugênio Sarmento da Paz, que se exilou na França e retornou ao Brasil após a anistia. Outra vanguarda de resistência se deu por meio da guerrilha rural do Araguaia que era constituída por estudantes, alguns intelectuais e trabalhadores, que também foi totalmente destruída entre os anos de 1972 e 1975 pelo exército, terminando em massacre dos guerrilheiros do Araguaia. (SINGER, 2001).

#### **3.1.4. Da abertura política à transição democrática: Reorganização do movimento estudantil**

No início da década de 70 houve o milagre econômico, no qual o Produto Interno Bruto saltou para o crescimento da escala de 9,8% em 1968 para 14% em 1973, com a inflação em declínio de 25,5% para 15,6% no mesmo período. (VELOSO, VILLELA e GIAMBIAGI, 2008). Paradoxalmente, esse desenvolvimento econômico caracterizado por uma elevada concentração de renda e modernização conservadora, não conseguiu incluir os mais pobres que ajudaram a construir e integrar o país, o que gerou um aumento da pobreza com o êxodo rural, no qual os imigrantes de outros estados passaram a ocupar os grandes centros urbanos em busca de oportunidades sem grande sucesso para a grande maioria, o que gerou um crescimento da desigualdade social. (DOMINGUES, 2002).

A possibilidade das classes sociais em ascensão terem acesso a bens de consumo como a televisão devido a “prosperidade” econômica do país, fez o projeto socialista da juventude e da vanguarda operária se esgotar. O país entrou em uma profunda alienação desencadeada pelo governo militar através da mídia (que passou a ser financiada por meio de concessões públicas para ser o braço do regime), que agora além do rádio tinha a televisão como meio de propagação das ideias de progresso capitalista e prosperidade nacional. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POENER, 2004).

Entretanto a impopularidade do regime começa a crescer no final da década de 70 devido fracasso da política econômica que levou o país a um elevado endividamento que sentimos até os dias de hoje. A sociedade estava insatisfeita, pois os casos de corrupção eram abafados pela censura, e a própria classe média rompeu com o governo por causa da alta na inflação, e aumento do desemprego. A burguesia que foi a maior beneficiada pelo regime, também estava sendo afetada devido a recessão na economia, com o aumento dos juros e impostos. O fracasso econômico, além do caráter autoritário e repressivo do regime, fez com que o país entrasse em um processo de abertura política. (SILVA, 2007).

Nesse sentido, os protestos voltam a ocorrer em 1977 na cidade de São Paulo com cerca de 4 mil estudantes exigindo melhoria nas condições das universidades, redemocratização do país, liberdades democráticas e anistia aos presos políticos e exilados. O final da década de 70 foi caracterizado pela reorganização do movimento estudantil, que começou pelas entidades gerais como os DCEs até a UNE. Após 10 anos do evento de Ibiúna, ocorreu o 31º congresso da UNE, no ano de 1979 em Salvador ainda no regime militar.

Este evento foi marcado por uma ampla disputa política entre as tendências estudantis. Porém devido a elevação das greves neste período, os estudantes entraram em consenso e formularam uma carta de princípios que estabeleceu como tática para as próximas



atividades da entidade, unificar a luta pela redemocratização do país buscando unidade com os trabalhadores em greve no ABC paulista. Cabe destacar que o presidente provisório neste congresso era o jovem José Serra, e a liderança do sindicato dos metalúrgicos do ABC eram o operário Luiz Inácio Lula da Silva, dois atores sociais e políticos que em futuro próximo disputariam uma eleição presidencial histórica no país. (FIEGENBAUM, SCHNEIDER e MACHADO, 2012; POERNER, 2004).

Em meio ao contexto de reorganização da UNE, era perceptível o divisionismo e os velhos discursos demagógicos e retóricos, tanto das tendências ortodoxas e radicais quanto das mais moderadas e ditas “pelegas”. A divergência se materializava nas análises de conjuntura nacional, e nas táticas e linhas políticas da entidade para reorganizar o movimento estudantil por meio das lutas. Todas as tendências eram a favor da melhoria da educação com mais investimento, e também pela redemocratização do país, porém cada tendência acreditava em um caminho diferente. Algumas acreditavam que estavam vivendo uma situação revolucionária, em que a entidade deveria levantar a bandeira da revolução socialista para colocar os trabalhadores no poder, e eliminar a ditadura militar. As tendências hegemônicas que eram mais moderadas, mesmo com orientação socialista, acreditavam que para unificar a luta com a sociedade, era necessário levantar a bandeira da democracia para não afastar as pessoas da luta contra o regime mediante os discursos radicais.

Nessa perspectiva a entidade começou a levantar a bandeira da campanha política pelas eleições diretas, o que mobilizou os estudantes e toda a sociedade em um fato histórico que ficou conhecido como o movimento dos “diretas já”, em 1984. A campanha reuniu toda a sociedade em grandes comícios e manifestações políticas em quase todas as capitais. Porém o congresso brasileiro aprovou a eleição indireta dentro do próprio parlamento, o que levou a UNE a iniciar uma discussão sobre qual chapa seria apoiada pela entidade. (ARAÚJO, 2007).

A decisão de apoio a Tancredo Neves não foi unânime o que gerou um desgaste dentro da juventude do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que dirigia a entidade na época. A frustração de eleger um candidato que faleceu antes de tomar posse, e posteriormente ter assumido uma figura política que representava o que mais a entidade combatia ao longo de sua história gerou um desgaste interno dentro da UNE.

José Sarney representava para a UNE uma candidatura das oligarquias, do coronelismo, da velha política herdada da república do café com leite que mantinha privilégios das grandes famílias na política brasileira, e pouco contribuía para o atendimento das demandas populares cobradas pelos movimentos sociais. A decepção dos estudantes foi

tanta, que a entidade praticamente perdeu força e não teve uma participação importante durante a assembleia nacional constituinte de 1988. (ARAÚJO, 2007).

Em 1989 houve a primeira eleição direta após a redemocratização do país, na qual os adolescentes entre 16 e 17 anos, votariam pela primeira vez. Ocorreu uma intensa participação direta da juventude nesse processo. Mesmo que os jovens mais aguerridos e militantes estarem ligados a partidos de esquerda, a grande maioria dos jovens elegeu Fernando Collor, que apresentava uma plataforma mais conservadora. Isso se deve ao fato de que esses jovens militantes organizados em coletivos juvenis de esquerda ou em partidos, representa uma parcela pequena do universo total da juventude desse período. (DIAS, 2008).

A UNE, o movimento estudantil organizado e a juventude retornaram as ruas em 1992 para exigir o Impeachment do presidente Fernando Collor de Melo. Apesar do “Fora Collor” ter apresentado uma identidade juvenil com o protagonismo dos “caras pintadas”, o movimento em si foi muito mais amplo com envolvimento de toda sociedade civil; em termos de participação foi maior do que o ocorrido em 1968, devido a diversidade nas manifestações do Impeachment. (DIAS, 2008).

A UNE aproveitou este marco histórico para recuperar sua história de luta que havia se perdido na geração “heroica” de 1968. As lideranças estudantis tendem a buscar um papel de destaque na história, principalmente nessas grandes mobilizações de rua como a de 1968 e a de 1992, que se caracterizaram como marcos da luta política juvenil. (DIAS, 2008).

A continuidade desses movimentos entre as gerações tem diferenças e semelhanças. A descontinuidade está no caráter dos seus objetivos que dificilmente serão os mesmos. Porém há a continuidade de algumas práticas, métodos, palavras de ordem, porém a identidade normalmente é única, nova e singular. Por exemplo, essa geração de 1992, não era tão radical quanto a de 1968. Estava mais alinhada com a classe média que defendia um discurso de manifestação pacífica e “patriótica”, agregando os elementos da geração de 1968 a novas práticas. (DIAS, 2008). Desse modo, o novo momento histórico exigiu da UNE um giro político ao campo democrático, cujas bandeiras de luta não mais seriam a defesa de utopias, mas de demandas sociais objetivas da juventude como a luta pelo direito a educação

### **3.1.5. A contribuição do movimento estudantil na construção das políticas públicas educacionais na contemporaneidade**

No decorrer na década de 90 a UNE passou a ter uma atuação voltada para problemas concretos de interesse dos estudantes. Nesse período a participação política da entidade manteve-se presente, cujas pautas migraram do campo romântico de luta pela revolução socialista – muito por causa da queda do muro de Berlim e do fracasso socialista soviético – para demandas objetivas que implicavam na melhoria do futuro da juventude, como as lutas por passe livre, e em melhoria da educação pública. (POERNER, 2004).

Porém a entidade não abria mão do seu caráter radical quando o governo formulava políticas conservadoras neoliberais como as privatizações das empresas estatais que se sucederam durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). O plano diretor de reforma do estado elaborado em 1996 significou um grande ataque a educação, uma vez que possibilitou a flexibilização na criação de centros de ensino superior e faculdades sem a obrigatoriedade constitucional destas instituições abrirem um curso superior com a nomenclatura de universidades, na qual deve por obrigação constitucional garantir uma formação com base no tripé ensino, pesquisa e extensão. Essa reforma possibilitou uma expansão da educação privada no país configurando a formação de grandes oligopólios de ensino. (CHAVES, 2010).

Além desse ataque, o governo por meio da reforma da previdência proporcionou uma aposentadoria em massa de professores. Porém, o que de fato conseguiu mobilizar a grande massa dos estudantes foi a luta contra o provão elaborado pelo Ministro da Educação Paulo Renato, cuja política pretendia avaliar os cursos universitários do país. Insatisfeitos com a política educacional adotada pelo governo, a entidade se uniu aos professores da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) em 1998 contra o congelamento de salário dos professores. (POERNER, 2004).

Em 1999 a UNE organizou a primeira Bienal de Arte e cultura para resgatar o caráter cultural da entidade que foi muito presente no início dos anos 60 com os CPCs. O resgate das atividades culturais da UNE se deu a partir da leitura política conjuntural, na qual a entidade precisava dialogar com a base dos estudantes para aproxima-los do movimento estudantil. O período no qual a UNE cresceu e foi reconhecida como uma força política nacional influente foi justamente na época dos CPC que mobilizavam vários estudantes para as atividades artísticas e acadêmicas com a comunidade. Nesse sentido para Araújo (2007) a I bienal da UNE:

“foi um evento artístico, científico, cultural e tecnológico. Debateu-se a questão da universidade, teve mostra de ciências e tecnologia,

mostra literária, curtas, teatro, danças, artes visuais, artes plásticas e instalações”. (p.286).

Após esta primeira experiência, a entidade tornou como tradição a realização da bienal de dois em dois anos. No ano de 2015 na cidade do Rio de Janeiro nos arredores dos arcos da lapa, ocorreu a 9º bienal de arte e cultura, que é nos dias de hoje um dos maiores eventos culturais, políticos e artísticos da América latina que estimula a produção cultural dos estudantes brasileiros; a entidade mobilizou mais de 10 mil jovens de todo país nesse evento.

No decorrer dos anos, a UNE se manteve atuante participando ativamente das decisões políticas nacionais. Em 2002 a entidade apoiou Lula e se posicionou radicalmente contrária a candidatura de José Serra, um militante histórico que ajudou na construção da entidade durante a ditadura, mas que porém, não representava mais os anseios dos estudantes por representar um projeto liberal conservador aos olhos da entidade.

Durante o governo Lula uma das reivindicações antigas da UNE, foi atendida. O provão foi substituído pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que passou a avaliar não somente o conhecimento dos estudantes, mas também os cursos de graduação. (FRANCO, 2008).

Devido a permanência durante muitos anos da juventude do PCdoB e do PT à frente da UNE, outras tendências de oposição começam a surgir devido a insatisfação do silêncio da entidade perante as reformas educacionais do governo Lula que eram em sua maioria apoiadas pela entidade. A juventude do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, (PSTU) – que a priori apoiou a candidatura de Lula em 2002, chamando o voto crítico – a chamada Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (CONLUTE), foi criada durante o Encontro Nacional Contra a Reforma Universitária, realizado no Rio de Janeiro em 2004, e se configurou como a principal oposição dentro da diretoria majoritária da UNE.

Para, além disso, houve um racha dentro do PT que culminou na criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no qual sua juventude também migrou para o campo de oposição à diretoria majoritária da entidade. (FRANCO, 2008).

As implicações dessas rupturas dentro da UNE, geraram uma grande fragmentação de tendências dentro do movimento estudantil. Com isso os debates durante os congressos quanto ao tema da reforma universitária, geraram muitas controvérsias quanto ao apoio oficial da entidade às políticas públicas educacionais formuladas pelo governo Lula. Enquanto as tendências de oposição mais radicais se posicionavam contra essa reforma, por considera-lá neoliberal, privatizante e mercadológica, a diretoria majoritária dirigida pela União da

Juventude Socialista (UJS), juventude do PCdoB, base do governo, se posicionava de forma moderada, não rechaçando totalmente a reforma, mas defendendo sempre a postura de diálogo com o governo, no sentido de introduzir as propostas estudantis aprovadas em congresso nas mesas de negociações com o poder executivo. (FRANCO, 2008).

Nesse sentido a entidade passou a atuar na luta pela expansão das universidades federais, e no fortalecimento da democratização da educação brasileira e do acesso ao ensino superior.

No segundo mandato do presidente Lula, o país apresentava um crescimento econômico promissor, com as contas públicas equilibradas. Com isso, foi possível intensificar os investimentos em políticas de inclusão social, como a educação, que teve seu orçamento triplicado, atendendo as demandas da UNE e dos movimentos sociais como um todo a partir de formulação de políticas sociais. Nesse sentido no campo da educação, foram aprovadas políticas educacionais durante a reforma universitária que garantiu a elevação no acesso dos estudantes de baixa renda ao ensino superior como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o sistema de cotas para alunos de escola pública e negros, e a Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) – que foi um programa duramente criticado pelo movimento docente e estudantil - além da retomada do ensino técnico superior por meio da criação da Rede Federal de educação Profissional, científica e Tecnológica. (GUIMARÃES, MONTE e FARIAS, 2013).

Alguns pontos da reforma universitária foram muito criticados pelo ANDES e pela oposição de esquerda da UNE. Apesar do PROUNI garantir o acesso de estudantes de baixa renda nas universidades particulares, o sindicato nacional dos docentes via esta política como uma forma de repassar recursos da educação para a iniciativa privada, que poderiam ser investidos na expansão e melhoria da infraestrutura das universidades públicas. O REUNI também foi duramente criticado pela oposição dos estudantes, uma vez que sua proposta inicial era criar cursos de bacharéis interdisciplinares que aglutinariam estudantes aprovados nos vestibulares nesses cursos. Porém após a conclusão desses, em um período de um ano à um ano e meio, o estudante sairia com o diploma de bacharel interdisciplinar, e realizaria outra prova para poder de fato cursar uma graduação no ensino superior. Essa proposta foi altamente repudiada pelo ANDES e pela oposição da UNE, cuja resistência nas universidades e nas manifestações em Brasília, garantiu a retirada deste item. (MACÁRIO, VALE e ALVES, 2013).

Após a vitória eleitoral de Dilma Rousseff que teve apoio da entidade, a UNE passou a ter espaço na elaboração das políticas educacionais. Durante o 52º Congresso da UNE em 2011, a entidade passou a discutir os rumos do Plano Nacional de Educação (PNE 2010-2020). Durante a plenária final foram aprovadas resoluções e teses que serviram de base para construção de emendas ao projeto de lei do PNE a ser encaminhado ao poder executivo. Nesse sentido segundo Fiegenbaum, Schneider e Machado (2012):

A UNE elabora emendas ao Projeto de Lei do PNE, destacando-se os seguintes pontos: ampliação das metas de financiamento da Educação para 10% do Produto Interno Bruto (PIB), destinação de 50% dos recursos dos *Royalties* e do Fundo Social do Pré-Sal para Educação, Ciência e Tecnologia; expansão do Ensino Superior à 40% dos jovens entre 18 a 24 anos, garantindo que 60% dessas matrículas sejam no setor público; regulamentação do setor privado com base no controle de aumento das mensalidades, transparência nos balanços financeiros e na proibição da entrada de capital estrangeiro. (p.64).

Esse é o contexto de participação estudantil nas decisões políticas sobre a vida da juventude brasileira. Porém destacamos que o movimento estudantil contemporâneo se institucionalizou, passando a funcionar como grandes organizações burocráticas que pouco conseguem dialogar e mobilizar os estudantes. O comportamento da juventude contemporânea é de total descrença e apatia com as instituições políticas, que se distanciaram de sua base, e conseqüentemente não conseguem ter o reconhecimento do povo como o legítimo porta voz das demandas e necessidades da sociedade. Nas entidades estudantis como os DCEs e a própria UNE, durante os processos de eleições, ocorrem manobras, golpes e práticas de vale tudo eleitoral, para chegar ou se manter no poder, afastando os estudantes da política.

Além dos próprios partidos políticos reproduzirem essas práticas, a mídia também é responsável por ter construído uma cultura política que reforça a crise da representação política, legitimando um discurso de esgotamento do estado moderno contribuindo para que as pessoas se afastem da esfera pública de decisões. (MAYORGA, CASTRO e PRADO, 2012). Nessa perspectiva para Abramo (2007):

Tem sido constante, embora não possamos dizer consistente, a preocupação de diferentes atores políticos com a juventude (partidos políticos, sindicatos e centrais sindicais, alguns movimentos sociais). No entanto, trata-se mais de uma preocupação com a ausência dos jovens nos espaços e canais de participação política do que com questões políticas relativas a eles. Essa ausência diz respeito tanto à inexistência ou fraqueza de atores juvenis nas esferas políticas (ao contrário do que outrora foram as entidades estudantis e as juventudes partidárias), como à baixa adesão de jovens aos organismos e

movimentos políticos. A maior parte dos atores políticos queixa-se da distância que os jovens têm demonstrado para com as suas proposições, bandeiras e formas de atuação, o que reflete, em primeiro plano, uma preocupação com a renovação de quadros no interior dessas organizações, mais do que em tratar e incorporar temas levantados pelos próprios jovens. Essa preocupação vem acompanhada de um diagnóstico que identifica nos jovens desinteresse pela política e de um modo mais geral pelas questões sociais, como resultado da acentuação do individualismo e do pragmatismo que se afirmam como tendências sociais crescentes, tornando-os “pré-políticos” ou quase que inevitavelmente “a-políticos”. (p. 76).

Porém esse cenário de apatia começa a se modificar no mundo a partir do ano de 2011 com as revoltas da juventude na Europa, Chile, Estados Unidos, no Egito e na Tunísia durante a primavera árabe, devido a crise instalada que gerou uma elevação do desemprego estrutural entre os jovens. (ZIZEK, 2012). Os ventos de um novo tempo começaram a soprar pelo Brasil no ano de 2013 com as manifestações da juventude que mobilizou milhões de jovens nos meses de junho daquele ano (MARICATO, 2013), marcando o retorno dos grandes protestos de rua pelo país que até nos dias de hoje são evidentes.

Destacamos a organização política dos estudantes secundaristas em novembro e dezembro de 2015 contra a dita reorganização das escolas de São Paulo, que tinha como princípio a criação de ciclos escolares com o fechamento de mais de mil escolas. Nesse processo de resistência, a juventude secundarista ocupou mais de 200 escolas, conseguindo com que o governador Geraldo Alckmin revogasse a decisão por meio de decreto. Para além desse resultado positivo, o processo de resistência desses jovens possibilitou a demissão do secretaria estadual de educação do estado de São Paulo.

Citamos este processo apenas como um dos exemplos de cultura política juvenil na contemporaneidade, o que nos remete a pensar que existem lacunas e inconsistências dos estudos anteriores que apontam uma juventude apática em relação a política o que na verdade não é o que estamos observando desde junho de 2013. Acreditamos que este processo do retorno do protagonismo político juvenil se originou mediante um contexto de crises que se iniciaram muito antes deste período em que juventude retornou as ruas. No próximo item, trataremos alguns elementos que justificam esta análise.

### **3.2. A situação de desemprego da juventude no mundo e a participação política na contemporaneidade**

Desde 2007 com o início da crise econômica observamos uma resistência da juventude através de revoltas populares, e grandes mobilizações de rua tendo como

característica básica a resistência contra as medidas de austeridade imposta pelos governos. A juventude foi a principal protagonista dessas mobilizações devido a sua situação de desemprego estrutural como aponta Zizek (2012):

Toda uma geração de estudantes quase não tem chance de conseguir um emprego em sua área, o que leva a um protesto em massa; e a pior maneira de resolver essa lacuna é subordinar a educação diretamente às demandas do mercado – se não por outra razão, isso ocorre porque a dinâmica do mercado torna “obsoleta” a educação dada nas universidades. Esses estudantes inempregáveis estão predestinados a desempenhar um papel organizador fundamental nos futuros movimentos emancipatórios (como já fizeram no Egito e nos protestos europeus, desde a Grécia até o Reino Unido). A mudança radical nunca é desencadeada apenas pelo pobre, de modo a criar uma desordem explosiva; portanto, a juventude educada inempregável (combinada à moderna tecnologia digital amplamente disponível) oferece a perspectiva de uma situação propriamente revolucionária. (p.16).

Ainda para Zizek (2012) houveram inúmeras revoltas populares que começaram a se desenhar na Europa especialmente na Espanha, Portugal e Grécia e também no oriente médio, em que tal fenômeno ficou conhecido como primavera árabe com destaque para a Tunísia e o Egito que derrubaram com a força da mobilização da juventude governos autoritários. Estes fenômenos aos poucos contagiaram o mundo: no Chile ocorreu a revolta dos pinguins, onde os jovens lutaram por educação pública gratuita, uma vez que parte da educação no Chile é privatizada; nos Estados Unidos no berço do capitalismo, jovens do distrito financeiro de Manhattan no Zuccotti Park na cidade de Nova York protestaram contra as desigualdades econômicas e sociais, denunciando a corrupção e ganância do setor financeiro que influencia o estado e regula a economia global. (ŽIŽEK, 2012).

Este movimento denominado Occupy Wall Street era liderado basicamente por jovens que lutaram contra a impunidade dos responsáveis pela crise econômica. Em todos esses movimentos se observou a juventude como grande protagonista das revoltas que se caracterizavam por uma luta de reivindicação por direitos e de resistência contra-hegemônica.

Para Maheirie et al (2013), esta forma de organização política das massas se caracteriza por uma resistência aos planos de austeridade que impõe um ajuste fiscal que corta gastos públicos nas áreas sociais e nos direitos democráticos conquistados ao longo da história. Tais medidas fazem parte do pacote recomendado pelas agências multilaterais (Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC) e Banco Central Europeu) do setor financeiro que impõe aos estados modernos tais medidas como forma de garantir a saída da crise e estabilidade econômica do sistema financeiro.

A crise estrutural do capitalismo para Mészáros (2009) é uma crise do modelo econômico dos estados unidos que iniciou em 2007 com sua inadimplência do setor



imobiliário, tendo como saída clássica da crise a exploração dos países endividados por sanções e embargos econômicos como é problematizado pelo autor:

Há somente duas certezas: a primeira é a de que a inevitabilidade da inadimplência norte-americana vai afetar a vida de todos neste planeta; a segunda, que a posição hegemônica dos Estados Unidos continuará a ser afirmada de todas as formas possíveis, forçando o mundo todo a pagar a sua dívida enquanto tiver condições de fazê-lo (MÉSZÁROS, 2009, p. 45).

A forma de garantir o pagamento da dívida pública dos países emergentes e dos desenvolvidos, tais como os da zona do euro e o Japão (que ainda possuem uma dívida exorbitante que sustenta o sistema financeiro administrado pelos estados unidos) se dá através da adoção dos pacotes neoliberais impostos pelas agências multilaterais desse setor financeiro como o arrocho salarial, aumento da taxa de juros, cortes nos investimentos nas áreas sociais e nas despesas do governo para atingir a meta fiscal, flexibilização das leis trabalhistas, privatizações e terceirizações. (MÉSZÁROS, 2009).

Todas essas medidas de austeridade contribuem para que os estados modernos possam atingir suas metas fiscais, por meio do superávit primário que é o dinheiro que sobra das contas dos governos, depois de pagar as despesas. Esse recurso é destinado para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Em tempos de crise financeira, os ajustes fiscais impostos pelo estado moderno tem um preço para a sociedade, uma vez que jogam a responsabilidade da crise para os trabalhadores, tendo como consequência a diminuição do poder de consumo da sociedade, desemprego estrutural em massa, precarização dos serviços públicos básicos como saúde e educação e aumento da desigualdade social.

Esse cenário de crise estrutural do capitalismo tem gerado revoltas populares no mundo, e a juventude tem sido segundo Zizek (2012), a principal protagonista dessas mobilizações por ter sido atingida pelo desemprego estrutural que chegou a níveis catastróficos na escala de 40% entre os jovens na Espanha e 50% na Grécia, além da Tunísia e do Egito que passaram por situações revolucionárias onde tal evento ficou conhecido em 2012 como a primavera árabe e teve o protagonismo da juventude. (ZIZEK, 2012)

Para o capitalismo sempre é necessário haver um exército de reserva para que haja um controle maior na capacidade produtiva de seus empregados. Além disso, a redução das despesas e dos custos nas folhas de pagamento, investindo na automação, tornando o trabalho mais produtivo e com custos baixos, propiciam o aumento da exploração dos que tem acesso ao emprego, por meio do aumento da jornada de trabalho e do produtivismo. O resultado é a redução nos postos de trabalho e o desemprego estrutural que é necessário para o acúmulo de riqueza e aumento da produtividade do capitalismo como aponta Zizek e Daly (2006):

(...) há uma tendência cada vez maior a que não se tenha um emprego permanente pela vida afora, mas se mude de emprego a cada dois ou três anos [...], portanto, essa camada de desempregados já não é simplesmente um excedente, mas algo estruturalmente inscrito. A classe trabalhadora divide-se entre os que têm e os que não têm um emprego" (p. 182).

O desemprego estrutural (que hoje atinge a juventude) sempre foi marca do sistema capitalista como consta no próprio O Capital de Marx segundo Jameson (2011): “O desemprego é estruturalmente inseparável da dinâmica do acúmulo e da expansão que constituiu a natureza em si do capitalismo como tal”. Com o início da crise econômica em 2007, esse desemprego tem aumentado entre os trabalhadores e principalmente entre a juventude na Europa. (ZIZEK, 2012).

O atual cenário contemporâneo de crise econômica está contribuindo para que haja profundas transformações culturais, econômicas, políticas e sociais, em que observamos emergirem crises de origem multifacetadas de inúmeras dimensões no contexto da esfera pública como exemplo: a crise política e institucional que estamos vivendo no Brasil; a crise de representação política, na qual os brasileiros não confiam na forma com que o país é conduzido politicamente pelos prefeitos, governadores, poder legislativo e judiciário; a crise de legitimidade que se caracteriza pelas incertezas do que vem a ser ético, antiético, certo ou errado na política; e a própria crise econômica enfrentada pelo país que de certa forma influencia as outras crises citadas anteriormente. Tudo isso faz parte do panorama contemporâneo quando discutimos o lugar da esfera pública no Brasil.

### 3.3. A juventude na contemporaneidade

É!  
A gente quer valer o nosso amor  
A gente quer valer nosso suor  
A gente quer valer o nosso humor  
A gente quer do bom e do melhor...

A gente quer carinho e atenção  
 A gente quer calor no coração  
 A gente quer suar, mas de prazer  
 A gente quer é ter muita saúde

A gente quer viver a liberdade  
 A gente quer viver felicidade...  
 É!

A gente não tem cara de panaca  
 A gente não tem jeito de babaca  
 A gente não está

Com a bunda exposta na janela  
 Prá passar a mão nela...

É!

A gente quer viver pleno direito  
 A gente quer viver todo respeito  
 A gente quer viver uma nação  
 A gente quer é ser um cidadão  
 A gente quer viver uma nação...

É! É! É! É! É! É! É! É!...

(Gonzaguinha – É)

Ser jovem passa por dimensões expressas vorazmente na letra da música “É” de Gonzaguinha. As vozes juvenis ecoam na atualidade tal qual os versos da canção que deslumbram a cidadania na sua inteireza. Pelo prazer, pelo afeto, pela saúde, pelo direito, pelo respeito, pela nação, enfim pela construção da identidade cidadã, marcada por lutas, enfrentamentos, resistências a exemplo do movimento estudantil de enfermagem nos centros acadêmicos, e dentre outros movimentos juvenis contemporâneos.

A identidade juvenil ao longo da história vem apresentando inúmeras modificações por causa das transformações que vem ocorrendo na sociedade ao longo do tempo. Vivemos em uma modernidade que reproduz valores, nos quais interferem na forma em que a juventude é caracterizada. Essas configurações construídas socialmente precisam ser apreendidas para fugirmos do discurso naturalista hegemônico de que a juventude é uma fase da vida que se inicia em determinado período e termina no outro justificado por meio de características biológicas. (ROCHA e PEREIRA, 2009). Nesse sentido pretendemos realizar uma caracterização do que vem a ser essa juventude no mundo contemporâneo, na perspectiva de problematizar a construção social desta categoria ao longo da história.

A teoria das representações sociais dentro de suas condições de produção do conhecimento está por apresentar seus referenciais centrados na cultura, linguagem, comunicação e sociedade que se relacionam com a investigação do contexto sociocultural e a construção das representações sociais. (NASCIMENTO, 2011). Dessa forma utilizaremos os referenciais em Bourdieu (1983) contextualizando o conceito moderno de juventude; Rocha e

Pereira (2009) que exploram os aspectos conceituais; Mayorga, Castro e Prado (2012) que discutem a experiência da juventude na política no contemporâneo; Castro (2012) que relaciona a condição de tutela e subordinação imposta pela modernidade; Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015), que apresentam reflexões atuais sobre a cultura escolar e cultura juvenil, e condição juvenil na contemporaneidade; e Abramo (2007) que faz algumas considerações sobre estudar a temática social da juventude no Brasil.

Nesse sentido pretendemos fazer alguns apontamentos quanto a construção social da juventude, e sua condição no mundo contemporâneo, no sentido de compreender a construção de discursos que constroem imagens e sentidos que fazem parte do universo simbólico desses sujeitos. Esses discursos sustentados no senso comum podem gerar relações de poder entre os indivíduos; essa lógica silencia as minorias e estabelecem condições de dominação. No caso da juventude, a tutela e a subordinação imposta pelos adultos têm gerado um sentimento e uma identidade rebelde entre os jovens, em que tais instrumentos de coerção como mecanismo de educação da juventude, funcionam mais como medidas de controle autoritário, não dialogando com os jovens no mundo contemporâneo. (CASTRO, 2012).

Entendemos nessa perspectiva que os discursos em torno da juventude pela modernidade são representações sociais construídas socialmente e historicamente por meio das interações que ocorrem no campo simbólico. Essas representações nos levam a compreender determinados comportamentos da juventude. A relação de poder estabelecida através da subordinação e tutela dos adultos dentro da família e na escola foi construída pela modernidade segundo Bourdieu (1983), a partir das normas, regras e condutas a serem seguidas pela juventude.

Ainda para Pierre Bourdieu (1983) em seu artigo “A juventude é apenas uma palavra”, a juventude foi uma categoria inventada pela modernidade como uma forma de exercer um controle social sobre os jovens. Essa noção de adolescência, infância, juventude e velhice, são construções sociais que tem como proposta estabelecer uma hierarquia de poder simbólico segundo esse autor.

É uma forma de normatizar lugares, criando papéis sociais, nos quais ao jovem é atribuído um sentido de subordinação e tutela, pois este sujeito é considerado imaturo e irresponsável, restringindo sua atuação social, como o autor mostra na seguinte reflexão: “parece que um dos efeitos mais poderosos da situação do adolescente decorre desta espécie de existência separada que os coloca socialmente fora do jogo”. (BOURDIEU, 1983, p.114).

A dependência e a tutela se mantêm até o momento em que o jovem se torna adulto, através de um rito de agregação a este novo mundo onde os discursos se modificam. Desde pequenos, somos instruídos sobre o que vamos ter que fazer das nossas vidas, supõe-se que durante a infância até o final da adolescência possamos terminar nossos estudos, e depois entrar na faculdade, nos formar e ter uma profissão para acumular patrimônio material. (ROCHA E PEREIRA, 2009).

Enquanto isso não acontecer, o jovem será dependente e subjulgado sob a tutela da família e do próprio estado. Porém essa juventude pode ser perdida quando uma adolescente constitui uma família fora do período recomendado pela sociedade; passa a assumir outros papéis; é obrigada a ter responsabilidade para cuidar da criança e do lar; passa a assumir responsabilidades de um adulto de forma precoce; o jovem pai quando assume sua paternidade, pode ser obrigado a interromper os estudos e buscar um trabalho normalmente com baixa remuneração, para garantir o sustento de sua família, perdendo também sua juventude, e se agregando ao mundo dos adultos. (ROCHA E PEREIRA, 2009).

A necessidade do acúmulo de riqueza na sociedade moderna capitalista faz com que se construam socialmente esses papéis com uma identidade que já vem moldada pelos adultos. A sociedade espera que todos sigam essa cartilha para manter o progresso e a produção de riqueza que garante a manutenção da propriedade privada e do processo e acúmulo e riqueza que rege o sistema no qual vivemos. Qualquer desvio desse caminho que obrigatoriamente deve ser trilhado pelo jovem, passa a ser considerado como um problema a ser corrigido, no qual, caso não seja possível, resta aos adultos romper com a tutela e passar sua responsabilidade para os jovens, que nessas condições terão dificuldades para cuidar de si, o que implica a estes sujeitos, tornar-se adultos de forma precoce, buscando alternativas de autossuficiência e independência material.

Não se trata de fazer uma apologia radical a liberdade e à autonomia da juventude sem controle algum, porém algumas mediações são necessárias, como o diálogo horizontal que rompe com as estruturas de poder estabelecidas de forma vertical, hierárquica e que por vezes pode apresentar um grau de autoritarismo dentro dos espaços onde o jovem se sociabiliza como a escola e a família. Essa forma de transmissão educacional não contribui para uma sociabilidade justa e democrática que garanta o pleno desenvolvimento social e psíquico do jovem. Nessa perspectiva Castro (2012) nos aponta que:

[...] a experiência da opressão e da injustiça é vivenciada pelos jovens na escola como parte de seus dias a dia, embora tais situações estejam frequentemente disfarçadas pela própria relação de subordinação estruturante

da transmissão educacional. Este talvez seja o aspecto complicador para desvelamento da opressão na escola, uma vez que existem várias normatividades que simultaneamente regulam a posição do aluno: por exemplo, operam ao mesmo tempo tanto aquela que referencia o mestre como ideal com quem o estudante deve se identificar, e a que normatiza e legitima a dominação qualificando negativamente o aluno como imaturo e desprovido, e despotencializando o estudante de outras posições de fala e modos de ação na escola. (p.87).

A transgressão e subversão normalmente é o primeiro caminho quando a juventude se sente controlada, injustiçada e impossibilitada de ter voz e exercer sua liberdade e autonomia enquanto sujeito. A juventude têm suas próprias formas de rebeldia, principalmente os que buscam o reconhecimento do meio no qual estão inseridos, como uma forma de poder construir, manifestar e expressar sua identidade. Este jovem tem a necessidade de se sentir pertencido ao meio, no qual se socializa. Nesse sentido, o princípio básico para que haja um sentimento de pertencimento, é o meio de garantir espaço para este sujeito ter voz, seja dentro da família, entre os amigos ou na escola. Porém normalmente a voz da juventude é silenciada, o que possibilita rupturas que normalmente trazem conflitos de ordem familiar, política ou social. (MAYORGA, CASTRO E PRADO, 2012).

Nessa perspectiva a juventude passa a assumir uma identidade rebelde devido este controle normatizado imposto pela modernidade segundo Bourdieu (1983). Porém nem sempre a juventude apresentava esse caráter rebelde. A juventude em outro contexto chegou a ser uma categoria supervalorizada e que nas idades da vida, perdurava até o momento em que homem era capaz de cuidar de si e dos outros. Porém como mostra Philippe Aries (1981) em algum momento da história a juventude foi confundida com a infância devido a ideia de dependência que era atribuído aos sujeitos que se encontravam em uma condição de subordinação e tutela entre os adultos.

Só poderia sair da juventude, tanto no sentido moderno, quanto no mais arcaico, quando o sujeito conquistasse sua autonomia e independência material e/ou financeira, não sendo mais subordinado a um adulto. Dessa forma a dependência sempre gerou uma relação de subordinação, controle e de tutela na modernidade, que podemos interpretar na perspectiva das representações sociais como imagens construídas no campo simbólico por meio da interação entre os discursos ancorados em sentidos que determinavam essas representações sociais (MOSCOVICI, 2015), criando dessa forma verdades e saberes que por si só geravam normas e regras com base na ideia de controle e subordinação da juventude.

A juventude tem sido observada e objeto de preocupação nos últimos 20 anos, no campo da psicanálise e da educação que evidenciam discussões dentre desse contexto de rebeldia e crise de identidade juvenil. Há um esforço da academia e do próprio mercado para se descobrir o que existe por trás na transição da infância através dos fenômenos hormonais da puberdade, das mudanças físicas e do simples aparecimento de espinhas no rosto desses jovens, que passam a assumir uma identidade contemporânea marcada pela rebeldia. (ROCHA e PEREIRA, 2009)

Ainda para Rocha e Pereira (2009) a juventude e adolescência podem ser tratadas como sinônimos uma vez que “a adolescência e a juventude se estendem a todos aqueles que vivenciam a experiência de estar em algum lugar entre a infância e a vida adulta”. Porém o conceito de juventude vem variando historicamente, os cortes definidos por faixa etária são estabelecidas por diferentes agências que formulam políticas públicas para os jovens, e também por países que apresentam práticas culturais singulares.

Nesse sentido, apesar de haverem semelhanças entre a fase da adolescência e a juventude, ambas não serão tratadas como sinônimo como apontam Rocha e Pereira (2009), porque são faixas etárias distintas segundo a definição da Secretaria Nacional de políticas de juventude e do Conselho Nacional de Juventude, cuja faixa etária desta população se dá de 15 à 29 anos de idade. Essa definição ocorre em virtude do aumento do tempo dedicado a formação escolar e profissional, além da condição de dependência com a família e a dificuldade para conseguir o primeiro emprego; a adolescência inicia com o início da puberdade, na qual este sujeito ainda apresenta uma identidade em construção; a juventude por ser multifacetada, deve ser entendida como um fenômeno em constante construção social. (ABRAMOVAY, CASTRO E WAISELFISZ, 2015).

Portanto a juventude deve ser tratada como um fenômeno social por adquirir um caráter cultural que apresentam uma identidade singular com características semelhantes que fazem entender a expressão dessa identidade que se manifesta de forma multifacetada.

Apesar de haver um sentimento de juventude no mundo contemporâneo, ainda percebemos uma desvalorização do jovem, não no sentido dele não ser importante para a sociedade, mas devido ser imposto determinados papéis sociais pelos adultos que tentam determinar o lugar deste sujeito na sociedade. Este lugar como apontou Bourdieu (1983), coloca o jovem em uma condição de silenciamento, devida este sujeito ser considerado inferior por causa da ideia moderna de dependência e da representação social de que a juventude não possui maturidade emocional e social para decidir sobre a sua própria vida.

Dessa forma, o jovem constrói sua própria identidade na perspectiva de ter voz na sociedade e mostrar que pode ter um lugar que não seja o que os adultos escolheram. O conflito é a primeira reação de resistência, pois a juventude quer manifestar sua identidade da sua própria forma, e os adultos tentam controlar essa expressão através da coerção. Nesse contexto, no nosso entendimento, há uma relação de poder que na perspectiva de Foucault:

A partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder. Podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa [...] Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de “baixo” e se distribua estrategicamente. (FOUCAULT, 1998, p. 241).

Na escola e no ambiente familiar os conflitos são comuns, e muitas das vezes nem os professores e nem os pais estão preparados para lidar com essa identidade juvenil. A primeira reação a qualquer tentativa de desobediência da ordem vigente, sempre será o castigo para que haja um controle. A escola tem seus mecanismos de advertência e cada família cria sua própria forma de coerção; o estado regula este jovem por meio de leis como o estatuto da criança e do adolescente, que mesmo sendo avançada na garantia dos direitos e deveres deste sujeito, possibilitando a proteção do jovem, para expressar sua juventude de forma saudável e cidadã, ainda assim percebe-se uma desintegração e falha na rede de proteção do jovem em garantir esses direitos. (CASTRO, 2012).

Essa relação de dominação e controle que julga e condena de forma repressiva as atitudes dos jovens, podem prejudicar a integridade moral, física e social desse sujeito. O jovem quando não se sente pertencido ao seu ambiente familiar, de alguma forma tentará buscar um lugar onde ele possa ter voz. Porém, nem sempre esse lugar representará um espaço que este jovem possa ter a garantia de expressar sua juventude de forma consequente, saudável e cidadã com responsabilidade para possibilitar seu pleno desenvolvimento subjetivo enquanto sujeito cívico. Porém infelizmente a escola tende a esvaziar a identidade juvenil, ao não compreender que este espaço frequentam pessoas de inúmeras culturas que deveria ser garantido todas as expressões e identidades nesse ambiente.

Uma pesquisa nacional que foi publicada recentemente, na qual se denomina “Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?” de Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015), afirma que:

Na escola, o jovem é despido da condição social de ser jovem e se transforma em “aluno”, ou seja, é visto por uma perspectiva exterior a ele, em uma imposição normativa do sistema de ensino, perdendo-se de vista a diversidade, as buscas e os parâmetros de comportamento que fazem parte



das modelagens de juventudes. A escola desconsidera, portanto, a cultura juvenil, a qual se caracteriza por ser dinâmica, diversa, flexível e móvel. (p. 31)

Destacamos que a escola nessa perspectiva deve ser entendida para além da educação básica, pois a universidade também é um ambiente onde a juventude busca a sua escolarização e constrói sua identidade. A juventude ao vivenciar a experiência da participação política dentro do ambiente escolar, tem sua identidade político-cultural esvaziada por este espaço, uma vez que, esse sujeito é visto como um aluno que deve cumprir com suas obrigações acadêmicas curriculares. O discurso hegemônico é de que devido estes sujeitos estarem de passagem, quem deve resolver os problemas políticos desse espaço são os adultos, portanto a participação política da juventude no ambiente escolar é desqualificada e desvalorizada. Porém essa tentativa de desconsiderar a identidade político-juvenil, transformando em uma condição de aluno, abre possibilidades de resistência e transgressões.

Mattos (2013) aponta que estas transgressões se dão em contextos culturais, sociais e políticos, nos quais os jovens partem para o enfrentamento da ordem se organizando em grupos. Na periferia, temos o exemplo do hip hop que é uma manifestação cultural de resistência da juventude que não se sentem representada pela lógica imposta de exclusão social de pobres e negros que vivem a margem da sociedade e são discriminados por esta condição; o jovem pode enfrentar esse sistema de forma a estar em conflito com a lei, se rebelando contra a ordem estabelecida pela Estado, participando de forma organizada no mundo do crime; ou então o jovem pode ter voz nos espaços de sociabilidade política, lutando por direitos, o que também normalmente não é aceitável pelos adultos, por causa da desqualificação do movimento estudantil; ou se organizar em grupos de igreja, que são espaços que dão voz aos jovens; há também a possibilidade deste sujeito se envolver com drogas, ou então no caso da mulher, optar pela gravidez precoce como forma de transgressão e alternativa de projeto de vida para sair de casa, ser livre e ter seu própria lar. Nessa perspectiva observa-se que existem inúmeras expressões e identidades da juventude.

Segundo Esteves e Abramovay (2007) as pesquisas contemporâneas vêm dando ênfase aos termos juventude e juventudes, pois há um sistema de identidades por onde circulam as diferentes expressões da juventude. Os inúmeros recortes de raça, gênero e classe caracterizam e identificam as necessidades das juventudes. Portanto deve se estar atento ao caráter da diversidade, pois ao estudarmos esta categoria, há possibilidades de camuflagem de desigualdades sociais. No campo da educação, portanto, ao se discutir juventude e juventudes,

deve haver políticas universais e ao mesmo tempo focalizadas de acordo com as diferenças estabelecidas por marcadores sociais como território e dentre outros apontados anteriormente.

Ainda segundo Mattos (2013), no contexto da cultura política, o lugar do jovem no contemporâneo passa a ser da organização política alternativa em coletivos e movimentos de juventude, ao negar a relação clássica da política que é institucionalizada e hierarquizada, buscando formas de garantir uma maior horizontalidade nas relações, dando voz a todos os agentes da sociedade. Essas formas de organização são meios e possibilidades da construção da identidade política dos jovens, nos quais possam se afirmar enquanto sujeitos em uma representação coletiva tendo direito de serem escutados e valorizados.

Mattos (2013) mostra a partir da resenha do livro *“Juventude e a experiência da política no contemporâneo”*, como as pesquisas sobre a relação entre juventude e política vêm gerando discussões que demonstram as expressões de um tempo em que o conceito de política vem sendo debatido e transformado ao longo do história. Neste contexto de discussão o lugar do jovem é problematizado, no qual sua condição de tutela naturalizada - o que coloca perante os adultos que são reconhecidos hierarquicamente superiores pela sociedade – os silencia dos espaços de disputa de posições e opiniões entre os adultos, esvaziando suas ideias, tornando o jovem um ser invisível e sem poder de decidir. Isso abre possibilidades de cenários de conflito e de reações individuais e até mesmo coletivas no campo político.

Nesse contexto de resistência política da juventude, fazemos um destaque que no mundo contemporâneo a juventude vivencia um processo de precarização de sua condição de vida. Para Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015) quando comparamos os diferentes períodos históricos e com os outros grupos etários, observamos que hoje a juventude apresenta inúmeros desafios e vulnerabilidades sociais a serem superadas. Ainda para estes autores, estamos vivenciando um momento de crise econômica mundial, cujas demandas para o processo de expansão do capitalismo, exigem habilidades e competências cada vez mais voltadas para uma racionalidade instrumental que responda as exigências do atual modelo de desenvolvimento que é marcado pela sociedade do conhecimento e da informação. A juventude nesse contexto absorve de maneira imediata as mudanças de paradigma que ocorrem neste tempo.

Os problemas que ocorrem na economia política os atingem diretamente, pois segundo Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015, p. 23) “em todos os países envolvidos na chamada crise atual do capitalismo, as mais altas taxas de desemprego se relacionam à coorte jovem.” Além disso, estes sujeitos são rotineiramente bombardeados pelas propagandas que

geram o desejo de consumo em que há uma busca frenética pelo prazer, colaborando para um processo de individualização e mercantilização das relações sociais cuja cidadania é regulada pela condição de ter acesso ao consumismo. Essas características da modernidade têm gerado fenômenos que colocam a juventude no centro de discussão devido sua condição de vulnerabilidade social.

A inserção da juventude no mundo do trabalho e a garantia de acesso ao capital social é apontada por Abramovay et al (2002) como a solução para a superação da vulnerabilidade social desses sujeitos. Porém a negação ao emprego, sempre foi uma marca dos países emergentes como os da América latina, mesmo antes do início da crise econômica mundial em 2007 que já era um desafio a ser superado. Esse desemprego entre os jovens também atingiu os países desenvolvidos após o início da crise, atingindo escalas entre 40% e 50% da totalidade de jovens desempregados em países como a Grécia, Espanha e Portugal (ZIZEK, 2012). Portanto o fenômeno do desemprego não é apenas uma realidade dos países da América latina. Para Leon (2007):

As questões do trabalho e da renda da juventude refletem o difícil processo de inserção e permanência do jovem no mundo do trabalho. Assim, a análise do emprego e do desemprego juvenil ganha importância, tendo em vista seu impacto e sua relevância social, e demonstra que o mesmo vem sendo considerado como fenômeno com peculiaridades universais, decorrente da interpretação de que os jovens estão em um momento de seu ciclo vital caracterizado pela experimentação e pela transição para a vida adulta, assumindo novas responsabilidades sociais, em que se exigiria a passagem de sua condição de inatividade para a de atividade econômica. (p. 27-271).

Para Abramo (2007), ao estudarmos a relação da juventude com a cidadania, seja através do acesso ao mundo do trabalho, a participação social e política, seja pelas instituições que formulam as políticas públicas para a juventude, as privações e os desvios desses sujeitos sempre são evocados nos seminários e encontros que debatem a juventude. As elencadas como a prostituição, sexualidade, gravidez na adolescência, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, violência etc, são sempre questões que constituem os jovens como problema (para a sociedade e para si próprios).

Ainda para Abramo (2007) quase nunca esses enunciados são construídos pelos próprios jovens enquanto atores políticos protagonistas de sua própria vida e história. A ótica do debate é centrado, na denúncia da privação de direitos negados (A partir da visão dos adultos), ou seja, quando é discutido a cidadania da juventude nos debates acadêmicos, só há temáticas de denúncias de privações de políticas públicas, e quase nunca como atores capazes

de participar dos processos de decisões políticas sobre o seu próprio futuro, na perspectiva da negociação de direitos.

Os estudos que deram destaque a esse protagonismo político juvenil segundo Morais e Baquero (2015), foram produções que focaram a participação dos jovens, os valores, práticas e suas representações, com base em modelos observados na década de 1960 e 1970. São estudos de natureza histórica que analisaram a mobilização dos estudantes durante o governo militar.

A partir da década de 1990, os estudos que analisam a participação política juvenil em outra perspectiva de afirmação política da cidadania, foram produções que investigavam a motivação da juventude pelo envolvimento político focando em aspectos de socialização política e desenvolvimento da cidadania. Para Morais e Baquero (2015), há uma necessidade de se realizar mais pesquisas para compreendermos como se constroem o imaginário político da juventude na contemporaneidade, uma vez que existem lacunas e inconsistências desses estudos, em virtude da juventude no atual contexto em que vivemos, ter retornado as ruas como o principal protagonista das mobilizações políticas no país e no mundo. Para Morais e Baquero (2015), no contexto contemporâneo:

A internet e as redes sociais estão gerando um ambiente propício para novas formas de interação social entre o campo político e a sociedade. Sabemos que essas ferramentas não são únicas responsáveis pelo engajamento de milhares de pessoas em uma determinada causa, porém, os eventos ocorridos no Oriente Médio e no Norte da África, a “primavera Árabe”, e, no Brasil, as manifestações de junho de 2013, indicam que não é mais possível ignorar a influência do uso de tais avanços tecnológicos na formação de identidades coletivas e de uma certa sofisticação política, principalmente, dos jovens. (p.1).

As redes sociais, os espaços de construção e socialização política, são lugares onde se constroem relações sociais e experiências que possibilitam descobrir nas entrelinhas dos discursos da juventude, as representações sociais desses sujeitos sobre a política e seus processos de formação, socialização e partilha de saberes. Dessa forma, acreditamos que a teoria das representações sociais é capaz de formular ideias novas e conhecimentos que possam contribuir por meio das objetivações e ancoragens, a apreensão das imagens e sentidos de jovens de movimentos estudantis de enfermagem sobre a formação política.

### **3.4. Juventude, política e educação: tecendo diálogos com a teoria das representações sociais**

A escolha do percurso metodológico precisa estar alinhada com o problema e o objeto de estudo, o que requer do pesquisador uma sensibilidade e amadurecimento científico que esteja orientado com base nos princípios epistemológicos e ontológicos da construção de uma formulação teórica que contemple o referencial teórico metodológico. Sabemos que os campos de estudo de investigação são amplos, e a escolha da metodologia e das teorias a serem trabalhadas durante a pesquisa, se dá a partir da opção individual com base na área de atuação e trajetória acadêmica e pessoal do sujeito e pesquisador.

Cada método e teoria representam uma das formas de interpretar um determinado objeto e/ou realidade investigada. Sendo assim, não há um método e teoria hegemônica que consiga dar conta de explicar a totalidade dos fenômenos analisados. Tais estudos têm por finalidade contribuir com a construção do conhecimento e também disputar os lugares e posições dentro do debate paradigmático e epistemológico no campo da ciência, uma vez que há uma necessidade constante de se fazer uma busca exaustiva por um novo paradigma que consiga explicar a realidade e contribua com a formulação de respostas dos fenômenos estudados que a todo o momento surgem, e precisam ser interpretados.

Nessa perspectiva, a teoria das representações sociais proposta por Moscovici (2015) se configura como objeto privilegiado desse estudo, uma vez que por meio das objetivações e ancoragens, é possível explicar fenômenos ainda pouco esclarecidos que se encontram em um universo abstrato. As imagens e os sentidos expressados nas falas dos sujeitos se constroem no campo simbólico nas relações sociais, na qual, há interferência dos valores, das crenças e dos costumes transmitidos pela cultura.

O Conceito de representação social proposto por Moscovici (2015) nasce a partir da concepção de representação coletiva formulado por Durkheim que se tornou uma herança para a psicologia social. Esse autor clássico da sociologia, a princípio defendeu a tese de que para estabelecer a sociologia como ciência autônoma, era necessário separar o conceito de representações individual e representações coletivas que, segundo este, a primeira seria do campo da psicologia, e a segunda formariam o objeto de estudo da sociologia. A princípio Durkheim chamou o campo que discutia a representação coletiva de “psicologia social”, porém o autor resolveu eliminar a possibilidade de confusão com a psicologia, e denominou aquele campo de conhecimento como sociologia.

O termo representação coletiva de Durkheim segundo Moscovici (2015, p. 15) estava ligado a ideia de que os fatos sociais eram uma condição de “formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo”.

Moscovici se preocupou em explorar a diversidade e variação de ideias coletivas na sociedade moderna. Nessa perspectiva esse autor formulou o conceito de representações sociais, por entender que a representação, está “ligada aos processos sociais implicados com a diferença na sociedade” (2015, p. 16). Portanto esse fenômeno é a forma de criação coletiva na modernidade, cuja formulação dessas representações, implica nas condições da vida social, ou seja, a criação coletiva se constrói também no campo das diferenças, e não é estável, porém dinâmico.

Dessa forma optamos por escolher o fenômeno das representações sociais para trabalhar a temática sobre a formação política da juventude, por entender que nos lugares onde esses sujeitos partilham valores políticos, há um processo de aprendizagem dinâmico que gera imagens e sentidos que vão se constituir como saber apreendido. O movimento estudantil enquanto movimento social tem em suas práticas sociais um acúmulo de experiência que possibilitam a realização de um processo educativo com instrumentos pedagógicos de aprendizagem que fazem parte da identidade educativa e cultural desse movimento.

Esses conhecimentos construídos contribuem para a formação de representações sociais da juventude sobre a própria política, que vão influenciar diretamente estes indivíduos na tomada de decisão quanto aos interesses que vão expressar uma identidade cultural que fará parte das suas ações e escolhas durante o processo de intervenção política nos espaços públicos. Nessa perspectiva Moura e Juccheti (2010) caracterizam essas práticas sociais de educação política da seguinte forma:

Os termos utilizados para definir as práticas de educação no campo social são diversos: educação não formal, educação informal, atividade extraclasse e/ou apoio socioeducativo, estes últimos quando voltados especificamente a crianças e jovens. Trata-se de práticas bastante heterogêneas, constituindo experiências e atividades de educação realizadas no interior dos movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais que acolhem crianças, jovens, mulheres, moradores dos bairros de periferias das grandes cidades, entre outros, e que desenvolvem desde ações assistenciais de alívio à pobreza até práticas de militância, sociabilidade, formação para o trabalho. (p. 630).

Além disso, como observamos durante a elaboração do estado da arte, há um número irrisório de estudos que discutem as representações sociais da juventude sobre a formação política enquanto temática de estudo no campo da educação. Para Gonh (2011) os estudos que discutem objetos na área da educação não escolar ou não formal, é um campo ainda em fase de construção que precisa ser mais explorado, pois os processos cognitivos de aprendizagem e troca de saberes no mundo contemporâneo, se dão para além da educação institucionalizada,

devido a elevação das tecnologias que contribuíram com o avanço da velocidade na comunicação e difusão de informação. Segundo Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015):

A escola, como instituição baseada no conhecimento disciplinar estruturado, com tempos e espaços determinados de antemão, e mais lenta, não comporta o uso das novas tecnologias, que funcionam na base da personalização e da sedução, que são velozes e permitem interação imediata – e que são tão importantes na linguagem juvenil. A escola não utiliza as novas tecnologias e as redes sociais, onde os jovens mais se inserem e a partir de onde constroem significados. (p. 31).

Os espaços escolares e formais da educação precisam dialogar com esse novo mundo da tecnologia, pois boa parte da constituição da subjetividade humana, hoje está se dando a partir da formação de saberes construídos em outros lugares não escolares, onde ocorre interação social e partilha de saberes que conseqüentemente apresentam um caráter educativo e pedagógico com seus instrumentos e processos específicos não escolares. Segundo Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015):

A cultura escolar modela o clima nessas instituições. Muitas vezes, se baseia em uma violência de cunho institucional, a qual se fundamenta na inadequação de diversos aspectos que constituem o cotidiano da escola – como o sistema de normas e regras que pode ser autoritário; as formas de convivência; o projeto político- pedagógico; os recursos didáticos disponíveis e a qualidade da educação – em relação às características, expectativas e demandas dos alunos. Gera-se, dessa forma, uma tensão no relacionamento entre os atores sociais que convivem na escola, bem como tem lugar a negação do acervo cultural, de rua que os jovens carregam para dentro das escolas. (p. 31).

Nessa perspectiva a cultura escolar define toda e qualquer forma de aprendizagem que ocorre para além dos muros da sala de aula, como cultura de rua. Há uma lacuna entre essas duas culturas, pois para Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015) existe uma resistência dos projetos políticos pedagógicos em promover o diálogo interdisciplinar entre o que se aprende na escola e fora dela. Se criam estratégias para dificultar o encontro das duas culturas no ambiente escolar, o que gera um descompasso entre a identidade juvenil e a própria escola, dificultando o sentimento de pertença desse sujeito a esse ambiente.

Quando pesquisamos a relação da educação com a identidade político-juvenil, pode-se partir do ambiente onde este sujeito constrói sua escolarização, porém também da sociabilidade nos espaços de formação política, garantindo um caráter interdisciplinar ao trabalhar com a cultura escolar e de rua. (ABRAMOVAY, CASTRO E WAISELFISZ, 2015).

Portanto a teoria das representações sociais enquanto campo de investigação epistemológica da psicologia social apresenta um caráter interdisciplinar que segundo Arruda

(2010), na tradição euro-americana esse campo de conhecimento vem preencher uma lacuna entre a antropologia cultural e a sociologia, servindo como uma ciência-ponte, não somente para aproximar conhecimentos de várias disciplinas sobre um tema, mas porque utiliza estes saberes de outras disciplinas para construir uma nova formulação.

A interdisciplinaridade ainda para Arruda (2010) está presente em toda a obra de Serge Moscovici estudando a relação do homem com a natureza, explorando e dialogando com campos distintos de conhecimento como a antropologia, biologia, genética, história e sociologia. Para essa autora (2010):

Ele (Moscovici) é responsável por uma teoria que vem contrariar tudo o que se estudava sobre influência social até então na Psicologia Social. A área se interessava sobretudo pela pressão à conformidade, pela influência da maioria, e a resistência à posição predominante era colocada no terreno do desvio. Moscovici propõe observar o problema pelo avesso: em contraposição ao interesse pela permanência, pela preservação da continuidade, toma o ângulo da mudança, no qual a inovação pode acontecer a partir da ação de minorias ativas. Os "desviantes" seriam, então, possíveis inovadores. Pensar o social sem divisórias disciplinares para pensar a mudança, é, portanto, uma marca da sua reflexão que se prolonga na TRS. (p. 745).

Nesse sentido acreditamos que é importante investigar a formação política da juventude, pois atualmente estamos vivenciando um processo de crise política e institucional, que tem exigido da sociedade uma maior participação política, rompendo com a distância que havia entre a esfera pública e a privada. O contexto cultural e política em que vivemos pode possibilitar a formação de novas imagens e sentidos sobre a esfera pública. Trabalhar com esta temática requer um esforço de dialogarmos de forma interdisciplinar com vários campos de conhecimento como a sociologia e a antropologia para poder explicar esse contexto de crises que estamos vivenciando na contemporaneidade.

Alguns fenômenos sociais tem chamado a atenção da opinião pública como as manifestações de rua da juventude. Em junho de 2013 diversos jovens desde então, tem se engajado politicamente nos debates contemporâneos nacionais, buscando transformar as instituições com propostas de reformas institucionais e políticas, com vista a consolidar cada vez mais a nossa jovem democracia por meio do exercício da cidadania e da participação social e política. Toda essa experiência possibilita a constituição de velhas e novas representações sociais por meio das ancoragens e objetivações.

Nesse contexto Jodelet (2009) nos mostra que a participação do sujeito no mundo perpassa pelo lugar que o corpo ocupa, ou seja, a construção da subjetividade do indivíduo se



constitui a partir dos fatores emocionais e identitários ligados a tomada de decisão, no qual define o lugar social que vai caracterizar a função de pertença social, conduzindo a integração do processo de análise das representações sociais. Dessa forma, para a autora o estudo desse fenômeno permite:

[...] acessar os significados que os sujeitos, individuais ou coletivos, atribuem a um objeto localizado no seu meio social e material, e examinar como os significados são articulados à sua sensibilidade, seus interesses, seus desejos, suas emoções e ao funcionamento cognitivo. (p.697).

Essa experiência de participação política e auto-organização da juventude por meio dos movimentos sociais e das entidades estudantis se configuraram como vivências em que se construíram saberes dentro do campo política que normalmente não se aprende na educação escolar ou formal. Nesse sentido a teoria das representações sociais por ter um caráter dinâmico - na perspectiva de explicar os fenômenos de interação social entre a realidade material e a mente humana – será trabalhada para apreendermos as imagens e os sentidos da juventude sobre a formação política e as implicações para a sua formação acadêmica.

Para Moscovici (2015, p. 216) representar significa “trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo”. Nesse sentido o fenômeno das representações sociais estabelece um vínculo com a forma comunicativa e discursiva, na qual os sujeitos e grupos se orientam, construindo imagens e sentidos, partilhando significados por meio da interação social em uma complexa rede de ideias interligadas livremente.

O status desse fenômeno se manifesta no campo simbólico que é criado por meio dessas relações interacionistas, nas quais a sociedade cria e produz efeitos nos lugares onde há relações sociais construídas como a comunidade, a família e as instituições políticas onde se exerce o poder.

Ainda para Moscovici (2015), essa troca simbólica que gera produção de ideias, é fundamental, pois o senso comum construído em torno das representações sociais, responde as expectativas dos indivíduos e das coletividades. Portanto o fenômeno de construção dessa teoria para este autor implica dizer que essas representações sociais:

[...] São sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um “referencial de um pensamento preexistente”; sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crenças ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência. Elas são. Sobretudo, o objeto de um permanente trabalho social, no e através do discurso, de tal modo que cada novo fenômeno pode sempre ser reincorporado dentro de modelos

explicativos e justificativos que são familiares e, conseqüentemente, aceitáveis. (p.216).

Nas mobilizações de junho de 2013, diferentemente de outros processos de manifestações da juventude que ocorreu na história - como o maio de 68 na França, a luta contra a ditadura também em 68 no Brasil, o direto já em 85, e o fora Collor em 92 -, não teve uma pauta específica e unitária; cada jovem organizou sua luta com sua própria demanda de forma heterogênea e livre, que mesmo com a interferência de partidos políticos e entidades estudantis - que normalmente tem a tendência de monopolizar e aparelhar as manifestações impondo suas pautas que muitas das vezes estão desconectadas da vontade popular - as manifestações tiveram um caráter de valorização das múltiplas expressões culturais e políticas da juventude.

Essa interação simbólica que ocorreu durante as manifestações da juventude, gerou um acúmulo de práticas e experiências que possibilitaram a construção de representações sociais. As imagens e sentidos construídas durante essa experiência moldou a identidade cultural desses jovens, cuja marca que identifica esse movimento, é representada por cultura política nova, plural e multifacetada.

Esse processo, mesmo com uma grande diversidade de expressões, teve uma característica de horizontalidade e consenso na tomada das decisões, sem uma direção única, em que a pluralidade de ideias e o respeito as diferenças foi um dos principais elementos identitários das partilhas de saberes na organização das manifestações. Cada sujeito que participou deste momento histórico apresenta imagens e sentidos sobre a política, com base em seus valores, interesses, emoções e desejos o que possibilita a formulação de objetivações e ancoragens que por fim constituirão as representações sociais desses sujeitos.

A constituição desses processos de objetivações e ancoragens das representações sociais da juventude sobre a política se constrói no campo simbólico por meio de interações sociais que ocorrem através da troca e difusão de saberes. Dessa forma há um processo de formação de aprendizagem na construção de valores políticos nessa interação social entre a juventude nos espaços onde esses sujeitos se sociabilizam.

Portanto as ancoragens e objetivações são os dois aspectos que constroem as representações sociais. Esses processos serão tomados como base para apreendermos as representações sociais de jovens de movimentos estudantis de enfermagem sobre a formação política e as implicações para sua formação acadêmica.

Para Moscovici (2007, p. 71) “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir o conceito em uma imagem. Comparar e já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância”. Em outras palavras é a materialização de uma abstração que se dá através do pensamento e da fala. O que pode parecer estar distante como um universo puramente idealista ou intelectual, a objetivação materializa percepções, conceitos e ideias em uma imagem tornando o que era não-familiar essencialmente em algo real e acessível aos nossos olhos.

Ainda para Moscovici (2007, p. 61) “Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras.” Pelo fato de podermos dar nome a algo que não tinha um conceito ou nomenclatura, somos capazes então de poder imaginar e representar essa imagem dando sentido a mesma. A ancoragem é o sentido que damos a uma imagem, ou seja, é a representação social emergida que será caracterizada em um sistema de classificações e de alocação de categorias e nomes.

Podemos afirmar que cada jovem por apresentar uma trajetória diferente, portanto valores e crenças distintas, que tem origem nas relações sociais que se constroem ao longo da vida, constroem imagens e sentidos sobre um determinado objeto. A teoria das representações sociais por privilegiar as dimensões da vida pública e privada, na qual a juventude se sociabiliza, e também por apresentar um caráter dinâmico e interdisciplinar, se configura como uma teoria capaz de expressar aspectos e fenômenos que talvez ainda estejam desconhecidos e não tenham nome; garantindo a compreensão da constituição das representações sociais de jovens de movimentos estudantis de enfermagem sobre a formação política mediante a apreensão das objetivações e ancoragens dessas representações.

Essas formas de socialização contribuem para a formação de imagens e sentidos possibilitando a constituição e formação do sujeito enquanto cidadão, ser histórico, social e político. Esses jovens hoje estão nas universidades, nos centros acadêmicos, nos diretórios acadêmicos construindo de forma alternativa espaços de formação política em eventos e encontros estudantis, onde, nos debates, tais atores constroem suas representações sociais de grupos. Esses espaços orgânicos do movimento estudantil são fundamentais para a construção de objetivações e ancoragens. Por vezes ainda são desqualificados por não apresentarem um caráter de educação formal e institucionalizada.

Para Jovchelovitch (2000) a teoria das representações sociais enquanto espaço simbólico, e a esfera pública enquanto espaço social contribui para a construção de imagens e

sentidos por meio de partilha de saberes em que tal processo segundo a autora se movimenta da seguinte forma:

Ora a experiência do dia-a-dia envolve a representação – em modos variados – do mundo que está lá fora, quando a privacidade do mundo “de dentro” é deixada para trás. Quando a porta do mundo privado se fecha, uma outra porta se abre, e entramos em um outro espaço, que contém não somente características físicas concretas, mas também uma diversidade enorme de significados e códigos simbólicos. Este espaço impõe duas demandas: ele não só precisa ser entendido e decodificado; ele ao mesmo tempo chama o sujeito social a uma série de respostas e lhe impõe uma série de prescrições. Em suma, o mundo lá fora nos obriga a utilizar o conjunto de significados que encontramos durante a socialização e, dessa maneira, ele cria o campo de exercício da individualidade e da sociabilidade. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 23-24).

Em outras palavras a autora nos ajuda a compreender que quando ocorre o rompimento da esfera privada para a pública, novas formas de sociabilidade são formadas, e nesse sentido, novos significados, e códigos simbólicos emergem, o que exigirá uma compreensão e entendimento deste novo processo de resignificação das imagens e dos sentidos de um determinado objeto.

Para Jüger Habermas (1984) não deve haver uma separação entre a esfera pública e a privada, como se a política fosse algo distante do nosso cotidiano. O rompimento com as portas da esfera privada, segundo o autor é fundamental para a construção do bem comum e fortalecimento da democracia a partir do engajamento dos cidadãos na melhoria das políticas públicas do estado moderno; a educação segundo este autor é apontada como o meio capaz para se desenvolver a sensibilidade política dos cidadãos e restabelecimento do vínculo com a esfera pública.

Nesse sentido as representações sociais e os valores políticos construídos na esfera pública por meio da partilha de conhecimento que formam objetivações e ancoragens podem ser entendidas como:

[...] saberes sociais construídos em relação a um objeto social, que elas também (RSs) ajudam a formar. Nesse sentido o problema é de como representações sociais e a vida pública se relacionam, ou seja, como a vida pública dá origem a representações que se tornam, elas mesmas, constitutivas do objeto que originalmente as formou. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 32-33).

Por entender que essas representações segundo Jovchelovitch (2000) p. 40, “...estão radicadas nas reuniões públicas, nos cafés, nas ruas, nos meios de comunicação, nas instituições sociais e assim por diante. Este é o espaço em que elas incubam, se cristalizam e são transmitidas. É no encontro público [...], que as representações sociais são formadas”. A

formação política da juventude se constrói na esfera pública nos espaços de socialização como os centros acadêmicos, executivas nacionais de curso e diretórios acadêmicos.

Portanto os sujeitos do objeto de estudo acerca das representações sociais de jovens de movimentos estudantis de enfermagem sobre a formação política serão estudantes universitários de entidades estudantis dessa área de conhecimento, uma vez que nesses espaços se constroem tais representações em um amplo processo de aprendizagem, reflexão crítica e socialização de saberes.

Evidenciamos uma forma de se fazer educação, na qual é importante destacar o caráter pedagógico do movimento estudantil enquanto movimento social, que segundo Gohn (2012), são uma continuidade da produção sobre a educação popular, na qual passou por um momento de refluxo de sua produção científica devido a críticas de analistas que passaram a questionar os métodos dos programas oficiais de educação popular na década de 80 abandonando praticamente essa forma de produção de saber como objeto de investigação.

Porém como aponta Gohn (2012), a educação popular como objeto de investigação foi substituída pelos movimentos sociais que passaram a apresentar um caráter pedagógico semelhante aos programas oficiais dessa educação:

Nas ciências sociais, a crítica à teoria da marginalidade foi substituída por outro objeto privilegiado de investigação – os movimentos sociais – de variadas matizes: mulheres, negros, populares de periferia, pacifistas, político-partidários, sindicais, estudantis, religiosos etc. Dentre estes, destacam-se os estudos sobre os movimentos sociais populares urbanos que são, a nosso ver, uma continuidade da produção sobre a educação popular, com uma diferença básica: não se trata mais de analisar programas, mas sim de manifestações concretas produzidas por grupos organizados. (p. 55).

Em cada país a juventude tem mostrado disposição para lutar por seus ideais, mas cada processo tem suas semelhanças e diferenças, e dentro do campo das representações sociais, estes fenômenos podem ser interpretados e compreendidos tendo a cultura como pilar para compreender as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais:

Não há dúvida que sociedades diferentes produzem fenômenos diferenciados e prestar atenção à diversidade cultural é crucial nas ciências sociais. Entretanto, o reconhecimento de experiências diferentes não conduz necessariamente a entendimentos puramente locais. (JOVCHELOVITCH, 2000, p.33).

Compreender a relação entre o local e o global significa tomar como referência algumas dimensões da vida em sociedade. A política pode ser tomada como ponto de partida para esse entendimento uma vez que é espaço de poder, de relação, de produção de sentidos da realidade e, portanto, de representações sociais ligadas não só ao objeto da discussão dessa

dissertação, mas de tantos outros representativos das construções psicossociais orientadoras das condutas estabelecidas e produtoras de determinadas realidades.

Nesses termos, a política é espaço objetivo e subjetivo da sociedade a partir do qual a localidade e a globalidade se mostram envolvidas tanto no sentido da explicação dos fenômenos como também das implicações dessas explicações para a manutenção ou transformação de imagens e sentidos produzidos sobre a realidade.

As transformações políticas que o mundo contemporâneo está sofrendo, nos remetem a pensar nos antigos “fantasmas” que “assombraram” a modernidade e os estados nacionais. Essa ebulição de crise, nos remete a refletir para que lugar estamos caminhando, e portanto, sempre pensamos nas experiências que ocorreram no passado, com base na semelhança dos processos de crise que o mundo está passando. Com a fragilidade e enfraquecimento das democracias modernas, o cenário político volta a se polarizar novamente, e as velhas soluções que nos levaram para lugares que suprimiram nossas liberdades individuais, retornam a ser discutidas nestes espaços públicos.

Arendt (2011) nos ajuda a compreender que as experiências revolucionárias do século XX tem origem em duas tendências que tem polarizado o mundo desde a revolução americana e francesa. Os regimes totalitários originados pela racionalidade elitista burguesa do novo mundo, e dos que reivindicaram a causa dos oprimidos no leste europeu, foram movimentos revolucionários que podem ser entendido a luz do pensamento Arendtiano como o último refúgio da “causa da liberdade em oposição a tirania”.

No ano de 2011 e 2012 tivemos dois exemplos de situações revolucionárias que migraram para polos opostos. No Egito, o primeiro presidente eleito democraticamente foi deposto por um golpe civil militar, após a rebelião da juventude egípcia, que em várias manifestações enfrentou a austeridade e ajustes fiscais que estavam prejudicando a vida desses cidadãos. Na Tunísia a juventude desempregada derrubou um ditador que governava este país há 23 anos. Foram dois processos que se iniciaram por causas semelhantes que foi o alto desemprego entre os jovens, porém que tomaram proporções diferentes. (ZIZEK, 2012).

Neste sentido as velhas teses mecânicas de que processos semelhantes podem acarretar em resultados semelhantes não se sustentam, pois cada sociedade, como apontado por Jovchelovitch, vive os fenômenos de forma diferente. As velhas fórmulas e velhas polarizações mesmo que estejam na discussão dos espaços públicos, como a volta da ditadura militar no caso do Brasil, reivindicada principalmente pelos setores conservadores como saída da crise, ou a busca por um mundo socialista, reivindicada por uma parcela da juventude

organizada politicamente, não serão necessariamente saídas concretas mesmo que haja uma vitória política de um setor que altere a correlação de forças.

Nesse contexto político atual, esse estudo se torna relevante para a teoria das representações sociais, pois segundo Marková (2006):

Se o pesquisador pretende estudar fenômenos que não são relevantes às preocupações da sociedade atual, não importa o quanto ele tenta, não encontrará representações sociais! Considerando que a teoria se preocupa com as realidades sociais nas quais as pessoas vivem, ela tem sido alvo e muito interesse nos países em desenvolvimento, e em países onde a democratização tem um valor maior, e onde a saúde e os valores que objetivam estender e melhorar a vida humana são prioridades. Por exemplo, a teoria das representações sociais está muito avançada na América Latina; ela é também alvo de interesse nos países europeus do pós-comunismo e na Ásia. (p. 280).

Como apontado no estado da arte, os estudos que discutem a formação política da juventude e suas variantes, apontam que estes sujeitos apresentam uma identidade política de aversão aos partidos e as instituições que regulam o poder político, afastando esses sujeitos deste espaço público de debate, no qual a participação política da juventude na contemporaneidade havia se esvaziado. Há uma lacuna e inconsistência nessa ideia nos dias de hoje; estudar a formação política da juventude no campo das representações sociais, não seria uma investigação relevante, pois essa não era a preocupação da sociedade até antes de junho de 2013. Hoje devido o contexto de crise, estudar as representações sociais da juventude sobre a formação política se configura no nosso entendimento como um objeto privilegiado de investigação.

As representações sociais na perspectiva de Jovchelovitch (2000) nos ajuda a compreender que diferenças permitem comparações e podem ser reconhecidas a partir da emergência de elementos que permanecem ocultos em contextos locais e culturas diferentes. Em outras palavras a autora esclarece que:

Cultura não é uma questão de propriedade, de tomar e dar emprestado com devedores e credores, mas sim de apropriações, experiências comuns, e todos os tipos de interdependência entre culturas diferentes. Esta é uma norma universal. (JOVCHELOVITCH, 2000, p.33).

A cultura construída no mundo contemporâneo se caracteriza pela produção de incertezas, ou seja, os processos de crises instaladas nos permite pensar o presente, e o lugar incerto que estamos caminhando. Para Bauman (2007) vivemos tempos líquidos, no qual as incertezas, perigos e ameaças são comuns, ou seja, para esse estudioso “A vida líquida é uma vida precária, vivida em condições de incertezas constantes” (p.8). Nessa perspectiva, a

estrutura simbólica da vida líquida na contemporaneidade dialoga com a teoria das representações sociais, uma vez que a humanidade vivencia a sua experiência da realidade social, assim como sua condição existencial que cada vez mais vem sendo marcada pela insegurança, incerteza e ansiedade por causa de uma realidade instável e uma ordem social marcada pelo autoritarismo, violência e deslegitimação das instituições políticas.

Esse contexto de incertezas e crises são marcas de uma modernidade radicalizada que fazem parte deste tempo, um (des) lugar caracterizado pelo sentimento de medo e insegurança que para Bauman (2008) é o nome que damos as nossas incertezas.

Ainda para Bauman (2008) podemos caracterizar o medo de três formas: o ser humano apresenta medo quando há ameaças iminentes ao corpo e à propriedade privada; existe também o medo quando há ameaças à ordem da sociedade, uma vez que esta para sobreviver depende do emprego, renda e seguridade social; e o terceiro medo está relacionado as ameaças ao lugar das pessoas, ou seja, as hierarquias normatizadas e reguladas pelas instituições, e a identidade, seja de raça, gênero, étnica e religiosa. Essa construção simbólica da vida líquida e do medo cria representações sociais entre os grupos que estão ancorados em suas próprias identidades, o que possibilita em momentos de instabilidade a produção de conflitos e rupturas radicais, quiçá, até mesmo no campo epistemológico.

Infelizmente a modernidade não conseguiu realizar um salto civilizatório que tanto se esperava da luz e progresso da ciência na perspectiva de se superar as calamidades, as guerras, as lutas, as catástrofes e os medos. O caminho que a modernidade seguiu foi para uma contemporaneidade que se caracteriza pelos temores e conflitos que no imaginário simbólico da sociedade, gera o sentimento de perigo iminente e insegurança. (BAUMAN, 2008).

Apesar das representações sociais serem dinâmicas e cíclicas, faz parte do imaginário científico olhar para a história e o passado, pois quando queremos realizar escolhas certas, analisamos os erros que cometemos anteriormente para que não voltem a se repetir. Nessa perspectiva de incertezas no mundo contemporâneo, presenciamos experiências semelhantes ao totalitarismo e ao fascismo como no Egito que sempre foi governado por ditadores, e teve uma primeira experiência democrática que se esvaziou por causa dos protestos de ruas que culminaram na saída do primeiro presidente eleito democraticamente, e em seguida a tomada do poder pelos militares, retrocedendo no processo de avanço civilizatório com base nos princípios e valores cívicos da modernidade, do estado, e da democracia.



A cultura nos mostra que todas essas experiências por mais semelhantes que sejam, tem suas diferenças, e mesmo que sejam adotados como modelos ou “cartilhas”, nunca o contexto social, histórico, político e cultural será o mesmo. Nesse sentido a escolha por experiências são refinadas, adaptadas e reinventadas. Assim como Boa Ventura de Sousa Santos (1999), acreditamos na necessidade de termos como horizonte estratégico para não cairmos em experiências semelhantes a tirania do totalitarismo, a defesa intransigente da democracia. Porém não reivindicamos esse modelo de democracia republicana que se esgotou em suas estruturas burocráticas que atendem única e exclusivamente os interesses das classes dominantes, mas de uma democracia reinventada e resignificada, tendo o estado como um novíssimo movimento social a partir da construção de um novo contrato social como aponta esse autor:

O segundo grande momento da exigência cosmopolita que sustenta a construção de um novo contrato social é a transformação do estado nacional em novíssimos movimento social [...]. As características desta transformação são as seguintes. No marco da organização política emergente compete ao estado coordenar as diferentes organizações, interesses e fluxos que emergiram da desestatização da regulação social. A luta democrática é assim, antes de mais, uma luta pela democratização das tarefas de coordenação. Enquanto antes se tratou de lutar por democratizar o monopólio regulador do estado, hoje há sobretudo que lutar pela democratização da perda desse monopólio. (SANTOS, 1999, p.59-61).

A juventude não está deslocada deste processo de reivindicação de transformação da realidade no mundo e no Brasil. A primavera Árabe como já foi apontada neste estudo, foi o ápice da auto-organização da juventude no mundo contemporâneo, além de protestos realizados na Europa e na América latina. Durante o ano de 2014, por exemplo, alguns movimentos de juventude organizaram um plebiscito popular por uma nova constituinte soberana com pautas de reforma política, exclusivamente, de reforma do estado tendo como princípio a participação popular por fora dos partidos políticos.

Esse plebiscito durante o mês de outubro, coletou 7 milhões de assinaturas a favor da instalação de uma nova assembleia constituinte nacional. O nível de organização da juventude surge a partir da necessidade de se lutar por melhorias no lugar em que vivemos. Esse lugar onde circula constantemente o medo e a insegurança está com sua existência ameaçada; o desemprego estrutural é uma realidade, e a luta pela sobrevivência do futuro é uma necessidade objetiva não só da juventude, mas de toda sociedade. Nesse sentido os jovens tem discutido nesses espaços públicos soluções para a saída das diversas crises instaladas no mundo contemporâneo, o que gera produção de saberes e partilhas de conhecimentos em uma perspectiva educativa.

No campo da educação a teoria das representações sociais para Gilly, Ranzi e Silva (2002) tem por interesse investigar fatos e significados sociais no processo educativo. O fenômeno dessa teoria fornece a possibilidade de caminhar por novos horizontes epistemológicos que expliquem os mecanismos, estruturas simbólicas e fatores sociais que agem sobre esses processos educativos, favorecendo uma aproximação entre a psicologia social e a sociologia da educação. Dessa forma para Alves-Mazzotti (2008):

O estudo das representações sociais parece ser um caminho promissor para atingir esses propósitos na medida em que investiga justamente como se formam e como funcionam os sistemas de referência que utilizamos para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade cotidiana. Por suas relações com a linguagem, a ideologia e o imaginário social e, principalmente, por seu papel na orientação de condutas e das práticas sociais, as representações sociais constituem elementos essenciais à análise dos mecanismos que interferem na eficácia do processo educativo. (p.20-21).

Esse processo educativo no nosso entendimento precisa ser compreendido para além da educação formal institucionalizada, pois a aprendizagem ocorre em espaços e lugares onde os sujeitos tem a possibilidade de se sociabilizar e partilhar saberes. Essa assertiva fortalecida pelas reflexões de Freire (1989), Maturana (1999), Pérez (2013), Gohn (2011) e Brandão (2007), garantem a compreensão de que a educação se constrói no interior da prática social como produto das experiências vivenciadas, ou seja, o caráter pedagógico dessas práticas ocupam um lugar central na construção da cidadania.

Essa condição cidadã não se constrói em programas de intervenção externa que são configurados e pré-determinados institucionalmente pela educação formal; se constrói no processo de luta, no cotidiano, através dos processos de formação da identidade político-cultural fazendo dessa experiência um complexo movimento educativo. Para Gohn (2012):

Falar da existência de um processo educativo no interior de processos que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico. (p. 21).

Portanto a teoria das representações sociais por ter um caráter dinâmico e interacionista, nos permite fazer aproximações com diversos campos do conhecimento como a sociologia e a educação, garantindo a identificação de resposta de estruturas simbólicas e de fenômenos desconhecidos que necessitem ser explicados. Nessa perspectiva, apreender as representações sociais da juventude sobre a formação política, requer compreendermos a forma como se constrói essa prática educativa dentro do movimento estudantil.

Nesse contexto social do mundo contemporâneo, o sujeito produz representações sociais para construir seu próprio lugar, para criar possibilidades de transformação do seu espaço de convivência cotidiana, ou reinventar aquilo que já existe em algo possível e melhor, mesmo que ainda seja desconhecido. Dessa forma as representações sociais nessa perspectiva segundo Jovchelovitch:

[...] representam, por excelência, o espaço do sujeito social, lutando para dar sentido, interpretar e construir o mundo em que ele se encontra. Para mais além das estruturas dadas da vida social, elas oferecem a possibilidade da novidade, da autonomia, daquilo que ainda não existe, mas poderia existir. Elas são, neste sentido, uma relação com o ausente e um meio de evocar o possível. (JOVCHELOVITCH, 2000, p.41).

Portanto, na perspectiva de Jovchelovitch (2000), a esfera pública e os espaços sociais onde ocorre a formação política da juventude, são lugares, nos quais se criam representações sociais. Esse fenômeno enquanto teoria, expressa em sua estrutura, permanência e diversidade, ou seja, a resistência a mudança se manifesta pelo peso da história e pela tradição, tendo os processos de ancoragens e objetivações a compreensão destas transformações em curso. As representações sociais reconstroem a realidade e os sentidos da representação de um objeto de uma forma autônoma e criativa expressando o trabalho do psiquismo humano, mediante a construção de imagens e sentidos do objeto de pesquisa na educação. (NASCIMENTO, 2011).

---

## **SEÇÃO IV – PERCURSO METODOLÓGICO**

---

### **4.1. Abordagem do estudo**

Ao revisarmos a teoria das representações sociais e a fundamentação teórica que justifique a escolha do objeto de estudo sobre a formação política da juventude, e por considerar que este objeto trata de aspectos psicossociais e dimensões subjetivas sustentadas no campo simbólico, apontamos a escolha do método qualitativo como forma de investigação deste estudo para compreendermos as imagens e os sentidos que são construídos mediante as objetivações e ancoragens das representações sociais da juventude de movimentos estudantis de enfermagem sobre a formação política e as implicações na sua formação acadêmica.

Este estudo se constitui em uma pesquisa qualitativa, pois consideramos que existe uma relação entre o mundo material objetivado e os significados simbólicos atribuídos à juventude que se encontra em um universo abstrato, e constituem a identidade e a subjetividade desses jovens. As opiniões, valores e experiências, não podem ser discutidos em números e nem analisados de forma fragmentada, de fatores relacionados às proposições latentes construídas socialmente através dessas relações de sociabilidade nos espaços públicos, em que tais relações e partilhas formam as objetivações e ancoragens das representações sociais. (OLIVEIRA, 2008).

A pesquisa qualitativa favorece a construção de novas ideias, e consegue analisar aspectos psicossociais de dimensões subjetivas pouco esclarecidas, favorecendo dessa forma o surgimento de novos conceitos e criação de novas categoriais durante a investigação.

Chizzotti nos mostra que o termo qualitativo:

[...] Implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (2003, p.221).

Os estudos qualitativos com uma perspectiva sócio-histórica devem valorizar os aspectos descritivos e as percepções sociais, que faz parte da totalidade da vida social. Deve-se buscar compreender o indivíduo em toda sua complexidade, levando em consideração o contexto cultural, histórico e social, em uma perspectiva de se superar conceitos reducionistas que não contribuem para uma epistemologia séria que consiga se aproximar de uma interpretação que responda aos problemas da realidade estudada. (FREITAS, 2002).

Bogdan e Biklen comentam que:

[...] um campo que era anteriormente dominado pelas questões da mensuração, definições operacionais, variáveis, testes de hipóteses e estatística alargou-se para contemplar uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais. Designamos esta abordagem por Investigação Qualitativa. (1994, p.11).

Essa perspectiva quantificadora era aplicada de forma livre aos processos educativos, como se estes não estivessem sujeitos a nenhuma linha de formulação teórica. Essa forma de investigação respondia a questões puramente mensuráveis do ponto de vista dos números, explicando fenômenos sociais complexos em uma dimensão positivista, não garantindo a busca por respostas fidedignas dos problemas sociais de ordem subjetiva. (TRIVIÑOS, 2013).

Ainda de acordo com Triviños (2013) o avanço no campo das ideias proporcionou a facilidade de aproximação de diferentes conceitos de disciplinas para entender o mundo real e seus fenômenos. A tendência positivista de aplicar os mesmos princípios e métodos das ciências naturais às ciências humanas, gerou inúmeras críticas frente a necessidade de compreender a sociedade e sua dinâmica social, cultural, econômica e política. Nesse contexto, começaram a surgir tendências de programas com abordagens qualitativas para propor alternativas metodológicas para avaliar, por exemplo, processos educativos na pesquisa em educação. Ainda para Triviños:

A pesquisa qualitativa tem suas raízes nas práticas desenvolvidas pelos antropólogos, primeiro e, em seguida, pelos sociólogos em seus estudos sobre a vida em comunidade. Só posteriormente irrompeu na investigação educacional. Triviños (2013, p. 120)

A abordagem qualitativa possibilita ao pesquisador utilizar métodos para investigar fenômenos que se expressam através do ponto de vista dos sujeitos que participam do estudo. As indagações a serem respondidas nesse tipo de abordagem dependem da coesão do delineamento metodológico escolhido, para que se minimizem as possíveis falhas e equívocos, durante a aplicação da técnica e dos instrumentos de coletas de dados.

## **4.2. Tipo de estudo**

O ora apresentado é do tipo descritivo, analítico e interpretativo que se caracteriza segundo Oliveira (2008, p.97) “por observar, registrar, classificar e analisar dados, fatos ou fenômenos sem manipulá-los”. Os fenômenos são analisados sem haver interferência do

pesquisador, analisando a frequência que esses fenômenos acontecem para que se chegue a uma interpretação do objeto de estudo investigado com base no processo de análise.

Para Triviños (2013) a maioria dos estudos realizados no campo da educação são descritivos, pois o desejo essencial desses estudos reside na necessidade de se conhecer as características e problemas da comunidade, da escola, de seus professores, da educação, dos métodos de ensino, da juventude, da cultura e política etc.

Dentro dos estudos descritivos, para que haja validade, é preciso que o investigador delimite com precisão os métodos, as técnicas, as teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados. A amostra dos sujeitos entrevistados deve ser clara e precisa; e os objetivos, questões de estudo, suas variáveis e hipóteses devem também estar delimitadas. (TRIVIÑOS, 2013).

As características interpretativas e analíticas são da natureza da abordagem qualitativa, bem como a descrição (BOGDAN e BIKLEN, 1994). Assim, pela descrição, pela interpretação e análise é possível dar conta, em alguma medida, do objeto de investigação. Dito de outra maneira, uma pesquisa que se diz qualitativa sem dar conta dessas três etapas, coloca em xeque a sua confiabilidade.

#### **4.3. *Locus***

O *Locus* do estudo é a Universidade Federal do Pará onde foi realizado o Encontro Nacional dos Estudantes de Enfermagem no ano de 2014, que teve como foco de debate a organização do movimento estudantil, e temáticas relacionadas a saúde, cultura e sociedade e o papel dos movimentos sociais na contemporaneidade. Esse evento é organizado anualmente pela Executiva Nacional dos estudantes de Enfermagem, reuni tanto as entidades de base que são os centros acadêmicos, de universidades federais, estaduais e particulares, quanto estudantes que não participam destas organizações. O encontro ocorreu na cidade de Belém, nesse sentido aproveitamos este espaço de reunião das entidades para entrevistar os representantes dos centros acadêmicos das universidades federais. Todas as regiões do país estavam representada sendo que das 63 universidades federais, e das 43 que tem cursos regulares de graduação em enfermagem, estavam presentes apenas seis universidades federais: A UFPA pela região Norte, a UFC pelo Nordeste, A UFMT pelo centro-oeste, a UFRJ e UNIFESP pelo sudeste e a UFRGS pelo Sul. Cada uma dessas universidades se encontravam representadas pelos seus centros acadêmicos.

#### **4.4. Seleção dos sujeitos**

Fizeram parte deste estudo 6 representantes de entidades estudantis de enfermagem. Como houve a participação de universidades federais, estaduais e particulares, dividimos as entidades estudantis nestes três grupos, e selecionamos como uma forma de representatividade política e para fins de pesquisa, sete estudantes de universidade federais que eram hegemônicas, uma vez que as estaduais só estavam presentes da UEPA e a USP, e das particulares apenas a Santa casa de São Paulo. Cada um dos estudantes que participaram da entrevista foram eleitos representantes de suas entidades para participarem da pesquisa.

#### **4.5. Técnica de coleta de dados**

Para elaboração da dissertação foram utilizados o questionário e a entrevista aberta em profundidade como técnica para a produção de dados informativos. O questionário que visa obter as informações gerais dos sujeitos da pesquisa, garantindo com que haja uma caracterização do perfil desses indivíduos facilitando o entendimento do lugar e o contexto social onde estão inseridos. A entrevista aberta em profundidade, se constitui a partir de um roteiro estruturado com perguntas abertas que é um instrumento que norteia as perguntas a serem feitas no processo de coleta de dados durante a entrevista. (CHIZZOTTI, 2003).

Para Duarte (2002, p.14) “é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos”. O entrevistador participa de forma continuada da entrevista mediando às perguntas, com o objetivo de obter o maior número de informação possível, e tendo a liberdade de fazer outras perguntas de esclarecimento, favorecendo a participação ativa do entrevistado, gerando uma interação e construção de novos conhecimentos.

A entrevista aberta permite a obtenção de dados relacionados aos aspectos subjetivos ao comportamento humano, como opiniões, atitudes e concepções sobre determinado assunto. O entrevistador faz perguntas específicas dando liberdade ao entrevistado responder de acordo com seus próprios termos. (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2002).

Nesse sentido, utilizamos dois instrumentos de coleta de dados: um questionário para traçar o perfil dos sujeitos do estudo e um roteiro de entrevista. O primeiro instrumento apresenta 16 perguntas fechadas e está dividida em duas partes, a primeira versa sobre a



informação do perfil socioeconômico dos sujeitos com cinco perguntas, e a segunda investiga o perfil *sociopolítico cultural* desses jovens contendo 11 perguntas. Já o roteiro de entrevista foi constituído a partir dos seguintes questionamentos iniciais: 1. O que é para você a formação política? 2. Quais as implicações dessa formação política para a formação em enfermagem? 3. Como é ensinado as variadas formas de representatividade institucional na política através do controle social na sua formação política? 4. Na universidade é discutido o papel e a importância da participação política e do controle social? 5. Na universidade como é trabalhada a formação política voltada para a compreensão da importância do exercício da cidadania e quais os impactos dessa formação na sua vida pessoal e acadêmica?

#### **4.6. Análise dos dados**

Os dados foram analisados a partir da técnica da análise de conteúdo categorial temático pautada em Franco (2008) e Bardin (2011) que investiga o fenômeno de estudo por meio da análise inferencial que destaca a decodificação do enunciado da palavra que contém uma mensagem a ser interpretada. É um processo de investigação dos resultados de forma sistemática que se inicia pela descrição, considerada como enumeração das características do texto, a inferência compreendida como um procedimento intermediário para se chegar a interpretação tendo como produto o significado concedido a esses conteúdos dentro da base epistemológica escolhida pelo pesquisador com a formação de categoriais na perspectiva de Bardin (2011).

Segundo Bardin (2011) a análise de conteúdo é dividida por etapas, sendo a primeira a pré-análise, a segunda a exploração do material e a terceira o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise, é uma etapa inicial que organiza o material a ser analisado através da sistematização dos dados e informações coletadas que farão parte do plano de análise. A princípio nesta fase, se escolhe os documentos a serem analisados, se formula as hipóteses e objetivos, e por fim se elaboram indicadores que irão fundamentar a interpretação final do material de investigação. A leitura fluente é feita para se conhecer os textos e documentos através da leitura minuciosa e exaustiva, para posteriormente fazer a escolha dos fragmentos a serem analisados. Nesta fase, os critérios, de exaustividade, representatividade, homogeneidade, pertinência e exclusividade devem se respondidos. (BARDIN, 2011).

Em termos conceituais a exploração do material, que constitui a segunda fase se dá através do processo de codificação, classificação e categorização do material. A codificação é

caracterizada pela transformação de dados brutos dos documentos em unidades de sentido, com vista a se atingir um conteúdo representativo, que corresponda ao significado do texto a ser codificado como unidade base, que pode ser apresentado como um tema, palavra ou frase, objetivando a categorização e contagem frequencial. Essas unidades de sentido foram traduzidas pelas unidades de contextos, na qual corresponde a unidade de compreensão que codifica a unidade de sentido que corresponde a mensagem do conteúdo presente na palavra, possibilitando a apreensão do significado exato da unidade de sentido. Essa fase correspondeu a etapa da descrição analítica, no que diz respeito ao *corpus* orientado pelo problema de estudo, objetivos e hipóteses. (BARDIN, 2011; FRANCO, 2008).

A terceira fase da análise de conteúdo chamada de tratamento dos resultados, na qual ocorre o processo de categorização, é caracterizada pela passagem dos dados brutos a dados organizados. Classificamos elementos em categorias; agrupamos as unidades de contexto por aproximação semântica, ou seja, quando o sentido dos fragmentos dos textos tem semelhanças. Essas unidades que apresentam algo em comum são isoladas e na etapa de classificação esses elementos são repartidos, cujas mensagens são organizadas em categorias que passarão por interpretações inferenciais, análise reflexiva e crítica. Existem seis formas de se realizar a análise de conteúdo: a análise categorial, análise de avaliação, análise de enunciação, análise de relação e análise do discurso. (BARDIN, 2011).

Porém nesse estudo trabalhamos durante o processo de análise de conteúdo com a tematização, ou seja, os dados analisados formarão temáticas de análise na perspectiva de Nascimento (2011) por entendermos que a categorização trata os dados do objeto em estudo como algo mensurável, cujas ocorrências dos sentidos sofrem contagem frequencial, sendo mais bem trabalhada na abordagem estrutural (ABRIC, 2002) da teoria das representações sociais.

Como iremos trabalhar com a abordagem processual ou dimensional elaborada por Jodelet (2001) que considera a partilha dos conhecimentos que cercam os grupos, cuja realidade apresenta um sistema de valores construídos nas relações sociais, acreditamos que a tematização que é uma forma de análise de conteúdo que cria temáticas de análise segundo Nascimento (2011) amplia o fenômeno estudado, privilegiando os aspectos subjetivos das entrelinhas das imagens e sentidos dos sujeitos possibilitando uma melhor aproximação com a abordagem processual ou dimensional da teoria das representações sociais. Essa abordagem permite compreendermos os sentidos simbólicos presentes nos conteúdos dos discursos dos sujeitos possibilitando a definição das objetivações e ancoragens nessa perspectiva.

A apreensão das objetivações e ancoragens na teoria das representações sociais utiliza como base para análise de enunciado, a técnica de análise de conteúdo, cujo material verbal extraído e coletado através dos discursos apresenta imagens e sentidos de um determinado objeto, e, portanto precisam ser classificados por meio de um método. Essa teoria destaca as entrelinhas e as reações dos sujeitos que sofrem influência das representações sociais. É expresso um pensamento individual, mas que está intimamente relacionado com o ambiente social, no qual esses sujeitos se sociabilizam.

Partiremos do pressuposto de que os representantes das entidades estudantis, mesmo cada um tendo percepções singulares da realidade, apresentam um discurso do sujeito coletivo, que é uma opinião coletiva de uma pessoa coletiva que correspondem a expressões chaves, nas quais as concepções de um grupo se manifestam no discurso individual do sujeito coletivo. (LEFÈVRE E LEFÈVRE, 2000).

Desse modo, os dados deste estudo foram analisados através da técnica de análise de conteúdo, que é comumente feita através de registros expressões verbais a partir das falas e opiniões do agente emissor, permitindo inferir sobre os dados analisados de forma a se apreender as imagens e os sentidos de forma sistemática e resumida relacionado ao que mais se repete no conjunto das expressões linguísticas durante a entrevista. Esse processo garante a definição das objetivações e ancoragens, com a finalidade de se mostrar fenômenos e dimensões das representações sociais através da análise inferencial dos resultados com a criação das temáticas de análise (NASCIMENTO, 2011; FRANCO, 2008; MOSCOVICI, 2015).

#### **4.7. Procedimentos de análise**

Os dados deste estudo seguiram as três etapas da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), quais sejam, pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, cujas definições foram descritas anteriormente. Os procedimentos de análise constituem o *Corpus* deste estudo que define a organização das respostas das entrevistas possibilitando a criação de temáticas de análise, e a apreensão das imagens e sentidos da de jovens universitários de movimentos estudantis de enfermagem sobre a formação política.

Durante a pré-análise organizamos os materiais coletados, ou seja, as respostas das entrevistas transcritas, cujos critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade, pertinência e exclusividade foram respondidos uma vez que houve um esgotamento da

comunicação das informações obtidas pelas respostas, nas quais algumas mensagens acabaram por se repetir em mais de um discurso; a amostra representa o universo dos sujeitos do movimento estudantil de enfermagem brasileiro, uma vez que foram selecionados os líderes indicados pelos membros das entidades estudantis de pelo menos uma região do país, cujos integrantes que participaram da entrevista detêm o discurso coletivo do seu grupo ao qual representa; os dados são homogêneos, pois se referem ao mesmo tema de estudo, foram obtidos pela mesma técnica, e colhidos por sujeitos semelhantes; durante a leitura flutuante observamos que as entrevistas transcritas estão de acordo com o conteúdo e os objetivos da pesquisa; e cada temática de análise formulada discute um tema exclusivo que não será repetido em outra temática.

No processo de leitura flutuante escolhemos os fragmentos do texto a serem trabalhados pinçando os enunciados discursivos dos sujeitos para construir as primeiras aproximações semânticas para facilitar o andamento da próxima etapa.

Na exploração do material realizamos a codificação dos dados coletados, nos quais foram transformados e organizados em unidades de sentido e contexto, o que possibilitou a definição dos eixos temáticos. Reunimos as unidades de contexto que apresentavam aproximação semântica em um mesmo grupo temático o que fez emergir as temáticas de análise.

Na etapa de tratamento dos resultados elegemos as temáticas de análise que constituem os significados que os jovens atribuem ao seu processo de formação política. A partir dessa fase iniciamos o diálogo dos dados e unidades agrupados nas temáticas de análise com o referencial teórico, e também com as imagens e sentidos presentes nos discursos dos sujeitos para a construção das objetivações e ancoragens que constituem as representações sociais.

Em virtude das informações terem sido gravadas em áudio, cujos dados servirão como fonte de discussão pública no meio científico, foi garantido como cuidado ético o total sigilo dos sujeitos entrevistados. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (que foi obrigatoriamente assinado para que o entrevistado pudesse participar da entrevista) deixou claro os direitos em relação a quebra desse sigilo, garantindo a liberdade, autonomia e poder de decisão quanto a desistência a qualquer momento durante as fases da entrevista.



---

**SEÇÃO V – SENTIDOS EM MOVIMENTO: JOVENS DE  
ENTIDADES ESTUDANTIS DE ENFERMAGEM NA ARENA DE  
INVESTIGAÇÃO**

---

**5.1. Perfil sociopolítico**

Nesta seção descrevemos a caracterização sociopolítica dos jovens participantes deste estudo, as temáticas de análise e as representações sociais desses sujeitos sobre a

formação política e as implicações em suas formações acadêmicas. As informações coletadas constataam o perfil pessoal, social, econômico, e político, nos quais vivem os jovens de movimentos estudantis de enfermagem.

Participaram desta pesquisa 6 jovens de entidades estudantis de enfermagem, sendo todos de universidades federais divididos entre as cinco regiões do país. Participaram duas representantes de centros acadêmicos de universidades federais da região sudeste, uma do sul, uma do centro-oeste, uma do nordeste e um do norte. Nesta análise privilegiamos as informações coletada durante a aplicação do questionário sociopolítico.

Em nossas análises, optamos por evidenciar as informações relacionadas as crenças, opiniões, princípios, valores e consensos comuns aos grupos de jovens, para podermos desvendar suas elaborações mentais e percepções sobre a formação política, além de apreender de que forma as representações sociais implicam em sua formação acadêmica.

Apesar de serem estudantes de diferentes instituições, estados e regiões do país, estes jovens apresentam algumas semelhanças quanto ao perfil político e suas crenças e valores identitários por pertencerem ao mesmo grupo de pertença, ou seja, o movimento estudantil de enfermagem e outros movimentos sociais que possuem em suas práticas e partilha de valores, semelhanças e princípios que orientam as organizações políticas de norte a sul do país. Nessa perspectiva de análise, observamos os consensos em torno do perfil sociopolítico desses sujeitos primando pela compreensão dos processos psicossociais quanto as interações simbólicas emergidas das partilhas de saberes da juventude.

As informações desta seção serviram de indicadores para respondermos alguns questionamentos básicos que são indispensáveis para a elaboração da circulação e constituição das representações sociais. Para Jodelet (2001) esses questionamentos estão constituídos da seguinte forma: 1) Quem sabe e de onde se sabe? 2) O que e como se sabe? 3) Sobre o que se sabe e com que efeito?

Quem sabe são os jovens de movimentos estudantis de enfermagem de universidades públicas federais e o lugar de onde sabem está relacionado a experiência da formação política por meio das vivências oriundas da participação em centros acadêmicos e outros movimentos sociais. O acúmulo dessas práticas é que possibilitam as condições para a produção das representações sociais sobre o objeto de estudo proposto.

As informações desse perfil foram obtidas por meio da aplicação de um questionário, cujos dados receberam tratamento quantitativo e descrição qualitativa, para o qual optamos por investir na interpretação dessas informações com base em alguns pressupostos teóricos.

Dessa forma, a composição da caracterização do perfil sociopolítico dos jovens, está divididos em informações sociopessoais como idade, sexo, escolaridade do pai e da mãe, renda familiar, orientação sexual, religião, raça ou cor; e informações sociopolíticas como tempo de participação em centro acadêmico, participação em movimentos sociais, simpatia partidária, filiação partidária, orientação política, participação em colegiados ou conselhos universitários, grau de importância da participação de estudantes no controle social e nos movimentos sociais e avaliação da representatividade política,

Nossa descrição está dividida em dois blocos de informações desse perfil sociopolítico obtidas nos questionários que estão representadas da seguinte forma:

#### **5.1.1. Características sociopessoais**

O primeiro bloco descreve os itens referentes ao sexo, idade, escolaridade do pai e da mãe, renda familiar, orientação sexual, religião, raça ou cor.

Conforme a caracterização das informações dos seis jovens de movimentos estudantis de enfermagem, cinco (5) pertencem ao sexo feminino e um (1) ao sexo masculino. A predominância do sexo feminino se deve ao fato de que a enfermagem, é uma profissão que foi construída, historicamente, por mulheres, cuja precursora da profissão foi a Florence Nightingale que era conhecida como “a dama da lâmpada” na guerra da Crimeia, onde cuidou das feridas dos soldados em combate, e criou métodos estatísticos que comprovaram que a higienização do ambiente contribuía para a diminuição da propagação de doenças e infecções.

No Brasil, a pioneira da profissão foi a enfermeira Anna Nery que participou da guerra do Paraguai acompanhando seus dois filhos para prestar serviços nos hospitais do Rio Grande do Sul de forma ininterrupta. Após o fim da guerra, esta mulher recebeu inúmeras homenagens por seus cuidados prestados, e teve seu nome homenageado quando em 1923 foi criada a primeira escola de enfermagem brasileira no Rio de Janeiro.

Outra figura reconhecida na construção e consolidação da enfermagem foi a enfermeira paraense Wanda Horta, que tem reconhecimento nacional por ter elaborado

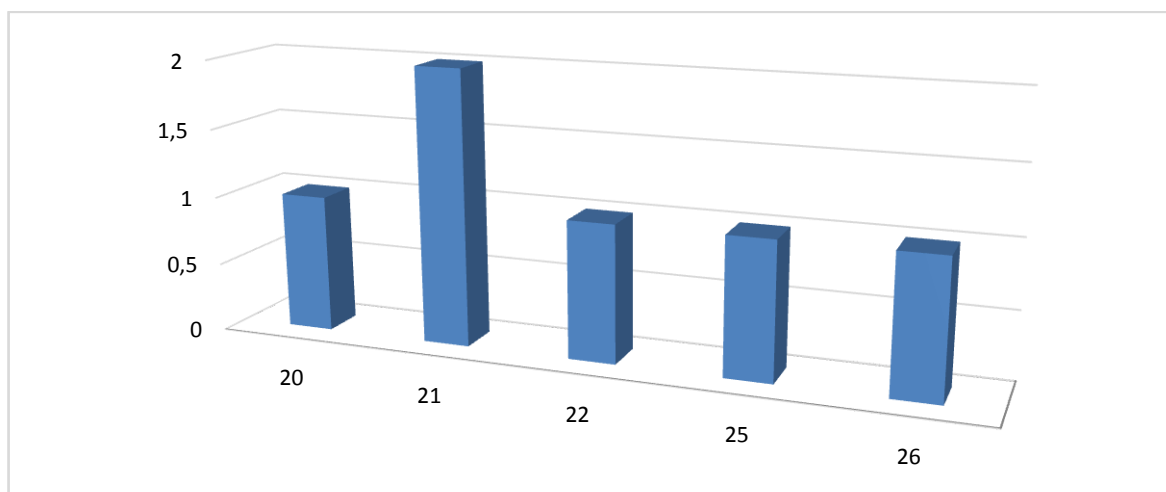


conceitos referentes ao processo de enfermagem, contribuindo para que os pacientes não fossem apenas tratados como indivíduos, mas seres humanos com sentimentos, valores, emoções e histórias de vida, que precisam ter suas necessidades humanas básicas atendidas. Dessa forma, essa mulher criou a teoria das necessidades humanas básicas que leva em consideração determinantes e condicionantes que garantem o bem estar físico, mental e social dos pacientes.

Como observamos a profissão enfermagem foi, historicamente, construída por mulheres, e durante as nossas observações nas coletas de campo, mesmo havendo homens que tradicionalmente constroem os espaços políticos, estes, reconhecem o papel das mulheres na construção histórica da profissão, e durante a solicitação das indicações dos representantes de cada entidade a participar da pesquisa, em cinco casos, o grupo indicou lideranças femininas para responder as perguntas desse estudo.

No gráfico 1, constatamos que os sujeitos desse estudo possuem uma faixa etária entre 20 e 26 anos, com uma ocorrência para a idade de 20 anos, duas para 21, uma para 22, uma para 25 e uma para 26 anos. São considerados jovens por estarem na faixa etária de 16 a 29 anos conforme é definido pelo estatuto da juventude. (BRASIL, 2013).

Gráfico 1 – faixa etária

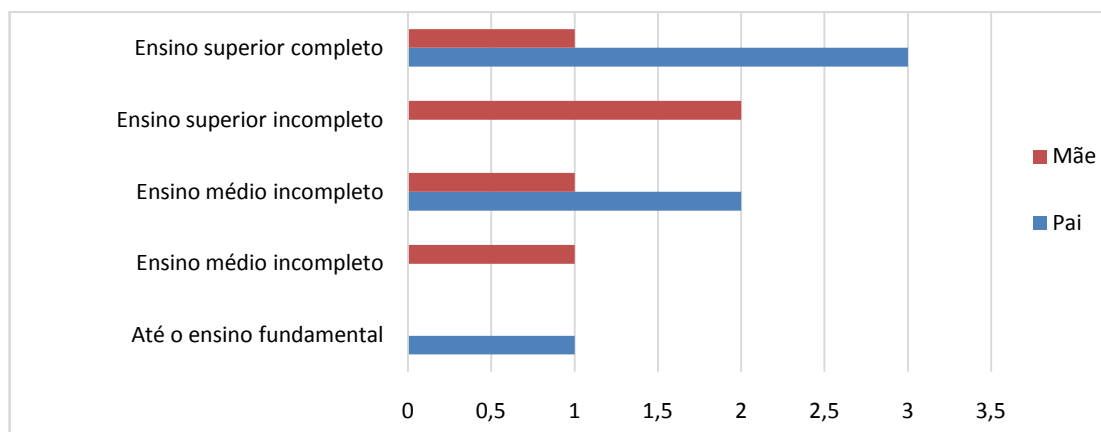


Fonte: produzido pelo pesquisador, 2016.

O Gráfico 2 indica a escolaridade dos pais desses jovens, cujas informações coletadas nos apontam que os homens possuem o maior número de ocorrência no nível de escolarização mais elevado que é o ensino superior completo, totalizando o número de três em

detrimento das mulheres mães que possuíram apenas uma ocorrência, como é visível no referido gráfico.

Gráfico 2 – nível de escolarização dos pais desses jovens



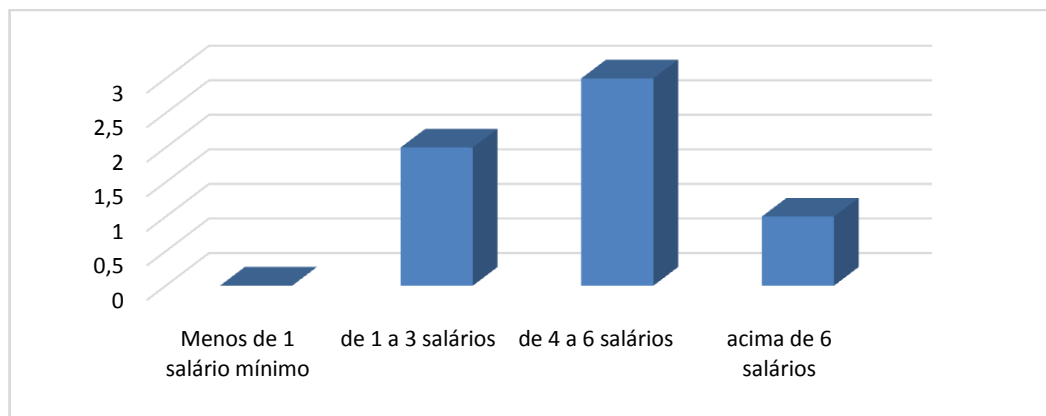
Fonte: produzido pelo pesquisador, 2016.

Observar-se, contudo, por meio de outros dois casos que as mães desses jovens estão buscando a sua escolarização; duas ocorrências de ensino superior incompleto indicam essa afirmativa, ou seja, nesse universo, em breve as mães desses sujeitos terão o mesmo nível proporcional de escolarização dos pais.

Atualmente, em função da necessidade da sociedade capitalista produzir e acumular riqueza, as mulheres, cada vez mais, estão se inserindo no mundo do trabalho para complementar a renda da família. Além disso, a mulher vem assumindo o perfil de chefe do núcleo familiar.

O Gráfico 3 destaca a renda da família, cuja predominância está destacada por três ocorrências assinaladas entre quatro (4) e seis (6) salários mínimos. Uma outra ocorrência equivale a uma renda acima de seis (6) salários, e a outra entre um (1) a três (3) salários, como veremos a seguir:

Gráfico 3 – Renda familiar



Fonte: produzido pelo pesquisador, 2016.

As empresas e outras organizações ativas (administração pública e entidades sem fins lucrativos) brasileiras pagaram a seus funcionários, em média, R\$ 1.943,16 por mês em 2012, um valor equivalente a 3,1 salários mínimos, que na época valia R\$ 622 mensais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Isso significa dizer que o grupo estudado se inclui a esse perfil (classe média) apresentado pelo referido instituto, uma vez que embora o salário mínimo vigente no momento da pesquisa fosse de R\$ 788,00, ainda assim o valor somado se mantém a média apresentada pelo IBGE.

Quanto a orientação sexual, cinco (5) se consideram heterossexuais, e apenas um (1) bissexual. Em relação a religião, houveram três (3) ocorrências que afirmaram ser ateu agnósticos, e duas (2) pertencentes a religiões de matriz africana, e apenas uma (1) a religião cristã católica. Quanto a raça e cor, cinco (5) se consideram negros e apenas um (1) pardo.

### 5.1.2. Características sociopolíticas

O segundo bloco descreve as características que identificam o tempo de participação em centro acadêmico, participação em movimentos sociais, simpatia partidária, filiação partidária, orientação política, participação em colegiados ou conselhos universitários, grau de importância da participação de estudantes no controle social e nos movimentos sociais e avaliação da representatividade política.

O gráfico 4 indica que o tempo de participação desses estudantes no centro acadêmica varia de 1 ano a mais de 3 anos. Houveram três (3) ocorrências para mais de 3 anos, duas (2) para 2 anos, e uma (1) para 1 ano. O tempo de participação reflete o acúmulo

de experiências que proporcionaram a construção de representações sociais sobre a formação política.

Gráfico 4 – Tempo de participação em centro acadêmico



Fonte: produzido pelo pesquisador, 2016.

Os centros acadêmicos servem como uma ponte para novas experiências de sociabilização em grupos. O movimento estudantil está em constante diálogo e construção com outros movimentos sociais. Dessa forma, buscamos identificar por meio do questionário quais movimentos também são construídos pelos jovens desse estudo. Houveram cinco (5) ocorrências para o movimento negro, o que reflete o perfil desses jovens serem predominantemente negros, ao mesmo tempo em que houveram cinco (5) ocorrências para o movimento feminista. Os recortes de gênero e raça são fundamentais para compreendermos a identidade desses sujeitos.

Inferimos que em virtude de o movimento social proporcionar o acúmulo de saberes quanto as condições de opressão e desigualdade social das camadas que historicamente foram oprimidas, essas mulheres ao se inserirem no movimento estudantil e terem contato com esse acúmulo de saberes, se descobriram enquanto mulheres negras que carregam uma marca simbólica e histórica da opressão de gênero e raça. Dessa forma, esses sujeitos se enxergam na obrigação de construir não apenas o movimento estudantil, mas também outros movimentos para lutar contra essas formas de opressão e desconstruir a misoginia e o racismo que são marcas do movimento feminista e negro, respectivamente.

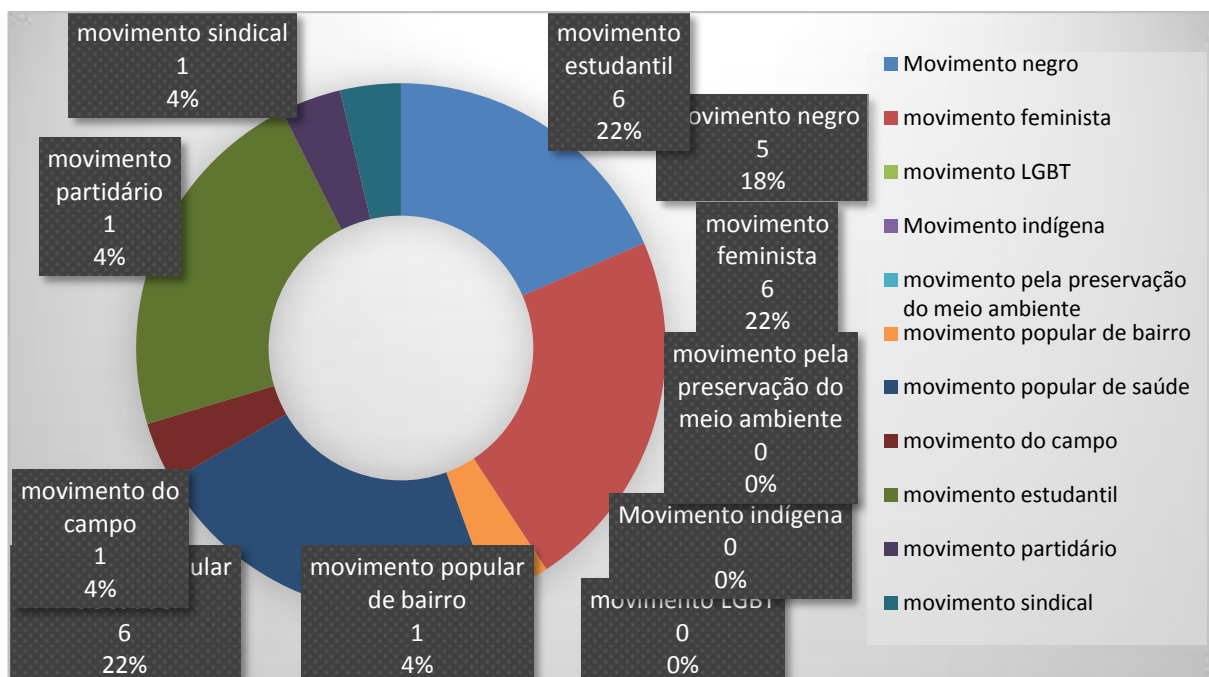
Obviamente seis (6) ocorrências citaram construir o movimento estudantil, e as mesmas seis (6) destacam que participam do movimento popular de saúde. Esses movimentos

populares da saúde se caracterizam pela organização política em fóruns ou frentes populares que são abertos para a construção coletiva dos usuários do SUS, dos trabalhadores em saúde e dos estudantes da área. Nestes espaços são debatidos temas de interesse político na área da saúde, como condições de trabalho, melhorias salariais, jornada de trabalho, melhoria da cobertura da saúde e privatização da saúde. A fala abaixo resume como funcionam esses movimentos em saúde:

A gente tem de perspectiva de movimento de saúde que tenta ser popular e nem é por que é muito mais profissionais é a frente de defesa ao SUS e contra privatização que eu participo em certa medida meio de longe por que o movimento estudantil me toma muito tempo. [...] Esse fórum é nacional, tem a frente nacional em defesa do SUS e aí alguns estados, não são todos, existe a tentativa de construir esse fórum pela defesa do SUS, ele nasceu na última conferência de saúde e aí ele toca as lutas nos estados, claro que tem a política nacional do fórum, mas respeitando a região, mas lá no Ceará não é tão articulado, mas eu acho que dentro das possibilidades que a gente tem lá é a melhor alternativa disputa para saúde apesar de muitas limitações que ele tem. (Estudante - 3).

Para além desses outros movimentos citados, houveram uma (1) ocorrência para cada um dos próximos movimentos a serem destacados no gráfico abaixo que aponta a totalidade da participação desses jovens nos movimentos sociais: Movimento sindical, movimento do campo, movimento partidário, movimento popular de bairro, como veremos a seguir:

Gráfico 5 – Participação nos movimentos sociais



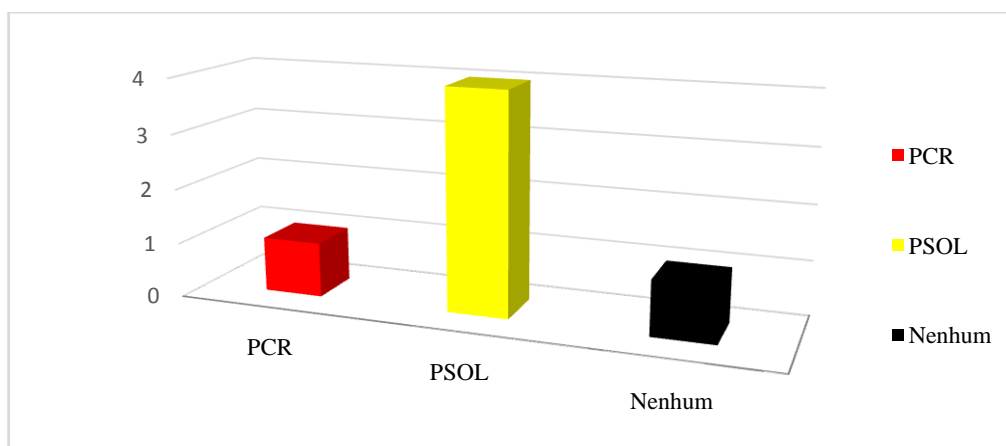
Fonte: produzido pelo pesquisador, 2016.

Quanto a filiação partidária, apenas 1 sujeito referiu ser filiado a um partido político que é o Partido Comunista Revolucionário (PCR), que é uma organização partidária que não possui registro eleitoral, mas que hoje está lutando para legalizar um partido chamado Unidade popular pelo socialismo (UP). O PCR é um partido de orientação Marxixtsa-leninista que foi criado em 1995 após uma ruptura com o PCdoB.

Na juventude o PCR se organiza por meio da União da Juventude Rebelião (UJR), que impulsiona um movimento dentro da UNE chamado Rebele-se que compõe a oposição de esquerda, que é um bloco construído por coletivos juvenis do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), tais como o Juntos, Vamos a luta, Juventude socialismo e liberdade, Pajeú resistência em movimento, RUA – juventude anti-capitalista e a UJR e outros coletivos independentes de esquerda e ultra-esquerda. Esse bloco se opõe a direção majoritária da UNE que é dominada hegemonicamente por coletivos estudantis de juventude ligados ao PCdoB, ao PT, PDT e PMDB.

Mesmo a grande maioria não sendo filiado a partidos políticos, as informações nos mostram que estes sujeitos tem uma simpatia por alguns partidos políticos. Quatro (4) ocorrências destacam uma afinidade partidária pelo PSOL que é um partido que tem conseguido atrair e filiar muitos jovens nos últimos 10 anos, desde a sua criação impulsionada pela ruptura com o PT; uma (1) ocorrência para o PCR e uma (1) ocorrência para nenhuma partido.

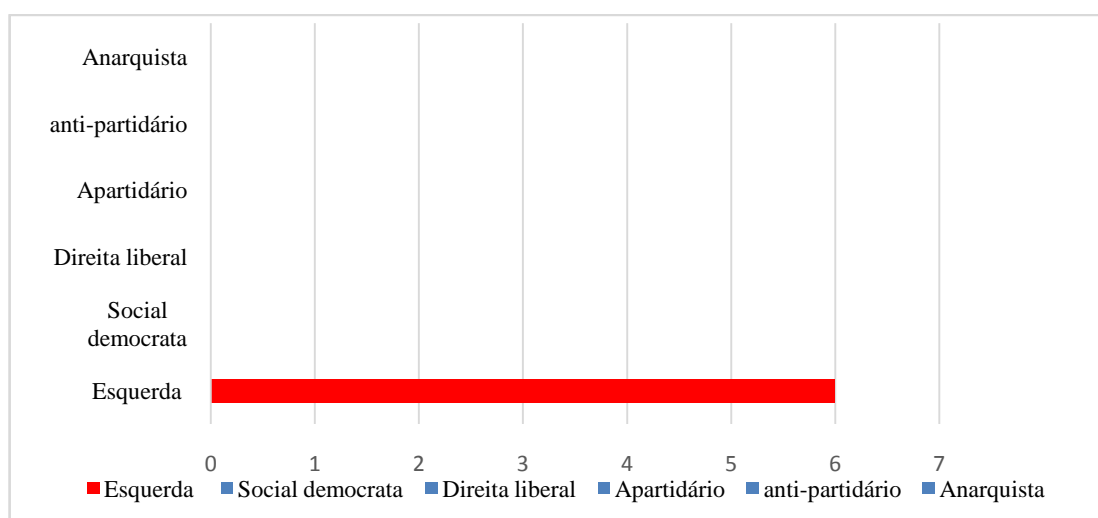
Gráfico 6 – Afinidade partidária.



Fonte: produzido pelo pesquisador, 2016.

Obviamente todas as seis ocorrências (6) apontam que estes jovens tem enquanto orientação política com o campo da esquerda como demonstra o gráfico 7. Não entramos no mérito de destacar quais as tendências da esquerda que esses jovens tem afinidade, pois esse não é o centro da discussão desse estudo. Resgatar, historicamente, as rupturas, e o contexto da criação de todas as tendências, requer um trabalho mais aprofundado. Porém, são jovens que se identificam com as idéias da esquerda, pois como destacamos no referencial teórico, o movimento estudantil carrega historicamente em suas bandeiras as pautas e reivindicações da esquerda marxista., como destaca o gráfico 7.

Gráfico 7 – Orientação política



Fonte: produzido pelo pesquisador, 2016.

Quanto a participação nos conselhos universitários quatro (4) jovens referem que já participaram ou participam desses conselhos, as outras duas (2) ocorrências destacam que nunca participaram. O grau de importância na participação nesses conselhos em uma escala de prejudiciais, irrelevantes, importantes e fundamentais, uma (1) ocorrência considera importante participar desses conselhos, e as outras cinco (5) consideram fundamentais.

Quanto a representatividade tradicional da política configurada pela organização dos três poderes, executivo, legislativo e judiciário, buscamos avaliar o grau de confiabilidade que os jovens têm a essas formas de representatividade, contextualizando dentro da perspectiva dos governos municipais, estaduais e federal, que detém o poder executivo; das câmaras municipais e assembleias legislativas que exercem o poder da elaboração das leis e judiciário e suas divisões. Formamos uma escala simples que destaca esse nível de aceitação e confiabilidade: Não se sente representado, parcialmente representado e representado.

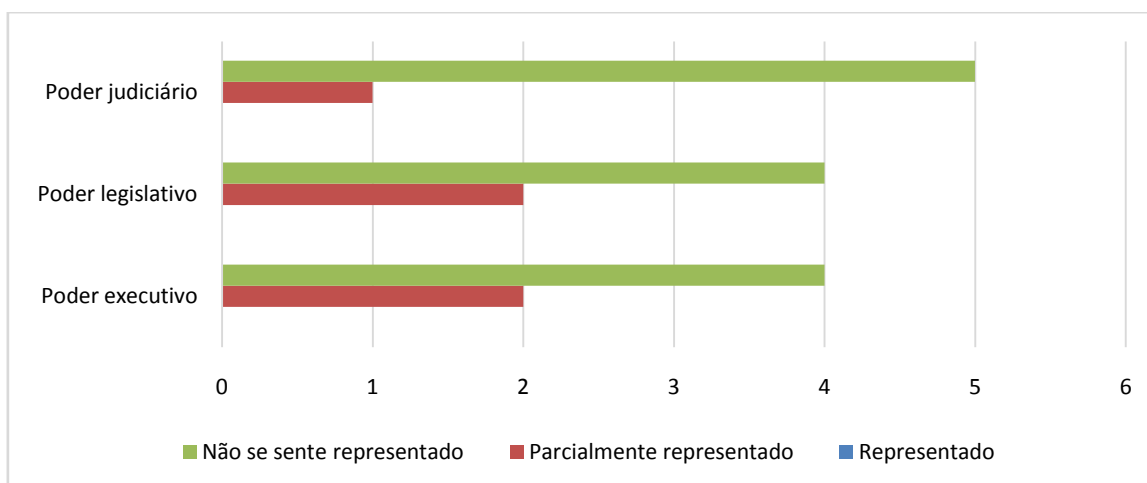
O maior número de ocorrências quanto a escala que refere o sentimento de não se sentir representado, o poder judiciário aparece a frente dos demais, com cinco (5) ocorrências. Em tese o poder executivo e legislativo estão mais próximo do povo, devido estes representantes serem escolhidos diretamente, o que espera-se que a rejeição seja maior para estes poderes, em virtude do judiciário ser neutro, autônomo e partidário. Porém, a distância desse poder do povo talvez explique uma maior rejeição nesse universo estudado.

O princípio da isonomia nesse poder, quando há interesses partidários a frente, dificilmente consegue ser concretizado, pois o ser humano é um ser político, e às vezes um critério técnico não pesa tanto quanto um critério político quando uma decisão deve ser tomada. Dessa forma, a rejeição maior nesse grupo é do poder judiciário que deve ter por obrigação a garantia da justiça por meio do cumprimento da lei. Contudo, não nos cabe fazer afirmações conclusivas nessa perspectiva, pois o número de participantes não é suficiente para garantir uma amostra representativa de uma determinada população para tratar especificamente desta questão, e muito menos é o objetivo desse estudo.

A rejeição do poder executivo e legislativo também é significativa, apresentando cada um, quatro (4) ocorrências. Ainda para esses dois poderes, houveram duas (2) ocorrências para a escala “parcialmente representado”, e uma (1) para o poder judiciário. Não houve nenhuma ocorrência para a escala “representado” entre os três poderes, o que revela que os jovens desse estudo não se sentem representados pelos poderes executivos, legislativos e judiciário. O gráfico 8 descreve essas ocorrências.



Gráfico 8 – Nível de aceitação dos três poderes



Fonte: produzido pelo pesquisador, 2016.

Acreditamos que essas descrições e caracterizações do perfil sociopolítico ajudam a compreender os meandros psicossociais que compõem as representações sociais sobre formação política entre os jovens pesquisados. Responder o questionamento básico proposto por Jodelet (2001) Quem sabe e de onde sabe? É fundamental para iniciarmos a análise de conteúdo e a construção das objetivações e ancoragens que irão responder os próximos questionamentos, quanto o que vem a ser a representação social desses jovens sobre a formação política e como se elas foram constituídas, além de dialogarmos com a literatura para apreendermos o que se sabe a respeito desse objeto e quais os efeitos, consequências e implicações desse conhecimento.

### 5.3. Sentidos da formação política para a juventude

Neste subitem apresentaremos os sentidos identificados no conteúdo das falas apreendidos durante as entrevistas. Essas unidades de sentido foram codificadas e transformadas em unidades de contexto que corresponde a mensagem presente nas palavras dos jovens, o que possibilitou apreendermos o significado dos sentidos, nos quais essa juventude atribuí à formação política, fazendo emergir, dessa forma, as temáticas de análise que se mostraram representativas no universo consensual desses sujeitos, cujas representações sociais são construídas e partilhadas.

Essas temáticas analíticas são o resultado da reorganização dos sentidos codificados nas unidades de contexto, presentes nos conteúdos das falas desses jovens, identificadas nas entrevistas. Essas temáticas trazem o conjunto da construção subjetiva das imagens e sentidos, nas quais esses sujeitos atribuem ao objeto de pesquisa desse estudo. As marcas presentes nos discursos produzem a realidade do mundo vivido, cujas práticas, atitudes, ações, comportamentos, sentimentos e pensamentos constroem a realidade simbólica por meio de consensos nas relações sociais estabelecidas nos grupos, gerando saberes no interior do senso comum.

Os jovens trazem em seus discursos elementos ao se reportarem a formação política de forma fragmentada e não linear, ou seja, a organização das ideias que esses sujeitos associaram a indagação feita durante a entrevista, remete aos conhecimentos prévios do que vem a ser essa formação política, baseado nas experiências pessoais e culturais desses jovens.

A sequência de sentenças presentes nas falas apresenta um agrupamento de conceitos que estão fragmentados no discurso, mas que fazem parte do todo coerente presente no conteúdo da mensagem, o que possibilitou pinçar as ideias soltas nos discursos, organizando os conteúdos que foram alocados nas temáticas como elementos de significado do que esses jovens transmitiram sobre o que vem a ser para eles a formação política.

Marková (2006, p. 244) reforça essa ideia de que o discurso não é linear e nem coerente quando os sujeitos de um grupo compartilham uma representação social: “Quando grupos específicos compartilham uma representação social, não significa que eles compartilham os conteúdos e significados daquela representação na sua íntegra e nem os concebe de maneira idêntica”.

Dessa forma, o corpus produzido pela pesquisa de campo definiu a partir do discurso dos jovens em relação à formação política três temáticos de análise, quais sejam: 5.3.1. Movimento estudantil: uma pedagogia em movimento; 5.3.2. Formação política, currículo crítico-reflexivo e as implicações para a formação do enfermeiro; 5.3.3. Formação política para representatividade e o controle social em saúde: O aprender fazendo nas relações de poder presentes nos processos de disputa institucional.

### **5.3.1. Movimento estudantil: uma pedagogia em movimento**

Esta temática de análise apresenta o agrupamento das unidades de sentido, codificadas em unidades de contexto, cujo conteúdo das falas se articulam em torno da ideia de que o movimento estudantil, por meio das entidades como os diretórios e centros acadêmicos, são o espaço privilegiado onde esses jovens tem a oportunidade de se formarem politicamente. São falas consensuais que reforçam o caráter pedagógico dos movimentos sociais como o lugar onde ocorre a tomada da consciência política, já estudados por outros autores como Arroyo (2014), Gohn (2012) e Caldart (2004).

Todo processo formativo é dinâmico, se constrói no interior da prática social, fruto do acúmulo das experiências historicamente partilhadas e apreendidas. O movimento estudantil deve ser olhado como um sujeito pedagógico, como uma coletividade, que está em constante dinâmica e movimento. Nesse sentido, acreditamos que a formação política, com base nos conteúdos das falas apresentadas pelos sujeitos deste estudo, é um processo que apresenta um caráter educativo que atua intencionalmente no processo de formação dos sujeitos que participam dos grupos, como os centros acadêmicos, coletivos e outras entidades.

Essa intencionalidade educativa é caracterizada por Caldat (2004) dentro do contexto do movimento dos trabalhadores sem terra (MST), como algo que não está no campo da educação escolar ou formal, mas no próprio caráter do movimento, que é o sujeito pedagógico, que produz uma trajetória histórica, cujos objetivos e princípios é a própria reflexão de fazer educação e formação humana por meio de uma intencionalidade pedagógica.

Essa concepção de movimento social como sujeito pedagógico, no nosso entendimento faz parte do universo do movimento estudantil que também está inserido nesse contexto de práticas culturais que por contribuem com a formação dos jovens como materialização da formação humana, na perspectiva de Arroyo (1991) da pedagogia da produção dos sujeitos sociais, cuja matriz dessa formação ocorre no próprio movimento por meio dos processos políticos e socioculturais que fazem parte dessa dinâmica.

Dentro da temática Movimento Estudantil: Uma Pedagogia em Movimento, fizemos basicamente três recortes dimensionais com base na definição proposta por Gohn (2012) que caracteriza o caráter educativo dos movimentos sociais em três dimensões. As respostas que emergiram das falas dos sujeitos ao se reportarem sobre o que vem a ser a formação política reforçam esse caráter pedagógico do movimento estudantil como um autêntico movimento social e sujeito educativo.

O primeiro recorte dimensional diz respeito a organização política, cujo lugar apresenta uma identidade própria, com valores, códigos e princípios que são pactuados, revisados e reformulados conforme a dinâmica do movimento impõe a estes sujeitos; o Segundo recorte é sobre cultura política, ou seja, o que se aprende nesse lugar, a natureza pedagógica da partilha de saberes, e da apreensão de experiências, códigos, vivências e aprendizados que posteriormente são compartilhados com outros sujeitos para a tomada da consciência política; O terceiro recorte dimensional aborda o aspecto espacial-temporal, no qual os processos políticos, como as lutas, manifestações, greves, piquetes, disputas institucionais, reuniões, encontros de área e congressos representam os espaços onde se produz e reproduz a cultura política. É um espaço dinâmico, não estático, e está sempre em movimento.

O primeiro recorte dimensional sobre a organização política se sustenta através de discursos que expressam a dimensão da organização política como elemento fundamental para que a juventude tenha um grupo onde possa compartilhar ideias e experiências. O conteúdo das falas, apresentadas a seguir, apontam que os coletivos e as entidades estudantis como os diretórios e centros acadêmicos representam o lugar onde a juventude pode se organizar para ter essa formação política.

No contexto da universidade cinco falas apontam a formação política como algo que é de responsabilidade do centro acadêmico, duas falas reforçam, de maneira enfática, que tais organizações são imprescindíveis para que ocorra a formação política dentro da universidade, e uma fala nega que existe essa formação dentro da sala de aula, afirmando que deve ser buscada em outro espaço:

[...] eu comecei a participar de centro acadêmico, agora faço parte de um coletivo (Estudante - 1).

[...] Quando penso em formação política na universidade para mim são as entidades estudantis. (Estudante - 3).

[...] eu quando penso em formação política dentro da universidade penso que o movimento estudantil, centro acadêmico são coisas fundamentais para fazer com que essa formação política ocorra hoje dentro da nossa universidade. (Estudante - 2).

[...] é mais falado dentro dos diretórios, os centros acadêmicos, etc. (Estudante - 6).

[...] não são todos que se interessam, os que se interessam já tem uma demanda política de outras coisas, já faz parte de algum diretório ou faz parte de um coletivo. (Estudante - 4)

[...] pelo menos na minha realidade não existe isso essa formação política, a gente tem que buscar fora da sala de aula. (Estudante - 5).

Para Gohn (2012), o caráter educativo da dimensão da organização política é caracterizado pela construção da consciência crítica, reflexiva e cidadã, na qual a juventude adquire saberes mediante as práticas sociais e as experiências cotidianas das lutas organizadas dos grupos políticos. Nesses espaços, o conhecimento é construído a partir da agregação de informações sobre os direitos e deveres dos indivíduos em sociedade.

A funcionalidade dos órgãos públicos, cuja estrutura é discutida, em virtude de se compreendê-las com a função de fiscalizar a forma que as verbas são destinadas em seus respectivos fundos, e administradas pelos gestores para a garantia de uma política social como a educação e a saúde. A consolidação de uma prática cidadã coletiva, ocorre quando se identifica os interesses opostos na prática rotineira do exercício do poder nos conselhos universitários, câmaras municipais e assembleias legislativas, partindo assim, para a formulação de táticas e estratégias de enfrentamento para que um determinado direito seja garantido ou conquistado por meio da organização política. (GOHN, 2012).

Para Caldart (2004) os movimentos sociais nos ensinam duas características importantes no processo de formação humana. O movimento social é uma coletividade com uma cultura organizativa estabelecida, cujos princípios e valores são invenção da própria disposição que esses atores sociais tiveram para aprender com outras organizações dos movimentos, consolidando essas ações e práticas acumuladas ao longo da história, reinventando ou resignificando em novos formatos teóricos e práticos, deixando o patrimônio da organização como herança cultural para outros grupos, sujeitos e atores sociais que vierem suceder seus contemporâneos nas lutas sociais.

A outra característica é a de que se trata de uma organização coletiva onde se constrói a experiência do movimento da história, na qual é algo singular de cada ator social. Ocorre de modo real, no cotidiano da prática social do movimento, a qual produz uma nova visão de mundo para quem participa dessa dinâmica. A ideia de historicidade mesmo não sendo sob o ponto de vista epistemológico trabalhado no interior do movimento, é vivenciada naturalmente. Ser de uma organização do movimento estudantil significa se acostumar com uma realidade em movimento, cuja transformação de ideias, conceitos, concepções e da própria realidade vivida, é uma possibilidade concreta, passando a ser culturalmente

desejável, o que sem dúvida é uma das características mais ricas sob o ponto de vista pedagógico.

Esses jovens outrora estavam em um piquete na reitoria lutando por melhorias nas condições das bibliotecas, das salas de aula e da insuficiência de bandejões nos restaurantes universitários. O resultado dessa luta possibilitou conseguir uma audiência pública com o reitor e os pró-reitores para discutir os problemas enfrentados pelos estudantes, cujo resultado do diálogo garantiu por parte da reitoria o compromisso de abrir os cofres para solucionar os problemas a curto, médio e longo prazo.

Está na ordem do agora reuniões com a congregação dos institutos para discutir reformas no currículo e problemas nos campos de prática; amanhã a comissão constituída por representantes discentes e professores, irão debater os pontos das reformas no currículo, além de buscar solucionar as dificuldades nos estágios.

Esse exercício narrativo nos possibilita depreender que a luta do movimento estudantil é história porque é pretérito, presente e futuro. Essa constância na qual a juventude se movimenta e se mobiliza marca seu lugar no mundo tanto quanto o desejo de o desejo de empoderar cada vez mais essa massa.

Mesmo com todas essas conquistas, a universidade defenderá um discurso que deslegitime o movimento estudantil, desqualificando suas ações, não por não reconhecer a importância do seu papel nesse processo, mas por temer o poder da mobilização dos estudantes. É mais fácil desmoralizar o movimento perante a comunidade discente como uma forma de defesa de se proteger de futuras mobilizações com mais adesão estudantil, do que apoiar ou estimular suas ações na burocracia institucional.

Defende-se um discurso de que esses estudantes são desocupados, que atrapalham a ordem estabelecida pela universidade, não querem estudar, como se houvesse um modelo de aluno a ser seguido, sendo considerado ideal pela instituição, que é aquele que vem pra sala de aula, cumpre com as suas tarefas curriculares, não questiona o que está estabelecido, tira boas notas e volta pra casa sem se preocupar com as decisões que são tomadas dentro dos conselhos universitários. Estes exemplos hipotéticos podem ser reforçados na fala abaixo:

[...] mostrar que existe um conselho universitário, que existe um colegiado de curso, uma comissão de horas formativas, existe uma comissão que avalia a formulação do currículo, a universidade não explica por que não é vantajoso pra ela né, por que pra que a universidade vai querer um aluno que vai trazer alguns questionamentos que talvez não possa suprir, então não é interesse da universidade que os alunos participem da burocracia da

universidade, a intenção da universidade é que as pessoas passem por lá e se formem e vá embora e não tragam problemas, não façam greve, não reivindique direitos dos alunos, não é interesse da universidade que isso aconteça, é dispendioso. (Estudante - 1).

Um representante discente do movimento estudantil atua rotineiramente para buscar transformações no espaço acadêmico. Porém, mesmo a atuação do movimento sendo predominante dentro da universidade, nas discussões internas da organização, a dimensão sociedade e suas conjecturas políticas, sociais e econômicas, são indissociáveis do contexto do espaço universitário, pois este sofre influência direta das decisões políticas que são tomadas na formulação das políticas educacionais.

A fala a seguir representa essa ideia problematizadora da educação como ferramenta de transformação da sociedade, segundo o entendimento de uma representante do movimento estudantil:

[..] O modelo de educação ele é feito para uma sociedade, então a educação é um ponto importante na transformação da sociedade, inclusive pensamento crítico, se você critica o que tá colocado a sua frente você quer transformar aquela realidade e não é interessante para o estado, não é interessante pelo sistema que precisa ser mantido né, então para academia você precisa formar rápido uma pessoa que atenda as demandas desse sistema, então você não vai fazer com que aquelas pessoas queiram transformar isso, porque isso breca a academia em muitos momentos, isso para a academia, você vai contra a hegemonia né, então acho que não é interessante para academia que se formem seres que consigam pensar nessa transformação da sociedade, acabar com toda uma lógica né. (Estudante - 2).

A escola/universidade tem dificuldade de dialogar com identidades diferentes, pois a modernidade atribui a juventude uma identidade de aluno, esvaziando o sentido de ser jovem, ligado, por exemplo, a possibilidade de se organizar politicamente, da militante, que participa e quer intervir na melhoria do espaço em que transita. A instituição escolar tem uma cultura própria estabelecida que se baseia na institucionalização de práticas pedagógicas que são pactuadas em programas curriculares que devem ser seguidos de forma rigorosa, cujas intervenções externas de outras culturas, são vistas como proposições irrelevantes para a formação acadêmica, esvaziando o diálogo com outras identidades que também carregam saberes que contribuem para o processo da formação humana, que não se restringe a sala de aula, a educação escolar e ao currículo. (ABRAMOVAY, 2015; ARROYO, 2003).

O diferente é visto como um problema para os ideais/ideários da escola/universidade como apontam Arroyo (2014):

Na medida em que os ideários/ideais de escola/universidade são vistos como a síntese de todos esses ideais e ideários, a presença dos diferentes nas instituições escolares é o problema dos problemas na medida em que se espera (no discurso) que a escola seja a síntese/resposta de todos os ideais/ideários de igualdade e de cidadania republicana. Se os diferentes são o problema para a instituição escolar, serão problema para a sociedade e o estado. Se na escola contestam com seus retardos mentais e morais os ideais/ideários de igualdade de cidadania republicana, contestarão os mesmos ideais/ideários de uma sociedade igualitária e de um estado cidadão. (p.240).

Ainda para Arroyo (2014) repensar a função do diferente no contexto dessa dimensão política afirmada pelos movimentos sociais traz responsabilidades e exigências para as políticas públicas educacionais e seu sistema escolar, pois quando outros sujeitos com identidades diferentes e singulares chegam às universidades, os espaços em que se constroem o conhecimento devem assumir funções sociais que dialoguem com essas identidades. Para este autor essa nova dimensão política trazida pelos movimentos sociais extrapola a função social e política da universidade e das políticas públicas e nas teorias pedagógicas. Nesse sentido:

Neste quadro histórico de negação/segregação desses coletivos dos espaços de viver, da cidadania e, sobretudo, nesse quadro histórico de lutas por espaços, ocupar os espaços das escolas, das universidades, do poder, do judiciário, dos centros de formulação de políticas no mesmo movimento de ocupação da terra, dos territórios, da moradia, adquire uma dimensão política nova que extrapola a função social e política atribuída à escola e às universidades nas políticas públicas e nas teorias pedagógicas. Às políticas e teorias pedagógicas cabe pesquisar e incorporar essa nova dimensão política trazida pelos movimentos sociais e pela infância e juventude populares ao lutarem por escola. (ARROYO, 2014, p. 245).

O segundo recorte dimensional da dimensão da cultura política se sustenta nos discursos que expressam as práticas cotidianas no movimento estudantil que levam ao acúmulo de experiências e saberes que são construídos a partir das vivências que ocorreram no passado como a negação de direitos, e suas opressões. Essas práticas são trabalhadas nos espaços de formação política no imaginário simbólico do grupo organizado, para que forneça elementos que interpretem o presente para criar estratégias de força social coletiva organizada para construção do futuro. As unidades de sentidos apresentadas a seguir apontam às práticas culturais que ocorrem no interior do movimento estudantil, como os temas que são discutidos, as disputas institucionais por determinadas demandas estudantis, os recuos quando não se está



bem organizado, e o entendimento de que o movimento tem um papel em contribuir para com a transformação da sociedade, não se restringindo aos muros da universidade:

[...] você aprende a discutir algumas coisas [...] pauta feminista, a pauta de negros e negras, do preconceito, da homofobia, da lesbofobia, da transfobia. [...] a gente entende que existe representante discente que naquele departamento tem uma representação em colegiado em plenária, nesses espaços, você só vai aprender isso se participar de um centro acadêmico. (Estudante - 1).

[...] Eu vim entender muito mais a representação discente por meio do movimento estudantil que aí a gente começa a disputar conselho e outras ferramentas e outras entidades C.A, DCE e tudo mais e entender como funciona essa representação. (Estudante - 3).

[...] Se a gente vai intervir dentro do departamento aí a gente tem q estar bem mais estruturado enquanto diretório. (Estudante - 4).

[...] os donos dessa sociedade são poucos e a gente só vai mudar e transformar essa sociedade na minha avaliação não é uma universidade que vai mudar a sociedade, a universidade pode ser importante por que você se depara com tanta contradição na universidade que em vários momentos você mesmo se questiona e a daí a gente começa com a questão do movimento estudantil e aí a gente começa a entender que é muito maior muito além da universidade, então assim eu acho que para a gente discutir universidade e porque que a universidade não faz o que ela tem que fazer, porque a universidade ela é mais um meio de alienação, eu acredito que a universidade aliene a juventude também, a universidade faz com que a juventude caia num mundo tão pequeno em vários momentos, ela suga o estudante, você entra na universidade com uma ideia que é mentira né, você entra achando que você vai sair dali... não você tem que ter diploma para você ser alguém na vida o que não é verdade porque quantos que saem da universidade estão desempregados, então acho que tudo isso faz parte de um sistema que aliena a juventude em vários momentos e a universidade faz parte disso e por isso acho importante a gente entender porque a gente se engana na hora de querer mudar as coisas, a gente luta contra o inimigo errado, acho que o governo ele só é um braço para manter esse sistema, para gente transformar a sociedade a gente tem que ir para além dos limites dos muros da universidade. (Estudante - 2).

No movimento estudantil discursos e práticas construídas no imaginário do senso comum são desconstruídas para que se compreenda o espaço público e político, encorajando os sujeitos a não terem medo do que antes parecia ser inacessível e proibido. Nessa formação política segundo Gohn (2012) aprende-se: a) a problematizar e decodificar o espaço público das instituições, a forma como a política funciona e os discursos e práticas nesse campo; b) aprende-se a acreditar no poder do discurso e das ideias, quando formuladas de acordo com a ocasião do lugar onde se faz uma intervenção política com a fala; c) aprende-se durante as manifestações políticas códigos e linguagens como estratégias que expressem ideias de bandeiras de luta para se comunicar com as massas, tais como palavras de ordem, panfletos,

faixas e jograis; d) Aprende-se a recuar, calar-se e a se resignar em situações adversas; e) e uma das marcas da formação política da juventude no movimento estudantil, é a defesa intransigente dos princípios que norteiam as práticas e ações de um determinado grupo, dos quais não se abre mão.

Ainda para Gohn (2012), essa formação apresenta duas características: O caráter educativo que é o processo no qual o resultado da aprendizagem é realimentada em novos processos; e a pedagógica em que é utilizado instrumentos e técnicas de difusão de saberes. São discutidas e elaboradas estratégias, recuos, rebelião, passividade e resistência de acordo com os agentes, nos quais ocorre o enfrentamento de correlação de forças.

O terceiro recorte dimensional da dimensão espacial-temporal se sustenta nos discursos que apontam as reuniões, encontros, greves, os processos políticos, seminários e congressos dos grupos políticos organizados como espaços onde ocorre a formação política desses sujeitos, e a própria disputa institucional, cujo produto é a geração de uma consciência que leva ao conhecimento da estrutura das instituições políticas e das condições de vida da população. Esta dimensão possibilita aproximações e articulações com o saber popular, científico e técnico, nos quais são codificados de acordo com as necessidades de elaboração de discursos e estratégias de enfrentamento político de ideias ou por meio da luta social como se justificam nas falas abaixo:

[...]eu participei muito ativamente da greve de 2012 e foi um processo de formação. O congresso da UNE acho que também foi um espaço de formação e vivência também [...] foi um instrumento que me deu muita formação política (Estudante - 3);

[...] Ha dois anos atrás teve a greve e a greve trouxe muitos benefícios dentro da universidade por que as pessoas eram completamente mais ou menos assim, os professores pararam, então não tinha aula foi discutido e daí teve a votação para reitoria logo depois e foi a primeira vez que a gente aprovou na reitoria uma mulher do movimento estudantil que não era médica e etc. a partir daí eu consegui ver a universidade em todo seu contexto, hoje a gente tem votação paritária, a gente tem repasse de verba é tudo bem mais aberto. (Estudante - 6)

[...] A gente encontrou nos conselhos que existem a pouca voz acadêmico, assim você tem um conselho com 50 pessoas, são 45 professores e 5 estudantes e isso sendo que a proporção não é essa na universidade, então eu acho que é isso que eu falei desde o início, é a logica da universidade faz com que ela entenda que o estudante não precisa questionar, ele tem que tá ali tudo bem, a gente garante a participação aqui só para dizer que tem um estudante, mas na pratica, na pratica o peso que ele tem na universidade não é contemplado nesses conselhos. (Estudante - 2).

[...] Essa formação política, a gente tem que buscar fora da sala de aula, dentro da sala de aula a gente não pensa, minimamente a questão da saúde da

mulher que tá tendo uma luta pelo parto humanizado que faz os alunos lutarem pelo parto humanizado. (Estudante - 5).

Dessa forma, a dimensão espacial-temporal do movimento estudantil é caracterizada pelos processos políticos que ocorrem predominantemente no espaço universitário e urbano. Em outros movimentos sociais, as festas religiosas, os espaços comunitários, a unidade doméstica e o meio rural, se configuram como espaços onde as representações sociais desses sujeitos são a marca de sua identidade, que por fim se sustentam nos alicerces do imaginário simbólico do grupo. Por outro lado, o meio urbano é um espaço onde ocorre a desapropriação do controle dos cidadãos. (GOHN, 2012).

O tempo nesse espaço não é mais do sujeito, pertence a empresas e instituições que as pessoas trabalham e ao cronômetro que controla o nível de produção pactuado como meta a ser atingida pelo operário na fábrica ou pelo professor pesquisador que produz conhecimento, e pelo aluno que deve cursar uma carga às vezes excessivas de disciplinas para produzir resultados que expressem os objetivos avaliativos do ensino. Há um esvaziamento da esfera privada dos sujeitos, na qual se torna praticamente parte da esfera pública, e o pouco que sobra dessa esfera, é defendida contra a violência imposta pela grande cidade. (GOHN, 2012).

O discurso do espaço público normatiza o controle e a regulação da vida dos sujeitos, havendo pouca possibilidade para manifestações de apropriação coletiva do espaço público e da cidade. A formação política contribui para o rompimento dessa desapropriação da esfera pública; os sujeitos desenvolvem a consciência de cidadania quando compreendem que a coisa pública também pertence ao povo.

Constroem-se pontos de resistência contra hegemonia dominante, que se sustenta nesses espaços de exercício de poder e privilégios, formando a contra-hegemonia popular na perspectiva Gramsci (1968). Quando o espaço público é ocupado politicamente ou por meio da arte, da cultura, do esporte ou do lazer, atingimos a nossa cidadania quando este espaço ocupado passa a ser parte de nós, ou seja, quando temos a possibilidade de intervir, de mudar e de transformar, de acordo com as nossas demandas.

O caráter pedagógico da ação e reflexão na ação é aprendido no movimento estudantil, cuja as experiências de lutas, resistências e conquistas, mostram que é possível haver transformações quando nos percebemos enquanto sujeito social e histórico capaz de intervir na realidade, a qual transitamos e vivemos, fazendo co que haja de forma dinâmica,

contínua e linear uma pedagogia em constante movimento que contribuem para o processo da formação humana.

### **5.3.2. Formação política, currículo crítico-reflexivo e as implicações para a formação do enfermeiro**

A temática formação política, currículo crítico-reflexivo e as implicações para a formação do enfermeiro, refere-se às problemáticas quanto a baixa formação política na academia, apontadas nos conteúdos das falas dos sujeitos deste estudo. Esses jovens se ressentem da falta ou do pouco espaço que a academia proporciona para que haja essa formação. As queixas dos estudantes se referem a ausência da formação política na universidade enquanto instituição formadora humana, no currículo e na formação acadêmica, e conseqüentemente na sala de aula, cujo professor depende da ementa curricular para promover essa formação.

Este educador é visto como um sujeito central nesse processo. Os jovens desse estudo reconhecem que esses sujeitos mediadores da formação acadêmica e humana não têm culpa, pois seguem uma política curricular estabelecida, e outros afirmam que depende do próprio professor querer, e também ter essa formação política para socializar com os alunos.

Estes jovens por serem militantes do movimento estudantil e de outros movimentos sociais, apresentam uma identidade cultural diferente de um jovem que entende que o seu papel dentro da academia se restringe a assumir uma identidade de aluno. Como demonstramos na temática anterior, esse movimento proporciona não apenas uma formação política, mas também humana, que contribui pedagogicamente para a constituição subjetiva desses sujeitos.

Nesse sentido, eles entendem que essa formação é imprescindível para a constituição da identidade cidadã dos sujeitos, pois vivemos em sociedade, cujas decisões políticas interferem diretamente na vida das pessoas. Esses jovens entendem que academia por ser um espaço que se propõe a construir uma identidade cultural, na qual a juventude tenha a possibilidade de intervir na transformação da sociedade, deve ser o lugar privilegiado de exercício da cidadania, estimulando a formação da dimensão política como um dos elementos constituintes da formação humana.

Existem consensos e dissensos quanto a hipótese de que essa formação é totalmente esvaziada pela academia. Alguns estudantes afirmam que ela existe em algumas disciplinas específicas, outros destacam o papel de alguns professores que promovem essa formação, outros acreditam ser insatisfatória. Porém há um elemento identitário consensual no conteúdo das falas que giram em torno da representação social de que essa formação política é insuficiente.

As falas, a seguir, têm um elemento consensual de que esta formação política é “pouca”, que a universidade “não proporcionam muito”, que “se discute muito pouco política na enfermagem”, que deveria haver “uma grade curricular condizente”, e mesmo quando essa formação política existe de forma satisfatória, ainda é considerada “superficial” como demonstram os trechos das falas abaixo:

Acho que a gente tem pouca formação política dentro da universidade, principalmente na área da saúde. (Estudante – 2).

UFRGS – acho que a universidade deveria investir mais nessa formação, principalmente na faculdade de enfermagem onde as pessoas não enxergam o papel político que elas vão ter. (Estudante – 5).

acho que uma grade curricular condizente a isso e espaços para os alunos debaterem sobre essa formação política deles na sua categoria. (Estudante – 4).

Ensino, pesquisa e extensão tudo isso forma o pesquisador e é só o que a universidade proporciona na minha cabeça, de formação política eles não proporcionam muito. (Estudante – 6).

Na universidade se discute muito pouco política na enfermagem. (Estudante – 1).

A gente tem muitas disciplinas de atenção básica de explicar o que é o SUS e tudo mais e aí temos mais esse viés de formação política para exercer o controle social, mas de forma superficial, mas comparado com outras universidades que a gente conversa muito aqui na executiva que a gente é até felizando nesse sentido de ter esse curso. (Estudante – 3).

Buscando atender as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em enfermagem presentes na resolução nº 03 de 07 de novembro de 2001 e com a elaboração da política nacional de educação permanente em saúde como estratégia do sistema único de saúde (SUS) para formação e desenvolvimento de trabalhadores para o setor, por meio da portaria 198 do Ministério da Saúde de 13 de fevereiro de 2004, o próprio estado passa a considerar que a formação do profissional enfermeiro e dos demais da área da saúde, não deve se restringir a atuação técnica, mas também política e social.

O SUS no início do século passou a apresentar novas demandas e desafios a serem superados para que os princípios doutrinários e organizativos da nova política de saúde fossem de fato consolidados. O modelo de assistência sofre transformações após a reforma sanitária, cuja direção do sistema sofreu uma descentralização político-administrativa com a municipalização da saúde e hierarquização da saúde, fazendo com que o enfermeiro atue nos três níveis de atenção reforçando a necessidade de reorientação curricular com base nas novas necessidades do sistema.

Um forte movimento inicia para reorientar a formação profissional em saúde e dos profissionais já inseridos nos serviços. As diretrizes curriculares de 2001 apontam que a formação do enfermeiro tem como centralidade a formação generalista, crítico, reflexiva capaz de atender as necessidades da população dentro dos princípios do SUS.

As competências exigidas nessas diretrizes são: atuar na atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, administração e gerenciamento, educação permanente e liderança. Um enfermeiro para adquirir todas essas competências, deve ter em sua formação espaços e possibilidades para que ele possa desenvolver habilidades como o diálogo, a gestão de pessoas, a negociação, mediação e gestão, ou seja, são elementos que estão para além da tradicional formação técnica, e que hoje são essenciais para a promoção da saúde e do bom funcionamento do SUS.

No nosso entendimento, exercer a capacidade de liderança da equipe de enfermagem, ser o principal profissional responsável pela coordenação da estratégia de saúde da família no nível de atenção primária, e que tome decisões complexas requer uma formação para além da dimensão biomédica. Todo esse conjunto de competências presentes nas diretrizes dos cursos de enfermagem, perpassa pela garantia de uma formação humana que garanta as bases que sustentam a própria constituição dessa formação que é a dimensão social, cultural, política e histórica.

A temática anterior apontou que o movimento estudantil consegue preencher essa lacuna, por ser o principal espaço que garante essa formação política. Porém, os jovens em suas falas sentem que o espaço dado a essa formação nos conteúdos das disciplinas curriculares é insuficiente. Algumas disciplinas como legislação e de humanas promovem essa formação, mas de maneira superficial, que pouco contribui para uma formação de um enfermeiro crítico e reflexivo como apontam as falas abaixo:

Eu acho que não é o foco principal, eles querem formar você um enfermeiro, agora se você é um enfermeiro crítico e reflexivo para eles não cabe, eles não te dão essa oportunidade dentro da sala de aula. (Estudante - 4).

A grade curricular na verdade ela não dá uma formação política adequada para as pessoas. (Estudante – 6).

A universidade tem o papel de formar de fato as pessoas, de formar a opinião, de formar o que elas vão ser perante a sociedade, atualmente é como eu entendo como as pessoas enxergam a universidade e muito do que não se consegue fazer dentro daquele espaço da academia de melhoria, de conscientização e de politização é por que não há um interesse de fato da academia de estar transformando o pensamento. (Estudante - 5).

Nas áreas de humanas até se discute, mas na saúde é muito pouco debatido, eu acho que você pega um viés muito da assistência sabe, de você fazer o bem pra pessoas, mas não que isso vá para além, as professores falem em sala tipo, vocês precisam utilizar a universidade em todos os seus aspectos saírem daqui com uma formação que apesar de preconizar nas diretrizes curriculares no projeto político pedagógico dizer que temos que ser um profissional generalista, mas não é isso que ocorre. Na minha universidade temos até uma matéria que discutimos sobre isso, mas é meio isolado sabe, nas outras disciplinas acabamos discutindo só o conteúdo, e nada mais além do conteúdo, então acho uma formação falha, por que se você pegar uma única matéria em um curso de dez períodos e em um único período só se discutir essa formação, é falho. (Estudante - 1).

Mesmo a enfermagem tendo tradicionalmente uma formação voltada predominantemente para o uso da técnica na assistência, há uma preocupação antiga das entidades de classe como a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN) e o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) em promover uma formação política do enfermeiro. É reivindicado por essas entidades uma formação que extrapole os limites curriculares que ainda se restringem ao tecnicismo como apontam Menegaz, Backes e Amestoy (2012)

É necessária uma formação que extrapole os muros das escolas e dos serviços e caminhe ao encontro de uma compreensão do País, de sua história, desenvolvimento, potencialidades; da história da profissão, de suas lutas, conquistas e desafios; uma formação que propicie o entendimento do SUS e de sua construção histórica, que proporcione uma real compreensão do que significou e representa o surgimento do SUS para a saúde e para o povo brasileiro, de modo que mobilize os profissionais de enfermagem para construí-lo cotidianamente em seus espaços. São necessárias lideranças comprometidas com o SUS, com a Enfermagem. (p.191).

Alguns cursos de graduação ao perceberem essas transformações em curso das políticas públicas em saúde, inovaram seus currículos para atender as novas necessidades do sistema. Um exemplo de reforma curricular da prática pedagógica tradicional do modelo newtoniano/cartesiano que considerava o aluno como reproduzidor de valores morais, acrítico e

sem possibilidades de promover transformações no seu meio de atuação profissional, política e social, foi o do curso de enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A construção coletiva entre docentes e discentes, possibilitou essa transição para o modelo crítico, baseado na teoria crítica da educação, cuja metodologia passa a ser a problematizadora. (SOUSA *et al*, 2006). O perfil do enfermeiro a ser formado nesse currículo considera a dimensão política fundamental:

Ser comprometido com a vida na expressão máxima de seu potencial a partir de princípios éticos, nas dimensões técnica e política, que respeitem o ser humano no seu direito à liberdade e dignidade, desenvolvendo a tolerância no trato com as diferenças. Exercer a democracia na busca da conquista de direitos e exercício de deveres, participando como um cidadão cômico do seu papel para a sobrevivência do planeta. Enfermeiros capazes de intervir no processo gerador saúde/doença, categorizando os grupos de risco e propondo ações de atenção à saúde que resultem na melhoria do bem estar das pessoas a partir de uma atuação técnica, educativa, política e produção do conhecimento. (RIO DE JANEIRO, 2003, p.13).

Mesmo que essa transição na formação do enfermeiro orientada pelas diretrizes curriculares e pelos novos desafios impostos pelo novo sistema de atenção à saúde, e as próprias demandas da sociedade, percebe-se que há uma dificuldade em se superar o modelo tradicional, tecnicista e biomédico. Alcançar os objetivos de um modelo curricular que forme o enfermeiro para além de um profissional que execute a técnica e seja generalista, mas que também tenha inserção social, se coloca como um grande desafio da contemporaneidade. (MULATO e BUENO, 2011).

Esse perfil do enfermeiro como agente político crítico e reflexivo que proporcione transformações no campo de trabalho, na assistência e na sociedade por meio da conquista de direitos para à saúde e para os trabalhadores, se configura como um perfil a ser buscado para que o SUS possa cada vez mais ser consolidado em seus aspectos doutrinários e organizativos. (SILVA e SENA, 2006). Para os sujeitos desse estudo o atual modelo de educação ainda é tradicional, tecnicista, determinista. As falas reivindicam a superação desse modelo para currículo crítico-reflexivo que promova a formação da dimensão política do enfermeiro:

Você não discute política na sua formação para a coletividade, você muitas vezes é, entende que a enfermagem é importante que ela vai atender várias pessoas, e que você tem que atender as pessoas de maneira igualitária, mas você não se entende como um agente político pra transformar aquele espaço que você vive sabe. (Estudante – 1).



Os estudantes já são vistos como pessoas que não precisam pensar, eles não precisam discordar, eles tem que aceitar as coisas, então a universidade não trabalha para que eles não possam agir politicamente. (Estudante – 2).

No segundo ano a gente tem UBS que é unidade básica de saúde, mas unidade básica de saúde pergunta o que você vai fazer na unidade básica de saúde? Você vai tratar, você não tem lei, você sabe do programa B paulistano, você sabe como tratar diabete, a hipertensão, mas você não aprende lei, você não aprende nada, então você chega lá, você vai atrás do idoso, você vai atrás da criança, você vai na sala de vacina, você não procura a gestão de uma UBS, você não conversa com os setores, você não faz parte de uma reunião, você não faz nada disso. (Estudante – 6)

O modelo que a gente tem da reforma geral da educação é o modelo que tira toda criticidade dos estudantes, que forma os estudantes muito mais para ser mão de obra barata do que para qualquer outra coisa, tendo a educação cada vez mais voltada para educar dessa maneira que os estudantes não serem críticos e tudo mais. (Estudante – 3).

O modelo de educação serve para formar profissionais, não serve para nada, a pessoa não sai política, ela não sai crítica, ela não... eu não sei nas outras universidades, porque todas as vezes que eu vou para o encontro eu chego basicamente muito chateada com a minha universidade, mas aqui serve para formar aquele profissional que vai ou mandar ou obedecer, simples assim ele não pensa em nada, ele não quer discutir, não quer mudar, não quer transformar nada e que acha que muitas das coisas não serviram para nada. (Estudante – 6).

Para Tomaz Tadeu da Silva (2005) o desenvolvimento das teorias críticas sobre o currículo esteve em contraposição ao empirismo e pragmatismo das perspectivas tradicionais da educação, tendo a teoria social crítica ampliada. Ainda para esse autor alguns teóricos como Henry Giroux contribuíram para o debate sobre a constituição da identidade desse currículo crítico. Ainda segundo Silva (2005) Henry Giroux, vê a pedagogia por meio da noção de “política cultura”, cujo currículo constrói valores e significados sociais e culturais, não sendo apenas um reprodutor de fatos sociais e conhecimentos objetivos.

Esses significados não estão presos no nível da consciência individual, mas estão interligados a relações sociais de poder e desigualdade. São significados em disputa, impostos, mas também contestados. Não há tanta diferença para Giroux, de acordo com Silva (2005) entre o campo da cultura, e o campo da pedagogia e currículo, para ele existe uma política cultural em disputa.

Gadotti (2000) ao problematizar a educação contemporânea a partir das novas teorias e práticas, afirma que a identidade da educação nos dias atuais possui um enfoque que se deslocou da dimensão individual para a social e político-ideológico:

Seja qual for a perspectiva que a educação contemporânea tomar, uma educação voltada para o futuro será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a transformação social do que para a transmissão cultural. (p. 7).

Segundo Silva (2005) Apple analisa o currículo em termos estruturais e relacionais, cujos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais interferem na escolha do caminho epistemológico que o currículo irá seguir. A preocupação desse autor não é com a validade científica do conhecimento implantado no currículo, e nem qual é a perspectiva verdadeira, mas qual conhecimento é considerado verdadeiro, ou seja, por que certos conhecimentos são considerados legítimos em detrimento de outros.

Já discutimos que nos modelos tradicionais de currículo o conhecimento é dado como fato consumado, inquestionável, não indo além de critérios epistemológicos de validade e falsidade quando há questionamento. A preocupação desse currículo se restringe a como organiza-lo tecnicamente para atender uma demanda cultural hegemônica. Dessa forma a perspectiva política de currículo formulada por Apple se preocupa mais com o sentido do “por quê”:

Por que esses conhecimentos e não outros? Por que esses conhecimentos são considerados importantes e não outros? E para evitar que esse “por que” seja respondido simplesmente por critérios de verdade e falsidade, é extremamente importante perguntar: “Trata-se do conhecimento de quem?” Quais interesses guiam a seleção desse conhecimento particular? Quais são as relações de poder envolvidos no processo de seleção que resultou nesse currículo particular? (SILVA, 2005, p. 47).

A construção do conhecimento nos conteúdos, não é uma construção individual, mas coletiva. Todos os sujeitos envolvidos que vivenciam a experiência do processo ensino-aprendizagem, detém o acúmulo da riqueza dos saberes construídos e partilhados. Portanto o currículo institucionalizado deve ser pactuado entre todos esses atores que vivenciaram esse acúmulo de práticas e saberes. Ainda para Silva (2005), Paulo Freire em a Pedagogia do Oprimido, acredita que o conteúdo programático dos currículos:

[...] Não é uma doação ou imposição, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este entregou de forma desestruturada. O que ele destaca é a participação dos educandos nas várias etapas da construção desse “currículo programático”. Numa operação visivelmente curricular, ele fala em escolha do “conteúdo programático”, que deve ser feita em conjunto pelo educador e pelos educandos. Esse conteúdo programático deve ser buscado, conjuntamente,

naquela realidade, naquele mundo que segundo Freire, constitui o objeto do conhecimento intersubjetivo. (p. 61).

Mesmo que o currículo seja crítico-reflexivo orientado por meio da proposta freiriana problematizadora, a prática pedagógica docente ainda apresenta resquícios da velha “educação bancária”, cujo currículo é tradicional, tecnicista, no qual o educando é considerado um sujeito acrítico e passivo no seu próprio processo de ensino aprendizagem, e o professor é centro da construção do conhecimento. Para Gatti (2010), mesmo com a formulação de políticas públicas para a formação de professores, na prática ainda prevalece o modelo tradicional consagrado no século passado:

Mesmo com ajustes parciais em razão das novas diretrizes, verifica-se nas licenciaturas dos professores especialistas a prevalência da histórica ideia de oferecimento de formação com foco na área disciplinar específica, com pequeno espaço para a formação pedagógica. Adentramos o século XXI em uma condição de formação de professores nas áreas disciplinares em que, mesmo com as orientações mais integradoras quanto à relação “formação disciplinar/formação para a docência”, na prática ainda se verifica a prevalência do modelo consagrado no início do século XX para essas licenciaturas. (p.1357).

Para Pimenta (1997) a compreensão das teorias da reprodução do conhecimento da década de 70 e 80 que serviram para explicar o fracasso escolar, não são suficientes para compreender as mediações que sustentaram as desigualdades nas práticas pedagógicas representadas nas ações reproduzidas pelos docentes, alunos e dos pais, em decorrência do funcionamento das instituições escolares, dos sistemas de ensino, das políticas curriculares e das “inovações” educativas.

Em outras palavras, compreender de forma problematizadora o conceito de educação bancária, tão somente, não consegue sozinho garantir com que os professores no seu processo de formação docente, transforme suas práticas pedagógicas em uma forma mais problematizadora e transformadora.

Para Gatti (2010), um dos principais problemas na formação docente, está no número reduzido de disciplinas teóricas da área da educação como didática, psicologia da educação e filosofia da educação, e um número elevado de disciplinas consideradas conteudistas que normalmente estão dissociadas de qualquer discussão filosófica e sociológica. Mesmo com a existência dessas disciplinas no currículo, há um pequeno espaço para que elas sejam aplicadas, e que na verdade, estas são mais teóricas do que práticas, devendo haver um

equilíbrio entre a ação e reflexão. Nesse sentido, sem um eixo formador concreto e objetivo para a docência, entende-se que essa formação seja pulverizada, indicando uma frágil preparação para exercer o magistério na educação.

As falas dos jovens deste estudo apontam fragilidades nessa formação docente, na qual, alguns professores não tem a habilidade de mediar uma discussão, ou de estimular com que o aluno reflita de forma crítica sobre um tema social importante, apesar de que muitos conseguem ter uma prática pedagógica problematizadora estimulando a criticidade e consequentemente a dimensão da cultura política:

Eu acho que a gente tem uma grande oportunidade de conseguir essa formação política, independente do que você aprende na sala de aula, por que dentro da sala de aula você fica meio que, pelo modelo de ensino que você tem hoje, você fica na dependência de um professor trazer um questionamento, dele ter ou não uma formação política, e você a partir do que ele fala aprender alguma coisa. As professoras da minha universidade de algumas disciplinas são bem politizadas, e elas trazem essa política tanto para as pesquisas que elas realizam quanto para a sala de aula. Só que tem professoras que não, você aprende aquilo, é aquilo e acabou, ela entra na sala de aula, fala sobre a disciplina e quando acaba o conteúdo, acabou o conteúdo e não há agregação de mais nada além daquilo. Depende do professor. (Estudante - 1).

É que a gente tem um grande problema de formação política dentro do bloco, eles fazem o máximo que eles podem, são professores específicos, são professores que entendem e que sabem a importância disso, eles tentam fazer com que você se mexa, não é todo mundo que se mexe, mas eles fazem o papel dele, eu avalio que não tem mais o que fazer por que a sala é limitada. (Estudante - 4).

Os professores têm muita influencia sobre os alunos só que eles não usam isso da maneira que deveria ser usado, eles não usam isso para formar alunos que vão ser pessoas politizadas, que vão fazer transformação de fato, eles estão formando pessoas dentro da universidade para dar sequência ao trabalho que eles fazem. (Estudante - 5).

Então na verdade existem até algumas disciplinas que os professores discutem isso, mas as disciplinas são no segundo ano, o que eu acho que não devia acontecer só no segundo ano, é só uma disciplina no segundo ano e é uma professora que tem o pensamento todo diferenciado. (Estudante - 6).

Alguns professores que se esforçam em promover essa formação política por meio da reflexão crítica esbarram, em alguns casos, na própria ausência de uma formação básica, por parte dos alunos, em filosofia e sociologia, que às vezes desvalorizam disciplinas voltadas para as ciências humanas por não achar que há nexos com a área da saúde, cuja cultura é mais técnica e biomédica. Em outros casos, alguns professores tem medo e receio de falar sobre política na sala de aula, por achar que instigar de forma crítica o aluno, pode ajudar a enxergar

problemas dentro da universidade, o que uma aluna caracterizou como uma herança da “formação da ditadura”, na qual era proibido promover o ensino de conteúdos voltados para as ciências humanas. Essa herança parece estar presente, uma vez que em uma fala, identifica um professor que promove essa formação e é tratado como uma “ovelha negra” dentro da faculdade. Em outros casos, simplesmente o professor depende da ementa curricular para fazer essa discussão:

Eu entendo o lado deles, é contraditório mas você não pode fazer muita coisa, por exemplo, você tem uma classe com 30 alunos você levanta um debate e que 2 vão conseguir debater e o resto da sala não, então você vai ficar forçando eles a uma coisa que eles acham que não tem nexo, pois a maioria não tem conhecimento e formação nenhuma política como você vai debater com uma sala onde 2 tem propriedade para falar de alguma coisa. (Estudante - 4).

Por que eu acho que eles ainda vem com uma formação da ditadura sabe, aquela coisa de não falar sobre política, no caso de você falar sobre política você é comunista, se você fala sobre política você é chato [...] Então os professores quando vão pra sala de aula, eles também tem medo de falar sobre política, por que os alunos de uma maneira geral, não gostam de ouvir sobre isso por que é aquela coisa de revolucionário que você vai fazer ato, quebrar tudo, e os professores não falam e a formação deles também não foi essa, eles vem de uma formação de qualquer coisa que você reclame, que você seja contrário que você fala, você quer fazer revolução, quer acabar com a harmonia social, no Brasil tem muito disso, você tem que ser pacífico tem que ser calmo, não pode reclamar você tem que aceitar. (Estudante - 1).

Sim, tem professores que ensinam, mas são conhecidos como a ovelha negra, por exemplo, existe um sistema onde temos a direção a coordenação e os professores, eles seguem o ritmo deles, eles debatem em reunião de departamento, tem aqueles professores que querem a melhoria dos estudos para os alunos, só que tem aquele grupo que o jeito mais fácil de trabalhar é seguir a ementa e pronto e acabou, são vistos como ovelhas negras por que eles ficam discutindo formas de intervir para melhoria para os alunos, quando eles veem que não conseguem eles falam para os alunos, já aconteceu de professor falar que está acontecendo isso, isso e isso na reunião de departamento eles vão mexer em grade curricular, eles não avisaram vocês eu falei para avisar e ninguém quer avisar, pois eu mesmo tomei a iniciativa de avisar e vocês se mexam. Então ele está fazendo a parte dele, o que ele pode fazer. (Estudante - 4).

Os professores seguem a ementa da faculdade, é raro o professor sair um pouco e falar, dar um pouco de espaço, é raro só que acontece obvio que acontece. (Estudante - 4).

Uma proposta pedagógica que supere o dilema existente entre as tendências tradicionais e contemporâneas, e que ao mesmo tempo busque um equilíbrio entre a teoria e a prática, assim como a relação aluno-professor, na qual ambos são importantes no processo

ensino-aprendizagem, requer um esforço conjunto entre todos os atores envolvidos nesse processo, e as próprias instituições que promovem essa formação.

Mas para não deixarmos uma lacuna nesta temática, já apresentamos alguns apontamentos críticos quanto as teorias do currículo e da formação de professores, sendo mais uma reflexão nessa perspectiva, porém no contexto da formação do enfermeiro.

Assim como apontamos o método problematizador de Paulo Freire, que já vem sendo aplicado nos currículos dos cursos de graduação de enfermagem, importa fazer uma reflexão quanto a proposta da pedagogia histórico-crítica de Saviane (2008), que propõe a captação da realidade em totalidade, cujos elementos são contraditórios e se contrapõem entre si, em um movimento dinâmico em que o conflito faz parte desse processo. O método estimula o desenvolvimento das atividades entre o professor e o aluno de forma conjunta propondo nessa perspectiva:

[...] o diálogo dos alunos entre si e com o professor, sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente, levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos (SAVIANI, 2008, p. 69).

A busca por uma proposta pedagógica que proporcione ao enfermeiro, uma formação capaz de promover mudanças e transformações estruturais na sociedade, é um desafio contínuo. As falas dos sujeitos desse estudo geraram a necessidade de se buscar as bases filosóficas da teoria crítica do currículo e da educação, alinhado com referenciais teóricos que discutem a formação do enfermeiro nessa perspectiva. A busca por esse perfil generalista, crítica e reflexivo, reflete o desejo por este currículo nos cursos de graduação que tem cada vez mais buscado a formação de um enfermeiro cidadão comprometido com os desafios sociais, culturais e políticos da contemporaneidade. (SOUZA, *et al*, 2006).

### **5.3.3. Formação política para representatividade e o controle social em saúde: O aprender fazendo nas relações de poder presentes nos processos de disputa institucional**

A temática formação política para o controle social em saúde se refere aos sentidos que os jovens deste estudo atribuem a forma como o processo dessa formação contribui para

que haja uma participação política cidadã nos espaços de controle social como, os sindicatos, os conselhos universitários e os conselhos de saúde. Nesta temática os estudantes consideram a participação política importante nas esferas de decisão dos referidos espaços de representatividade institucional, pois dentro do contexto do SUS, uma das leis orgânicas de saúde, a 8142 de dezembro de 1990, dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do sistema de saúde.

Essa participação é muito debatida nos conteúdos dos cursos de graduação da área da saúde, uma vez que foi uma conquista do movimento pela reforma sanitária da década de 80 que teve de forma decisiva a participação da comunidade na criação do SUS. Hoje essa participação ocorre por meio das instâncias colegiadas que são as conferências de saúde e os conselhos municipais, estaduais e nacional de saúde, que garantem a formulação de políticas públicas formulando estratégias de controle da execução nas instâncias correspondentes, inclusive nos aspectos financeiros e econômicos. A composição dessas instâncias se dá de forma paritária, participando os representantes dos trabalhadores, dos gestores, dos prestadores de serviço e dos usuários do SUS. (BRASIL, 1990).

Dessa forma, a representatividade desde os colegiados de faculdades de curso, até os conselhos superiores universitários são vistos como espaços fundamentais para que a juventude exerça a sua cidadania participativa nas decisões políticas que são tomadas nestes espaços. Não há como silenciar a discussão do controle social na área da saúde, pois o SUS enquanto política de estado, para garantir com que a união repasse os recursos para os municípios, é obrigatório a existência do conselho municipal de saúde com suas respectivas representações paritárias.

As imagens e sentidos simbólicos representadas por esses jovens quanto a forma que é discutido o tema controle social nos conteúdos dos cursos, apontam que esta realidade é distante da juventude. Ao mesmo tempo, essa discussão se encerra na composição e existência da representatividade em si; os conflitos, as tensões e contradições dos processos de disputa desse espaço de poder, são silenciadas, fazendo com que a juventude não tenha dimensão do que ocorre nos bastidores do controle social.

A juventude só consegue aprender o que é um controle social, participando, ou como ouvinte, ou como membro de um desses conselhos, mas isso só é conseguido se este estudante integrarem centros acadêmicos ou de uma organização do movimento estudantil. As falas abaixo reforçam esta assertiva:

Na universidade isso não é ensinado, a gente aprende isso quando vai para o centro acadêmico, aí a gente entende que existe representante discente que naquele departamento tem uma representação em colegiado em plenária, nesses espaços, você só vai aprender isso se participar de um centro acadêmico. (Estudante – 1)

Tem muitas disciplinas de atenção básica de explicar o que é o SUS e tudo mais e aí temos mais esse viés de formação política para exercer o controle. O viés do nosso curso é muito mais de entender que a atenção básica é a base de tudo é o nível de saúde mais importante, mas não chega a esse nível de consciência até por que todos os conselhos de saúde são indicação da prefeitura seja ela de esquerda ou de direita e não existe uma grande participação da sociedade e da população em geral cearense em conselhos de saúde a gente não tem um fórum forte como o fórum popular de saúde em São Paulo a gente não tem essa cultura, a única coisa que a gente tem de perspectiva de movimento de saúde que tenta ser popular e nem é, por que é muito mais profissionais, é a frente de defesa ao SUS e contra privatização. (Estudante – 3).

Na minha universidade eles falam que existe o controle social que a população tem direito a voto e a voz dentro dos conselhos, dizem para os alunos que eles também podem fazer parte daqueles conselhos, parece que é uma coisa muito distante dos estudantes participar de alguma maneira do controle social, não se põe nem o estudante enquanto cidadão indo lutar pela melhoria, não tem nenhum estímulo para que ele vá atrás disso. É falado muito pouco, só nas cadeiras de saúde coletiva e saúde comunitária que falam mais do controle social, mas fora isso parece que só o profissional com uma formação maior, mais graduado que sabe, que manda e que pode e que faz tudo. (Estudante – 5).

Primeiramente o que vem a mente quando a gente fala de formação política acredito que na minha universidade é representatividade o que é errado, na minha concepção é errado mas na UNIFESP quando a gente fala de formação política a gente só fala de representatividade dos estudantes. (Estudante – 6).

Retornamos ao mesmo dilema de que os jovens são tratados como indivíduos desprovidos de maturidade e responsabilidade ao ponto de ter que ocupar uma cadeira que lhe dê o poder de representar um grupo e tomar uma decisão que vá interferir diretamente no destino de uma política de saúde. Porém dentro do contexto institucional do SUS, silenciar essa discussão e não incentivar a participação social para fortalecer o sistema, é reforçar uma prática pedagógica que vai de encontro que está estabelecido na lei da participação comunitária, 8142/90, na portaria 399 de 22 de fevereiro de 2006 que estabelece o pacto em defesa do SUS por meio do incentivo a mobilização social e participação da comunidade, e, sobretudo das diretrizes curriculares da graduação em enfermagem, que orienta que a formação do enfermeiro deve ser para atuar no SUS que é regido por essas políticas.

O pacto em defesa do SUS (BRASIL, 2006, p. 15-16) tem como iniciativas e ações:



- a) Repolitização da saúde, como um movimento que retoma a Reforma Sanitária Brasileira aproximando-a dos desafios atuais do SUS;
- b) Promoção da Cidadania como estratégia de mobilização social tendo a questão da saúde como um direito;
- c) Articulação e apoio à mobilização social pela promoção e desenvolvimento da cidadania, tendo a questão da saúde como um direito;
- d) Estabelecimento de diálogo com a sociedade, além dos limites institucionais do SUS;
- e) Ampliação e fortalecimento das relações com os movimentos sociais, em especial os que lutam pelos direitos da saúde e cidadania;

Para Campos (2014), apesar do contexto desfavorável aos movimentos sociais da saúde, verificou-se que o SUS ao gerar empregos e promover um lugar institucional para que os trabalhadores construíssem sentidos e significados em suas vidas, possibilitou a combinação do trabalho regular com a militância social desses sujeitos. Algumas políticas públicas e programas do SUS funcionam como se fossem “ONGs autônomas”, que atraem idealistas e até mesmo trabalhadores sem vínculo histórico com os movimentos sociais, garantindo a sobrevivência material e a convivência social. Nos últimos 20 anos de criação do sistema, programas de DST/ AIDS, de saúde mental, de promoção da saúde e de humanização, de saúde da família e de saúde ambiental, se transformaram em espaços de ativismo social e político, tanto para a sociedade civil quanto para os próprios profissionais.

Portanto, no mundo do trabalho em saúde no contexto do SUS, o enfermeiro é um dos principais protagonistas na execução das políticas de saúde, portanto, deve ter em sua formação uma crítica teórica, buscando não somente a cobertura assistencial, mas também a recomposição dos paradigmas tradicionais de se fazer gestão na atenção em saúde e da própria medicina. Consolidar um desenho organizacional pensado no movimento de reforma sanitária que foi institucionalizado como as redes de atenção preventiva e clínica, responsabilidade sanitária em suas distribuições em bases territoriais, e a hierarquia tendo a atenção básica como porta de entrada e o principal nível de atenção à saúde, requer um esforço conjunto que deve iniciar no processo de formação desse profissional que vai atuar no SUS. (CAMPOS, 2014).

Para Zucco e Cavalcanti (2002):

O sucesso da política de descentralização e da prática participativa exigida pelo SUS vai depender, entre outros aspectos, da vontade e do poder de pressão dos atores envolvidos no sentido de promovê-la. Também, para que o processo participativo se efetive, outro item de fundamental importância é o acesso à informação pelos usuários do sistema, ponto de estrangulamento da política de democratização. Cabe enfatizar que não apenas se deve fazer chegar ao usuário a informação, mas sensibiliza-lo e motivá-lo a participar, aproximando-o da gestão. (p. 287).

Para Cortes (2002) os conselhos e conferências de saúde têm sido espaços públicos nos quais os interesses dos representantes dos setores populares da comunidade, dos movimentos sociais e de outras entidades da sociedade civil organizada, são representados, cujos sujeitos dessas organizações têm participado das tomadas de decisão política que ocorrem nesses conselhos.

Ainda para Cortes (2002) podemos configurar os determinantes da participação dos representantes da sociedade civil nestes conselhos e fóruns da seguinte maneira: a) mudanças que ocorreram na estrutura institucional do sistema brasileiro de saúde após a reforma sanitária na década de 80; b) organização dos movimentos populares como ONGs, sindicatos e associações de bairro; c) aproximação entre profissionais da saúde e lideranças populares e sindicais; d) mudança institucional e política na posição das autoridades federais, estaduais e municipais de saúde quanto a participação política da sociedade civil; e) Dinâmica de funcionamento dos fóruns e conferências de saúde. (CORTES, 2002).

Todas essas determinantes sofrem influência uma da outra compondo um todo indissociável, conflituoso e contraditório no sentido de ser um espaço de exercício de poder, e de disputa. Os dois primeiros fatores determinantes são os mais importantes, pois os conselhos e conferências não existiriam se não tivesse ocorrido a mudança institucional impulsionada pela reforma sanitária; e só é possível garantir a manutenção da participação política da comunidade se a sociedade civil continuar se organizando em suas entidades tais como os sindicatos, conselhos representativos de categoria profissional, associações de bairros, ONGs e as entidades do movimento estudantil que também constroem estes espaços. (CORTES, 2002).

O padrão dos movimentos sociais influencia a forma como os usuários e os trabalhadores se envolvem nas atividades dos conselhos e das conferências de saúde. Se o representante tiver um perfil centralizador, a tendência é que ele se envolva mais com as

atividades burocráticas dos conselhos e das conferências, podendo até mesmo de forma oportunista aproveitar a cadeira para benefício próprio, conseguindo privilégios e regalias para atender aos interesses que não sejam dos sujeitos que ele está representando. Se a sua postura for mais descentralizada, esse representante irá chegar até os usuários e trabalhadores nas associações de moradores, clube de mães, entidades sindicais e de outros movimentos sociais para consultar a vontade soberana dos sujeitos que este representa antes de tomar uma posição política. (CORTES, 2002).

Porém, garantir a participação de representantes legítimos, livres, independentes e autônomos dos movimentos populares e sindical, sem interferência política externa de prefeitos, vereadores, secretários de saúde e prestadoras de serviço, se configura como um grande desafio na garantia da soberania popular e independência política dessas organizações. Nos casos em que os representantes dos trabalhadores e dos usuários tem autonomia política, pode ocorrer a resistência das autoridades municipais em relação a essa participação, por ir de encontro contra os interesses políticos dos partidos que estão a frente desse poder. Mesmo assim a participação cidadã é garantida quando os movimentos sociais estão bem articulados e organizados, cuja pressão proporciona o recuo das forças políticas que querem manter ou possuir um poder hegemônico a frente do conselho e das conferências. (CORTES, 2002).

Para Gadotti (2008) o conceito de cidadania, mesmo tendo uma origem liberal, hoje é considerado complexo, pois com a ampliação dos direitos nasce uma concepção mais ampla de cidadania. Existe uma concepção que considera o cidadão aquele que tem acesso aos bens de consumo, que devem ser protegidos pelo direito de defesa do consumidor, por outro lado, há uma concepção plena, que se expressa na mobilização da sociedade para a conquista de direitos e na participação direta na gestão da esfera pública. Esta prática tem ocorrido no nível local nos fóruns, conferências e conselhos, o que tem ajudado na consolidação da constituição de uma democracia participativa, superando os limites estreitos da democracia representativa. Ainda para Gadotti (2008), a educação apresenta um lugar privilegiado enquanto ferramenta para a construção de uma escola cidadão que segundo este:

A educação para e pela cidadania, como movimento da própria sociedade, é mais amplo do que o ensino e a própria escola. Contudo, vou me ater à escola, como *lócus* principal da educação, e à escola cidadã, em particular, pelo seu caráter histórico exemplar como expressão de uma educação para a cidadania. Se buscarmos nas práticas da educação de hoje no Brasil por uma alternativa para a construção de uma sociedade sustentável, certamente aparecerá em primeiro plano a escola cidadã. (GADOTT, 2008, p. 69).

No universo da juventude universitária de movimentos estudantis de enfermagem, mesmo ocorrendo a presença obrigatória nos conteúdos das atividades curriculares e disciplinas, quanto ao ensino do controle social em saúde e da participação cidadã, contraditoriamente, a universidade tenta esvaziar a garantia da participação política dos estudantes nos conselhos dentro da instituição.

Assim, como as autoridades municipais tentam desarticular os usuários e trabalhadores da saúde tentando cooptá-los ou impedir sua participação autônoma, o mesmo ocorre dentro do espaço universitário. Isso se justifica, pois dentro dos conselhos são tomadas posições políticas que possuem interesses de grupos distintos. E qualquer oposição a essas decisões, irá gerar por si só conflitos, tensões e discordâncias que são tratadas como ameaças ao poder hegemônico institucional do grupo que governa este espaço.

As posições políticas da juventude comumente chegam a ser rotuladas como ideológicas panfletárias e vazias de ideia. As falas abaixo trazem os sentidos que os jovens atribuem as disputas que ocorrem dentro da universidade, e ao esvaziamento da participação política da juventude:

É o privilégio do poder, é a questão de achar que quanto mais eu estudo mais eu sei e se uma pessoa que não estudou o mesmo que eu não, tem um terço do conhecimento e da sabedoria que eu tenho, é manutenção de privilegio de não querer que uma pessoa tenha direito de expor sua opinião, de expor seu pensamento por que pode ser uma coisa e aquela pessoa pode ate ter uma sabedoria maior que a minha em um determinado assunto e eu não quero que um aluno saiba mais do que eu enquanto professor. Na minha universidade tudo funciona no sistema 70-15-15, então é 70% professores, 15% técnicos e 15% por cento alunos e é assim dentro da formação do departamento e dos conselhos universitários, então tem 70% de peso o voto dos professores e dos técnicos administrativos e alunos tem 15% e a representação também é assim nessa divisão, sei lá, são 40 professores em um departamento e é um aluno a cada 8 professores, então é ter 40 professores e 5 alunos. (Estudante – 5).

Bom eu vou falar pela minha universidade, a gente é tonido em vários momentos de participar desses espaços, eu não vejo um incentivo grande a participação, pelo contrário assim o que a gente encontrou nos conselhos que existem a pouca voz acadêmico, assim você tem um conselho com 50 pessoas, são 45 professores e 5 estudantes e isso sendo que a proporção não é essa na universidade, então eu acho que é isso que eu falei desde o inicio, é a logica da universidade faz com que ela entenda que o estudante não precisa questionar, ele tem que tá ali tudo bem, a gente garante a participação aqui só para dizer que tem um estudante, mas na pratica, na pratica o peso que ele tem na universidade não é contemplado nesses conselhos. (Estudante – 2).

Isso é visto na universidade como algo muito ideológico. (Estudante – 3)

Para Chauí (1980) as sociedades modernas ocidentais são orientadas pelos valores positivistas que afirmam que o poder pertence a quem possui saber. A noção de ideologia para o positivismo considera todo o conhecimento pré-concebido como vulgar, subjetivo, individual e sem qualquer validade, que não segue as regras do método sociológico, como a neutralidade científica e o fato social isolado como um dado para ser investigado, experimentado, refutado e comprovado cientificamente. Essa concepção para Chauí (1980) é, ela própria, ideológica, pois:

Se examinarmos o significado final dessas conseqüências, perceberemos que nelas se acha implícita a afirmação de que o poder pertence a quem possui o saber. Por este motivo, o positivismo declara que uma sociedade ordenada e progressista deve ser dirigida pelos que possuem o espírito científico, de sorte que a política é um direito dos sábios, e sua aplicação, uma tarefa de técnicos ou administradores competentes. Em uma palavra, o positivismo anuncia, no século XIX, o advento da tecnocracia, que se efetiva no século XX. (p.12).

No campo das representações sociais podemos inferir que estes jovens de movimentos estudantis de enfermagem inseridos nas relações educativas de confronto de saberes, construíram sentidos e significados que atribuem a disputa política da esfera pública, como um espaço hegemônico do exercício de poder de quem se considera mais sábio para tomar as decisões institucionais.

A disputa pode ser saudável quando as relações são republicanas e as diferenças se encerram no campo das ideias, cujo princípio do diálogo e da colaboração institucional garante uma relação pacífica e harmoniosa entre todas as tendências, possibilitando a construção do bem comum com base na negociação e bom senso. Porém, por vezes podem ocorrer relações conflituosas, que esvaziam essa participação política da juventude, negando o diálogo e a negociação, promovendo uma relação de poder que alimenta a disputa e as tensões entre as tendências e grupos políticos, cristalizando o entendimento de que o exercício do poder na sociedade brasileira é autoritário.

Para Chauí (1995) no Brasil, em determinados momentos históricos atravessamos por fases de autoritarismo, visto como um fato que se refere ao regime político e ao modo de funcionamento do estado, cujo autoritarismo ditatorial não se configura culturalmente, apenas como uma forma de governo, mas também da própria estrutura da sociedade brasileira que é visceralmente autoritária. Dessa forma ainda para esta autora:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravocrata, a sociedade brasileira é fortemente hierarquizada: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações, entre os que se julgam iguais, são de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, do clientelismo, da tutela ou da cooptação, e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma da opressão. Em suma: micropoderes capitalizam o autoritarismo em toda a sociedade: na família, na escola, nas relações amorosas, no trabalho, na *mass media*, no comportamento social nas ruas, no tratamento dado aos cidadãos pela burocracia estatal, no desprezo do mercado pelos direitos do consumidor, na naturalidade da violência policial etc. (CHAUÍ, 1995, P. 74-75).

Mesmo a universidade, em alguns casos, tentando esvaziar essa participação, silenciando a discussão da composição dos conselhos universitários, o discurso do controle social se torna diferente quando a participação é para fora da universidade dentro dos conselhos de saúde e nos sindicatos. Alguns professores incentivam e são sensíveis quanto a importância dos futuros trabalhadores enfermeiros se organizarem nos sindicatos e conselhos de classe, pois somente nestes lugares é possível mobilizar a categoria e garantir cadeiras em conselhos de saúde, e espaços em mesas de negociação com a patronal e os governos. Dessa forma, a participação política para fora do espaço universitário dentro da categoria é considerada fundamental para que hajam conquistas de direitos para os enfermeiros como expressa uma fala abaixo:

É muito discutido o sindical é bem mais sindical do que uma coisa maior, por que a gente imagina assim sendo totalmente realista a grande dificuldade da classe do enfermeiro hoje é se organizar, se essa é a falha é nisso que eles estão trabalhando, sempre é tudo voltado a categoria, nada é a vamos nos inserir na sociedade, não eles querem que a gente trabalhe a categoria firme a categoria para ai sim intervir na sociedade por meio de melhorar a saúde daquela população. Na aula de legislação é muito focado la para gente se auto organizar como estudantes para exigir alguma coisa dessa parte sindical, por isso que a gente discute muito sindical. (Estudante – 4).

Dentro do que foi apresentado nesta temática quanto a importância da participação política da juventude, e do futuro profissional enfermeiro nos conselhos de saúde e conferências como representante ou dos usuários ou trabalhadores em saúde, consideramos o movimento estudantil como espaço pedagógico de exercício da cidadania, que para Souza (2006):

Compreender as relações sociais do movimento social que geram educação é fundamental para visualizar as possibilidades que a sociedade civil têm construído nas últimas décadas. Ainda que no contexto do ideário neoliberal as relações da sociedade civil e estado tenham sido encaminhadas na direção do “enxugamento do estado via parceriais”, não podemos negar que as parcerias geram, no espaço público, um processo de negociação e de aprendizagem acerca do campo da política. É a pedagogia do movimento social produzindo conhecimentos culturais, sociais e políticos e, demandando processos de apropriação daqueles conhecimentos sistematizados historicamente. (p.10).

Segundo Arroyo (2003) os movimentos sociais instigam a pensarmos essas relações e também as posturas das pedagogias progressistas. Mas para que ocorra esse aprendizado, é preciso estar conectado em sintonia com esses movimentos, aprender com eles. Vivenciar essas experiências de educação não escolar ou não formal têm efeitos de aprendizados. Até se considera e é aceito que tem saberes e lógicas racionais na lógica pensar-se e pensar real no interior desse movimentos. Mas os sujeitos desses espaços ainda são vistos como crianças ou adolescentes que também tem saberes e até lógicas diferentes de pensar, porém distantes do saber e das formas racionalmente determinadas na forma como o conhecimento é construído e legitimado. A juventude constrói suas representações sociais por meio do acúmulo de práticas que o senso comum desses espaços partilha. Dessa forma Arroyo (2003) considera que:

Diante das análises e opções que os coletivos em movimento assumem o discurso pedagógico já reconhece que há uma lógica do senso comum, que o povo busca o conhecimento, se orienta pela evidência, raciocina, deduz e adapta suas condutas ao ambiente. Defende suas crenças como consistentes, constrói explicações que lhe orientam. Alguns grupos serão mais coerentes do que outros, mas todos acumularam esses saberes e essas formas de pensar. (p.45)

Nessa perspectiva apreendemos que as representações sociais desses jovens de movimentos estudantis de enfermagem sobre a formação política, se constituem com base em saberes construídos no senso comum, que se orientam pelos valores, princípios e crenças compartilhados nas práticas e vivências desse movimento social. Os sentidos atribuídos a participação política expressam a ideia de que a democracia e a cidadania devem ser exercida para além da representação institucional. O caráter participativo cívico no universo consensual desses sujeitos é considerado como o eixo que norteia suas práticas sociais de intervenção na esfera pública dos espaços de disputa institucional.

#### 5.4. Objetivações e ancoragens das representações sociais de jovens de movimentos estudantis de enfermagem

Nesta seção apresentamos as dimensões das objetivações e ancoragens de jovens de movimentos estudantis de enfermagem sobre a formação política que foi organizada a partir das temáticas de análise. A constituição das representações sociais assinalam as imagens e sentidos consensuais que os jovens atribuem à formação política. O conteúdo dessas dimensões tem por finalidade desvelar os processos envolvidos na construção e apreensão dessas representações.

As imagens e sentidos que constituem as objetivações e ancoragens das representações sociais desses jovens sobre a formação política, apresentam conteúdos que se relacionam ao significado da organização política, das implicações na formação do enfermeiro e da participação política.

O quadro 10 apresenta a síntese dos conteúdos das objetivações e ancoragens do objeto de estudo que irão constituir as representações sociais dos sujeitos pesquisados:

#### Quadro 10 – Síntese das dimensões das representações sociais de jovens sobre a formação política

<b>Dimensões das representações sociais</b>	<b>Objetivações</b>	<b>Ancoragens</b>
<b>Dimensão da organização política</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Movimento estudantil</li> <li>• Centros acadêmicos</li> <li>• Coletivos</li> <li>• Diretórios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaços de formação política</li> <li>• Processos políticos</li> <li>• Encontros, reuniões e congressos</li> </ul>
<b>Dimensão das implicações na formação do enfermeiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade</li> <li>• Modelo de educação</li> <li>• Currículo</li> <li>• Sala de aula</li> <li>• Professor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação crítica do enfermeiro</li> <li>• Formação docente</li> <li>• Formação política</li> <li>• Formação tecnicista-tradicional</li> </ul>
<b>Dimensão da participação política</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Controle social em saúde</li> <li>• Representatividade</li> <li>• Participação política</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esvaziamento da participação política</li> <li>• Disputa institucional</li> <li>• Privilégio de poder</li> </ul>



- |  |                        |  |
|--|------------------------|--|
|  | • Organização sindical |  |
|--|------------------------|--|

Fonte: produzido pelo pesquisador, 2016.

#### **5.4.1. Organização política (Movimento estudantil, Centros acadêmicos, coletivos)**

O debate sobre a dimensão da organização política no contexto da formação política desses jovens busca refletir sobre os conceitos e significados que são partilhados e construídos no núcleo da organização política, no qual ocorre essa formação. Todos os sujeitos desse estudo afirmaram que quando pensam em formação política, a imagem que se constrói na atividade mental é representada pelos centros acadêmicos, movimento estudantil e os coletivos juvenis.

Esses jovens quando adentram no universo universitário, normalmente eles chegam a ter o primeiro contato com o movimento estudantil ainda nos processos de estabelecimento do vínculo institucional com o ambiente acadêmico. Os centros acadêmicos e o movimento estudantil se organizam para recepcioná-los, e apresentar a universidade nas semanas dos calouros, e nas orientações acadêmicas que são construídas em conjunto com a instituição.

Nem todos os estudantes se interessam em participar da vida política da universidade, pois estes trazem consigo uma cultura educacional pautada na avaliação das atividades curriculares, cuja preocupação imposta à juventude, é se escolarizar para ter uma profissão. Dessa forma, a identidade juvenil que como aponta Abramovay (2015), possui uma diversidade que não é valorizada pelas instituições educacionais, cujos currículos, só reconhecem a identidade desse jovem enquanto um ser dotado de obrigações acadêmicas, ou seja, um aluno a cumprir com as avaliações.

O movimento estudantil tenta quebrar essa cultura, mostrando para a juventude que a universidade é um espaço que você tem duas opções enquanto estiver nesse ambiente se escolarizando. O estudante pode optar por ser um excelente aluno, dentro do que é cobrado no currículo, cumprindo com a frequência, os trabalhos e as avaliações tirando boas notas, tendo como rotina, o ir e vir para dentro da sala de aula e os ambientes práticos. Esse aluno está passando pela universidade.

Por outro lado, esse jovem pode ter como opção romper com essa cultura que não incentiva a participação, se envolvendo com a extensão universitário, com os grupos de pesquisa, com a iniciação científica e também com os deveres políticos, participando das assembleias estudantis, das reuniões dos conselhos de representantes de turma, dos colegiados de curso, do conselho superior universitário, e dos espaços de debate e discussão política promovidos pelo movimento estudantil. O estudante que tem essa opção podemos inferir que este viveu de forma intensa a universidade, pois participou e ajudou a construir a vida acadêmica em um lugar melhor de se sociabilizar.

São duas dimensões diferentes, uma mais individual, e outra mais coletiva e participativa. A universidade por ser um espaço privilegiado que tem autonomia política, administrativa, financeira e científica garantido no artigo 207 da constituição de 1988, consegue romper com a lógica neoliberal de fragmentação e reprodução da individualização, por reconhecer e garantir a organização das diversas expressões que constituem esse espaço acadêmico desde a diversidade dos grupos de pesquisa que constroem conhecimento científico, o movimento estudantil e sindical, os movimentos artísticos e culturais que constroem e partilham saberes, experiências e práticas etc.

Enfim, a universidade é um espaço em que é possível construir a nossa identidade cidadã, e os sentidos que os jovens atribuem ao movimento estudantil organizado, é o reconhecimento que este lugar contribui para o processo de formação política.

É nesse contexto amplo que apresentamos a dimensão da organização política nesse estudo. Esta diz respeito ao modo como os jovens articulam de forma cognitiva os conceitos em torno do conceito de formação política. Os jovens e suas falas emitem percepções, valores, vivências, princípios, opiniões e expressões constituídas a partir de sua realidade social ancoradas em experiências e construções que ocorreram no passado.

Essas experiências e construções dizem respeito aos sentidos em que os jovens atribuem as imagens sobre a formação política. As objetivações desses jovens que consideram os centros acadêmicos como espaços privilegiados dessa formação, ancoram as suas experiências nos processos políticos que ocorrem dentro e fora do ambiente universitário, tais como as greves, as lutas, as disputas institucionais, as mobilizações da juventude etc. Dentro desses processos que são construídos pelas organizações nos espaços de formação e articulação política, tais como as reuniões, os encontros, as assembleias e os congressos, há

uma dinâmica pedagógica própria do movimento estudantil que partilham saberes, práticas e conhecimentos partilhados.

O perfil desses sujeitos apontam que são sujeitos que tem uma orientação política no campo da esquerda, e em virtude dos seus discursos estarem carregados de conceitos que propõe a mudança e transformação das coisas, inferimos que os valores e princípios compartilhados por esses jovens se aproximam da cultura política da visão marxista revolucionária que propõe a transformação da sociedade por meio da superação do sistema capitalista para um uma sociabilidade socialista. Tal inferência se dá com base no entendimento de que o campo política da esquerda tem essa cultura política, e de que o movimento estudantil tem em sua essência uma tradição marxista desde a época dos “anos de chumbo”, quando a ala liberal e conservadora desse movimento, desistiu de disputá-lo, por entender que este espaço de disputa política não poderia atender os interesses do poder hegemônico dos militares, por ser um lugar de resistência do campo da esquerda que tinha como valores o ideal socialista.

As falas não explicitam isso, porém no campo das representações sociais, é importante compreendermos as entrelinhas que estão escondidas dentro do discurso dos sujeitos. Para isso, apreender a essência do que vem a ser o conhecimento partilhado, e como ele é partilhado, nos ajuda a constituir de forma clara as objetivações e ancoragens das representações sociais do objeto, no qual se estuda. Dessa forma, a presente citação de Moscovici (2015, p. 356), responde a essa indagação do que vem a ser a partilha e construção desse conhecimento nos grupos:

A teoria das representações sociais que delineei acima pergunta e responde a questão: “O que é conhecimento partilhado?” Ela devolve ao conhecimento seu caráter de uma idéia-modelo, mais ou menos padronizada. Tais representações servem às pessoas, por um lado, como paradigmas na comunicação e, por outro lado, como meios de orientação prática. Sendo assim, as bases para um discurso sobre a natureza do conhecimento humano aqui sugeridas, como você pode ver, mudaram. Em primeiro lugar, o conhecimento como concebido aqui, é um processo de aprendizagem realizado pela pessoa singular, que se supõe adquirir conhecimento, através da informação privada. Essa é uma concepção das teorias de conhecimento tradicional que ou desprezam, ou constroem um mundo à parte do conhecimento e da comunicação comum. Esse conhecimento, como quaisquer outros tipos de conhecimento mais exóticos, que um dia ou outro são incluídos no discurso público, levantam outra questão: como o conhecimento é partilhado? Como pode uma única idéia, um ponto de vista particular, que pode parecer uma obsessão de um indivíduo singular, até o momento em que mergulharam na corrente central do desenvolvimento do conhecimento humano, como pode ele fazer uma passagem para se tornar

uma obsessão coletiva? Isso aconteceu no caso do marxismo, da teoria da evolução, da psicanálise e da teoria da relatividade. Contudo, essa passagem não foi um milagre, mas um exemplo de como essas minorias mantiveram um conflito com a oposição, como elas viram a hostilidade dos “homens” e como elas os converteram “para essa nova visão ou idéia”, de acordo com a dinâmica que expliquei, espero, através da teoria da inovação. (p. 356-357).

A presente citação de Moscovici (2015) nos ajuda a compreender como os sujeitos desse estudo que pertencem a lugares diferentes do país, separados territorialmente pelos limites dos estados e regiões, cuja cultura de cada um desses espaços são diferentes, os currículos e instituições apresentam valores diferentes, e mesmo assim como podem constituir uma mesma representação social a respeito da formação política? Mesmo os jovens desse estudo tendo como algo em comum, serem jovens de movimentos estudantis de enfermagem, somente essa peculiaridade não é suficiente para compreendermos como eles apresentam um consenso em torno de uma representação social.

Acima das diferenças apontadas anteriormente, há um detalhe que explica o consenso em torno dessas representações sociais. São jovens que constroem o movimento estudantil de norte a sul do país, cuja cultura política tem uma tradição histórica e social que é partilhada nos espaços de formação e nas reuniões e encontros desses sujeitos. É provável que haja um consenso em torno dessa representação social no interior do movimento estudantil brasileiro, mesmo havendo especificidades de cada jovem em diferentes contextos de cursos de graduação, cuja realidade é diferente.

Os dados apresentados desse estudo são inconsistentes para provar essa suposição. Porém esses sujeitos não são apenas jovens de movimentos estudantis de enfermagem, o próprio perfil aponta que são jovens inseridos no movimento negro, no movimento feminista, no movimento LGBT, no movimento de bairro, enfim, no movimento social como um todo.

Tais movimentos contemporâneos se caracterizam como espaços dinâmicos construídos, sobretudo por jovens, cuja identidade é multifacetada. Portanto, esses sujeitos não pertencem apenas ao movimento estudantil com suas práticas e partilhas de conhecimentos clássicos, cuja identidade desse movimento problematizamos durante a elaboração desse estudo. São jovens que pertencem a um movimento contemporâneo com características da identidade juvenil, como a rebeldia, a contestação da ordem hegemônica, a transgressão e a resistência contra a condição de tutela imposta no contexto das instituições.

A inserção nesses movimentos e a partilha de representações sociais que estão em constante transformação mediadas pela dinâmica interacionista dos sujeitos que constroem esse espaço, só é possível por meio da organização política. Se o jovem não se organiza em um coletivo de juventude, em um centro acadêmico, em algum movimento contemporâneo de jovens, não haverá possibilidade deste sujeito adquirir uma consciência política em outro lugar, como os mesmos afirmaram.

A educação escolar institucionalizada, que deveria proporcionar a construção desse saber, dialogando com os movimentos sociais, tem suas fragilidades em alcançar esse padrão, em virtude de carregar valores curriculares definidos pelo modelo de educação vigente, que é ainda possui uma identidade tecnicista e tradicional, que esvaziam o sentido da criticidade reflexiva e do empoderamento a juventude enquanto um sujeito cidadão participativo.

#### **5.4.2. Implicações na formação do enfermeiro (Universidade, currículo, professor)**

A dimensão das implicações na formação do enfermeiro está conjugada em princípios e valores concebidos pelos jovens em suas experiências na vida política dentro do movimento estudantil. Esta dimensão dispõe de imagens que traduzem a dinâmica interacionista das relações sociais que partilham conhecimentos que consideram que a formação política é uma dimensão que deve ser considerada no currículo, e é imprescindível para a formação do enfermeiro.

Os jovens desse estudo possuem uma representação social cristalizada quanto ao modelo de educação que é considerado vazio em termos de reflexão crítica. A universidade é entendida por esses sujeitos como um espaço hegemônico que deveria promover uma formação crítica problematizadora, porém os currículos ainda apresentam uma orientação tradicional, valorizando a técnica por entender que existe um mercado que exige enquanto demanda, uma formação que venha atender os seus interesses. No mundo do trabalho há pouco espaço para questionamento das hierarquias que já estão institucionalizadas, portanto qualquer tentativa de transformação e mudanças estruturais, estratégicas e operacionais no interior da rotina desses serviços, são vistas como ameaçadoras, e logo são silenciadas e esvaziadas.

O futuro profissional em sua formação acadêmica por mais que o currículo seja predominantemente para o exercício da técnica, as práticas dificilmente conseguirão dar conta de preparar esse profissional em sua totalidade para as demandas que o mundo do trabalho exige. Só se aprende fazendo, vivenciando a rotina que tem suas próprias regras, protocolos, normas que já estão institucionalizadas. No universo da enfermagem, entender a técnica nesse contexto é fundamental para promover uma assistência qualificada.

Porém, o sistema de saúde brasileiro sofreu grandes transformações nos últimos 25 anos que ainda estão em fase de consolidação. A maioria desses profissionais irão atuar no SUS após se formarem, e nesse universo, é possível promover transformações na rotina dos serviços e na própria estrutura estratégica e operacional do sistema por meio da participação em espaços em que se formulam as políticas públicas em saúde. O SUS é orientado por uma nova concepção de se entender a saúde que vai para além da dimensão da doença que considera a relação causa e efeito entre um agente que promove a doença e um hospedeiro que possui uma patologia.

O conceito de saúde é entendido conforme recomenda a Organização Mundial da Saúde: O perfeito bem estar físico, psíquico e social. Com base nesse conceito mais amplo, o SUS define que existem determinantes sociais em saúde e condicionantes, ou seja, um indivíduo só pode alcançar esse perfeito bem estar se o estado garantir com que este, tenha acesso a direitos humanos essenciais para a sobrevivência e produção da vida. O artigo 3 da lei orgânica de saúde 8080 de 19 de setembro de 1990 define as determinantes e condicionantes:

Art 3°. A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. (BRASIL, 1990, p. 1).

Portanto, o conceito de saúde que a definia como ausência de doença, não se aplica mais a medicina contemporânea e aos sistemas de saúde modernos. Dessa forma uma formação profissional no contexto do SUS, não pode estar separada do entendimento de que existe uma organização social e econômica no país que expressa os níveis de saúde da população. A dimensão técnica é essencial para garantir uma qualidade na prestação de um serviço, porém com a criação do SUS, existem outras competências e habilidades que devem fazer parte da formação do enfermeiro.

As imagens e sentidos presentes nos discursos desses jovens expressam essa preocupação em sua formação, pois estes entendem que o SUS precisa de quadros qualificados para além da técnica, para promover não apenas uma assistência humanizada e qualificada, mas também proporcionar transformações nos serviços e na gestão do sistema que carece de lideranças políticas que redirecionem uma prática em saúde que garanta a consolidação dos princípios doutrinários e organizativos do SUS.

A carência da dimensão da formação política na academia implica diretamente no profissional que irá atuar no SUS. Este só irá perceber o quanto é importante apreender as habilidades e competências, tais como a mediação, a resolução de conflitos, a gestão de recursos humanos e a liderança, após estar inserido no sistema. Tais habilidades como já discutimos, estão orientadas pelas diretrizes curriculares dos cursos de graduação de enfermagem.

E a garantia da formação política para estes jovens, traz implicações nessa perspectiva, por garantir com que o exercício do diálogo e da resolução de conflitos e problemas sejam mediados pela capacidade do perfil de liderança. Naturalmente o enfermeiro deveria ter essa identidade para chefiar uma equipe de enfermagem nos ambientes hospitalares, e no caso da atenção primária, dos agentes comunitários de saúde e de endemias que irão trabalhar diretamente na comunidade por meio da promoção da saúde.

Todavia, esse exercício de poder, só será produzido no ato de fazer. Para além dessas habilidades, conhecer temas transversais que discutam a realidade da cultura política, social e econômica da sociedade brasileira é fundamental para entender em que contexto histórico estamos inseridos. Ao mesmo tempo que os jovens acreditam que a universidade não interesse nessa formação, eles reconhecem que algumas disciplinas promovem essa discussão.

Apesar disso, são consideradas insuficientes, e deveriam ser trabalhadas de forma indissociada dos conteúdos específicos de outras disciplinas, que no nosso entendimento, na forma como os jovens desse estudo enxergam como deveria ser esse currículo, se encaixaria nessas disciplinas como eixos transversais a serem trabalhados. As representações sociais desses sujeitos cristalizaram imagens que expressam o professor como o principal ator no processo dessa formação.

Os sentidos presentes nas falas apontam que este educador não tem culpa por não ocorrer essa formação política. O problema está em sua formação docente que é considerada por eles tradicional, tecnicista e com resquícios autoritários da “ditadura”, que realmente

impedia qualquer possibilidade de formação crítica e reflexiva. Os jovens reconhecem que o professor segue uma ementa curricular pré-estabelecida, e mesmo assim, se esforça para promover o debate crítico por entender a importância dos currículos contemporâneos devem formar o indivíduo em uma perspectiva problematizadora, crítica e reflexiva.

Porém, esse professor esbarra em dificuldades que vão desde ao baixo capital cultural, que por esses jovens é representado pelo pouco interesse dos alunos em reconhecer essa formação como essencial no processo de constituição da subjetividade do profissional enfermeiro. Os estudantes da área da saúde, por acreditarem que o entendimento da técnica, e da relação do corpo humano com as doenças, sejam o produto essencial dessa formação, toda e qualquer discussão no campo das ciências humanas tende a ser desvalorizado pela grande maioria dos discentes.

Fazer com que os alunos compreendam a importância dessas dimensões em sua formação humana e profissional, se configura como um grande desafio para o currículo contemporâneo. O movimento estudantil traz essa contribuição por estimular de forma criativa os jovens a se entenderem como agentes políticos que podem intervir na sociedade, participando politicamente.

Os professores incentivam essa participação dentro do contexto sindical e profissional, por acreditar que os jovens podem conquistar direitos para a categoria de enfermagem que historicamente é desvalorizada e trabalha em condições precárias com altas jornadas e trabalho, além da sobrecarga. Outros professores quando fazem parte de movimentos sociais, tem essa facilidade para promover essa formação política.

Jovchelovitch (2000) nos ajuda a compreender como a construção das representações sociais de um grupo é cristalizada nos espaços e reuniões que estes sujeitos frequentam. A dinâmica da sala de aula e do movimento estudantil são os lugares em que contêm a resistência à mudança e a semente da mudança, cujos atores envolvidos, estão continuamente se resignificando, se reificando, em conflito, cuja conversação dialógica cria dissensos e consensos, nos quais a transformação dessas representações são contínuas e constantes. Dessa forma para esta autora:

É no encontro público de atores sociais, nas várias mediações da vida pública, nos espaços em que os sujeitos sociais reúnem-se para falar e dar sentido ao cotidiano que as representações sociais são formadas. Enquanto fenômeno elas expressam, em sua estrutura interna, permanência e diversidade, tanto a história como a realidades atuais. Elas contêm em si tanto resistência à mudança como sementes da mudança. A resistência à



mudança se expressa pelo peso da história e pela tradição, que impinge sobre os processos de ancoragem e objetivação. As sementes da mudança são encontradas no meio essencial das representações sociais, notadamente a conversação. A fala é precisamente o produto de um processo contínuo e dialógico, conflito e confrontação entre o novo e o velho, de ideias que se formam precisamente enquanto são faladas. Nesse sentido, as representações sociais são móveis, versáteis e estão continuamente mudando. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 40-41).

As representações sociais desses jovens cristalizaram conhecimentos, prática e saberes que consideram que a universidade, os currículos e os professores também devem garantir essa formação, como um dos eixos curriculares na dimensão da formação profissional e humana. Esses jovens representam essa semente da mudança, pois serão os futuros enfermeiros e talvez docentes, que podem promover essas transformações nos serviços, nos currículos e na sociedade.

Isso sempre dependerá do nível de organização e mobilização dos atores envolvidos nesse processo, pois a resistência à mudança como aponta Jovchelovitch (2000), carrega o peso cultural da tradição histórica, que nesse caso, é a predominância da formação do enfermeiro voltada para o exercício da técnica, e da obediência e tutela, subordinado normalmente a hierarquia médica, enquanto um trabalhador desvalorizado e sobrecarregado que está no nível operacional da assistência à saúde. No entendimento desses jovens a formação política é imprescindível para que este quadro mude.

#### **5.4.3. Participação política (controle social em saúde, representatividade, organização sindical)**

A dimensão da participação política envolve as representações sociais que os jovens ancoram em seus sentidos e experiências participativas durante o processo de formação política. O exercício da representatividade e do controle social durante a vida acadêmica por meio do movimento estudantil, além da participação política nos processos, como as graves, as mobilizações, são consideradas por estes sujeitos como fundamentais para a sua formação humana e profissional.

Dessa dimensão emergem imagens sobre a participação política que se dá nos espaços institucionais como os colegiados de curso e os conselhos superiores universitários.

Os sentidos atribuídos a essa participação representam os significados do que é participar da vida política nesses espaços. Os jovens possuem representações sociais cristalizadas que expressam um sentido de que a participação política é restrita a juventude. A instituição universidade, legitima essa participação garantindo um percentual pequeno de cadeiras e voz para os estudantes que não é paritário e proporcional em relação a categoria dos professores e servidores técnicos, o que é visto como incorreto para estes sujeitos.

Para estes jovens, mesmo havendo uma legitimidade nessa participação, não há um interesse da instituição que estes estejam organizados e participem de forma ativa das decisões institucionais. As experiências e vivências acumuladas ao longo da vida militante estudantil na universidade por meio do movimento estudantil criaram conceitos que se cristalizaram no senso comum desses grupos, que acreditam que o espaço acadêmico pode ser mais democrático, cidadão e participativo. Porém como todo espaço em que envolve disputas políticas de poder, sempre haverá um grupo que pretende manter a sua hegemonia sobre uma minoria.

Dessa forma, o esvaziamento dessa participação política que ocorre por meio de boicotes, não informando as datas das reuniões ao movimento estudantil, do silenciamento na sala de aula dessa discussão, devido o professor ter medo de possíveis retaliações institucionais por estimular os estudantes a se organizarem e lutar por melhorias dentro das subunidades acadêmicas é tido como uma representação social desses jovens que consideram que a universidade não quer que o estudante questione as decisões e a própria política institucional, e muito menos participe das decisões.

Para Marková (2006) o exercício do poder nos regimes totalitários criou um código de linguagem que esvazia os significados da construção desse espaço, cuja burocracia se esforça para que ocorra uma des-dialogização da linguagem e tornando a “neutra” e não-comunicativa:

[...] Para o sistema totalitário continuar existindo, requeria a linguagem da não-comunicação ou, em nossa terminologia, uma linguagem não-dialógica. A linguagem não-dialógica é a linguagem do não-compromisso dos interlocutores. É a linguagem do alibi. As palavras não expressam mais os significados pelos quais o interlocutor é responsável e se transformam em sinais de manipulação e obediência. Tal linguagem poderia ser descrita como um sistema de regras, de informações e instruções. Assim como um conjunto de tabelas de orientação ou informações de viagens, ela transporta mensagens com um mínimo de conteúdo e precisa ser entendida da mesma forma por todas as pessoas: faça isso, não faça aquilo, vire para a direita ou vire para a esquerda. Ela é, portanto, uma linguagem neutra e não requer

juízo ou avaliação das informações, mas simplesmente reverência. Uma regra de orientação muito conhecida durante o totalitarismo era a de que os interlocutores deveriam fornecer a menor quantidade possível de informações sobre si mesmos e sobre outras pessoas. Quanto menor a quantidade de informações contida numa mensagem, menor a possibilidade do interlocutor se envolver em problemas políticos. (p.144-145).

Os interlocutores nesse contexto das relações sócias dentro da instituição universitária são os trabalhadores que estão no nível operacional do ensino, os professores. Como Chauí aponta (1995) a cultura política e a política cultural da sociedade brasileira, são visceralmente autoritárias. Uma estudante citou que talvez os professores tenham medo de falar sobre política, por ainda terem uma formação com resquícios da ditadura que impedia a esse interlocutor qualquer forma de repasse de informações que estimulassem o pensamento crítico dentro da academia.

O sentido atribuído a essa representação social é justificado por esses sujeitos como uma tentativa de manutenção de privilégios institucionais dos grupos políticos que dirigem a universidade. A manutenção do poder hegemônico por meio do jogo político que se caracteriza pelas disputas de concepções de governabilidade e embates ideológicos, é comum na vida pública dos sujeitos que constroem as instituições do estado moderno, cujas escolhas que irão traçar os rumos da governabilidade, são escolhidas pelos que tem mais capital político e social para alcançar o poder de uma estrutura institucional.

Os bastidores do que ocorre nestes espaços, a juventude só consegue compreender participando e vivenciando a disputa política institucional dos projetos de sociedade e governabilidade que são defendidos pelos grupos que constroem esse lugar. Essas experiências proporcionaram a construção de representações sociais sobre a formação política que ancoram as vivências dessa participação nos processos de embate, conflito de ideias e nas lutas e mobilizações da juventude.

Os estudantes mesmo sendo maioria universal como atores que constroem o espaço acadêmico, se consideram minoria dentro das decisões políticas, devido a universidade impedirem uma igualdade na composição entre as categorias dentro dos conselhos. Esses sujeitos poderiam reivindicar uma universalidade na democracia que leva em consideração a voz de todos os indivíduos que compõe a totalidade desse espaço. Isso representa o grau mais radical de uma democracia dentro de um contexto de exercício de poder. Dessa forma os estudantes entendem que a representatividade discente (mesmo sendo também uma forma de

exercer o poder dentro do meio estudantil), deve ser garantida de forma paritária, ou seja, na mesma proporção de cadeiras para estudantes, servidores técnicos e professores.

Em alguns contextos essa minorias conseguem alcançar esse objetivo. Existem experiências de colegiados que a composição é paritária; até mesmo em alguns conselhos superiores universitários essa divisão mais democrática existe. Porém isso só foi possível graças a mobilização dos estudantes, do sindicato e dos movimentos sociais, ou seja, das minorias políticas que por meio da luta conseguiram alterar a correlação de forças dentro desses espaços. Para Moscovici (2015), o entendimento de maioria e minoria pode ser expresso da seguinte forma:

Diria que, através das diferentes culturas, podem-se encontrar alguns tipos representacionais que, de acordo com a linguagem política, foram rotulados de maioria e minoria, mas que têm uma íntima semelhança associada, na cabeça das pessoas com ortodoxia, heresia, academicismo e vanguarda, normalidade e desvio comportamental, obediência e dissidência, autóctone e estrangeiro, etc. Dentro dessa díade, há uma invisível e sempre representação de cultura, das categorias muito efetivas que são revividas ao serem atribuídas a um papel, a uma mensagem e assim por diante. Obviamente, podemos simbolizá-las por números (que percentagem de opinião, ou de votos, constitui uma maioria, ou minoria?), ou nomes, mas os tipos representacionais que são ativos. [...] As minorias são definidas de acordo com situações históricas e modelos culturais. E às vezes me admiro por que as pessoas as podem tomar em um sentido puramente numérico. [...] Uma maioria pode também ser entendida legalmente, culturalmente, como menor. (p.355-356).

Moscovici (2011) construiu um conjunto de conceitos que explicam como uma minoria em seus processos sociais e psicológicos buscam a visibilidade como uma forma de reconhecimento. Inferimos que a luta por espaço, voz e voto nos conselhos da universidade, são necessidades da juventude por reconhecimento social que pode ser caracterizada como uma busca constante por respeito, ou seja, para que a universidade reconheça este sujeito como parte da instituição, não estando apenas de passagem. A luta por melhorias no ensino, por mais bolsas de pesquisa e extensão, por mais “bandejões” e acervo de livros, nada mais é do que uma busca por respeito e reconhecimento dos sujeitos que são considerados o futuro do país, mas que mesmo assim são marginalizados e desqualificados pela instituição, quando estes levantam as suas vozes para questionar o que está colocado e instituído.

Ainda Para Moscovici (2011):

Estar marginalizado não é, necessariamente, uma desvantagem, mesmo não sendo uma situação agradável. Ser detestado tampouco é um obstáculo para exercer influência. Porém, o mais importante é conhecer as forças que impulsionam a minoria a assumir o risco de ser detestada, rechaçada, e saber

o que ganha com isto. Para encontrar a resposta devemos considerar uma vez mais a natureza das relações sociais. [...] Não os vemos, não os escutamos, não lhes dirigimos a palavra. São os velhos para os muito jovens, os pobres para os ricos, os negros para os brancos, os selvagens para os civilizados, os principiantes para os cientistas, ou para os artistas bem situados: multidão de indivíduos ou de grupos que estão reduzidos, de diversas formas. À invisibilidade aos olhos dos demais indivíduos ou grupos. (p. 220-221).

A maior parte das lutas sociais, políticas, econômicas e científicas tendem a conseguir esse reconhecimento. A preocupação de um grupo insurgente, de uma nova nação, e de uma dissidência política e até mesmo de cientista ou artista não é existir, mas ser reconhecido pelo outro por suas qualidades singulares. Em síntese essa necessidade de reconhecimento social tem origem na condição de que o indivíduo ou o grupo, cujo capital material e intelectual possa influenciar os outros segundo os seus princípios, tendências e aspirações. Essa necessidade alcança terreno nas minorias, cuja visibilidade conquistada proporciona mudanças nos espaços em que ocorre a participação ativa dessas minorias.

As representações sociais desses jovens expressam a vontade de mudança, ou seja, de transformações que possibilitem um maior estímulo a participação política. Mesmo os conteúdos garantirem nas grades curriculares o ensino do controle social voltado para a saúde, essa realidade ainda é vista como algo distante dos estudantes. Porém o mundo do trabalho no contexto do SUS exige que o profissional enfermeiro, estimule a comunidade a participar de forma ativa dos conselhos de saúde, e da defesa do SUS.

O futuro enfermeiro que irá trabalhar nos hospitais e principalmente na atenção primária terá uma função pedagógica fundamental para garantir à consolidação do SUS, e da reorientação do modelo de atenção a saúde por meio da estratégia de saúde da família que prevê a prevenção e promoção da saúde como eixos estruturantes no processo de trabalho desse profissional.

A comunidade nesse contexto deve ser estimulada a participar desse processo de garantia da saúde, e o enfermeiro será o agente multiplicador que irá estimular o empoderamento dos grupos vulneráveis a promoverem saúde por meio de práticas e ações coletivas de prevenção de agravos e doenças. Nesse sentido as representações sociais desses jovens sobre a formação política construída ao longo dessa experiência militante no movimento estudantil consideram-a como um eixo estruturante fundamental para formação do enfermeiro.

---

**SEMENTES DA MUDANÇA: ALGUMAS POSSÍVEIS  
CONCLUSÕES**

---

A juventude é força motriz da humanidade. Ela é a energia que revigora o presente e alimenta novas projeções, é semente da mudança. Ser jovem, ou me dizer jovem significa me reconhecer como sujeito em construção, de pertencimento grupal. Um pertencimento que me deu a possibilidade de tecer uma história coletiva, aqui materializada sobre o nome de dissertação de mestrado.

Se juventude é semente, é mudança, e eu acredito que seja, logo, o estudo por ora apresentado, alimenta não apenas o fluxo da produção intelectual acadêmica, mas também possíveis transformações sociais. O sentimento de mudança presente nos discursos da juventude refletem o desejo de construir um lugar melhor para se viver, no qual o jovem de fato se sinta parte integrante deste espaço.

Ser jovem é ser um sujeito de sonhos, de projeções e de utopias. A possibilidade da mudança existe a partir das condições materiais e simbólicas que são construídas nas práticas e ações da juventude no cotidiano da luta cultural e política. O desejo pela transformação da realidade impulsiona esses indivíduos a caminharem em busca dos seus objetivos, com base em seus valores e princípios que foram se constituindo no interior do grupo, nos quais estes pertencem.

Não há palavra que não seja a práxis, que sintetize a prática cotidiana desses jovens de movimentos estudantis. Nela há ação e reflexão em uma interação dialética que está em constante movimento e resignificação, conforme esta prática é avaliada e refutada dentro dos grupos.

A palavra exerce um papel fundamental nos processos de linguagem e comunicação da transmissão de saberes entre os jovens. Por meio dela, é possível se criar um meio no qual para que as trocas simbólicas de vivências e experiências se efetivem. Por meio da palavra se alcança o diálogo, que só existe quando há uma busca pelo conteúdo das ideias a serem compartilhadas e discutidas. Paulo Freire em “pedagogia do oprimido” afirma que o diálogo é a essência da educação como prática libertadora.

Portanto, a palavra não deve ser privilégio de alguns homens “iluminados” que se dizem ou são considerados dotados de razão e sabedoria. Ninguém pode dizer a palavra sozinho ou para outros. Esta é de direito de todos, o diálogo não é possível quando se nega aos demais o direito de dizer a palavra.

A juventude neste estudo sente necessidade de ter voz, e por acharem que tem este direito negado ou restrito, se sentem na obrigação de conquistar esse direito. Porém, o diálogo

deixa de existir quando a discussão se materializa, com base em discursos vazios de sentido, que não tem comprometimento em problematizar a realidade, mas impor a sua verdade. O diálogo não pode ser entendido como uma ferramenta de colonização do outro, mas da conquista do mundo pelos sujeitos dialógicos em que se garanta a liberdade.

Nos discursos dos jovens deste estudo, foi perceptível que as representações sociais desses sujeitos se constituem na ideia de que durante a experiência da formação política que também ocorre nos espaços de participação, há um esvaziamento de suas vozes, nos lugares de decisão política dentro da universidade. A falta do diálogo implica na possibilidade de ocorrer formas de resistência para a conquista da palavra. O conflito se estabelece nessas condições de manutenção das relações de poder.

Mesmo que os jovens deste estudo defendam a ideia de que suas vozes são esvaziadas, a participação política instrumentaliza os jovens a terem voz. Mesmo quando não há abertura para que esses sujeitos tenham espaço na representação política, suas vozes podem não ter eco em uma intervenção e votação de um conselho, mas se for preciso, estes lançam mão de palavras de ordem para serem escutados e terem suas demandas atendidas por meio da pressão política que a mobilização juvenil proporciona. O que eles querem é ser ouvidos, pois por voz, eles e elas tem.

Porém, alertamos que o movimento estudantil precisa buscar formas alternativas de diálogo para que se alcance a práxis dialógica enquanto prática libertadora dos homens e mulheres. É obvio que existem os interesses políticos dos grupos, nos quais os mesmos dificilmente abrem mão, porém mesmo havendo essas diferenças, o diálogo é possível de ser estabelecido.

Tanto a tentativa de silenciar a juventude por parte dos membros dos conselhos é ilegítima, quanto os discursos panfletários esvaziados de ideias, e carregados de intencionalidades individuais de grupos.

Acreditamos que ainda existem respostas a serem respondidas quanto ao processo pedagógico de formação política do movimento estudantil. As imagens e sentidos apresentados nos indicam que o movimento estudantil tem uma prática tradicional que é difundida entre as entidades estudantis pelos jovens que constroem este espaço. O senso comum desses sujeitos orienta as suas ações e práticas, e também contribuem para a aquisição de saberes e experiências. A constituição da formação humana ocorre nesse meio



interacionista, cujo campo simbólico é permeado de sentidos e significados que a todo o momento estão em constante transformação.

Os dados e informações deste estudo nos fazem refletir que as representações sociais construídas por esses jovens estão em constante (des) construção. A dinâmica do movimento estudantil proporciona uma interação simbólica com inúmeros saberes de grupos, tendências e outros movimentos, tornando essa experiência rica em termos de aprendizagem e acúmulo de práticas. A dinamicidade e a processualidade é a marca da abordagem processual da teoria das representações sociais.

A diversidade dos movimentos sociais possibilita uma infinidade de modos de se fazer política, de se construir conhecimentos e partilhar saberes. Porém, ao mesmo tempo em que há uma pluralidade na cultura política dos grupos que constroem esses espaços, algumas representações sociais ficam cristalizadas, e os valores e princípios só sofrem modificação quando há um consenso pactuado entre esses grupos. Há espaço para o diálogo e a diferença de pensamentos, mas a aceitação de outros princípios requererem um processo de convencimento que precisa estar de acordo com a leitura de conjuntura política da realidade contemporânea singular desses grupos.

Nosso objeto de estudo – Pedagogia do movimento estudantil: Representações sociais de jovens de centros acadêmicos de enfermagem sobre a formação política e suas implicações em sua formação acadêmica – nos possibilitou caminhar para o centro de uma discussão que é pouco debatida no meio acadêmico, sobretudo na graduação que parece não considerar legítimos os processos pedagógicos que ocorrem no interior do movimento estudantil e dessas organizações.

Este estudo nos possibilita uma reflexão de que existem uma diversidade de práticas e saberes a serem investigados para além dos limites da sala de aula das universidades. O movimento estudantil foi o lugar de escolha dessa investigação, e os movimentos sociais por meio dos intelectuais orgânicos, ativistas e militantes, vêm ganhando espaço dentro da academia, formulando proposições epistemológicas que legitimam esses saberes construídos nos espaços não escolares.

Ficou evidente que a organização política é um espaço onde se constrói uma cultura política que carrega valores, princípios, crenças e experiências, e que, portanto, é o espaço privilegiado, no qual ocorre a formação política.

A juventude reconhece a vivência do movimento estudantil como parte da constituição de suas subjetividades, e também de sua formação humana. Algumas competências e habilidades que comumente são exigidas no mundo do trabalho, também se desenvolvem nesse espaço. A habilidade do diálogo e da comunicação são bastante trabalhadas, pois cada militante precisa estudar para debater temas complexos da sociedade, e isso requer um acúmulo de vivências que dê segurança a esses jovens para se expressarem em público adquirindo o poder da oratória. A habilidade de liderança, mediação e gestão de pessoas também são desenvolvidas nesse espaço.

Em termos de formação profissional, o movimento estudantil contribui de forma significativa por proporcionar o acesso dessa juventude a essas experiências. Existem muitas queixas quando esses sujeitos se referem ao currículo, ao modelo de educação e a universidade enquanto instituição educacional.

As representações sociais ancoram imagens que destacam que não há um interesse dessa instituição em formar os indivíduos politicamente comprometidos com a realidade. Os currículos são esvaziados dessa formação mais crítica e reflexiva. Há uma predominância na ênfase na formação técnica, que também é importante, mas precisa estar acompanhada de outras habilidades humanas na perspectiva do trabalho multidisciplinar e interdisciplinar.

Essa juventude entende que o atual sistema de saúde para ser consolidado precisa de lideranças e quadros políticos que entendem da dimensão da gestão política para administrar e gerenciar tanto os serviços de saúde como os próprios sistemas municipais e estaduais de saúde.

A participação política também é esvaziada na universidade, mesmo havendo um estímulo dessa participação nos sindicatos e nos conselhos de saúde, nos quais se exerce o controle social. O currículo de enfermagem contempla este conteúdo que contribui com a formação política, porém é considerado insuficiente pelos jovens desse estudo, pois normalmente essa discussão não está articulada de forma transversal com outros campos de conhecimento e com a própria realidade prática.

A formação política nos torna seres humanos melhores desde que os sujeitos não se contaminem por práticas e vícios que fazem do espaço político, um local de propagação de valores imorais e antiéticos. Não só os cidadãos que estão distante da esfera pública estão cansados da política, essa juventude também está cansada, mas reconhece a sua importância no processo de formação humana, e da transformação das coisas. A “velha política” não é

apenas exercida pelos partidos políticos, mas também no nosso cotidiano, e inclusive das instituições de ensino.

Quando um diretor, um coordenador, reitor ou conselheiro, e até mesmo representante discente, usam desse espaço como uma forma de obter privilégios pessoais, estes também estão reproduzindo os mesmos valores da “velha política”. Nesse sentido, pretendemos por meio deste estudo refletir a importância da formação política tanto nos ambientes de educação escolar quanto não escolar.

A nossa luta é contra toda forma de dominação e o exercício político deve servir para o bom combate e a transformação daquilo que julgamos desumano, imoral, excludente, opressor, antiético etc. São esses condicionantes sociopolíticos que fortalecem a bandeira de luta da juventude brasileira vinculada ao movimento estudantil e outros movimentos sociais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Considerações Sobre A Tematização Social Da Juventude No Brasil. FÁVERO, O; SPÓSITO, M. P; CARRANO, P; NOVAES, R. R. **Juventude e Contemporaneidade**. – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16). Disponível em: <http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/Blog:%20Direito%20de%20se%20Diferente/Considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20a%20Tematiza%C3%A7%C3%A3o%20Social%20da%20Juventude%20no%20Brasil.pdf>. Acessado em 12 de novembro de 2015.

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. C; PINHEIRO, L. C; LIMA, F. S; MARTINELLI, C. C. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002. P.192. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>. Acessado em 12 de novembro de 2015.

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G; WAISELFISZ, J. J. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?** Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015. Disponível em: [http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB\\_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf](http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf). Acessado em 25 de novembro de 2015.

ALBUQUERQUE, A. A. **Juventude, educação e participação política: estudo de caso sobre participação política de estudantes do ensino médio do CAIC Raimundo Gomes de Carvalho no orçamento participativo. [Dissertação]**. Fortaleza (CE): Universidade Estadual do Ceará. Programa de pós-graduação em políticas públicas e sociedade; 2011. Disponível em: [http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/alexandre\\_aragao\\_de\\_albuquerque.pdf](http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/alexandre_aragao_de_albuquerque.pdf). Acessado em 25 de maio de 2014.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Revista Múltiplas Leituras**, v.1, n. 1, p. 18-43, jan. / jun. 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/1169>. Acessado em 18 de novembro de 2015.

ALVES-MAZZOTTI, A. J; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. Ed. São Paulo. Pioneira Thomson Learnig, 2002.

ARANTES, C. I. S et al. O Controle Social no Sistema Único de Saúde: concepções e ações de enfermeiras da atenção básica. **Revista Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 470-478, jul./set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v16n3/a13v16n3.pdf>. Acessado em 15 de fevereiro de 2016.

ARAUJO, M. P. N. **Memórias estudantis, 1937-2007**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARENDT, H. **A Dignidade da Política**. Trad. Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, (2002).

\_\_\_\_\_. **Sobre a revolução**. Tradução Denise Bottmann – São Paulo: Companhia das letras, 2011.

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2 ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014. P. 336.

\_\_\_\_\_. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Revista Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.3, pp. 28-49, Jan/Jun 2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>. Acessado em 28 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. Revendo vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. In.: SILVA, T. T. **Trabalho, educação e prática social**: Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p. 163-216.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e ciências sociais: trânsito e atravessamentos. **Revista Sociologia e estado**, v.24, n.3, p. 739-766, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n3/06.pdf>. Acessado em 16 de novembro 2015.

AZEVEDO, D. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Revista Estudos avançados**, v.18, n.52, p. 109-120, 2004. Acessado em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a09v1852.pdf>. Disponível em 2 de novembro de 2015.

BAPTISTA, T. V. História das Políticas de Saúde no Brasil: a trajetória do direito a Saúde. In MATTA, G. G. PONTES, A. L. M. (Org) **Políticas de Saúde**: a organização e a operacionalização do Sistema Único de Saúde, RJ: EPSJV/Fiocruz, 2007. Disponível em:

[http://rededeescolas.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/Políticas-de-Saude\\_organizacao-e-operacionalizacao-do-Sistema-Unico-de-Saude.pdf](http://rededeescolas.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/Políticas-de-Saude_organizacao-e-operacionalizacao-do-Sistema-Unico-de-Saude.pdf). Acessado em 17 de outubro de 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, p. 229.

BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Tradução de Carlos Al-berto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Vida líquida**. Tradução de Carlos Al-berto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2007.

BENEVIDES, S. C. O. **A nova política e a ação de atores jovens nos espaços plurais da sociedade civil**. [Tese]. Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia. Programa de pós-graduação em ciências sociais; 2009. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFBA\\_96834e08b998e92ccc326a8f16b74b61](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFBA_96834e08b998e92ccc326a8f16b74b61). Acessado em 25 d maio de 2014.

BOGDAN, Robert; BIKLEN Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal; Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Lei n.º 8.142 de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 1990a. Disponível em: [https://www.sjc.sp.gov.br/media/116799/microsoft\\_word\\_-\\_lei\\_n\\_8142.pdf](https://www.sjc.sp.gov.br/media/116799/microsoft_word_-_lei_n_8142.pdf). Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diario Oficial Uniao*. 20 set 1990b; Seção 1;18055. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8080-19-setembro-1990-365093-normaatualizada-pl.pdf>. Acessado em 11 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. *Diário Oficial União*. 09 nov 2001 [citado 2008 set 22]; Seção 1:37. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>. Acessado em 14 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS n. 198, de 13 de fevereiro de 2004.** Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Brasília: Gabinete do Ministro, 2004. Disponível em: [http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/saude/legislacao/0137/PortariaGM\\_2004\\_0198.pdf](http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/saude/legislacao/0137/PortariaGM_2004_0198.pdf). Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria número 399. Divulga o Pacto pela Saúde 2006** — Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. *Diário Oficial da União*, 22 fev. 2006. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399\\_22\\_02\\_2006.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html). Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

BURGATTI, J. C. LEONELLO, V. M. BRACIALI, L. A. D.; OLIVEIRA, M. A. C. Estratégias pedagógicas para o desenvolvimento da competência ético-política na formação inicial em enfermagem. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 66, n. 2, p.282-286, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v66n2/20.pdf>. Acessado em 15 de fevereiro de 2016.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão popular, 2004. P. 439.

CALLIARI, H. F. **Um ensaio sobre participação política da juventude brasileira. [dissertação]**. Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de pós-graduação em Política Social; 2009. Disponível em: <http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Hingridy%20F.%20Caliari.pdf>. Acessado em 28 de maio de 2014.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 57, n.5, p. 611-614, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>. Acessado em: 25 de junho de 2015.

CAMPOS, G. W. S. Algumas hipóteses desesperadas e uma utopia concreta: O SUS Brasil. **25 anos do direito universal à saúde** / Maria Lucia Frizon Rizzoto; Ana Maria Costa (orgs). – rio de Janeiro: Cebes, 2014.

CANDIDO, J. G. **Uma juventude organizada e não-participativa: um estudo de caso sobre uma gestão jovem em são Bernado do campo. [dissertação]**. São bernardo do campo (SP): universidade metodista de são Paulo. Programa de pós-graduação em administração; 2011. Disponível em: [http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2656](http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2656).

Acessado em 25 de maio de 2014.

CARDOSO, C. Epistemologia pós-moderna: a visão de um historiador. FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M (Orgs). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. 2º edição. Petrópolis-RJ: vozes, 2001; p.81-97.

CASTRO, L. R. Entre a subordinação e a opressão: os jovens e as vicissitudes da resistência escolar. MAORGA, C. CASTRO, L. R. PRADO, M. A. M (Orgs.). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2012.

CATENACCI, V. Cultura popular: entre a tradição e a transformação. **Revista Perspectiva**, v.15, n.2, p. 28-35, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8574.pdf>. Acessado em 9 de novembro de 2015.

CHAUI, M. Cultura política e política cultural. **Revista estudos avançados**, v. 9, n. 23, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>. Acessado em 18 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **O que é ideologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Revista Educação e Sociologia**, v.31, n.111, p. 481-500, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CORTES, S. M. V. Construindo a possibilidade da participação dos usuários: conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde. **Revista de Sociologia**, Porto Alegre, n. 7, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a02n7.pdf>. Acesso em 25 de fevereiro de 2016.



DAYRELL, J; GOMES, N. L; LEAO, G. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo?. **Revista Educar em Revista [online]**. n.38, p. 237-252, 2010. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/12838>. Acessado em 2 de junho de 2014.

DEL PORTO, F. B. **“Jovens da democracia”? Valores políticos das coortes a juventude brasileira no período democrático recente (1989 a 2006)**. [Tese]. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas. Programa de pós-graduação em ciência política; 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000851470>. Acessado em 28 de maio de 2014.

DIAS, L. A. Política e participação juvenil: os “caras pintadas” e o movimento pelo Impeachment. **Revista História Agora: a revista do tempo presente** ed:nº4, 2008. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/2010/Historia/artigos/8dias\\_luiz\\_artigo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/8dias_luiz_artigo.pdf). Acessado em 05 de junho de 2016.

DUARTE, R. Pesquisa Qualitativa: Reflexões Sobre o Trabalho de Campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p.139-154, março. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>. Acessado em 15 de junho de 2015.

DOMINGUES, J. M. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **DADOS – Revista de Ciências sociais**, v. 45, n. 3, p. 459-482, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a05v45n3>. Acessado em 05 de junho de 2016.

ESTEVES, L. C. G; ABRAMOVAY, M. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. ABRAMOVAY, M; ANDRADE, E. R; ESTEVES, L. C. G (Orgs). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade / organização**, . – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/254.pdf>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

FARIA, A. L. B. **Juventude, contextos e participação política [dissertação]**. São Paulo (SP): Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de pós-graduação em ciências sociais; 2010. Disponível em: <http://compolitica.org/diretorio/index.php/diretorio/catalog/book/39>. Acessado em 28 de junho de 2014.

FERREIRA, D. M. Educação, Militantismo católico e filosofia no Brasil. **Revista Pro-  
posições**, v. 20, n. 2, p. 113-127, Campinas, 2009. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n2/v20n2a08.pdf>. Acessado em 28 de maio de 2014.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. São Paulo: Edições Graal, 1998.

FIGENBAUM, J; SCHNEIDER, P; MACHADO, N. T. G. **Movimento Estudantil  
Universitário**: História do Diretório Central de Estudantes da Univates. Lajeado: Ed. da  
Univates, 2012. Disponível em: [https://www.univates.br/editora-  
univates/media/publicacoes/55/pdf\\_55.pdf](https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/55/pdf_55.pdf). Acessado em 15 de novembro de 2015.

FRANCO, J. O. A UNE e a **Reforma Universitária no governo Lula**. III Simpósio Lutas  
Sociais na América Latina. “Trabalhadores (a)s em movimento: constituição de um novo  
proletariado?”. 2008. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-  
pesquisa/gepal/terceirosimposio/julianafranco.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/julianafranco.pdf). Acessado em 15 de novembro de 2015.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2008.

FREIRE, P. **Que fazer**: teoria e prática em educação popular. 2. ed. Petrópolis:Vozes,1989.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 17ªed. Rio de Janeiro, paz e terra, 1987.

FREITAS, M. T. A. A Abordagem Sócio-Histórica Como Orientadora da Pesquisa  
Qualitativa. Faculdade de educação, UFJF, **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 21-39, jul,  
2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14397.pdf>. Acessado em 9 de junho  
de 2015.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultura, Coleção Os  
Economicistas, 1982, Caps. I e II.

FUKS, M. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de  
socialização sobre o perfil político dos jovens. **Revista Opinião Pública**, v. 18, n. 1, p.88-  
108, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v18n1/v18n1a05.pdf>. Acessado em 2  
de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da  
participação política. **Revista Lua Nova** [online]. n. 83, p. 145-178, 2011. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/ln/n83/a06n83.pdf>. Acessado em 2 de junho de 2014.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2008. – (Coleção questões de nossa época; v. 24), 2008.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GARCIA, M. A questão da cultura popular: as políticas culturais do centro popular de cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). **Revista Brasileira de História**, v.24, n.47, p. 127-162, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a06v2447.pdf>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Revista Educação e Sociologia**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>. Acessado em 8 de fevereiro de 2016.

GIL, C. Z. V. Participação juvenil e escola: os jovens estão fora de cena?. **Revista Última década** [online]. v.20, n.37, p. 87-109, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/udecada/v20n37/art05.pdf>. Acessado em 2 de junho de 2014.

GILLY, M; RANZI, T. S. M F; SILVA, M. C. As representações sociais no campo educativo. **Revista Educar**, Curitiba, n. 19, p. 231-252. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n19/n19a16.pdf>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

GOHN, M. G. **Educação não formal e cultura política: Impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 5. Ed. – São Paulo Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

GOMES, L. F. **Políticas públicas para a juventude: A participação do jovem em sua construção**. [Dissertação]. São Paulo (SP). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de estudos pós-graduados em serviço social; 2012. Disponível em: <http://m.biblioteca.juventude.gov.br/xmlui/handle/11322/243>. Acessado em 2 de junho de 2014.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

GUIMARÃES, A. R; MONTE, E. D; FARIAS, L. M. O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho. **Revista Universidade e Sociedade**, v. 44, n. 52, p. 36-45, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-revista-conteudo.andes?idRev=40&idArt=191>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**; trad. Flavio Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984;

\_\_\_\_\_. **A Inclusão do Outro: estudos de teoria política**. Trad. George Sperber, Paulo Astor Soethe e Milton Camargo Mota. São Paulo: Editora Loyola, 2004;

HAGUETE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 58-148.

HAYEK, Friedrich A. von. **O caminho da servidão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Instituto Liberal, 1987.

JAEGER, W. **Paidéia: a formação do homem grego**. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, (1995).

JAMESON, F. **Representing Capital**. (Londres, Verso Books, 2011), p. 149.

JESUS, M. F ET al. Da participação à integração: Estruturas e oportunidades, discriminação e gênero no contexto da participação cívica e política de jovens imigrantes brasileiros/as. **Revista Ex aequo (Oeiras)** [online]. n.24, p. 105-119, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aeq/n24/n24a09.pdf>. Acessado em 3 de junho de 2014.

JODELET, D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n3/04.pdf>. acessado em 15 de novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KOERICH, M. S; ERDEMANN, A. L. O estado da arte sobre ética em saúde no brasil: Pesquisa em banco de teses. **Revista texto e contexto Enfermagem**, v. 03, n. 20, p. 576-84, Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v20n3/20.pdf>. Acessado em 20 de agosto de 2014.

KONDER, L. Filosofia e Educação: as mediações da política cultural. **Revista Pro-Posições** [online]. v.21, n.1, p. 51-56, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a04.pdf>. Acessado em 14 de junho de 2014.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C; TEIXEIRA, J. J. V. **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LEITE, D. B. C. Estudantes e avaliação. **Revista Avaliação**, v. 15, n. 3, p. 9-27, Campinas; Sorocaba, SP, nov. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n3/02.pdf>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

LEON, A. L. P. Juventude, Juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. ABRAMOVAY, M; ANDRADE, E. R; ESTEVES, L. C. G (Orgs). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade / organização**, . – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

LIMA, V. A. **Mídia, rebeldia urbana e crise de representação**. In: MARICATO, E (Org). **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª Edição, Ed. Boitempo; Carta Maior, São Paulo, 2013.

LONGONI, D. R. **A arte de intervir no espaço urbano**: educação do sensível e educação política de jovens de Novo Hamburgo – RS. [dissertação]. São Leopoldo (RS): Universidade do Vale do rio sinos. Programa de pós-graduação em educação; 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1980>. Acessado em 28 de maio de 2014.

MACÁRIO, E; VALE, E. S; ALVES, D. C. Modernização conservadora e ensino superior no Brasil: elementos para uma crítica engajada. **Revista Universidade e Sociedade**, v. 44, n. 52, p. 36-45, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-revista-conteudo.andes?idRev=40&idArt=188>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

MAHEIRIE, K; GROFF, A. R; BUENO, G; MATTOS, L. K; DA SILVA, D. O. B. MÜLLER, F. L. Concepções de juventude e política: Produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011). **Revista Estudos de psicologia**, v. 18, n.2, p. 335-342, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26128209020>. Acessado em 4 de junho de 2014.

MAHEIRIE, K; HINKEL, J; GROFF, A. R; MÜLLER, F. L; GOMES, M. A; GOMES, A. **Coletivos e relações estéticas: alguns apontamentos acerca da participação política**.

MAYORGA, C; CASTRO, L. R; PRADO, M. A. M (Orgs). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2012.

MAIOR, J. L. S. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: MARICATO, E (Org). **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª Edição, Ed. Boitempo; Carta Maior, São Paulo, 2013.

MANCIBO, D; VALE, A. A; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação [online]**. vol.20, n.60, p. 31-50, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e Representações Sociais: As dinâmicas da mente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MARTINS FILHO, J. R. **Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968**. Campinas: Papyrus, 1987.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Revista Educação e sociologia**, v.30, n.106, p. 15-35, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

MARTINS, F. A. S; DAYRELL, J. T. Juventude e participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. **Educação e Realidade [online]**. v, 38, n.4, p. 1267-1282, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n4/14.pdf>. Acessado em 29 de maio de 2014.

MARTINS, S. A. **A Formação política da juventude do movimento sem terra no estado do Paraná**. [Tese]. Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de pós-graduação em sociologia política; 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93050>. Acessado em 2 de junho de 2014.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política** / Karl Marx; tradução e introdução de Florestan Fernandes.~2.ed.- São Paulo : Expressão Popular, 2008. p.288.

MANNHEIM, Karl. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MATTOS, A. R; MESQUITA, M. R. A participação política de jovens no contemporâneo e seus desafios. **Revista Psicologia e sociedade**. [online]. v.25, n.2, p. 478-480, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/26.pdf>. Acessado em 29 de maio de 2014.

MATURANA, H. **Emoções e linguagens na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MAYORGA, C; CASTRO, L. R; PRADO, M. A. M. **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2012.

\_\_\_\_\_. Pesquisar a juventude e sua relação com a política – Notas metodológicas. **Revista Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 2, p. 343-350, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n2/v18n2a21.pdf>. Acessado em 2 de junho de 2014.

MENDES JUNIOR, Antonio. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MENDES, F. B. “Um grêmio estudantil mais politizado”: Formas de engajamento e construção identitária em um grêmio estudantil. [Dissertação]. Porto Alegre (RS): Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais; 2011. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/1975>. Acessado em 2 de junho de 2014.

MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C. C. P; GALVÃO, C. M. Revisão Integrativa: Método de Pesquisa para a Incorporação de Evidências na Saúde e na Enfermagem. **Revista texto e contexto de enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>. Acessado em 14 de agosto de 2014.

MENEGAZ, J.C; BACKES, V.M.S; AMESTOY S. C. Formação política para fortalecimento de liderança em enfermagem: um relato sobre a experiência. **Revista Enfermagem em Foco**, v. 3, n. 4, p. 190-193, 2012. Disponível em: <http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/382>. Acessado em 15 de fevereiro de 2016.

MESQUITA, M. R; OLIVEIRA, C. M. Juventude, movimentos e culturas: A participação política de jovens na cidade de Maceió. **Revista Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 2, p. 379-387, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n2/v18n2a25.pdf>. Acessado em 2 de junho de 2014.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009. 133 p.

MORAIS, J. A; BAQUERO, M. **A internet e a construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil**. 1º Seminário internacional de ciência política: Estado e democracia em mudança no século XXI. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/MORAIS-Jennifer-e-BAQUERO-Marcello.pdf>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

MOREIRA, M. I. C; RENA, L. C. C. B; SOUSA, M. C. Os sentidos construídos por adolescentes e jovens em contextos institucionais no Barreiro (BH) e Betim (MG) para a participação social e política. **Revista Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 2, p. 397-404, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n2/v18n2a27.pdf>. Acessado em 2 de junho de 2014.

MORENO, R. C; ALMEIDA, A. M. F. O engajamento político dos jovens no movimento hip-hop. **Revista Brasileira de Educação [online]**. v.14, n.40, p. 130-142, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a11.pdf>. Acessado em 2 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. "Isso é política, meu!" socialização militante e institucionalização dos movimentos sociais. **Revista Pro-Posições [online]**, v.20, n.2, p. 59-76, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n2/v20n2a05.pdf>. Acessado em 2 de junho de 2014.

MORTADA, S. P. De jovem a estudante: Apontamentos críticos. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 373-382, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a11v21n3.pdf>. Acessado em 2 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Psicologia das minorias ativas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Representações sociais: Investigação em psicologia social**. 11<sup>o</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. **Representações sociais: investigações em psicologia social** / Serge Moscovici: editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. -5<sup>a</sup> ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOURA, E. P. G; ZUCCHETTI, D. T. Educação além da Escola: acolhida a outros saberes. **Revista Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.140, p. 629-648, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1640140.pdf>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

MULATO, S. C; BUENO, S. M. V. Educação em Enfermagem: percepções de docentes sobre o currículo crítico-social. **Revista Saude & Transferencias sociais**, Florianópolis, v.1, n.3, p.131-138, 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2653/265319573017.pdf>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.



NASCIMENTO, I. P et al. **Escrituras, imagens e sentidos: Saberes sobre o objeto de pesquisa na educação**. Ed. Cromos, Belém – Pará, 2011.

NICOLETTI, A. S. **A presença de jovens nas câmaras de vereadores dos municípios que compõe a zona sul nas eleições de 2008: trajetória e participação política**. [Dissertação]. Pelotas (RS): Universidade Federal de Pelotas. Programa de Pós-graduação em Ciência política; 2013. Disponível em: [http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1535/1/Andre\\_Selayaran\\_Nicoletti\\_Dissertacao.pdf](http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1535/1/Andre_Selayaran_Nicoletti_Dissertacao.pdf). Acessado em 2 de junho de 2014.

OLIVEIRA, V. R. **Desmitificando a pesquisa científica**. Belém: EDUFPA, 2008.

PIMENTA, S. G. Formação de professores - saberes da docência e Identidade do professor. **Revista Nuances**, v. 3,p. 5-14, Setembro, 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33579>. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

PLEYERS, G. Ativismo das ruas e on line dos movimentos pós-2011. **Revista Lutas Sociais**, v.17 n.31, p.87-96, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol%2031/geoffrey-pleyers.pdf>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5. ed. Rio de Janeiro, Booklink, 2004.

RIDENTI, M. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N (Org). **O Brasil Republicano**. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROCHA, E; PEREIRA, C. **Juventude e Consumo: Um estudo sobre a comunicação na cultura contemporânea**. Rio de Janeiro, Ed Mauad X, 2009.

ROLNIK, R. As vozes das ruas: As revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, E (Org). **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª Edição, Ed. Boitempo; Carta Maior, São Paulo, 2013.

ROMANOWSKI, J. P; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo e Educação**, v. 6, n. 19, p. 37-50, Curitiba. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acessado em 16 de agosto de 2014.

RUEDA, F; MARIN, J. Produção científica da Revista Brasileira de Orientação Profissional. **Revista brasileira de orientação profissional [online]**, v.10, n.2, p. 129-139, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v10n2/v10n2a13.pdf>. Acessado em 12 de novembro de 2015.

SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o facebook e o Twiter foram as ruas. In: MARICATO, E (Org). **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª Edição, Ed. Boitempo; Carta Maior. São Paulo, 2013.

SALDANHA, A. **A UNE e o mito do poder jovem**. Maceió: EDUFAL, 2005.

SANTOS, B. S. Reinventar a democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (Org.) **Os Sentidos da Democracia: Políticas do discurso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, 1999, p.83 – 129.

\_\_\_\_\_. **Epistemologias do Sul**. Maria Paulo Menezes (org). 2009.

SAVIANI, D. O dilema da pedagogia e seu impacto nas escolas. In: \_\_\_\_\_. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 117-132.

SECCO, L. As jornadas de junho. In: MARICATO, E (Org). **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª Edição, Ed. Boitempo; Carta Maior, São Paulo, 2013.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior. **Revista Pro-Posições [online]**, v.20, n.2, p. 205-222, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n2/v20n2a13>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

SEVERINO, A. J. Formação política do adolescente no ensino médio: a contribuição da Filosofia. **Revista Pro-posições**, v. 21, n. 1 , p. 57-74, Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a05>. Acessado 2 de junho de 2014.

SILVA, F. C. T da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política, 1974-1985. FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro 4. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, K. L; SENA, R. R. A educação de enfermagem: buscando a formação crítico-reflexiva e as competências profissionais. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 14, n. 5, setembro-outubro, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281421864018>. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed, 9º Reimpressão, Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999, 156 p.

SINGER, H. Quando o "diálogo" é a violência. **Revista Educação e Sociologia**, v.22, n.77, p. 281-287, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7056.pdf>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e política no Brasil**: a socialização dos jovens brasileiros na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001.

SOUZA, N. V. D. O; CORREIA, L. M; RODRIGUES, B. M. R. D. D; PEREIRA, A. M; PENA, D. A; NUNES, K. S. M. O enfermeiro e a teoria crítica da educação: sua inserção no mundo do trabalho. **Revista de Enfermagem da UERJ**, v. 4, n. 14, p. 506-511, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v14n4/v14n4a03.pdf>. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

TOLEDO, C. N. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, v.24, n.47, p. 13-28, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a02v2447.pdf>. Acessado em 15 de novembro de 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **“Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo”**. 5 ed. 18 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. p. 175.

VAINER, C. Quando a cidade vai as ruas. In: MARICATO, E (Org). **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª Edição, Ed. Boitempo; Carta Maior, São Paulo, 2013.

VALLE, M. R. **1968: O diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. 2. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

VELOSO, F. A; VILLELA, A; GIAMBIAGI, F. Determinantes do “milagre econômico brasileiro (1968-1973): Uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, v. 62, n. 2, p. 221-246, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n2/06.pdf>. Acessado em 05 de junho de 2016.

VEIGA, N. A. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ZIRGER, J. **Formação Política na Universidade: Possibilidades a partir de (Con)vivências na extensão/UFRGS. [Dissertação]**. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do

Rio Grande do Sul. Programa de pós-graduação em Educação; 2013. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/77235?show=full>. Acessado em 2 de junho de 2014.

ŽIŽEK, S; DALY, C. **Arriscar o impossível**: Conversas com Zizek. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins fontes, 2006 (coleção Dialética). 211p.

\_\_\_\_\_. **O ano em que sonhamos perigosamente**. Tradução Rogério Bettoni. - 1.ed. - São Paulo : Boitempo, 2012.

ZUCCO, L. P; CAVALCANTI, L. F. Elementos para análise da política de saúde na década de 1990: Os assistentes sociais como atores na construção do espaço público. **Revista Saúde em debate**, . 26, n. 62, Rio de Janeiro, set./dez. 2002. Disponível em: <http://repository.unm.edu/handle/1928/4391>. Acessado em 15 de fevereiro de 2016.

## APÊNDICE A

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa:

PEDAGOGIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS DE CENTROS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA E AS IMPLICAÇÕES NA SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Convido-lhe a participar, como voluntário, da pesquisa intitulada, “PEDAGOGIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS DE CENTROS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA E AS IMPLICAÇÕES NA SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA”, referente a dissertação de Mestrado do programa de pós-graduação em Educação, desenvolvida pelo aluno Marcelo Ricardo dos Santos Silva, regularmente matriculado no referido curso da Universidade Federal do Pará (UFPA), tendo como orientadora e pesquisadora responsável a prof<sup>o</sup> Dra Ivany Pinto Nascimento. A pesquisa tem por objetivo analisar as representações sociais de jovens universitários de entidades estudantis de enfermagem sobre a formação política que recebem nas universidades. Esclarecemos que o Sr. (a) será informante da pesquisa, participando de uma entrevista, na qual será utilizado um questionário e um roteiro que o senhor responderá em um aparelho de gravação de áudio. Garantimos que sua identidade será mantida sob sigilo e anonimato conforme recomendação da resolução 466/12 do conselho Nacional de Saúde (CNS). Esta pesquisa irá trabalhar para que o Sr. 9<sup>a</sup>) não sofra nenhum tipo de dano físico ou moral a vossa pessoa, e caso haja constrangimento devido a quebra do sigilo, será garantido conforme prevê a resolução providências legais em relação aos danos sofridos, em virtude da quebra do sigilo. Os benefícios desse estudo podem ajudar a compreender a dinâmica da identidade política desses jovens na contemporaneidade, por meio da investigação de sua formação política na universidade, o que pode nos esclarecer se esta instituição que tem fins sociais está formando jovens para a cidadania e para a transformação da realidade social. Além disso, informo que os resultados deste trabalho poderão ser divulgados em revistas científicas e em anais de eventos dessa natureza. Sua participação

nesse estudo poderá ser interrompida a qualquer momento com a devolução garantida dos dados coletados, sem que haja nenhum prejuízo moral a vossa pessoa.

---

Ivany Pinto Nascimento  
Assinatura do pesquisador responsável

---

Marcelo Ricardo dos Santos Silva  
Assinatura do membro da pesquisa

### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações sobre a pesquisa e que me sinto perfeitamente esclarecido (a) sobre o conteúdo da mesma, e autorizo a publicização das informações que compartilhei.

Belém, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do participante da pesquisa

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO**

- 1. O que é para você a formação política.**
- 2. Quais as implicações dessa formação política para a formação em enfermagem?**
- 3. Como é ensinado as variadas formas de representatividade institucional na política através do controle social na sua formação política?**
- 4. Na universidade é discutido o papel e a importância da participação política e do controle social?**
- 5. Na universidade como é trabalhada a formação política voltada para a compreensão da importância do exercício da cidadania e quais os impactos dessa formação na sua vida pessoal e acadêmica?**

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE PERFIL

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo:

( ) Feminino

( ) Masculino

1. Até que ano seu pai estudou

a) ( ) analfabeto b) ( ) 1-5 série c) ( ) 5-8 d) ( ) Ensino médio incompleto

e) ( ) Ensino médio completo f) ( ) Ensino superior incompleto g) ( ) Ensino superior completo

2. Até que ano sua mãe estudou

a) ( ) analfabeto b) ( ) 1-5 série c) ( ) 5-8 d) ( ) Ensino médio incompleto

e) ( ) Ensino médio completo f) ( ) Ensino superior incompleto g) ( ) Ensino superior completo

3. Renda familiar

a) ( ) Menos que 1 salário mínimo b) ( ) 1 a 03 salários mínimos c) ( ) de 04 a 06 salários mínimos d) ( ) mais de 06 salários mínimos

3 – Qual sua orientação sexual?

( ) Heterossexual; ( ) Gay; ( ) Lésbica; ( ) Bissexual; ( ) Transexual; ( ) Travesti

4 – Qual sua religião?

( ) Católico; ( ) Protestante; ( ) Espírita; ( ) Matriz afrodescendentes (Umbanda, Canoblé); ( ) Ateu agnóstico; ( ) outras: \_\_\_\_\_

5 – Qual sua Raça ou cor?

( ) Branco; ( ) Negro; ( ) Pardo; ( ) Amarelo; ( ) Indígena

6 – A quanto tempo estás no centro acadêmico ou diretório acadêmico?

( ) Menos de 1 ano; ( ) de 1 a 2 anos; ( ) Mais de 3 anos

7 – De quais desses movimentos você já participou ou participa?

( ) Movimento negro/ anti-racista

( ) movimento femista

( ) movimento LGBT



- ( ) movimento indígena
- ( ) movimento pela preservação do meio ambiente
- ( ) movimento popular de bairro
- ( ) movimento de saúde
- ( ) movimento ligado as demandas do campo
- ( ) movimento estudantil (entidades representativas, coletivos)
- ( ) movimento partidário
- ( ) movimento sindical

Outro movimento: \_\_\_\_\_

8 – Você é filiado a algum partido político

- ( ) Sim; ( ) não

Qual: \_\_\_\_\_

9 - Caso não seja filiado, qual a orientação política que você tem?

- ( ) esquerda; ( ) Centro; ( ) Direita; ( ) apartidário; ( ) Anti-partidário; ( ) anarquista

10 – Se você não é filiado, cite o partido que tens simpatia se houver.

Partido: \_\_\_\_\_

11 – você é ou já foi membro de colegiado, congregação ou conselhos superiores dentro da sua universidade?

- ( ) Sim; ( ) Não

12 – Como você avalia esses movimentos?

- ( ) Fundamentais; ( ) Importantes; ( ) Irrelevantes; ( ) prejudiciais

13 – Como você avalia o grau de importância na participação dos estudantes no controle social, através dos conselhos presentes nas universidades?

- ( ) Fundamentais; ( ) Importantes; ( ) Irrelevantes; ( ) prejudiciais

14 – De forma geral como você se sente representado pelos três poderes.

Assinale **A** para caso você se sinta representado

Assinale **B** caso você se sinta parcialmente representado

Assinale C se você não se sente representado

( ) Poder executivo (prefeituras, governo do estado e suas secretarias, governo federal e os ministros de estado)

( ) Poder legislativo (Vereadores, deputados, senadores)

( ) poder Judiciário (juízes da esfera estadual e federal)

15- você considera que é possível superar por meio da luta coletiva problemas que são enfrentados diariamente nos espaços e instituições sociais que avaliamos como negativo?

( ) sim; ( ) Não

16 – Existe interesse de sua parte em participar de lutas coletivas e sócias para superar problemas que você considera prejudiciais a sociedade brasileira?

( ) Sim; ( ) Não

## ANEXO A - ENTREVISTAS TRANSCRITAS

Entrevista com o representante do centro acadêmico de enfermagem da UFPA

### **1. O que é para você a formação política?**

Eu acho que a gente tem uma grande oportunidade de conseguir essa formação política, independente do que você aprende na sala de aula, por que dentro da sala de aula você fica meio que, pelo modelo de ensino que você tem hoje, você fica na dependência de um professor trazer um questionamento, dele ter ou não uma formação política, e você a partir do que ele fala aprender alguma coisa, mas fora disso no centro acadêmico, diretório acadêmico, diretório central, DCE, e nos coletivos que existem dentro da universidade tanto nas públicas quanto nas particulares, nas públicas é mais comum, você consegue essa formação política, você aprende a discutir algumas coisas. No meu caso, eu sempre quis participar de movimento social, só que quando eu era mais nova, estudava em escola particular, só que lá não existia grêmio, então era mais difícil, aí quando entrei na universidade as portas se abriram pra mim, eu comecei a participar de centro acadêmico, agora faço parte de um coletivo que tem lá na minha universidade federal do Paraná, e eu acho que é isso, você começa participar de espaços que discutam política, que discutam os assuntos que você às vezes não sabe, não conhece muito a fundo, e começa a se interar, como a pauta feminista, a pauta de negros e negras, do preconceito, da homofobia, da lesbofobia, da transfobia, então acho que você começa a se interar de outros assuntos de que antes não se dava conta, mas que sim, você tem essa formação política na universidade, mas depende do que você quer também.

### **2. Você consegue enxergar essa formação política dentro da sala de aula?**

Na UFPA, dependendo da matéria, e como sou da área da saúde existe uma tendência das pessoas não quererem se interar sobre política como se fosse uma bixo de sete cabeças enfim..então as professoras da UFPA de algumas disciplinas são bem politizadas, e elas trazem essa política tanto para as pesquisas que elas realizam quanto para a sala de aula. Só que tem professoras que não, você aprende aquilo, é aquilo e acabou, ela entra na sala de aula, fala

sobre a disciplina e quando acaba o conteúdo, acabou o conteúdo e não há agregação de mais nada além daquilo. Depende do professor.

### **3. Quais as implicações dessa formação política para a formação em enfermagem?**

No caso da enfermagem por que a classe trabalhadora da enfermagem é uma classe extremamente precarizada, e a gente vê que na universidade se discute muito pouco política na enfermagem, então as pessoas saem da universidade com aquela formação assistencial e administrativa, mas elas não conseguem discutir a situação em que elas trabalham, assim na universidade por que, por exemplo nos cursos de humanas, direito, sociais essas coisas assim, eles discutem muita política, mas quando você vai nas áreas das exatas e da saúde, parece que você não pode discutir dentro da sala de aula, os professores não discutem, os alunos discutem muito pouco, então acho que é um déficit na formação das pessoas que não tem essa tendência a se envolver, e a sala de aula não propicia esse envolvimento com a política e que se reflete depois na formação profissional, no profissional que vai trabalhar precarizadamente que vai sofrer com as condições de trabalho e não vai discutir a respeito, não vai procurar o sindicato, ele aceita carga excessiva de horário, ele trabalha em dois ou três empregos, faz plantão, como se isso fosse a realidade que ele tem que viver, na verdade ele tem a possibilidade de lutar, mas acaba não se interagindo sobre este assunto por que na universidade mesmo ele não teve contato com este tipo de discussão.

#### **Por que na área da saúde não se discute este assunto?**

Por que eu acho que eles ainda vem com uma formação da ditadura sabe, aquela coisa de não falar sobre política, no caso de você falar sobre política você é comunista, se você fala sobre política você é chato, e hoje existe muito aquela coisa do politicamente correto, você ser de um partido é um problema você ser de outro partido é um problema, você se envolver com coletivos dentro da universidade é um problema, até mesmo dentro da executiva nacional dos estudantes de enfermagem a gente vê muito isso, que meio que você ser criminalizado por participar, por escolher um lado, não existe apenas um lado, não que exista apenas um lado, mas você se organizar de alguma maneira. Então os professores quando vão pra sala de aula, eles também tem medo de falar sobre política, por que os alunos de uma maneira geral, não gostam de ouvir sobre isso por que é aquela coisa de revolucionário que você vai fazer ato,

quebrar tudo, e os professores não falam e a formação deles também não foi essa, eles vem de uma formação de qualquer coisa que você reclame, que você seja contrário que você fala, você quer fazer revolução, quer acabar com a harmonia social, no Brasil tem muito disso, você tem que ser pacífico tem que ser calmo, não pode reclamar você tem que aceitar, a gente viu nas jornadas de junho de 2013, a gente vê várias manifestações, em qualquer lugar do mundo diriam que é uma guerra civil, mas no Brasil nunca se fala em guerra civil, por que no Brasil não existe guerra civil, so existe manifestação, existe qualquer outra coisa, mas não se fala nisso, os professores ainda seguem esse modelo, talvez quando eu for professora universitária, quando os meus amigos forem, talvez isso mude um pouco, mas ainda se vê professores que tem medo de falar sobre política na sala de aula.

### **Na universidade como é trabalhado a formação política na perspectiva para a resolução de problemas sociais em saúde?**

Na saúde apesar de falarem sobre SUS, aprender sobre SUS, e entende que o SUS é um sistema muito bom, mas na prática ele não funciona, pois as pessoas não querem que ele funcione, o governo não quer que ele funcione corretamente, apesar de você pregar isso, por que assim o atendimento do SUS é um atendimento de coletividade de cuidado enfim, mas politicamente você não discute o SUS na universidade. Você não discute política na sua formação para a coletividade, você muitas vezes é, entende que a enfermagem é importante que ela vai atender várias pessoas, e que você tem que atender as pessoas de maneira igualitária, mas você não se entende como um agente político pra transformar aquele espaço que você vive sabe, muitos enfermeiros trabalham por que eles passaram em um concurso, e é isso aí a gente precisa de um emprego fixo, um emprego estável e vamos trabalhar para nós mesmos e não para as pessoas, enfim...

### **Por que não é interessante então para a universidade formar as pessoas politicamente para lutarem por benefícios coletivos?**

Por que se isso acontecesse na universidade para o braço do governo seria muito trabalhoso, por que as pessoas teriam mais facilidade para se unirem em causas comuns e lutarem por aquilo, então não é uma vontade do governo que as pessoas lutem por o que elas querem, ao contrário, as pessoas devem lutar por interesses individuais, e que elas não encontrem desejos

em comum para lutarem juntos, por que eles sabem que as pessoas lutando juntos elas tem mais forças do que eu lutando por o que eu quero e você lutando por o que você quer, então eu acho que é uma vontade para manter essa estabilidade da sociedade de não ter muitas mobilizações das pessoas, para que as pessoas tenham esse desejo individualista que é o que o capital quer, que você seja individualista que você lute pelo que você quer que você vença na vida, que você seja realizado profissionalmente, mas que isso seja uma realização profissional individual, e não que você procure coisas em comum com outro para saber se você podem lutar pela mesma coisa juntos.

#### **4. Como é ensinado as variadas formas de representatividade institucional na política através do controle social na sua formação política?**

Na universidade isso não é ensinado, a gente aprende isso quando vai para o centro acadêmico, aí a gente entende que existe representante discente que naquele departamento tem uma representação em colegiado em plenária, nesses espaços, você só vai aprender isso se participar de um centro acadêmico, ou então se você for consultar o regimento da universidade e ler a respeito, porque a própria universidade explicar, e mostrar que existe um conselho universitário, que existe um colegiado de curso, uma comissão de horas formativas, existe uma comissão que avalia a formulação do currículo, a universidade não explica por que não é vantajoso pra ela né, por que pra que a universidade vai querer um aluno que vai trazer alguns questionamentos que talvez não possa suprir, então não é interesse da universidade que os alunos participem da burocracia da universidade, a intenção da universidade é que as pessoas passem por lá e se formam e vá embora e não tragam problemas, não façam greve, não reivindique direitos dos alunos, não é interesse da universidade que isso aconteça, é dispendioso.

#### **De que forma a formação política poderia contribuir para a melhoria do SUS?**

Então, eu acho que a gente vai cair naquela mesma coisa de não querer que as pessoas se apropriem daquilo pra não lutarem por que por exemplo, a classe trabalhadora da enfermagem, é muito grande, em vários hospitais, em unidades básicas, é o maior número de trabalhadores, contando graduados, formados, auxiliares e técnicos de enfermagem, então eu acho que essa contradição é por conta disso, por não querer que as pessoas se apropriem das

burocracias, e entendam como funciona a política para não passarem problema para os que estão no poder. Apesar da enfermagem lidar bastante com o SUS, a gente não discute SUS muitas vezes, a gente aprende o funcionamento do SUS e acabou, você vai trabalhar com esse sistema que é falho etc, e acho que é isso, você não quer que as pessoas se apropriem mesmo, para não entender como o sistema funciona.

### **5. Na universidade é discutido o papel e a importância da participação política e do controle social?**

A gente fala um pouco de controle social e participação política quando tem alguma matéria de humanas, de sociologia e antropologia.

### **Nem nas matérias de SUS se discute a participação política por meio do conselho nacional, estadual e municipal de saúde?**

Depende do professor, pois tem professor que vai falar mas não vai discutir, e tem professor que vai discutir, na UFPa tem professor que discute, e tem outros que falam, mas não se aprofundam, não abrem a discussão não dão voz para os alunos, não fazem uma discussão crítica, só que nós como participamos de centro acadêmico e por trazermos algumas discussão de fora da universidade acabamos questionando alguns professores, e alguns alunos que se envolvem em política acabam questionando, mas não é uma coisa que saia espontaneamente dos professores.

### **E quando vocês fazem este tipo de questionamento, como é aceitação tanto do professor quanto da turma, o debate se torna de forma tranquila ou as vezes o professor vem com argumentos demagógicos para querer rebaixar a discussão?**

Então, nos enfrentamentos que eu tive, o debate foi muito bom, mas eu já escutei de colegas que quando fizeram questionamento para o professor, ele foi grosso, não quis abrir o debate, quis acabar com o assunto, aí depende da maturidade do professor em querer levar essas discussões, por que eu tive uma professora no primeiro período que ela falava de enfermagem como profissão e essa professora sempre queria abrir o debate, tudo que a gente questionava,

a gente abria uma discussão a respeito, pra todos falassem, para que todos refletissem e tivessem uma opinião crítica em relação a isso, mas não é comum.

### **Por que alguns professores não abrem para o debate?**

As vezes eu acho que o medo é deles, por não terem o debate, não é nem por eles não abrem o debate, por que eles não querem, é por que eles não tem o debate. Então Por que eles vão abrir um debate, se eles na terão algo a agregar, eles eu acho até que tem medo de falar sobre, de ter um questionamento do aluno e eles não conseguem responder.

### **6. Na universidade como é trabalhada a formação política voltada para a compreensão da importância do exercício da cidadania e quais os impactos dessa formação na sua vida pessoal e acadêmica?**

Essa minha professora da enfermagem falava muito sobre isso, sobre você utilizar a formação da universidade para além da sala de aula, de você levar isso pra sua vida, de você se tornar um cidadão que discute política, que pensa sobre o que você faz, que pensa sobre seus votos, mas não acho que no geral a universidade não quer falar sobre isso. Nas áreas de humanas até se discute, mas na saúde é muito pouco debatido, eu acho que você pega um viés muito da assistência sabe, de você fazer o bem pra pessoas, mas não que isso vá para além, as professores falem em sala tipo, vocês precisam utilizar a universidade em todos os seus aspectos saírem daqui com uma formação que apesar de preconizar nas diretrizes curriculares no projeto político pedagógico dizer que temos que ser um profissional generalista, mas não é isso que ocorre. Na UFPa temos até uma matéria que discutimos sobre isso, mas é meio isolado sabe, nas outras disciplinas acabamos discutindo só o conteúdo, e nada mais além do conteúdo, então acho uma formação falha, por que se você pegar uma única matéria em um curso de dez períodos e em um único período só se discutir essa formação, é falho.

### **Entrevista com a estudante Ingrid da UFC**

#### **1. O que é para você a formação política?**



Eu me envolvi com o movimento estudantil assim que entrei na universidade e entrei no centro acadêmico, eu não era da enfermagem eu era de outro curso e acho que as entidades elas te dão suporte para formação política, não que seja a primeira coisa da formação política diretamente na universidade, mas para mim foi o instrumento de formação política que meio que abriu minha mente para as lutas e para o movimento estudantil por eu ter entrado no centro acadêmico logo quando eu entrei na universidade, por que em relação ao ensino mesmo sendo universidade pública e o curso que eu fazia era um curso muito “tecnicizado”, muito voltado para o mercado de trabalho não tinha tanta abertura para discursões políticas em sala de aula e a ferramenta foi via centro acadêmico e quando penso em formação política na universidade para mim são as entidades e os processos políticos também que aconteceram, eu participei muito ativamente da greve de 2012 e aí foi um processo de formação assim, acho que as executivas de curso também cumprem o papel de formação política e os próprios espaços de disputa nacionais do movimento estudantil, fui para muitos congressos da une, no ano de 2013 que aconteceu um congresso da une acho q também foi um espaço de formação e a vivência também e a organização, me organizei rápido também, na época não era o Rua era o coletivo Namarra e aí virou Rua agora esse ano que foi também um instrumento que me deu muita formação política.

## **2. Você consegue enxergar essa formação política dentro da sala de aula?**

Nesse contexto é muito defasado, pois a gente depende de iniciativas de professores e da instituição e a formação política cada vez fica mais restrita para os estudantes irem para o mercado de trabalho e muito negativo e a gente vê que poucas pessoas e até grupos mesmo de pesquisa e de extensão não são voltados para essa parte política, é muito mais voltado para academia e aí eu avalio muito negativamente por que é muito importante.

### **Por que você acha que não há interesse desses espaços em discutir isso?**

A universidade infelizmente não está a serviço do povo, ela está a serviço dos governos e não é interessante você formar estudantes mais críticos para ir contra essa hegemonia de que esses estudantes não questionem a hegemonia colocada na sociedade.

### **Como é discutido o processo de formação cidadã e participação política dentro da universidade?**

Depende muito, no meu caso não tive nenhuma oportunidade via institucional foram vários processos que acabei entrando no movimento estudantil por outros meios, mas via instituição acho que não tinha possibilidade, pois eu cursava secretariado executivo que é um curso

voltado para o mercado de trabalho que é um curso desmembrado da administração e eu estudava a noite e não tinha via institucional, tinha um grupo de pesquisa e depois que eu vim para enfermagem também o caráter do curso é muito academicista e também o caráter da profissão que é uma profissão que está voltada para a filantropia para boa vontade e não é um curso que tem tanta mobilização que você vê que os estudantes e até mesmo os professores são combativos nesse sentido. Eu avalio que a universidade não forma o estudante politicamente e o papel do movimento estudantil é essencial para fazer isso, pois via instituição...

#### **4. Como é ensinado as variadas formas de representatividade institucional na política através do controle social na sua formação política?**

Eu acho que em certa medida, depende muito do curso e do caráter de como ele é comandado, eu vim entender muito mais a representação discente por meio do movimento estudantil que aí a gente começa a disputar conselho e outras ferramentas e outras entidades C.A, DCE e tudo mais e entender como funciona essa representação, mas via institucional não é tão claro para os estudantes, por exemplo, que a gente tem o C.A que representa o nosso conselho de departamento, não é uma coisa tão clara e também não é tão democrático, pois se a gente for colocar o peso da nossa voz discente, pelo menos na UFC, pois sei quem em outras universidades é um pouco melhor, mas é bem pouco e é assim explicado de uma maneira muito rasa.

#### **No seu curso há iniciativa de representatividade?**

O centro acadêmico tem direito a um voto nas reuniões de colegiado tanto do departamento como da faculdade, pois lá a gente não é faculdade de enfermagem a gente é ligado a FOE que é a faculdade de odontologia, enfermagem e farmácia e a gente tem direito nesse conselho, mas é muito pequeno, pois são quatro C.As para votar com um colegiados de professores muito grande, quando não é o colegiado de professores é o colegiado de vários departamentos que a gente praticamente não tem muito o que intervir, quando é uma questão mais grave o que a gente tenta fazer é publicizar aquela questão e tentar de outras maneiras, por meio de pressão estudantil para tentar resolver alguma coisa, mas não é uma coisa que a gente possa usar disso ao nosso favor para resolver grandes problemas infelizmente.

#### **3. Quais as implicações dessa formação política para a formação em enfermagem?**

A gente tem a sorte na enfermagem de quem fundou o curso na UFC foi a doutora Graziela Barroso que é uma enfermeira conhecida, era, pois faleceu em 2012 eu acho, e ai era uma enfermeira nacionalmente conhecida e ate internacionalmente por fazer com que a enfermagem seja voltada para atenção básica para a atenção ser um serviço mais para povo, não que ela seja de esquerda muito pelo contrário, mas de certa forma nosso curso tem esse caráter e ai a gente tem muitas disciplinas de atenção básica de explicar o que é o SUS e tudo mais e ai temos mais esse viés de formação política para exercer o controle social mas de forma superficial, mas comparado com outras universidades que a gente conversa muito aqui na executiva que a gente é até felizardo nesse sentido de ter esse curso nesse sentido da atenção básica da comunidade, não é um curso tão voltados para trabalhar em grandes hospitais e a gente tem mais ou menos essa sorte.

##### **5. Na universidade é discutido o papel e a importância da participação política e do controle social?**

O viés do nosso curso é muito mais de entender que a atenção básica é a base de tudo é o nível de saúde mais importante, mas não chega a esse nível de consciência até por que todos os conselhos de saúde são indicação da prefeitura seja ela de esquerda ou de direita e não existe uma grande participação da sociedade e da população em geral cearense em conselhos de saúde a gente não tem um fórum forte como o fórum popular de saúde em são Paulo a gente não tem essa cultura, a única coisa que a gente tem de perspectiva de movimento de saúde que tenta ser popular e nem é por que é muito mais profissionais é a frente de defesa ao SUS e contra privatização que eu participo em certa medida meio de longe por que o movimento estudantil me toma muito tempo, mas sobre conselhos e participação da população é bem complicado.

##### **Como funciona esse fórum em defesa do SUS e contra privatização?**

Esse fórum é nacional, tem a frente nacional em defesa do SUS e ai alguns estados, não são todos, existe a tentativa de construir esse fórum pela defesa do SUS, ele nasceu na ultima conferência de saúde e ai ele toca as lutas nos estados, claro que tem a politica nacional do fórum, mas respeitando a região, mas lá no Ceará não é tão articulado, mas eu acho que dentro das possibilidades que a gente tem lá é a melhor alternativa disputa para saúde apesar de muitas limitações que ele tem.

##### **6. Na universidade como é trabalhada a formação política voltada para a compreensão da importância do exercício da cidadania plena e quais os impactos dessa formação na sua vida pessoal e acadêmica?**

Plena de maneira alguma, eu acho que a gente tem iniciativa de alguns setores mas a instituição em si...

### **Os professores se aprofundam nessa discussão?**

Dependendo do professor que é militante por fora que de partido tem a liberdade de tentar formar aquele aluno, mas isso é exceção a gente tira pelo modelo de educação que a gente tem.

### **Qual é esse modelo de educação?**

O modelo que a gente tem da reforma geral da educação é o modelo que tira toda criticidade dos estudantes, que forma os estudantes muito mais para ser mão de obra barata do que para qualquer outra coisa, tendo a educação cada vez mais voltada para educar dessa maneira que os estudantes não serem críticos e tudo mais, a reforma universitária mostra isso que ampliou as vagas da vagas da universidade mas não dá o suporte, não há nenhuma política de permanência e aí isso tudo meio que mostra para quem a universidade está a serviço não é exatamente para os estudantes de forma-los da melhor maneira possível.

### **Para quem a universidade está a serviço que você fala?**

Ela está bem longe de estar a serviço do povo e da juventude da periferia e da juventude mais pobre, infelizmente a universidade ainda é muito elitizada a grande maioria das pessoas que entram apesar de terem aprovado as cotas que ainda é uma medida paliativa que eu sou a favor obviamente mas não trouxe as respostas suficientes ainda até por que a galera que entra pelas cotas ainda não são necessariamente de escolas públicas são maioria dos IFs ou de colégios da polícia militar, por exemplo, lá no curso de saúde a gente perguntou na recepção dos calouros que a gente consegue fazer unificado, a gente conversa com os meninos e pergunta e aí quem são os cotistas? E você olha e não tem diferença nenhuma dos alunos de medicina que entrava antes apesar de serem 50% de cotas, talvez daqui a 10 anos o perfil mude mas por enquanto ainda não está cumprindo.

### **Por que os professores que não são militantes não conseguem se aprofundar nesses debates sociais?**

Acho que falta mais disposição mesmo, disposição de dar esse suporte e acho que também não tem base para fazer ou não quer fazer, acha a educação é limitada a repassar o conhecimento sobre a matéria da disciplina e não faz nada a respeito e não é por que é professor, doutorando que necessariamente vai conseguir fazer esse papel também.

**Entrevista com a estudante Yara da UFMT****1. O que é para você a formação política?**

Acho que uma grade curricular condizente a isso e espaços para os alunos debaterem sobre essa formação política deles na sua categoria.

**Dentro da instituição isso é aberto?**

É aberto, mas não é fácil.

**Dentro da sala de aula de que forma essa formação política é feita?**

Tem professor que faz, tem professor que não faz tem professor que prefere não se misturar, a gente debate isso em legislação.

**Qual legislação?**

legislação do Coren, é um debate político em matéria, fora disso tem o diretório, mas ninguém quer debater muito política, ninguém fica falando sobre isso.

**Dentro da sala de aula não se discute?**

Não.

**Por que você acha que não se discute dentro da sala de aula?**

Eu acho que não é o foco principal, eles querem formar você um enfermeiro, agora se você é um enfermeiro crítico e reflexivo para eles não cabe, eles não te dão essa oportunidade dentro da sala de aula.

**Por que eles não dão essa oportunidade?**

Por que eu acho que traria mais problema para saúde ainda, imagina uma classe trabalhadora toda questionada e se posiciona e faz acontecer o governo teria que fazer de verdade eu acho que uma faculdade federal você dar essa oportunidade para os alunos seria meio que você estar dando uma arma para o seu inimigo.

**Os professores nos veem como inimigos?**

Não os professores, por que o professor que tá lá também é um trabalhador, seria no caso o atual governo, por exemplo, eu vou sair formada e vou trabalhar provavelmente para o estado para o governo, então quanto menos eu pensar melhor.

**Os professores não são o governo, então o que você acha que acontece quanto a esse repasse da formação política?**

Os professores seguem a ementa da faculdade, é raro o professor sair um pouco e falar, dar um pouco de espaço, é raro só que acontece obvio que acontece, só que quando ele levanta esse debate as pessoas não tem essa formação política ninguém fala nada e quem fala um pouquinho ali é questionado mas sem argumentos, as pessoas que não entendem questionam

você por você estar falando aquilo mas não tem argumentos suficientes para debater aquilo e morrer o assunto.

**Você acha contraditório essa negação do debate já que há vários problemas a serem resolvidos e essa negação não é uma forma de manter essa precarização da educação e da saúde?**

eu entendo o lado deles, é contraditório mas você não pode fazer muita coisa, por exemplo, você tem uma classe com 30 alunos você levanta um debate e que 2 vão conseguir debater e o resto da sala não, então você vai ficar forçando eles a uma coisa que eles acham que não tem nexos, pois a maioria não tem conhecimento e formação nenhuma política como você vai debater com uma sala onde 2 tem propriedade para falar de alguma coisa.

**2. Na universidade é discutido o papel e a importância da participação política e do controle social?**

Sim, tem professores que ensinam, mas são conhecidos como a ovelha negra, por exemplo, existe um sistema onde temos a direção a coordenação e os professores, eles seguem o ritmo deles, eles debatem em reunião de departamento, tem aqueles professores que querem a melhoria dos estudos para os alunos, só que tem aquele grupo que o jeito mais fácil de trabalhar é seguir a ementa e pronto e acabou, são vistos como ovelhas negras por que eles ficam discutindo formas de intervir para melhoria para os alunos, quando eles veem que não conseguem eles falam para os alunos, já aconteceu de professor falar que está acontecendo isso, isso e isso na reunião de departamento eles vão mexer em grade curricular, eles não avisaram vocês eu falei para avisar e ninguém quer avisar, pois eu mesmo tomei a iniciativa de avisar e vocês se mexam. Então ele está fazendo a parte dele, o que ele pode fazer.

**Por que você acha que não há interesse da coordenação em avisar os alunos?**

Assim, seria estranho, eles não querem que você tenha voz, você ir montar uma grade curricular, acho que seria... você bate de frente com muita coisa, são professores que querem pegar disciplina, são eles que querem continuar do jeito que está, tem gente que quer outro método e aí você chega lá e fala não é assim, assim e assim, eles não te dão espaço para participar das decisões, eles te dão espaço para escutar o que você pensa, mas se aquilo que você pensa vai ser realizado é outra coisa, eles dão o mínimo para os estudantes por que não tem como negar isso, que seria o diretório e o direito de a gente se organizar politicamente, mas eles não tem nada a ver com isso e se a gente vai intervir dentro do departamento aí a gente tem que estar bem mais estruturado enquanto diretório.

**2. Para além da discursão interna da faculdade, dentro do próprio contexto social os professores incentivam através do discurso você ter uma práxis para estar intervindo na realidade?**

Sim, eles explicam primeiro as categorias que tem dentro da enfermagem para ver no que o aluno se identifica e ele tenta fazer com que você vá atrás disso, então tem alunos da minha sala que se identificam com a parte sindical e ele fala e te incentiva, fala a realidade, a gente conversa sobre isso geralmente nas aulas de saúde pública e legislação e ele incentiva, vez ou outra o professor de fisiologia faz isso também é estranho mas ele faz, ele foi militante na Bahia, não tem nada a ver com o conteúdo dele mas ele relaciona por exemplo, uma situação de doença e pergunta você como vai intervir nisso se você não sabe nem o começo? Eles incentivam sim eles dizem que tem que ler, ir atrás, ele não fala para parar de estudar academia e vai se formar politicamente não eles falam para pessoa usar a visão, olhar para os lados ver o que está acontecendo ao seu redor mas eles não falam assim é fulano, siclano, beltrano eles incentivam que você vá atrás.

**3. Como é ensinado as variadas formas de representatividade institucional na política através do controle social na sua formação política?**

Não, não é discutido isso, por que no nosso é muito discutido o sindical é bem mais sindical do que uma coisa maior, por que a gente imagina assim sendo totalmente realista a grande dificuldade da classe do enfermeiro hoje é se organizar, se essa é a falha é nisso que eles estão trabalhando, sempre é tudo voltado a categoria, nada é a vamos nos inserir na sociedade, não eles querem que a gente trabalhe a categoria firme a categoria para ai sim intervir na sociedade por meio de melhorar a saúde daquela população.

**E como funciona o sindicato de vocês?**

Então, a gente conhece pouco o sindicato, pois é meio que uma bagunça, tanto é que acho que foi hoje que eles foram lá, foi uma representatividade do sindicato, da Aben e do Coren do Mato Grosso, foram na minha sala que eu estava tendo aula de legislação e foram falar sobre isso, parece que no sindicato o presidente está lá uns 20 anos, coisa que não pode acontecer é um monopólio de poder e outra coisa que não pode acontecer, quem faz trabalho sindical de diretor geral não pode ser candidato, não pode ter cargo público, pois ele tem também, então são essas coisinhas, essas bagunças que a gente tem lá e na aula de legislação é muito focado la para gente se auto organizar como estudantes para exigir alguma coisa dessa parte sindical, por isso que a gente discute muito sindical.

## **5. Na universidade é discutido o papel e a importância da participação política e do controle social?**

Bom além do que a gente fez uma pesquisa prática, indo diretamente nas secretarias, tentamos levantar via a escritura, mas não tivemos acesso a ata e aí a gente fica nessa história porque não tem esse controle, não é efetivo esse controle social, e aí existe esse problema e a gente sabe dessa importância é dada para gente, só que aí a gente já está trabalhando uma forma de intervir nisso, de como você fazer com que isso seja efetivo, porque a pessoa sabe tem esse direito, sabe que tem que estar lá, mas muitas vezes não é efetivo, tanto é que é uma das propostas do meu tcc que se inseriria seria a leitura dessas atas eu queria saber de que forma esse poder que a gente tem está sendo utilizado, o que se escreve nessas atas? Por que não deixam os acadêmicos lerem? O que está acontecendo sendo que pode ir lá pegar e ler? Quando chega uma turma lá eles inventam desculpas, então a gente sabe que isso é importante e a gente quer trabalhar em cima disso, mas é discutido, é tão falado, tão falado que a gente já está atrás de uma solução.

### **Como você avalia a educação de vocês nesse controle social? Os professores tomam a iniciativa?**

É que a gente tem um grande problema de formação política dentro do bloco, eles fazem o máximo que eles podem, são professores específicos, são professores que entendem e que sabem a importância disso, eles tentam fazer com que você se mexa, não é todo mundo que se mexe, mas eles fazem o papel dele, eu avalio que não tem mais o que fazer porque a sala é limitada, a turma é limitada, as pessoas ali em formação política são limitadas, toda vez que a gente levantava debate sobre isso eram gatos pingados que falavam alguma coisa, e tinham horas que a gente dizia está bom gente vocês já falaram deixem os outros falarem também e eles não falavam, então o papel deles está sendo cumprido, eles tão incentivando, tão falando, tão dando oportunidade e tudo, só que aí é interesse do aluno também, não são todos que se interessam, os que se interessam já tem uma demanda política de outras coisas, já faz de algum diretório ou faz parte de um coletivo ou já leu alguma coisa ou é apaixonado pelo SUS alguma coisa assim.

## **6. Na universidade como é trabalhada a formação política voltada para a compreensão da importância do exercício da cidadania e quais os impactos dessa formação na sua vida pessoal e acadêmica?**



É muito difícil fazer essa discursão em sala de aula, por que minha sala é totalmente cristã, fazem orações antes das aulas todos os dias, só na minha sala, eu sofro muito com isso.

**Que tipo de oração?**

Fazem uma oração protestante e rezam o pai nosso para contemplar todo mundo, como se fossem duas vezes se sentindo representado e como se fosse um consenso entre o católico e o evangélico, a mais você tem santo, a mais você grita, a mais você não sei o que, a mais você não sei o que, o que a gente pode fazer para fazer o horário das orações não sair uma guerra de religião? Vamos rezar o pai nosso, pronto resolvido, é mais ou menos assim, é por isso que não tem muita formação política, principalmente na minha sala, por que quando você segue uma religião ou alguma coisa assim é aquilo, quando você se sente representado e você acha que não é mais só cidadão, só votar, eles falam assim, não vou votar mais na Dilma por que ela legalizou o aborto, não vou votar no Jean Willis do Psol por que ele é a favor de legalizar a maconha, então nem em urna eles exercem a cidadania deles direito, é esse assunto da religião.

**Você chamaria de intolerância religiosa?**

Sim, já tentei levantar esse debate em sala de aula.

**Como os professores fazem essa mediação?**

Então o que aconteceu, no primeiro semestre aconteceu vários questionamentos, varias coisas e aquilo foi me sopitando e ai foi que uma vez, a aula que começa sete e meia começou oito e quinze por que eles estavam fazendo oração eu achei isso um absurdo por que não é todo mundo que participa, se você chega atrasado a pessoa se sente constrangida de entrar na sala de aula por que eles estão orando e se eu estou na oração e não quero levantar e dar mão para fazer aquele circulo todo mundo ora para mim, aconteceu duas vezes quando eu me neguei fazer a oração, e os professores viam que chegavam a algumas “tretas” o que a gente decidiu? Faz a oração antes das aulas, se a aula é sete e meia é sete e meia, foi o que eles poderiam fazer tirar o pessoal da sala e falar a não vão orar na sala de aula, só um professor que eu vi fazendo isso.

**Tem algum ateu agnóstico, umbandista, do candomblé ou espírita na sua turma?**

Sim, um espírita.

**Ele se sente representado por essas orações?**

Não ele já reclamou varias vezes para mim, mas participa das orações.

**Algum professor faz o debate do estado laico? Que também é um debate de cidadania.**

Não tem, pois alguns até incentivam, minha professora de anatomia, por exemplo, fala que acha tudo isso lindo e pede para esperar ela para orar. Antes da prova eles oram, aí ela olhou para mim e disse espera que vamos fazer uma oração, eu disse não vocês vão fazer oração eu não vou fazer e saí da sala. Para começar para que ficar dentro da sala de aula para orar para fazer prova sabe? Sendo que a gente já tinha chegado atrasado, essas coisas que não é para se discutir é intolerância religiosa a partir do momento que uma pessoa, eu acho que é eu mais uma ou duas, que se posicionam contra isso, não é contra religião é contra o local, existe local para tudo, sala de aula é lugar para todo mundo, se eu não me sinto representada pelas orações eu acho que eu não deveria fazer aquilo na sala de aula onde a sala de aula é para todo mundo.

**3. Nos projetos político pedagógico dos cursos é comum aparecerem discursos do tipo que o curso deve formar para que o aluno tenha capacidade de intervir na sociedade criticamente exercendo sua cidadania. Através do seu relato você acha que isso é cumprido?**

Fica só na missão da instituição mesmo.

**Qual a missão da instituição?**

Dentro da UFMT eu realmente não sei qual a missão, mas é dentro desse contexto dos PPP, só que efetivamente isso não tem, você ensinar uma pessoas o que é cidadania e que você tem que respeitar aquela pessoa por quer abortar, vai falar isso para uma menina da minha sala que é contra o aborto e ela é uma futura enfermeira, muitas vezes é o enfermeiro que faz esse procedimento chega para ela e fala assim olha ela tem direito de fazer isso para mim é inadmissível, então são essas questões, ela não está respeitando a classe e não está deixando a pessoa exercer a cidadania dela nem o direito dela.

**Entrevista com a estudante Ellen da UFRGS**

**1. Para você o que é a formação política?**

A falta dessa formação, acho que universidade deveria investir muito mais nessa formação política, principalmente na faculdade de enfermagem onde as pessoas não enxergam o papel político que elas vão ter, pelo menos na UFRGS não tem nenhum tipo de formação, não tem nenhum tipo de cadeira que volte a formação para ser mais politizada.

**Por que você acha que não há interesse dessa instituição na formação política dos alunos?**

Por que criar seres pensantes é um tiro no pé dentro da sociedade que a gente vive e o foco da universidade está muito mais voltado para pesquisa e para uma pesquisa que vai ficar dentro da universidade, se fala muito no foco de retorno para sociedade dos profissionais, mas na verdade não se formam profissionais, por exemplo, na enfermagem para trabalhar no hospital de clínicas, para atender uma população restrita, que é uma população que tem acesso ao hospital e muito para pesquisa assim, nada de muito para fora da universidade, como por exemplo, em comunidades carentes, comunidades indígenas, quilombolas, se fala muito em fazer, fazer, fazer, mas não se põe em prática.

**Qual o papel da pesquisa nesse processo?**

Ganhar dinheiro usando a desculpa que vai fazer alguma coisa para melhorar a sociedade mas de fato não aplicaram nenhuma melhoria dentro daquele lugar onde está sendo feita aquela pesquisa, não se tem um retorno, o que se tem é um monte de gente indo até determinados lugares fazer as pesquisas que a universidade diz que são importantes fazer, mas não tem o retorno para aquela comunidade, ou enfim, para aquele local do que deveria ser melhorado e também tem a questão do saber da academia muito grande e chegar nos locais e impor o saber e não levar em consideração a vivência que aquelas pessoas criaram com tempo.

**Você acredita que se houvesse formação política na universidade isso poderia contribuir para transformação de um determinada realidade?**

Com certeza mudaria muito, a universidade tem o papel de formar de fato as pessoas, de formar a opinião, de formar o que elas vão ser perante a sociedade, atualmente é como eu entendo como as pessoas enxergam a universidade e muito do que não se consegue fazer dentro daquele espaço da academia de melhoria, de conscientização e de politização é por que não há um interesse de fato da academia de estar transformando o pensamento, os professores tem muita influencia sobre os alunos só que eles não usam isso da maneira que deveria ser usado, eles não usam isso para formar alunos que vão ser pessoas politizadas, que vão fazer transformação de fato, eles estão formando pessoas dentro da universidade para dar sequencia ao trabalho que eles fazem que é aquele lance de “umbiguismo” sabe, que é de fazer o trabalho para universidade, para universidade, para universidade e nunca para fora da universidade, vai fora da universidade faz pesquisa, faz sei lá em fim, mas aquilo não vai ter os resultados, não serão aplicados fora da universidade.

**E a extensão não seria essa possibilidade de intervenção na sociedade, intervenção política?**

Seria, mas o interesse que se tem na extensão não é o mesmo interesse que se tem na pesquisa, o investimento que se tem na extensão por mais que números e valores possam ser parecidos, mas não tem interesse das pessoas em fazer a extensão, colocando de fato atenuações para fora da universidade, o interesse da pesquisa é muito maior do que na extensão.

**E essas poucas ações que tem por fora da universidade através da extensão você acha que elas conseguem gerar um impacto naquele local em que está sendo realizada?**

Eu participei de uma extensão que era com moradores de rua e era para fazer um seminário para falar sobre o direito dos moradores de rua e foi um exemplo muito bom de empoderamento de uma população que não se enxerga nem enquanto gente sabe, é gente que não se vê enquanto gente que acha que é pior do que bicho por que mora na rua, por que as vezes tem que comer resto de comida, por que ninguém escuta, ninguém fala, ninguém vê, é uma população que é invisibilizada perante a sociedade e esse seminário que foi parte de um projeto de extensão foi muito para empoderar eles, então a gente deu as cartilhas que falam dos direitos humanos, a cartilha do movimento nacional de população de rua para vários moradores de rua em vários abrigos e albergues e o pessoal se emponderou, o pessoal foi para esse seminário, o pessoal cobrou coisas das autoridades e a partir disso vários seminários foram sendo realizados com a população de rua e com a presença de várias autoridades e o pessoal está cada vez mais se empoderando, se apropriando da temática, do assunto e está cobrando essas questões de direito humanos que são negadas a eles.

**Você acha que essa experiência que você teve contribuiu para sua formação política dentro da universidade?**

Sim por que foi um espaço da universidade que proporcionou chegar ate esse pessoal, mas se não tivesse uma determinada pessoa que fosse lá, uma professora que fosse por que ela gosta por que ela tem uma proximidade com o tema das pessoas em situação de rua a universidade não teria me oportunizado isso.

**2. Vocês tiveram a experiência de luta contra o aumento das passagens em Porto Alegre que influenciou as jornadas de junho de 2013, como isso se reverberou para dentro da universidade em termos de discussão?**

Foi negligenciado, só o movimento estudantil que pautou muito isso, a participação política, mas dentro da sala de aula, inclusive a primeira pessoa que foi presa foi uma menina da enfermagem, minha colega, e as professoras todas conheciam ela e ignoraram o fato de que tinha uma aluna delas tinha sido presa e do porque que ela foi presa e não conversaram com

ela e ignoraram, inclusive, a existência dela dentro da universidade, uma professora falou que tinha que ser presa mesmo que tinha que ter ficado, criminalizou bastante o movimento e especificamente essa aluna e é uma professora que não tinha um contato mais direto com ela, não conhecia ela.

### **3. Por que você acha que há esse processo de criminalização do movimento estudantil?**

Por que não tem uma formação política sabe, acho que é esse o termo, eles são muito senso comum e eles não se prestam nem a procurar e a entender sabe, é aquilo, o que eu sei é o que é, por exemplo, a são todos vândalos, são todos baderneiros, são todos anarquistas, mas eles não sabem o porque que as pessoas estão agindo de certa forma, porque que as pessoas estão indo para rua? Não é só pelo aumento da passagem, teve um professor que disse, o que tem pagar 3 reais pela passagem do ônibus? Não é caro e os nossos ônibus são bons, tem bastante ônibus, tem bastante frota, tem bastante frota na região onde tu mora, sendo uma pessoa burguesa, tu mora num ponto da cidade que tem bastante ônibus, ônibus não lota, ônibus tem ar condicionado, mas se tu for para periferia a realidade é outra é muito diferente, a qualidade do ônibus é menor é inferior, então as pessoas nem sequer olham para o lado, acham que tá bom, acham que os que elas estão vendo, só que o que elas estão vendo é fora da realidade do contexto.

### **Qual a causa desse conservadorismo exacerbado na mentalidade dos professores?**

É a ignorância e é por não querer sair do seu lugar de privilégios e de não entender que é uma pessoa privilegiada e que tem que ajudar as pessoas que não tem os mesmos privilégios a conquistar determinadas coisas, que para alguns pode ser muito pequenas mas para outros são coisas muito importantes como transporte público, por exemplo, então eu tenho o privilegio de ter um transporte publico bom em meu bairro e não me importo se essa qualidade não é a mesma em outros bairros.

### **2. Como é ensinado as variadas formas de representatividade institucional na política através do controle social na sua formação política?**

Não é discutido, eu faço parte do diretório e agente queria aproximar os alunos do movimento estudantil, através da representação discente e os professores não falam sobre representação discente, não conversam sobre as representações que os alunos podem ter dentro da universidade, o que é de dentro da universidade já não é dito e o que é de fora da universidade menos ainda.

**Por que você acha que não é dito, que não é discutido isso dentro da universidade?**

Por que não é de interesse dos professores que os alunos vão lá e deem palpites e saibam o que está acontecendo de fato.

**O que eles têm tanto medo de esconder?**

Eu acho que não é questão de esconder é questão de poder, manutenção de privilégios de poder. A partir do momento que aquele aluno vai estar participando, por exemplo, representante discente de um dos departamentos, ele vai ter direito a voz e a voto e é um absurdo um aluno que está recém se graduando vir discutir comigo, eu que tenho pós-doutorado em alguma coisa.

**Por que há essa falta de maturidade dos professores em não admitir um aluno nesses espaços políticos?**

É o privilégio do poder, é a questão de achar que quanto mais eu estudo mais eu sei e se uma pessoa que não estudou o mesmo que eu não tem um terço do conhecimento e da sabedoria que eu tenho, é manutenção de privilegio de não querer que uma pessoa tenha direito de expor sua opinião, de expor seu pensamento por que pode ser uma coisa e aquela pessoa pode até ter uma sabedoria maior que a minha em um determinado assunto e eu não quero que um aluno saiba mais do que eu enquanto professor.

**Como você vê essa democracia dentro desses espaços?**

Não existe uma democracia quando se trata do... é muito vertical, é do professor para baixo, o professor sabe mais, o professor fala e impõe as coisas não tem muita democracia.

**Não tem um dialogo?**

Tem um dialogo para fazer de conta que tem uma democracia por que não é levado em conta aquilo que é dito.

**De que forma se dá a composição dos conselhos?**

Na minha universidade tudo funciona no sistema 70-15-15, então é 70% professores, 15% técnicos e 15% por cento alunos e é assim dentro da formação do departamento e dos conselhos universitários, então tem 70% de peso o voto dos professores e dos técnicos administrativos e alunos tem 15% e a representação também é assim nessa divisão, sei lá, são 40 professores em um departamento e é um aluno a cada 8 professores, então é ter 40 professores e 5 alunos.

**3. Na universidade os ensinam o papel e a importância do controle social como voz da sociedade?**

É falado muito pouco, só nas cadeiras de saúde coletiva e saúde comunitária que falam mais do controle social, mas fora isso parece que só o profissional com uma formação maior, mais graduado que sabe, que manda e que pode e que faz tudo.

**De que forma o professor que fala dessa parte de legislação do SUS discute a composição do controle social em saúde?**

Na minha universidade eles falam que existe o controle social que a população tem direito a voto e a voz dentro dos conselhos, dizem para os alunos que eles também podem fazer parte daqueles conselhos, parece que é uma coisa muito distante dos estudantes participar de alguma maneira do controle social, não se põe nem o estudante enquanto cidadão indo lutar pela melhoria, não tem nenhum estímulo para que ele vá atrás disso.

**4. Na universidade como é trabalhada a formação política voltada para a compreensão da importância do exercício da cidadania e quais os impactos dessa formação na sua vida pessoal e acadêmica?**

Não é feita, é totalmente voltada para o mercado de trabalho, não tem essa formação de ir em busca de exercer seu direito de cidadão, não tem essa conversa sobre cidadania.

**Como você acha que a universidade poderia contribuir para que os problemas da sociedade fossem superados, dentro da perspectiva da formação política?**

Implementando a formação política, levando isso para dentro da universidade e fazendo com que os alunos pensem dessa maneira, pelo menos na minha realidade não existe isso essa formação política, a gente tem que buscar fora da sala de aula, dentro da sala de aula a gente não pensa, minimamente a questão da saúde da mulher que tá tendo uma luta pelo parto humanizado que faz os alunos lutarem pelo parto humanizado que é muito o forte das professoras, mas de resto em geral...

**Até que ponto você acha que vai a questão do direito ao parto já que a pauta do parto humanizado também pode ser colocado como uma questão mercadológica por não ser oferecido pelo SUS?**

Eu concluí agora a cadeira de saúde da mulher e agente trabalha com o empoderamento da gestante ou coerpera, a gente conversa com elas e explica que tem um parto humanizado que não tem intervenção enfim, a gente conversa com o sujeito daquele parto, mas é só no nosso campo de estágio que a gente faz isso, por que para fora não tem um grupo ou, por exemplo, um projeto de extensão que monte uma unidade para trabalhar com aquelas mulheres e falar que pode ter um parto humanizado dentro do hospital inclusive, as mulheres chegam lá sabendo que não podem gritar, que vai doer, que vai ter corte e provavelmente vai ser uma

cesárea e muitas chegam dizendo que querem uma cesárea por que é melhor, só que elas não tem o conhecimento então não tem o empoderamento da sociedade como um todo para entender o que é um parto, para conversar, para falar sobre parto e ter o direito e não é para fora da universidade é restrito a quem está sendo atendido pelos alunos ali, quem está indo para um hospital escola e está tendo esse privilegio de ser atendido por esse alunos que tão tendo uma formação que está sendo diferenciada minimamente.

**Sabendo que a burguesia se apropria dessas pautas através de sua mídia utilizando artistas que fazem o parto humanizado e sabendo que esses partos são caríssimos e que não é a mulher da periferia que utiliza esse método como você vê essa questão de até para ter o direito de escolher as pessoas precisam pagar?**

Todo sistema de parto está em uma lógica inversa do que deveria ser o que deveria ser o normal, na minha opinião o SUS deveria investir no parto domiciliar, no parto humanizado e bancar isso, para que as mulheres tenham o direito de estar em sua casa, conhecer o ambiente onde vão ter seus filhos, por que ate mesmo as mulheres que vão para o hospital, elas chegam na emergência obstétrica, ai elas vão para a sala de observação e tudo, fazem a triagem e vão para sala de pré parto de lá vão para sala de parto, só que enquanto elas estão ali no trabalho de parto não é feito o trabalho de mostra a unidade do centro obstétrico de levar elas para conhecer, a se der tudo certo seu parto vai ser aqui em tal sala e se tiver alguma complicação ou alguma coisa seu parto vai ser uma cesariana e vai ser nessa outra sala, não se faz esse trajeto com a mulher de levar ela para conhecer o ambiente onde ela vai ganhar o filho dela e a logica deveria ser, se for ser um parto hospitalar de que a mulher já conheça aquele ambiente antes, a mulher e a pessoa que vai acompanhar ela na hora, já conheçam aquele ambiente para ir se familiarizando com aquele ambiente, só que na prática não tem isso.

**Entrevista com a estudante Gabriela da UFRJ**

### **1. O que é para você a formação política?**

Primeiro que eu acho que a gente tem pouca formação politica dentro da universidade, principalmente na área da saúde, eu penso sempre que é muito complicado na nossa área, a gente tem uma dificuldade para instigar os estudantes a pensarem e discutirem politicamente, eu quando penso em formação politica dentro da universidade penso que o movimento estudantil, centro acadêmico são coisas fundamentais para fazer com que essa formação politica ocorra hoje dentro da nossa universidade, porque eu acho que a academia é muito... por ser formadora de pessoas para o mercado e a gente vive numa sociedade capitalista né, um mercado que é voraz não coloca a vida humana em primeiro lugar eu acho que por isso que a



gente tem uma formação política débil, não é interessante essa formação política em vários momentos.

**Por que você acha que não é interessante para a academia formar as pessoas politicamente?**

É justamente por isso, porque a universidade, o modelo de educação ele é feito para uma sociedade, então a educação é um ponto importante na transformação da sociedade, inclusive pensamento crítico, se você critica o que tá colocado a sua frente você quer transformar aquela realidade e não é interessante para o estado, não é interessante pelo sistema que precisa ser mantido né, então para academia você precisa formar rápido uma pessoa que atenda as demandas desse sistema, então você não vai fazer com que aquela pessoa queira transformar isso, porque isso breca a academia em muitos momentos, isso para a academia, você vai contra a hegemonia né, então acho que não é interessante para academia que se formem seres que consigam pensar nessa transformação da sociedade, acabar com toda uma lógica né.

**Que lógica seria essa?**

Ué a lógica do sistema capitalista assim, eu não sei muito o que você quer que eu fale.

**Como é esse sistema? De que forma ele impõe que a universidade venha a estar formando o indivíduo?**

Então a universidade deveria girar todo o conhecimento científico que ela proporciona aos indivíduos para a sociedade, para o povo e num sistema que não é pensado para o povo, para que o povo consiga ter mais condições de viver numa sociedade de viver melhor não é interessante para o sistema que mantenha essa universidade que precisa dela para que ele seja mantido, fazer com que ela consiga formar indivíduos que queiram transformá-la.

**2. Na universidade os ensinam a participarem politicamente para se superar problemas coletivos na sociedade?**

Não a universidade não faz isso assim a gente tem pequenos grupo de professores, a universidade não faz isso em nenhum momento assim não procura assim, muito pelo contrário os estudantes já são vistos como pessoas que não precisam pensar, eles não precisam discordar, eles tem que aceitar as coisas, então a universidade não trabalha para que eles não possam agir politicamente, a universidade instituição né, não trabalha para isso, caro que a gente tem os focos, alguns professores enfim os próprios estudantes, mas a instituição universidade não proporciona.

**Mas por ela ser uma instituição social e muitas vezes até de transformação social por que ela não tem essa preocupação de estimular as pessoas participar politicamente?**

Então eu acho que a universidade, já que a gente falou de extensão e tudo mais, ela tenta em vários momentos, até para poder sanar esse lado que não é voltado para o social em alguns projetos dizer que interfere na comunidade fora da universidade, na extensão no caso.

### **E na extensão ela consegue transformar a realidade?**

Não consegue, a extensão deixa claro o que a universidade faz, ela torna o indivíduo, o estudante detentor do conhecimento, entre aspas, e que para ele na extensão hoje na universidade é como se ele estivesse indo colocar seu o conhecimento, mas que aquela comunidade não tem acesso a esse conhecimento, ele não enxerga como uma troca, ele enxerga como uma... eu sou o ser responsável por levar o conhecimento para essa comunidade, por prestar o meu serviço, mas é só isso não é uma troca de experiências, não é a universidade interagindo com a comunidade é mais uma prestação de serviços de favores não é uma transformação real daquele espaço e que não vai ser porque não é isso que a universidade se proporciona é justamente pela lógica do ensino que ela tem de formar indivíduos que não são para trabalhar para o povo que são no fim das contas obrigados a isso assim, a se vender para o mercado que os explora, mas que não é para o povo não é voltado para sociedade, de uma forma geral é voltada para uma parcela da sociedade, que a universidade forma o indivíduo para que ele ganhe dinheiro, não vai pensar em colocar seu conhecimento e disposição da sociedade e que a gente precisa arrastar, ampliar esse conhecimento, mas ele é colocado num sistema que impõe que ele venda sua força de trabalho de uma forma que ele queira ganhar dinheiro com isso.

### **3. Como é ensinado as variadas formas de representatividade institucional na política através do controle social na sua formação política?**

Bom eu vou falar pela minha universidade, a gente é tonido em vários momentos de participar desses espaços, eu não vejo um incentivo grande a participação, pelo contrário assim o que a gente encontrou nos conselhos que existem a pouca voz acadêmico, assim você tem um conselho com 50 pessoas, são 45 professores e 5 estudantes e isso sendo que a proporção não é essa na universidade, então eu acho que é isso que eu falei desde o início, é a lógica da universidade faz com que ela entenda que o estudante não precisa questionar, ele tem que tá ali tudo bem, a gente garante a participação aqui só para dizer que tem um estudante, mas na prática, na prática o peso que ele tem na universidade não é contemplado nesses conselhos.

### **A universidade oferece atividades de formação política para os alunos?**

Acho que não, acho que pouco, dizer que não é mentira, mas acho que pouco né, não incentiva tanto isso, e se incentiva é de forma posso até dizer que burocrática né de uma

maneira meramente, é isso funcionamento do conselho a importância da sociedade dentro desses conselhos, mas que não incentiva tanto, não faz o trabalho voltado para isso, não acho que a universidade incentiva dessa forma.

**4. Na universidade como é trabalhada a formação política voltada para a compreensão da importância do exercício da cidadania e quais os impactos dessa formação na sua vida pessoal e acadêmica?**

Então Marcelo eu continuo achando que não assim, existe uma ordem estabelecida na universidade que ela é muito difícil de ser quebrada e justamente por isso esse incentivo a exercer a sua cidadania a desenvolver a democracia dentro da universidade não vai além dessa questão do voto, não vai além do que é interferir e fora da universidade também não vejo nada que a universidade instituição consiga colocar para os estudantes como alternativa e exercer sua cidadania para além do voto.

**Por que você acha que a universidade não promove esse incentivo?**

Olha Marcelo é porque a universidade também é dirigida por parte das pessoas que também mandam na sociedade, são pessoas que também têm no poder.

**E quem são essas pessoas que mandam na sociedade?**

A burguesia né, parte da... quem dirige a universidade hoje posso dizer a reitoria as pessoas que estão nos altos cargos fazem parte de uma classe mais abastada assim que para elas a democracia não é tão interessante que você não precisa fazer com as pessoas exerçam sua democracia para além do voto, para uma... é isso para fazer com que as pessoas pensem em algo que seja melhor do que votar, que seja maior do que colocar alguém em determinado espaço, acho que vai de todo o contexto que a universidade tem assim dessa formação política, dessa pauta de formação política.

**Se a universidade de fato se propusera a contribuir, de que forma ela poderia ajudar a superar os problemas de ordem coletiva enfrentados pela sociedade?**

Bom, lá na UFRJ a gente tem um projeto, de pesquisa e extensão, muito interessante que é um projeto sobre ônibus de hidrogênio, um ônibus que funciona a base de hidrogênio né que gasta menos energia e ele funciona dentro da universidade e ele foi desenvolvido por estudante de engenharia e alguns professores que a universidade financia, mas que para fora da universidade você não vê né, isso não foi revestido para fora da universidade, e assim acho que todas as questões que a gente vê na nossa sociedade e que a gente tem diversos acadêmicos que desenvolveram soluções N coisas e a gente vive vendo isso, e a gente ainda se

pergunta porque que tem fome ainda, porque que a gente tem problema de mobilidade urbana, porque a universidade ela não trabalha hoje para o desenvolvimento, tudo que e desenvolvido dentro da universidade é fica dentro da universidade e quando sai muitas vezes é vendido para grandes empresas enfim não sai para o povo né.

**Essa questão do hidrogênio amenizaria até mesmo a questão da emissão de gases e porque o poder executivo não tenta implementar uma forma de ate mesmo economizar dinheiro ao comprar petróleo e gasolina? por que o poder executivo não utiliza esse conhecimento da universidade?**

Porque o estado ele trabalha para alguém né, o estado é um estado de alguém ele trabalha para uma classe ele trabalha para quem são os donos da empresas e o poder executivo se faz isso tira o dinheiro do empresário do cara que é dono da empresa de ônibus, você tira o dinheiro que do cara que tem as ações da empresa do petróleo, você quebra o lucro de alguém, você acaba com o lucro de alguém, é muito melhor você ter uma coisa que dure menos eu você gaste mais, por que você está gastando mas você tá pagando para alguém é para alguém que não utiliza esse tipo de... não é para mim, não é para o povo, você não tá pagando esse dinheiro para o povo, você tá pagando esse dinheiro para esse cara.

**Muitas vezes as pesquisas que são feitas nas universidades ficam apenas no campo teórico, por que o poder executivo não utiliza esse conhecimento e porque as pesquisas que são feitas não são escutadas dentro da universidade?**

É porque muitas vezes as pesquisas são pesquisas que elas proporcionam um gasto menor de determinadas coisas, são pesquisas que no fim das contas que quebram o lucro de alguém, de alguém que manda no país, de alguém que compra essa pesquisa porque ele não quer que o povo desfrute de algo que possa fazer com que o lucro dele acabe né, é isso a universidade até nesses momentos em que ela produz alguma coisa que possa ser nociva para o dono da empresa de tal coisa ela ta sendo contra hegemônica.

**É contraditório, pois o próprio pesquisador pode patentear sua ideia e lucrar com aquilo e por que esse pesquisador não faz isso e pressiona o poder executivo para que aquela ideia seja aplicada na prática e fazer com que a pesquisa seja considerada como uma verdade para o poder executivo para que ela venha implementar melhorias para o povo?**

Esse caminho é mais difícil né Marcelo, é o caminho mais difícil e acho que esse cara já é esmagado na própria academia muitas vezes e por mais que pareça que o projeto dele é um projeto bom que ele pode lucrar com isso, mas que no fim das contas ele não vai estar

proporcionando algo que é interessante para essa parcela da sociedade, para parcela da minoria da sociedade que detém a maior parte das coisa.

### **Que minoria é essa que você diz?**

A minoria é a burguesia, são os donos do estado, os donos do poder.

### **Então os donos do poder não são os políticos que estão lá nos representando?**

É eu acho que o estado é um braço do capitalismo, um braço da burguesia, ele é comandado por alguém, não adianta você não muda isso, para transformar isso você tem que transformar a logica sociedade que não é uma logica... a gente precisa acabar com a logica da sociedade que necessariamente a gente precisa ter alguém que seja explorado para que ela sobreviva é a sociedade dos subjugados né, a sociedade de quem explora, os donos dessa sociedade são poucos e a gente só vai mudar e transformar essa sociedade na minha avaliação não é uma universidade que vai mudar a sociedade, a universidade pode ser importante por que você se depara com tanta contradição na universidade que em vários momentos você mesmo se questiona e a dai a gente começa com a questão do movimento estudantil e ai a gente começa a entender que é muito maior muito além da universidade, então assim eu acho que para a gente discutir universidade e porque que a universidade não faz o que ela tem que fazer, porque a universidade ela é mais um meio de alienação, eu acredito que a universidade aliene a juventude também, a universidade faz com que a juventude caia num mundo tão pequeno em vários momentos, ela suga o estudante, você entra na universidade com uma ideia que é mentira né, você entra achando que você vai sair dali... não você tem que ter diploma para você ser alguém na vida o que não é verdade porque quantos que saem da universidade estão desempregados, então acho que tudo isso faz parte de um sistema que aliena a juventude em vários momentos e a universidade faz parte disso e por isso acho importante a gente entender porque a gente se engana na hora de querer mudar as coisas, a gente luta contra o inimigo errado, acho que o governo ele só é um braço para manter esse sistema, para gente transformar a sociedade a gente tem que ir para além dos limites dos muros da universidade.

## **Entrevista com a estudante da UNIFESP**

### **1. Para você o que é a formação política?**

Primeiramente o que vem a mente quando a gente fala de formação politica acredito que na minha universidade é representatividade o que é errado, na minha concepção é errado mas na UNIFESP quando a gente fala de formação politica a gente só fala de representatividade dos

estudantes a gente só fala de espaços e etc. A formação ela não... a grade curricular na verdade ela dá uma formação política adequada para as pessoas lá, ela faz com que os estudantes procurem pela formação política em outros lugares, ensino, pesquisa e extensão tudo isso forma o pesquisador e é só o que a universidade proporciona na minha cabeça, de formação política eles não proporcionam muito, existe muito o movimento popular, existe muito o movimento de saúde, mas são coisas que deveriam estar mais acessível aos estudantes, só estudante que tem muito interesse que tem uma pesquisa e que corre atrás que consegue essas coisa e muito nesse caso, falta mesmo.

### **Você consegue enxergar essa formação política dentro da sala de aula?**

Então na verdade existem até algumas disciplinas que os professores discutem isso, mas as disciplinas são no segundo ano, o que eu acho que não devia acontecer só no segundo ano, é só uma disciplina no segundo ano e é uma professora que tem o pensamento todo diferenciado então ela não acredita em participação obrigatória dos estudantes, então ela não passa lista, ela não faz chamada, ela não faz o que geralmente a universidade obriga, então o curso dela é basicamente 5 estudantes, 6 estudantes, ela passa os estudantes, eles precisam dizer o que você entendeu, o que você aprendeu e eles falam, a gente escuta barbaridades mas é só isso sabe, ela mostra todo o contexto e o estudante quando for na aula dela, se for na aula dela, e apresentar um curiosidade maior é ele que tem que procurar por ele mesmo é apenas um curso no segundo ano que está completamente errado mas...

### **De forma geral como você avalia essa formação política na universidade?**

Ela é completamente insatisfatória, eu acho que ela é completamente insatisfatória, ela precisa melhorar muito até eu não sei nas outras universidades mas acho que é um problema institucional muito grande dentro da UNIFESP porque falta muita coisa e eu vejo que de formação política de conceito e etc. Todas as universidades passam muito a frente de nós.

### **Por que você acha que não é de interesse da universidade forma politicamente esse estudante?**

Então, eu já pensei varias vezes sobre isso, eu pensei que era porque a universidade não tem interesse porque a universidade é muito patriarcal ainda ela é totalmente errada e ela segue conceitos que se o estudante começar a questionar vai contra os próprios professores, só que hoje avaliando a universidade de outra forma de quem tá quase se formando eu vejo pelo conceito de que não dá dinheiro, eles investem muito em pesquisa é massiva a pesquisa lá,

mas a pesquisa da dinheiro para o estudante para o pesquisador e a formação política não dá a gente não recebe nenhum apoio, professor que trabalha com formação política são sempre os que não tem sala, são sempre os que não tem onde ir e é diferente dos pesquisadores e lá se julga muito e se exalta muito o trabalho do pesquisador, então é mais um conceito da universidade que tá tão intrínseco que a gente não sabe onde começa e onde termina eu sei que lá eles julgam muito a pesquisa como super importante, então eles desvalorizam tudo quanto é coisa que não for a pesquisa, eu não sei meu pensamento pode mudar, mas eu acho hoje que é por que não da dinheiro por que a universidade fala assim isso não vai trazer dinheiro para gente é o estudante que pensa que vai encher o saco por que o sistema tá errado e que não trás benefício não pode ser publicado, não pode ser questionado não vai ganhar nada com isso.

### **Essa formação política depende de quem?**

Na verdade quando esse ponto é discutido eles levam em consideração, e muitas vezes eu ouvir, a formação política tem que depender da própria pessoa, a universidade não pode formar, fazer uma formação política com elas porque elas tem que ter essa curiosidade sozinha se elas querem se tornar individuais é o jeito da pessoa e a gente tem que aprender a respeitar entendeu e daí super valoriza de novo a pesquisa todas as vezes que a gente discute isso todas a vezes foi exatamente isso que a formação ela precisa partir da pessoa e se a pessoa quiser ela vai atrás e se ela for atrás ela consegue, mas ela tem que ir atrás não é como todo o resto da graduação.

## **2. Como é ensinado as variadas formas de representatividade institucional na política através do controle social na sua formação política?**

Isso é visto na universidade como algo muito ideológico, então as pessoas falam assim é bonito, mas não funciona então não adianta vocês tentarem e isso a gente escuta de todo mundo de professores e etc. Então desmotiva quem está assim entendeu, então quando acontece um problema na sociedade a gente tenta puxar uma discursão, a gente tenta fazer a discursão mais aprofundada e tudo que se ouve é que se tivesse dado certo já estava dando certo, tanto dos estudantes quanto de muitos professores, então falta muito isso na universidade, essa questão de falar mais da sociedade, quando se tem algum problema dentro dela os estudantes procuram sempre coordenadores e nunca procuram os próprios estudantes, então se há um problema com um determinado professor que a sala toda tá, a sala toda vai

falar com a coordenadora e ninguém fala com os estudantes eles não se juntam, eles não fazem uma carta, eles não fazem nada, politicamente é muito atrasado.

**A jornada de junho mostrou que a união por uma causa pode alterar essa questão das correlações de força, mesmo com esse exemplo os professores não mudaram a forma de pensar essa questão?**

Por nossa formação política ser bem fraca as pessoas confundem as coisa entendeu, então elas não acreditaram que só a jornada de junho fosse capaz, obvio que por exemplo a pressão popular aumentou e fez mudar, mas para as outras pessoas dizem que já estava tudo encaminhado, já estava tudo precisando de um conceito e isso pela formação política a gente tenta puxar as pessoas acabam esquecendo, então a gente fala assim a mais graças a junho a gente conseguiu isso, mas eles dizem assim é mais se agente tivesse deixa ia acontecer do mesmo jeito, eu sei que em São Paulo a gente tem muito problema que não ia reduzir a tarifa, o metrô não ia melhorar e etc. mas a formação política das pessoas dentro da universidade é muito atrasada, então elas não entendem isso.

**3. Na universidade é discutido o papel e a importância da participação política e do controle social?**

Na universidade agente tem uma semana que a gente tem uma orientação antes de entrar, só que é uma semana quando a pessoa entra é só isso que ela tem, então vai diretório central e todo mundo começa a explicar as representatividades, eu não sei se é esse caso, por que estudante acabou de entrar ele não tá pensando nisso, eu não sei não, não é esse caso por que eles esquecem não é esse caso, não é importante, quer dizer é importante porque alguns entendem, mas assim precisava ser refeito, mas é a única coisa que a universidade propõe é o único horário que a universidade propõe, mas quando chega no final do quarto ano eles começam a discutir quanto a enfermagem para a sociedade, mas de uma forma... dai na universidade fica muito defasado, chega no quarto ano eles explicam a importância do enfermeiro para sociedade, mas são discursos completamente rasos que você esperava que fosse mais aprofundado vindo de quem vem, são pessoas que eu acredito que tem o conhecimento completamente amplo e faz um discurso completamente raso para que ninguém questione.

**Na universidade os ensinam o papel e a importância do controle social como voz da sociedade?**



A universidade já foi pior, a UNIFESP tem um problema muito grande assim e eu não sei se você entende, mas ela é toda complexa, ela tanto misturado publico e privado que não dá para entender, então a SPDM (Sociedade Paulista de Desenvolvimento da Medicina) ela comanda o hospital universitário e um dos donos é um dos principais professores de medicina e foi nessa época que eles fecharam acordo a muito tempo atrás e desde sempre seguiram esse legado desse reitor, a dois anos atrás teve a greve e a greve trouxe muitos benefícios dentro da universidade por que as pessoas eram completamente mais ou menos assim, os professores pararam, então não tinha aula foi discutido e daí teve a votação para reitoria logo depois e foi a primeira vez que a gente aprovou na reitoria uma mulher do movimento estudantil que não era médica e etc. a partir daí eu consegui ver a universidade em todo seu contexto, hoje a gente tem votação paritária, a gente tem repasse de verba é tudo bem mais aberto e por ser mais aberto e por ser uma pessoa que não é da medicina o negocio tá ficando difícil, antes já era difícil, mas agora a gente tem uma visão do quanto a universidade tá difícil, mas hoje já é aberto para todos os estudantes as relações internas elas já repassam verba, o que vai ser feito, o que vai ser discutido, então não são informações difíceis de conseguir, mas se você perguntar para qualquer estudante mesmo que esteja aqui, mesmo que seja da UNIFESP se eles sabem, eles não sabem. Então eu acho que falta aquela formação para os estudantes porque eles não tem o interesse de saber e tá bem divulgado.

**Dentro da sala de aula de que forma se discute controle social em saúde da perspectiva de quando o enfermeiro for para o ambiente de trabalho, no caso da atenção básica, de que forma ele vai dialogar com os agentes comunitários de saúde para que eles estejam se envolvendo?**

No ultimo ano a gente tem uma disciplina chamada administração e saúde pública no qual os professores passam as leis e falam de que modo falaríamos, eles deixam mais ou menos o estudante pensar por ele próprio de que modo você faria? Então o estudante ele tem mais ou menos um projeto e a gente se insere em bairros da própria capital , no bairro tal está acontecendo isso, por causa disso se você fosse o que você faria, é tudo muito...

**Isso se dá na perspectiva de você intervir naquele problema ou na perspectiva de você como gestor?**

Na perspectiva de gestor o que você faria, daí os estudantes trazem o que eles acham correto em cima do que eles leram sozinhos pelas leis ou do que eles procuraram e os professores orientam quanto isso seria certo por causa disso e disso e ai vai dando um respaldo, não é nada muito...

### **É só nesse momento que vocês discutem SUS?**

Só nesse momento que a gente discute SUS em 60 horas só.

### **Legislação, nem nas próprias disciplinas voltadas para atenção básica?**

Então, por exemplo, no segundo ano a gente tem UBS que é unidade básica de saúde, mas unidade básica de saúde pergunta o que você vai fazer na unidade básica de saúde? Você vai tratar, você não tem lei, você sabe do programa B paulistano, você sabe como tratar diabetes, a hipertensão, mas você não aprende lei, você não aprende nada, então você chega lá, você vai atrás do idoso, você vai atrás da criança, você vai na sala de vacina, você não procura a gestão de uma UBS, você não conversa com os setores, você não faz parte de uma reunião, você não faz nada disso, para dizer que não mais, durante... a gente é obrigado a passar na graduação ainda a passar do horário e eles fazem passarmos por UBS, mas lá na UBS a gente participa 400 horas, mas é do mesmo jeito, a mesma formação nenhuma você aprende se quiser.

### **4. Na universidade como é trabalhada a formação política voltada para a compreensão da importância do exercício da cidadania e quais os impactos dessa formação na sua vida pessoal e acadêmica?**

Isso é mais falado, dentro da universidade não, mas é mais falado dentro dos diretórios os diretórios ficam lá, os centros acadêmicos, diretórios etc, mas isso é bem falado dentro dos diretórios, existem espaços de formação, existem espaços para discutirem exatamente isso se o estudante quiser, mas a universidade não abre muito esse leque para quem tá lá só para graduação, a extensão as vezes proporciona ao estudante, mas a gente sabe que a extensão é para quem quer também, não é nada obrigatório apesar de ser parte da universidade.

### **A quem serve esse modelo de educação?**

O modelo de educação serve para formar profissionais, não serve para nada, a pessoa não sai política, ela não sai crítica, ela não... eu não sei nas outras universidades, porque todas as vezes que eu vou para o encontro eu chego basicamente muito chateada com a minha universidade, mas na UNIFESP serve para formar aquele profissional que vai ou mandar ou obedecer, simples assim ele não pensa em nada, ele não quer discutir, não quer mudar, não quer transformar nada e que acha que muitas das coisas não serviram para nada, então se você for discutir 30 horas dentro hoje de uma sala vai ter 90% contra porque as pessoas acham que não precisa disso, a gente tem tanto problema para que discutir 30 horas e cai no que a professora Nazaré falou ontem alguns que apoiam, eles apoiam para conseguir 2 empregos e

não porque eles acham que é importante as 30 horas e as pautas da 30 horas, então a minha formação hoje na universidade, na universidade federal eu acho que tá bem defasada em formação política, em questionamento e etc. porque a gente tem que chamar o tempo todo estudante para isso, olha vem aqui, olha vem aqui, é uma coisa que a gente não pode trabalhar e parece que a gente não se movimenta porque são 2,3 por ano que vão e que pensam alguma coisa.